Diário OFICIAL Executivo

Ano CVII

Edição Digital nº 10774 | 172 páginas
Curitiba, Segunda-feira, 21 de Setembro de 2020

Sumário

Poder Legislativo

Poder Legislativo 03

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Casa Civil 04
Procuradoria Geral do Estado 04

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 05
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 142
Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior ... 142
Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas .. 143
Secretaria da Educação e do Esporte 143
Secretaria da Fazenda 153
Secretaria da Saúde 155
Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho 159
Secretaria da Segurança Pública 159
Secretaria de Infraestrutura e Logística 169
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo .. 169

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 169
Sociedades de Economia Mista 170
Defensoria Pública do Estado 170
Ministério Público do Estado do Paraná 172

www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-governador
Darci Piana

Casa Civil
Guto Silva — Chefe da Casa Civil
Felipe Flessak — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Letícia Ferreira da Silva — Procuradora-Geral
Izabel Cristina Marques — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Raul Clei Coccaro Siqueira — Controlador-Geral
Luiz Fernando Neto de Castro — Diretor-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Daniel Wesley Vilas Bôas Rocha — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Tenente Coronel Welby Pereira Sales — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Tenente Coronel Fernando Raimundo Schunig — Chefe

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Marcel Henrique Micheletto — Secretário
Elisandro Pires Frigo — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Richardson de Souza — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura
João Evaristo Debiasi — Secretário
Gilberto Antonio da Souza Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário
Louise da Costa e Silva Garnica — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas
João Carlos Ortega — Secretário
Lucio Mauro Tasso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação e do Esporte
Renato Feder — Secretário
Glaucio Roberto Dias — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Renê de Oliveira Garcia Junior — Secretário
Eduardo Moreira Lima Rodrigues de Castro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Fabiana Cristina de Campos — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça, Familia e Trabalho
Mauro Rockenbach — Secretário Interino
Adayr Cabral Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Romulo Marinho Soares — Secretário
Pedro Luiz Humphreys Stonoga — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Nestor Werner Junior — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Diretor Interino
Arnaldo Francisco Bacin

Diretora Adjunto
Elaine Arruda Nunes Gonçalves

Rua dos Funcionários, 1645
80035-050 | Cabral | Curitiba | Paraná

Informações PABX 3313-3200

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Legislativo

Lei nº 20.326, de 16 de setembro de 2020

Dispõe sobre a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cursos de Qualificação Técnica e Profissional.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do 8 7º do art. 71 da Constituição Estadual, os seguintes dispositivos do Projeto de Lei nº 91/2019:

Art. 1º - Estabelece a priorização e preferência de vaga em curso de qualificação técnica e profissional gratuitos, oferecidos pelo Governo do Estado do Paraná, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que estejam em medida protetiva.

Parágrafo único. A qualificação técnica e profissional de que trata o caput deste artigo visa assegurar às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, que estejam em medida protetiva, condições para exercer efetivamente os direitos e garantias fundamentais que lhes são conferidos pela Constituição Federal, em consonância com o disposto nos arts. 2º, 3º, 8º e 9º da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Art. 2º - A preferência de vagas às mulheres nos cursos de qualificação técnica e profissional a que se refere esta Lei objetiva:

I - promover a capacitação técnica e profissional das mulheres por meio de cursos profissionalizantes gratuitos, visando o seu crescimento pessoal, social e profissional, de acordo com o seu interesse, a sua habilidade e conforme o diagnóstico da equipe de atendimento multidisciplinar, prevista nos arts. 29 a 32 da Lei Federal nº 11.340, de 2006;

II - estimular as mulheres a denunciar e a enfrentar as consequências psicossociais decorrentes da violência de que foram vítimas;

III - estimular a criação e a divulgação de cursos de qualificação técnica e profissional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

IV - executar a política pública que visa coibir a violência contra a mulher, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.340, de 2006, por meio da celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de parceria entre os órgãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais para o desenvolvimento de pesquisas, estatísticas e diagnósticos que auxiliem na escolha de cursos a serem ofertados e, em especial, com as instituições do setor privado, a fim de viabilizar a execução de vários tipos de cursos profissionalizantes.

Art. 3º - A qualificação técnica e profissional gratuita às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar deve obedecer às políticas definidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. A elaboração das políticas mencionadas no caput deste artigo deve contar com a participação de órgãos públicos, entidades públicas de direito privado e da comunidade especializada.

Art. 4º - Para o cumprimento desta Lei, o Poder Executivo pode incentivar os municípios a promover o atendimento especial às vítimas de violência doméstica e a disponibilizar cursos de qualificação técnica e profissional voltados para as necessidades e para os costumes da região.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, indicando os aspectos necessários à sua aplicação. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 setembro de 2020.

Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO
Presidente

84613/2020

Poder Executivo

Despachos do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

16.906.660-4/20 – "De acordo com os elementos constantes no PROTOCOLADO nº 16.906.660-4, aliado a justificativa apresentada pelo Diretor Presidente do IAT (fls. 2/4), **AUTORIZO** o Instituto Água e Terra - IAT, de forma excepcional, nos termos do art. 13, da Lei Estadual nº 17.431/2012, a realizar todos os procedimentos necessários a realização das obras e serviços de engenharia retratadas no caderno administrativo. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à origem. Em 18/09/20. (Enc. Proc. À SEDEST, em 18/09/20).

85756/2020

DESPACHO DO GOVERNADOR DO ESTADO

DIVERSOS

15.769.727-7/19 - De acordo com as informações constantes no **PROTOCOLADO Nº 15.769.727-7**, e consubstanciado na Informação nº 1.093/2020–PCG/PGE, **AUTORIZO**, a remoção da servidora **MARILIS BORTOT PIROTELLI MOLINARI**-RG 8.138.847-4, Agente Profissional –QPPE para Controladoria Geral do Estado. **PUBLIQUE-SE** e encaminhe-se à SEAP para elaboração dos atos administrativos. EM 21/09/2020.

85759/2020

Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

16.829.294-5/20 - "De acordo com os elementos de instrução constantes no PROTOCOLADO nº 16.829.294-5, e visando conjugar esforços com o Ministério da Justiça e Segurança Pública **AUTORIZO**, nos termos do art. 2º, do Decreto nº 4473, de 8 de Abril de 2020, a prorrogação da mobilização do servidor ANDERSON JUNIOR DA SILVEIRA – RG nº 9.090.274-1, para a Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, até 09-11-2021. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à SESP Em 21/09/20". (Enc. proc. à SESP, em 21/09/20).

85757/2020



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Casa Civil

Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN

EXTRATO DE ADESÃO AO CONVÊNIO Nº 020/2017

PARTES CONVENIADAS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR E OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (INTEGRANTES DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO – SNT)

Objeto: Este Convênio tem por objetivo operacionalizar as ações governamentais conjuntas, a serem implementadas pelas partes Convenentes adesistas, visando o fiel, pleno e adequado cumprimento ao artigo 25 da Lei Federal nº 9.503 de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro – no âmbito da circunscrição territorial do Município constante no Termo de Adesão.
Autorização: Sr. Carlos Alberto Richa – Governador do Estado do Paraná em 17/08/2017.
Protocolo: nº 14.452.969-3.
Vigência: A partir da publicação deste extrato dos Termos de Adesão no Diário Oficial do Estado do Paraná e encerra em 03/10/2022.
Aderem a este convênio os seguintes municípios: Enéas Marques.

EXTRATO DE ADESÃO AO PROCESSO DE ARRECADAÇÃO PREVISTO NO CONVÊNIO Nº 020/2017

PARTES CONVENIADAS: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ – DETRAN/PR E OS MUNICÍPIOS DO PARANÁ (INTEGRANTES DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO – SNT)

OBJETO: O Termo de Adesão ao Processo de Arrecadação, previsto no Convênio nº 020/2017, tem como objetivo operacionalizar ações buscando ampliação da rede arrecadadora e facilitação do pagamento das guias de multas emitidas pelo município, uma vez que os contribuintes passarão a contar com a rede arrecadadora do DETRAN/PR.
Protocolo: nº 14.452.969-3.
Adere a este Termo de Adesão o seguinte município: Enéas Marques.

85114/2020

EXTRATO DA PORTARIA Nº 120/2020 COAD-DG

Designar Marcio Fernando Michaloski, RG nº 6.984.520-7, CPF nº 004.643.869-69, servidor deste Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – Detran/PR, para atuar como gestor, e Mateus de Veiga Azevedo, RG nº 15.741.085-7, CPF nº 252.378.718-01, servidor deste Departamento Estadual de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR, para atuar como fiscal, da Dispensa de Licitação nº 081/2020, que tem por objeto aquisição de chá mate. Curitiba, 18 de setembro de 2020. Wagner Mesquita de Oliveira – Diretor Geral do Detran/PR.

85103/2020

Procuradoria Geral do Estado

DELIBERAÇÃO N.º 45/2020 – FEPGE

Protocolo: 16.147.314-6 – Ordem 61/19-CDFEPGE.
Interessado: Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Estado.
Assunto: Conclusão de Trabalho da Comissão Novo Sistema de Guias do FEPGE.

O **CONSELHO DIRETOR DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**, no uso de suas atribuições legais, em 449ª sessão ordinária virtual, do dia 17 de setembro de 2020, por unanimidade de votos,

D E L I B E R O U

pela **aprovação do relatório** e o encerramento das atividades propostas para a equipe, cumpridos os objetivos da Comissão designada, servindo o estudo como guia para o desenvolvimento do sistema.

Curitiba, em 17 de setembro de 2020.

Leticia Ferreira da Silva
Presidente do Conselho Diretor

Luiz Fernando Baldi
Conselheiro-Relator

84876/2020

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL, PELA PORTARIA Nº 1059, DE 25 DE AGOSTO DE 2003, DA DIRETORIA GERAL, RESOLVE :
PORTARIA N. 28 DE 03/09/2020
ORGAO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
RETIFICAR A PORTARIA N. 52 DE 29/11/2019 DE LICENÇA ESPECIAL DE CLAUDIO MOREIRA PHILOMENO GOMES NETO, R.G. 138187772, LF 1 PARA QUE PASSE A CONSTAR OS SEGUINTES VALORES:
FRUIÇÃO PERIODO AQUISITIVO
22/2/2021 A 22/5/2021 16/4/2013 A 15/4/2018

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 29 DE 03/09/2020
ORGAO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
GUSTAVO HENRIQUE RAMOS FADDA				90	16/04/2012	15/04/2017	31/08/2020	28/11/2020
135399221	1	NA4	167967795					
MARIA JOSEANE FRONCZAK DA CUNHA				60	26/06/2005	25/06/2010	01/10/2020	29/11/2020
18135620	1	NA3	168404387					
ALBONEI MARIZA DE CASTRO COELHO				90	20/10/2013	19/10/2018	31/08/2020	28/11/2020
20664169	1	NAII	167858309					
ROSERIS BLUM				30	26/02/2003	25/02/2008	31/08/2020	29/09/2020
56484884	1	NA3	168341474					
ANDRE GUSTAVO VALLIM SARTORELLI				60	19/01/2005	18/01/2010	19/08/2020	17/10/2020
69574246	1	NA3	167730701					
DANIELA LUIZ SIMOES				90	25/08/2013	24/08/2018	04/09/2020	02/12/2020
76627193	1	NA4	168358431					

84622/2020

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR GERAL RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI Nº 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 29 DE 03/09/2020
ORGAO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
GUSTAVO HENRIQUE RAMOS FADDA				90	16/04/2012	15/04/2017	31/08/2020	28/11/2020
135399221	1	NA4	167967795					
MARIA JOSEANE FRONCZAK DA CUNHA				60	26/06/2005	25/06/2010	01/10/2020	29/11/2020
18135620	1	NA3	168404387					
ALBONEI MARIZA DE CASTRO COELHO				90	20/10/2013	19/10/2018	31/08/2020	28/11/2020
20664169	1	NAII	167858309					
ROSERIS BLUM				30	26/02/2003	25/02/2008	31/08/2020	29/09/2020
56484884	1	NA3	168341474					
ANDRE GUSTAVO VALLIM SARTORELLI				60	19/01/2005	18/01/2010	19/08/2020	17/10/2020
69574246	1	NA3	167730701					
DANIELA LUIZ SIMOES				90	25/08/2013	24/08/2018	04/09/2020	02/12/2020
76627193	1	NA4	168358431					

84673/2020

Secretaria da Administração e da Previdência

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6027 18/09/2020
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAÚDE
EXCLUIR DA PORTARIA N. 4690 DE 19/02/2020 O NOME DE MARIO ANTONIO FERRARI
R.G. 65477572 LF - 2

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6028 18/09/2020
ORGAO - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PR - FUNSAÚDE
EXCLUIR DA PORTARIA N. 7079 DE 22/07/2016 O NOME DE ELIANA CAROLINA VESPERO
R.G. 39569620 LF - 1

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6029 18/09/2020
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 5886 DE 03/08/2020 O NOME DE MARCIA APARECIDA LOCOMANN
R.G. 42884774 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 5886 DE 03/08/2020 O NOME DE MARCIA APARECIDA LOCOMANN
R.G. 42884774 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 5899 DE 03/08/2020 O NOME DE MARCIA APARECIDA LOCOMANN
R.G. 42884774 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6870 DE 26/10/1995 O NOME DE MARINO MARTIOLI
R.G. 32673805 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 6870 DE 26/10/1995 O NOME DE MARINO MARTIOLI
R.G. 32673805 LF - 2

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6030 18/09/2020
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 5899 DE 03/08/2020 O NOME DE GISELE APARECIDA KOVAL MARAFON
R.G. 45356132 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 11488 DE 10/04/2013 O NOME DE MARIA BERNARDETE MACHADO DAS NEVES
R.G. 74133967 LF - 1

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6031 18/09/2020
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 1375 DE 25/04/2019 O NOME DE GISELE SANTANA BUSO
R.G. 52254701 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 3882 DE 19/09/2011 O NOME DE MARIA DO CARMO RIBEIRO
R.G. 19071081 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 4738 DE 04/11/2011 O NOME DE ONALIA MARIA DOS REIS TININI
R.G. 105945787 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 5248 DE 30/12/2011 O NOME DE JUDITE SPINA PEREIRA
R.G. 40248293 LF - 2
EXCLUIR DA PORTARIA N. 11498 DE 10/04/2013 O NOME DE MARIA BERNARDETE MACHADO DAS NEVES
R.G. 74133967 LF - 1

EXTRATO DOS ATOS EMITIDOS PELA DIVISAO DE CADASTRO DE RECURSOS HUMANOS - SEAP
PORTARIA N. 6032 18/09/2020
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXCLUIR DA PORTARIA N. 14136 DE 30/12/1996 O NOME DE JOSE ROBERTO DE GODOY
R.G. 42053600 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 17368 DE 09/02/2006 O NOME DE APARECIDO FRANCISCO JUVENAL
R.G. 38263820 LF - 1
EXCLUIR DA PORTARIA N. 25125 DE 05/10/1998 O NOME DE LEILA MARIA FONTEQUE
R.G. 42400033 LF - 5

84815/2020

Resolução SEAP N º 9.129 /2.020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e pelo Decreto nº 5.468 de 18 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial do Estado n°10752,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem na Secretaria de Estado da Segurança Pública, em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica formalizado e publicado no diário oficial n° 10473 de 09 de julho de 2019:

Servidores	Cargo	RG
Altair Freire	Agente Profissional -Engenheiro Civil	4.102.985-4
Marta Cristina Guizelini	Agente Profissional-Administrador	8.233.545-5

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de agosto de 2020.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

84814/2020

DESPACHO Nº: 721/2020
Protocolo nº: 16.379.405-5
Interessado: Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON
Assunto: Procedimento licitatório – PE nº 058/2020 – SRP
Data: 17/09/2020

1. Trata-se de procedimento licitatório, modalidade Pregão, forma Eletrônica, de nº PE 058/2020-SRP, tipo menor preço, composto por 65 (sessenta e cinco) lotes, cujo objeto é o Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de CURATIVOS ESPECIAIS, conforme especificado no Anexo I do Edital, padronizado e aprovado pela Procuradoria Geraldo Estado–PGE, (fls. 556/599), em atendimento às necessidades da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, no Estado do Paraná, pelo o período de 12 meses.

2. As empresas declaradas vencedoras encontram-se relacionadas abaixo:

RAZÃO SOCIAL	LOTES
SOFT SURGICAL SOLUÇÕES HOSPITALARES EIRELI - ME	01, 03 e 43
MC SURGICAL PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.	02 e 04
INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA.	05, 06 e 65
A.P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALAR	07
ATHOS COMERCIAL HOSPITALAR EIRELI - ME	12, 14 e 33
AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI	13, 15 e 34
SC MED DISTRIBUIDORA MÉDICO HOSPITALAR LTDA.	16, 27, 35, 45 e 57
DANIELE DAGIOS ME	17
BMD – COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.	18 e 26
NÚCLEO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA.	19, 31, 37, 39, 41, 49, 51, 53, 55 e 59
COLOPLAST DO BRASIL LTDA.	20, 32 e 44
LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A.	22 e 50
ANGULAR PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. – ME	23
ESSITY SOLUÇÕES MÉDICAS DO BRASIL – COM E DISTRIBUIDORA	24 e 58
CAOBIANCO MATERIAIS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. EPP	25

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

POLAR FIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	28
MOLNLYCKE HEALTH CARE VENDA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA.	30, 46 e 48
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	36
CRP COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E MEDICAMENTOS	38, 40, 42, 52, 54, 56 e 60
Fracassados	08, 09, 10, 11, 21, 29, 61 e 62
Deserto	47

3. Após a divulgação do resultado da disputa dos lotes, houve a entrega das seguintes razões de recurso:

a) ESSITY SOLUÇÕES MÉDICAS DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA (fls. 3099/3103).
b) MÖLNLYCKE HEALTH CARE VENDA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA (fls. 3109/3118).
c) SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (fls. 3137/3140).

3.1. As contrarrazões encontram-se acostadas às fls. 3171/3174 e 3212/3218. O Sr. Pregoeiro conheceu e julgou improcedentes os respectivos recursos (fls. 3201/3205, fls. 3206/3211e fls. 3212/3218), restando inalterada a declaração das vencedoras.

4. O valor total dos lotes arrematados no procedimento importa em **R$ 8.154.233,75 (oito milhões e cento e cinquenta e quatro mil e duzentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos)**, obtendo-se desconto de aproximadamente 27,71% sobre o valor máximo estimado para a disputa, descontados os lotes fracassados, o lote deserto e os lotes 63 e 64.

5. Considerando a Informação nº 338/2020-AT/SEAP da Assessoria Técnica desta Secretaria (fls. 3524/3528), de que as formalidades legais exigidas foram observadas pelos licitantes e pela Administração Pública, e nos termos do art. 48, inciso XIV da Lei Estadual nº 15.608/2007, **NEGO PROVIMENTO** aos recursos administrativos interpostos, **ANULO** os lotes 63 e 64, e com fundamento no art. 5º, §1º, do Decreto Estadual nº 2.734/2015, **ADJUDICO E HOMOLOGO** este procedimento licitatório.

6. Encaminhe-se ao Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON/SEAP para publicação e demais providências.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

84789/2020

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEED/FUNDEPAR Nº 002/2020

Súmula: Aprova o Manual de Regularização Cartorial de Imóvel Ocupado por Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino e adota outras providências.

O Secretário de Estado da Administração e da Previdência, o Secretário de Estado da Educação e do Esporte e o Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 que dispõe, dentre outras, da necessidade de averbar nas matrículas dos imóveis: a mudança de denominação e de numeração dos prédios; a construção, reconstrução e demolição da edificação; e desmembramento e loteamento de imóveis; e

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n° 481, de 12 de fevereiro de 2015, que dispõe, dentre outras, da necessidade de averbação nos respectivos Registros de Imóveis, as benfeitorias, compreendendo construções, reconstruções, ampliações e demolições, alteração de denominação e numeração, desmembramentos, unificações e subdivisões de imóveis integrantes do patrimônio público estadual; e

CONSIDERANDO a Portaria interministerial n° 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece em seu art. 23, inciso IV, que uma das condições para a celebração de instrumentos é a *"comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o instrumento tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel",*

RESOLVEM:

Art. 1.º Aprovar o Manual de Regularização Cartorial de Imóvel Ocupado por Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino, na forma do Anexo Único.

Art. 2.º Caberá aos Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná:

I - Desenvolverem ações no sentido de promover a regularização cartorial dos imóveis integrantes do patrimônio estadual, em uso por Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino, resultando na averbação das edificações nas respectivas matrículas, nos termos do Manual, fixado no Anexo Único, em conjunto com os respectivos Núcleos Regionais de Educação – NRE's.

II - Buscar auxílio profissional (Engenheiro Cartógrafo, Agrimensor, Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou na prefeitura ou, na impossibilidade, contratar o profissional com recursos da APMF para a elaboração de levantamentos topográficos e arquitetônicos.

III - Acompanhar a execução dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico), desenvolvidos por empresa especializada, nos termos do inciso I, do Art. 7º desta Resolução.

IV - Preencher o Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares após o recebimento de link de acesso e nota explicativa via Ofício encaminhado a cada Unidade Escolar pela SEED, conforme especificado no Anexo 1– Conteúdo do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares, presente no Manual mencionado no Art. 1º.

Parágrafo único. Os Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná não serão remunerados a mais pelas atividades estipuladas no caput, por se tratar de prestação de serviço relevante ao Estado.

Art. 3.º Caberá aos Núcleos Regionais de Educação - NRE's:

I - Acompanhar a execução dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico), desenvolvidos por empresa especializada, nos termos do inciso I, do Art. 7º desta Resolução.

II – Prestar apoio aos Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná no preenchimento do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares e na conferência e ou elaboração dos produtos dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico), conforme especificado no Anexo 1– Conteúdo do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares, presente no Manual mencionado no Art. 1º

III - Acompanhar sistemática da execução, as medidas adotadas e os resultados obtidos na averbação das edificações dos imóveis integrantes do patrimônio estadual, em uso por Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino.

Art. 4.º Caberá à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED:

I - Disponibilizar os recursos financeiros necessários e adotar demais providências para cumprimento das ações estipuladas no Art. 2º.

II – Encaminhar às Unidades Escolares, em momento oportuno, Ofício dirigido a todos os Diretores e/ou Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, contendo a solicitação para preenchimento do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (conforme especificado no Anexo 1– Conteúdo do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares, presentes no Manual mencionado no Art. 1º), nota explicativa do trabalho e definição de data limite para o preenchimento.

III – Prestar apoio aos Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná no preenchimento do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares e na conferência e/ou elaboração dos produtos dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico).

IV - Acompanhar a execução dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico), desenvolvidos por empresa especializada, nos termos do inciso I, do Art. 7º desta Resolução.

V - Acompanhar sistemática da execução, as medidas adotadas e os resultados obtidos na averbação das edificações dos imóveis integrantes do patrimônio estadual, em uso por Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino.

VI - Poderão ser criadas Comissões Regionais para fiscalização e acompanhamento das ações realizadas. Neste caso, os membros da referida Comissão exercerão suas atividades sem prejuízo das suas atribuições normais.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Art. 5.º Caberá ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR:

I - A disponibilização de recursos, por meio do Fundo Rotativo, para pagamentos de taxas, emolumentos ou custos cartoriais e municipais, para consecução das ações descritas no inciso I do Art. 2º.

II - Prestar apoio técnico fiscalização nos contratos administrativos, para a execução dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico), nos termos do inciso I, do Art. 7º desta Resolução.

III - Prestar apoio técnico, por meio dos engenheiros e supervisores de obra dos Núcleos Regionais de Educação – NRE's, aos Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná no preenchimento do Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares e na conferência e ou elaboração dos produtos dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico).

Art. 6.º Caberá à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, por meio do Departamento de Patrimônio do Estado:

I - Orientar os gestores mencionados no Art. 2º, no desenvolvimento das ações de regularização cartorial, bem como nos procedimentos necessários para tramitação dos devidos processos.

II - Realizar o acompanhamento das ações de regularização cartorial, de acordo com as diretrizes do Manual, fixadas no Anexo Único.

III - Acompanhar sistemática da execução, as medidas adotadas e os resultados obtidos na averbação das edificações dos imóveis integrantes do patrimônio estadual, em uso por Unidade Escolar da Rede Estadual de Ensino.

Art. 7.° Caberá à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, em conjunto:

I - Conduzir processo(s) licitatório(s) para contratação de empresa(s) especializada(s) para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico), na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF.

II - Atuar nos processos para obtenção da CND – Certidão Negativa de Débito do INSS perante a Receita Federal, de acordo com a demanda.

III - Editar normas complementares à execução desta Resolução Conjunta, no âmbito de sua competência.

Art. 8.º Poderão ser convidados servidores de outros órgãos e entidades para dar apoio ao trabalho.

Art. 9.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Marcel Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

Alessandro da Silva Oliveira
Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

REGULARIZAÇÃO CARTORIAL DE IMÓVEL OCUPADO POR UNIDADE ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Curitiba
2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Carlos Massa Ratinho Júnior
Governador

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

Alessandro da Silva Oliveira
Diretor-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional

Elisandro Pires Frigo
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência

Gláucio Roberto Dias
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte

COMISSÃO TÉCNICA

DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Altair Freire

André Luiz Brandão

Ciro Cercal Filho

Felipe Carvalho Guilhermette

Guylherme Henrique Rodrigues Itiberê da Cunha

Marta Cristina Guizelini

Rodolfo Oliveira dos Santos

DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Alex José Ramos de Oliveira

Beatriz Kaiser do Nascimento

Irineu Alberto Petry

Marcelo da Silva

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO **8**
APRESENTAÇÃO **11**
1 CONCEITOS INICIAIS **13**
1.1 REGISTRO 13
1.2 TRANSCRIÇÃO E MATRÍCULA DE IMÓVEIS 13
1.3 AVERBAÇÃO 15
1.4 UTILIZAÇÃO DESTE MANUAL 15
1.4.1 Checklist Online de Informações – Unidades Escolares 17
2 PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS **18**
2.1 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ 18
2.2 IMÓVEL REGISTRADO EM MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ 22
2.2.1 Conferência de Áreas entre Matrícula e Área Levantada 22
2.2.2 Área registrada na Matrícula não confere com a área levantada do imóvel 23
2.2.3 Imóveis com duas ou mais Matrículas e um ocupante 26
2.2.4 Dois ou mais órgãos instalados em terreno com uma ou mais Matrículas 30
2.3 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR 34
2.4 IMÓVEL REGISTRADO EM MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR 36
2.5 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DO ESTADO DO PARANÁ, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA TRANSCRIÇÃO 37
2.6 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DO ESTADO DO PARANÁ, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA MATRÍCULA 38
2.7 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA TRANSCRIÇÃO 39
2.8 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA MATRÍCULA 39
2.9 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DE AUTARQUIA ESTADUAL 40
2.10 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO 41
2.11 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DE AUTARQUIA MUNICIPAL 42
2.12 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DA UNIÃO FEDERAL OU AUTARQUIA FEDERAL 43
2.13 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA EM QUE PARTE OU TOTALIDADE DO IMÓVEL SEJA DE PROPRIEDADE DE PARTICULAR – PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA 44
2.14 IMÓVEL SEM DOCUMENTO CARTORIAL 45
2.15 SOMENTE PARTE DO IMÓVEL SEM DOCUMENTO CARTORIAL 49

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

2.16 IMÓVEL COM PARTE DO TERRENO INVADIDA 49
3 PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES 51
3.1 AVERBAÇÃO DA EDIFICAÇÃO 51
3.1.1 Em caso de existência do Projeto Arquitetônico aprovado na Prefeitura Municipal compatível com a situação real do imóvel 51
3.1.2 Em caso de existência de Projeto Arquitetônico, mas inexistência de sua aprovação na Prefeitura Municipal 54
3.1.3 Em caso de inexistência do Projeto Arquitetônico 56
3.2 CADASTRAMENTO DA OBRA NO CNO 58
3.3 LIBERAÇÃO DE ACESSO PARA O e-CAC 60
3.4 PREENCHIMENTO E ENVIO DA DISO E EMISSÃO DA ARO 61
3.5 EMISSÃO DA GFIP SEM MOVIMENTO 62
3.6 AGENDAMENTO PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO 72
4 IMPOSTOS E CUSTOS 74
4.1 ISENÇÃO DE IMPOSTOS 74
4.1.1 Isenção de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis) 74
4.1.2 Isenção do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS 74
4.1.3 Isenção de ITCMD (Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) 74
5 CANAIS DE ATENDIMENTO 76
ANEXOS 77
CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES 78
TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO 83
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA 120
FORMULÁRIO PARA CONSULTA DE DISPONIBILIDADE DE IMÓVEL DA UNIÃO 121
PROJETO DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVE DA UNIÃO 123
REQUERIMENTO DE RETIFCAÇÃO ADMINISTRATIVA 125
REQUERIMENTO DE RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA COM SOLICITAÇÃO DE INTIMAÇÃO 126
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO 127
MODELO DE ÓFICIO – SOLICITAÇÃO DE AVERBAÇÃO 135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136

GLOSSÁRIO

I - **ART:** Anotação de Responsabilidade Técnica. É o documento legal que identifica o responsável técnico (Engenheiro Civil, Engenheiro Cartógrafo, Engenheiro de Agrimensura, Técnico de Edificações, Topógrafo) por um serviço prestado ou uma obra realizada.

II - **APMF:** Associação de Pais, Mestres e Funcionários, e similares (pessoa jurídica de direito privado), é um órgão de representação dos pais e profissionais do estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus Dirigentes e Conselheiros, sendo constituído por prazo indeterminado.

III - **Averbação:** Nota aposta à margem de um registro público (Transcrição/Matrícula), mencionando ocorrências que o alterem ou o anulem.

IV - **CAU:** Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

V - **CND:** Certidão Negativa de Débitos.

VI - **Confrontante:** Proprietário/ocupante de um terreno situado numa área que limita outra.

VII - **CREA:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, sendo responsável pela fiscalização de atividades profissionais nas áreas da Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, além das atividades dos Tecnólogos e Técnicos Agrícolas.

VIII - **CRI:** Cartório de Registro de Imóveis.

IX - **Declaração de Conformidade:** Para este Manual, refere-se a uma declaração a ser emitida pela Prefeitura municipal, atestando que a documentação entregue está em conformidade para continuidade do processo de regularização do imóvel (Anexo 3).

OBSERVAÇÃO: Trata-se de documento não obrigatório, recomenda-se sua solicitação junto à Prefeitura no intuito de formalizar a conformidade da documentação previamente analisada.

X - **Dirigente da Unidade:** Para este Manual, entende-se como os Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

XI - **Documento Cartorial:** Para este Manual, entende-se como Transcrição ou

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Matrícula.

XII - **DPE/SEAP:** Departamento de Patrimônio do Estado do Estado, vinculado à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

XIII - **Desapropriação:** Ato pelo qual o Poder Público, mediante prévio procedimento e indenização justa, em razão de uma necessidade ou utilidade pública, ou ainda diante do interesse social, reivindica para si a propriedade de um imóvel.

XIV - **Doação:** Contrato através do qual uma pessoa transfere, por liberalidade, bens ou vantagens de seu patrimônio para o de outra, que os aceita.

XV - **Escritura Pública:** Instrumento público de contrato ou declaração unilateral de vontade, lavrada por tabelião.

XVI - **GPI:** Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado do Paraná.

XVII - **Inventariante:** Pessoa nomeada juridicamente para relacionar, administrar e partilhar o patrimônio (espólio) do falecido.

XVIII - **IPTU:** Imposto Predial e Territorial Urbano. É um tributo municipal que incide sobre quem tem imóvel urbano, tanto pessoas físicas e jurídicas.

XIX - **ISS:** Imposto Sobre Serviços. É um tributo municipal que incide sobre a prestação, por pessoas físicas e jurídicas, de serviços listados sujeitos ao imposto.

XX - **ITBI:** Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis. É um tributo municipal que deve ser pago por aquele que compra uma propriedade imobiliária.

XXI - **ITCMD:** Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação. É um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a transmissão causa mortis de imóveis e a doação de quaisquer bens ou direitos.

XXII - **Lavratura de Escritura Pública:** É a forma escrita de um ato jurídico, ou seja, o veículo de conservação e publicidade das manifestações de vontade que originam negócios jurídicos ou atos jurídicos no sentido estrito. É lavrada por um tabelião, o qual é um agente público, que consiste em um profissional do direito a quem é conferida a fé pública estatal.

XXIII - **Matrícula do Imóvel:** Registro Imobiliário que representa ato cadastral de identificação de um imóvel no CRI.

XXIV - **Minuta:** É a primeira redação de qualquer ato escrito, ou seja, é o rascunho de um ato a ser lavrado.

XXV - **PGE:** Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

XXVI - **Posseiro:** É a pessoa que detém na prática a posse de uma porção de terra, mas não possui qualquer registro no CRI que comprove a sua titularidade.

XXVII - **PRED:** Paraná Edificações – Autarquia Estadual.

XXVIII - **Representante Legal do Imóvel Estadual:** A propriedade dos Imóveis Estaduais é atribuída ao Estado do Paraná. Para este Manual, entende-se como Representante Legal do Imóvel o procurador ou substabelecido que possa representar o Estado legalmente.

XXIX - **Reconhecimento de Firma e Assinatura:** Ato pelo qual o Oficial/Tabelião (ou o Escrevente) atribui autenticidade à assinatura de uma determinada pessoa.

XXX - **Retificação Administrativa:** Processo de correção ou alteração de informações em um registro, seja para corrigir erros evidentes como, por exemplo, a escrita incorreta de um nome, ou alterar informações complexas como divergências de áreas, metragens, delimitações ou quaisquer outras informações que definam um imóvel.

XXXI - **RRT:** Registro de Responsabilidade Técnica. É o documento legal que comprova que projetos, obras ou serviços técnicos de Arquitetura e Urbanismo possuem um responsável devidamente habilitado e com situação regular perante o Conselho para realizar tais atividades.

XXXII - **SEAP:** Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

XXXIII - **SEED:** Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

XXXIV - **Transcrição:** São os registros de imóveis realizados em Livros (transcritos) até 30 de dezembro de 1973, ou seja, são os registros ocorridos anteriormente à promulgação da Lei Federal n° 6.015/1973 - Lei de Registros Públicos.

XXXV - **Unidade Escolar:** Para este Manual, entende-se por Unidade Escolar: Colégio Estadual – CE, podendo ser Colégio do Campo ou Colégio Agrícola; Escola Estadual – EE; Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA; Centro Estadual Integrado de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEIEBJA; Centro Estadual de Educação Profissional – CEEP; Instituto de Educação do Paraná ou Centro de Formação Caetano Munhoz da Rocha.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

APRESENTAÇÃO

A Portaria interministerial n° 424, de 30 de dezembro de 2016, estabelece em seu art. 23, inciso IV, que uma das condições para a celebração de instrumentos é a *"comprovação do exercício pleno dos poderes inerentes à propriedade do imóvel, mediante certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis competente, quando o instrumento tiver por objeto a execução de obras ou benfeitorias no imóvel".*

Isto significa que para realização de obras de ampliação e/ou melhoria na Unidade Escolar, se faz necessário que o terreno seja registrado em nome do ESTADO DO PARANÁ e a edificação existente esteja averbada (registrada) no documento cartorial do imóvel (Matrícula), nos termos do art. 167, inciso II, item 4, da Lei Federal nº 6.015/1973[1], a saber:

> Lei Federal nº 6.015/1973
> (...)
> Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da Matrícula, serão feitos.
> (...)
> II - a averbação:
> (...)
> 4) da mudança de denominação e de numeração dos prédios, da **edificação**, da **reconstrução**, da **demolição**, do desmembramento e do loteamento de imóveis; (destaque nosso)

Do mesmo modo, o Decreto Estadual n° 481, de 11 de fevereiro de 2015, estabelece obrigações aos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional quanto à averbação de alterações registrais de imóveis do Estado do Paraná, a saber:

> Decreto Estadual n° 481, de 12 de fevereiro de 2015.
>
> **Art. 1.º As benfeitorias, compreendendo construções, reconstruções, ampliações e demolições,** alteração de denominação e numeração, desmembramentos, unificações e subdivisões de imóveis integrantes do patrimônio público estadual **deverão receber a devida averbação nos respectivos Registros de Imóveis.** " (Destaque nosso)
>
> § 1º A **averbação será providenciada no prazo de noventa dias, a contar do término da execução da benfeitoria, pelo órgão ou entidade que a realizar**, com o posterior encaminhamento de cópia da documentação registral pertinente à Coordenadoria do Patrimônio do Estado da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – CPE/SEAP, para atualização cadastral. (Destaque nosso)

[1] Exigência dada nas Notas nºs 00148/2017/PROFE/PFFNDE/PGF/AGU e 00006/2018/PF-FNDE/PFFNDE/PGF/AGU – Procuradoria Geral da União. Procuradoria-Geral Federal. Procuradoria Federal Junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Gabinete Procurador-Chefe.

Buscando atender a legislação, a Secretaria de Estado de Administração e da Previdência - SEAP e a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED, elaboraram este Manual objetivando orientar os Diretores e Diretores Auxiliares das Instituições de Ensino da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná quanto aos procedimentos à serem adotados para regularização dos imóveis da Rede Estadual de Ensino, uma vez que estes necessitam constantemente de obras de melhoria e ampliação.

Diante das inúmeras possibilidades de situação cartorial destas Unidades Escolares, serão apresentados Conceitos Iniciais (Item 1) fundamentais para **identificação do processo de regularização a ser adotado para cada imóvel.**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

1 CONCEITOS INICIAIS

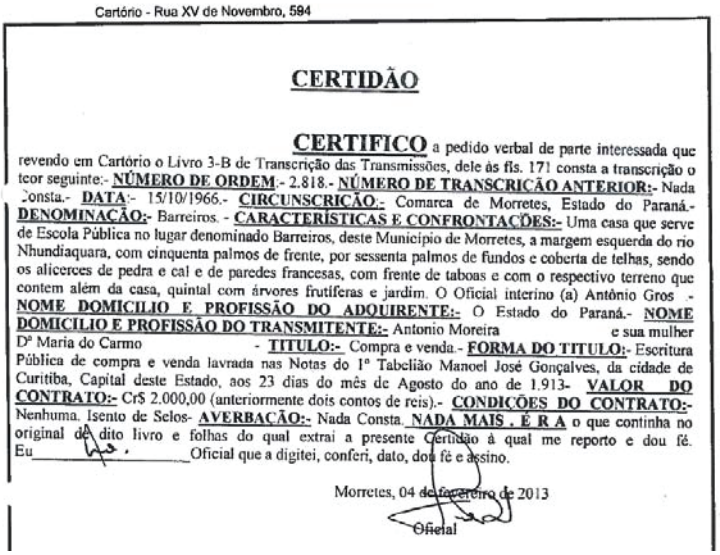
1.1 REGISTRO

O registro é o ato cartorial que declara quem é o proprietário de um determinado imóvel, ou se a propriedade deste bem está sendo transmitida de uma pessoa para outra.

No Cartório de Registro de Imóveis - CRI, são feitos registros referentes a imóveis ou aos direitos a eles relacionados nos documentos cartoriais, que podem existir em forma de Transcrições ou Matrículas. Portanto, qualquer ato que venha a transferir domínio ou instituir ônus, será objeto de registro. Assim, toda vez que se leva uma escritura de doação, desapropriação, compra e venda ou hipoteca de um imóvel ao CRI, por exemplo, o ato é registrado no respectivo documento cartorial.

1.2 TRANSCRIÇÃO E MATRÍCULA DE IMÓVEIS

A Transcrição de imóveis teve início a partir do ano de 1939 mediante o Decreto Federal n° 4.857/39, e baseava-se em transcrever as transmissões no livro de Transcrição, evidenciando os dados pessoais dos proprietários, sendo o imóvel caracterizado apenas como um objeto dentro do registro de Transcrição.



Cartório - Rua XV de Novembro, 594

CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido verbal de parte interessada que revendo em Cartório o Livro 3-B de Transcrição das Transmissões, dele às fls. 171 consta a transcrição o teor seguinte:- **NÚMERO DE ORDEM**.- 2.818.- **NÚMERO DE TRANSCRIÇÃO ANTERIOR:**- Nada Consta.- **DATA**:- 15/10/1966.- **CIRCUNSCRIÇÃO**:- Comarca de Morretes, Estado do Paraná.- **DENOMINAÇÃO:**- Barreiros. - **CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES:**- Uma casa que serve de Escola Pública no lugar denominado Barreiros, deste Município de Morretes, a margem esquerda do rio Nhundiaquara, com cinquenta palmos de frente, por sessenta palmos de fundos e coberta de telhas, sendo os alicerces de pedra e cal e de paredes francesas, com frente de taboas e com o respectivo terreno que contem além da casa, quintal com árvores frutíferas e jardim. O Oficial interino (a) Antônio Gros .- **NOME DOMICILIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE:**- O Estado do Paraná.- **NOME DOMICILIO E PROFISSÃO DO TRANSMITENTE:**- Antonio Moreira e sua mulher Dª Maria do Carmo - **TITULO:**- Compra e venda.- **FORMA DO TITULO:**- Escritura Pública de compra e venda lavrada nas Notas do 1º Tabelião Manoel José Gonçalves, da cidade de Curitiba, Capital deste Estado, aos 23 dias do mês de Agosto do ano de 1.913- **VALOR DO CONTRATO:**- Cr$ 2.000,00 (anteriormente dois contos de reis).- **CONDIÇÕES DO CONTRATO:**- Nenhuma. Isento de Selos- **AVERBAÇÃO:**- Nada Consta. **NADA MAIS . É R A** o que continha no original de dito livro e folhas do qual extrai a presente Certidão á qual me reporto e dou fé. Eu _____ Oficial que a digitei, conferi, dato, dou fé e assino.

Morretes, 04 de fevereiro de 2013

Oficial

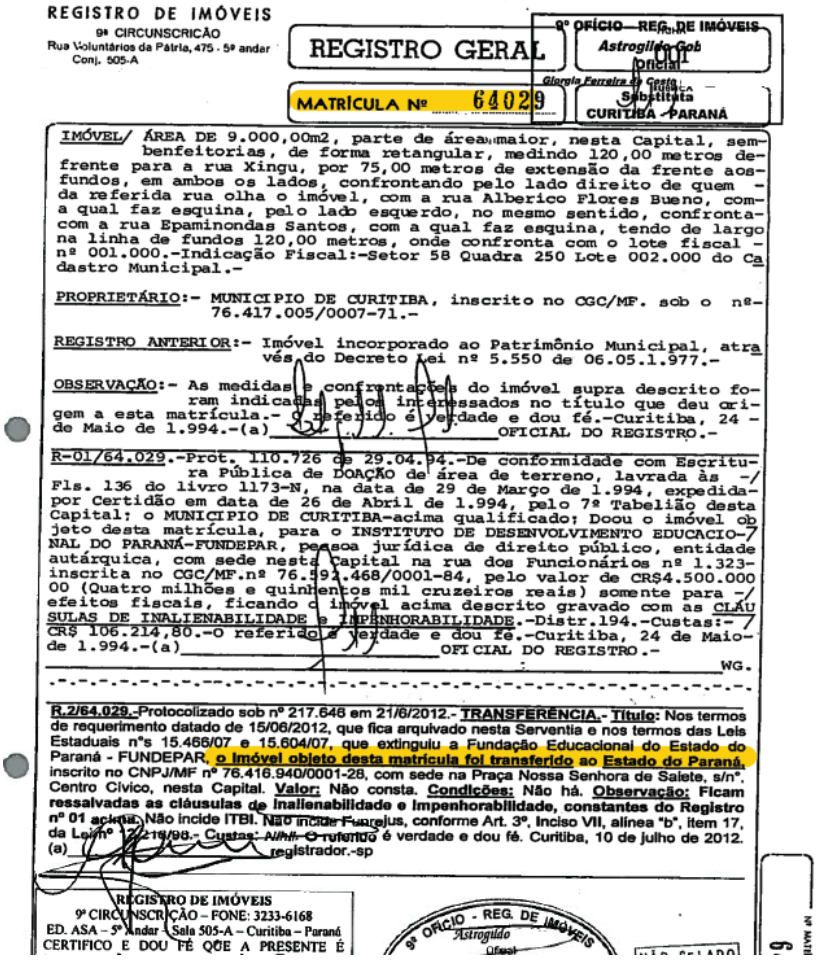
Figura 1 – Transcrição de imóvel

Fonte: SEAP-DPE, 2019

Entretanto, o uso de transcrições de imóveis mostrou-se ineficiente, uma vez

que não fornecia informações precisas sobre a localização do imóvel, e cada modificação gerava uma nova Transcrição, resultando em inúmeros documentos para o mesmo imóvel.

A Lei Federal n° 6.015/73 instituiu o uso de Matrícula para registro imobiliário, em substituição ao uso de Transcrição, para identificação do imóvel, representando ato cadastral, realizado pelo CRI, que visa à perfeita identificação de um imóvel, e registra informações sobre a sua localização e metragem, além de identificar os fatos relevantes da história do mesmo, e conferir-lhe um número de ordem pelo qual será identificado.



REGISTRO DE IMÓVEIS
9ª CIRCUNSCRIÇÃO
Rua Voluntários da Pátria, 475 - 5º andar
Conj. 505-A

REGISTRO GERAL

9º OFÍCIO REG. DE IMÓVEIS
Astrogildo Gob
Oficial
Giorgia Ferreira da Costa
Substituta
CURITIBA - PARANÁ

MATRÍCULA Nº 64029

IMÓVEL/ ÁREA DE 9.000,00m2, parte de área maior, nesta Capital, sem benfeitorias, de forma retangular, medindo 120,00 metros de frente para a rua Xingu, por 75,00 metros de extensão da frente aos fundos, em ambos os lados, confrontando pelo lado direito de quem da referida rua olha o imóvel, com a rua Alberico Flores Bueno, com a qual faz esquina, pelo lado esquerdo, no mesmo sentido, confronta com a rua Epaminondas Santos, com a qual faz esquina, tendo de largo na linha de fundos 120,00 metros, onde confronta com o lote fiscal nº 001.000.-Indicação Fiscal:-Setor 58 Quadra 250 Lote 002.000 do Cadastro Municipal.-

PROPRIETÁRIO:- MUNICIPIO DE CURITIBA, inscrito no CGC/MF. sob o nº 76.417.005/0007-71.-

REGISTRO ANTERIOR:- Imóvel incorporado ao Patrimônio Municipal, através do Decreto Lei nº 5.550 de 06.05.1.977.-

OBSERVAÇÃO:- As medidas e confrontações do imóvel supra descrito foram indicadas pelos interessados no título que deu origem a esta matrícula.- O referido é verdade e dou fé.-Curitiba, 24 de Maio de 1.994.-(a) _____ OFICIAL DO REGISTRO.-

R-01/64.029.-Prot. 110.726 de 29.04.94.-De conformidade com Escritura Pública de DOAÇÃO de área de terreno, lavrada às -/ Fls. 136 do livro 1173-N, na data de 29 de Março de 1.994, expedida por Certidão em data de 26 de Abril de 1.994, pelo 7º Tabelião desta Capital; o MUNICIPIO DE CURITIBA-acima qualificado; Doou o imóvel objeto desta matrícula, para o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ-FUNDEPAR, pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, com sede nesta Capital na rua dos Funcionários nº 1.323- inscrita no CGC/MF.nº 76.592.468/0001-84, pelo valor de CR$4.500.000 00 (Quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais) somente para efeitos fiscais, ficando o imóvel acima descrito gravado com as CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE e IMPENHORABILIDADE.-Distr.194.-Custas:- CR$ 106.214,80.-O referido é verdade e dou fé.-Curitiba, 24 de Maio de 1.994.-(a) _____ OFICIAL DO REGISTRO.-

WG.

R.2/64.029.-Protocolizado sob nº 217.648 em 21/6/2012.- TRANSFERÊNCIA.- Título: Nos termos de requerimento datado de 15/06/2012, que fica arquivado nesta Serventia e nos termos das Leis Estaduais nºs 15.466/07 e 15.604/07, que extinguiu a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, o imóvel objeto desta matrícula foi transferido ao Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF nº 76.416.940/0001-28, com sede na Praça Nossa Senhora de Salete, s/nº. Centro Cívico, nesta Capital. Valor: Não consta. Condições: Não há. Observação: Ficam ressalvadas as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, constantes do Registro nº 01 acima. Não incide ITBI. Não incide Funrejus, conforme Art. 3º, inciso VII, alínea "b", item 17, da Lei nº 12.216/98.- Custas: Isento. O referido é verdade e dou fé. Curitiba, 10 de julho de 2012. (a) _____ registrador.-sp

REGISTRO DE IMÓVEIS
9º CIRCUNSCRIÇÃO - FONE: 3233-6168
ED. ASA - 5º Andar - Sala 505-A - Curitiba - Paraná
CERTIFICO E DOU FÉ QUE A PRESENTE É

9º OFÍCIO - REG. DE IMÓVEIS
Astrogildo
Oficial

Figura 2 – Registro de Matrícula de imóvel
Fonte: GPI, SEAP/DPE, 2020

Será obrigatoriamente aberta Matrícula por ocasião do primeiro registro, ou,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ainda:

a) Quando se tratar de averbação que deva ser feita no antigo livro de Transcrição das Transmissões e neste não houver espaço suficiente;
b) Nos casos de fusão de imóveis; e
c) A requerimento do proprietário.

1.3 AVERBAÇÃO

Averbações são todas alterações que ocorrem no registro de um imóvel, contendo todo o histórico de mudanças realizadas no mesmo. Trata-se de atos jurídicos ocorridos no imóvel de forma enumerada e cronológica, relatando a "história" do imóvel. Podemos citar, por exemplo, o ato de averbação de uma construção, ampliação, reforma ou demolição.

1.4 UTILIZAÇÃO DESTE MANUAL

Este manual adota procedimentos específicos para cada possibilidade de regularização de imóvel, divididos em **Procedimentos para Regularização de Terrenos (Item 2) e Procedimentos para Regularização de Edificações (Item 3).**

Com entendimento dos conceitos de Registro em Transcrições e Matrículas, inicialmente se faz necessário verificar a existência de documentos cartoriais do imóvel a fim de **identificar o panorama do seu registro imobiliário**. Para tanto, será necessário realizar consulta ao Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis - GPI, gerenciado pelo Departamento de Patrimônio do Estado do Estado – DPE, aos arquivos presentes na Unidade Escolar, à Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEED e/ou ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR.

OBSERVAÇÃO: O Sistema GPI é acessível via internet, navegador WEB, no endereço: . O acesso ao referido sistema pode ser solicitado por servidores da Administração Estadual, bastando para tanto a obtenção de login e senha específica concedida pelo DPE mediante solicitação feita via e-mail (*patrimoniocpe@seap.pr.gov.br*), com os seguintes dados do usuário: nome completo, nº do RG, nº do CPF, e-mail institucional (Expresso), identificação do Órgão/Entidade de lotação do requerente, telefone para contato e descrição do motivo para solicitação de acesso.

Se porventura não for localizado documento cartorial, deve-se verificar junto à equipe técnica da Prefeitura se existem informações referentes a quadra, lote e/ou inscrição imobiliária do imóvel, para que em posse destas informações, seja possível realizar a busca junto ao CRI da região, do documento cartorial do referido imóvel.

Como resultado destas buscas, poderão ser encontradas as seguintes situações:

1) Imóvel registrado em Transcrição de propriedade do Estado do Paraná (Item 2.1).
2) Imóvel registrado em Matrícula de propriedade do Estado do Paraná (Item 2.2).
3) Imóvel registrado em Transcrição de propriedade da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR (Item 2.3).
4) Imóvel registrado em Matrícula de propriedade da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR (Item 2.4).
5) Imóvel com Escritura Pública de Doação/Desapropriação, em favor do Estado do Paraná, no qual o documento cartorial de origem é uma Transcrição (Item 2.5).
6) Imóvel com Escritura Pública de Doação/Desapropriação, em favor do Estado do Paraná, no qual o documento cartorial de origem é uma Matrícula (Item 2.6).
7) Imóvel com Escritura Pública de Doação/Desapropriação, em favor da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, no qual o documento cartorial de origem é uma Transcrição (Item 2.7).
8) Imóvel com Escritura Pública de Doação/Desapropriação, em favor da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR, no qual o documento cartorial de origem é uma Matrícula (Item 2.8).
9) Imóvel registrado em Transcrição e/ou Matrícula de propriedade de Autarquia Estadual (Item 2.9).
10) Imóvel registrado em Transcrição e/ou Matrícula de propriedade do Município (Item 2.10).
11) Imóvel registrado em Transcrição e/ou Matrícula de propriedade de Autarquia Municipal (Item 2.11).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

12) Imóvel registrado em Transcrição e/ou Matrícula de propriedade da União Federal ou Autarquia Federal (Item 2.12).
13) Imóvel Registrado em Transcrição e/ou Matrícula em que parte ou totalidade do imóvel seja de propriedade de Particular – Pessoa Física ou Jurídica (Item 2.13).
14) Imóvel sem documento cartorial (Item 2.14).
15) Somente parte do imóvel sem documento cartorial (Item 2.15).
16) Imóvel com parte do terreno invadida (Item 2.16).

A partir da busca sobre o registro imobiliário, o Dirigente da Unidade deverá **enquadrar o imóvel em alguma das hipóteses listadas anteriormente** e seguir os procedimentos relacionados especificamente a este Item, que resultará na abertura de **Matrícula sob titularidade do Estado do Paraná e posteriormente na averbação da edificação neste registro**.

1.4.1 Checklist Online de Informações – Unidades Escolares

Para enquadramento do imóvel em regularização em alguma das hipóteses listadas nos Item 1.4 e 3.1 deste Manual, todos os Dirigentes das Unidades Escolares deverão utilizar o Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Informações compiladas no Anexo 1 a serem disponibilizadas em link para preenchimento pelo GAS/SEED e DPE/SEED) para compreensão das demandas existentes e compilação de demandas por parte dos Núcleos Regionais de Educação e SEED.

2 PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DE TERRENOS

2.1 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ[2]

1) Ao identificar que a Unidade Escolar possui como documento cartorial, uma ou mais Transcrições em nome do Estado do Paraná, deverá ser realizada consulta prévia junto ao departamento técnico da Prefeitura, a fim de verificar se o imóvel possui **Planta de Cadastramento aprovada**.
2) Em caso de existência, deverá ser solicitada cópia da Planta aprovada e respectivo Memorial Descritivo a fim de compará-los com a respectiva documentação cartorial, especialmente no que diz respeito à área e dimensões do imóvel.
3) Deverá ser solicitado à equipe técnica da Prefeitura demais orientações para dar sequência aos procedimentos para abertura de Matrícula.
4) Solicitar ao CRI a relação de documentos necessários para a Retificação Administrativa.
5) Caso **não exista Planta de Cadastramento aprovada** junto à Prefeitura, ou caso a Planta exista, mas **não coincida com os dados dispostos na documentação cartorial**, deve-se adotar os seguintes procedimentos:
    a) Solicitar ao CRI e Prefeitura a relação de documentos necessários para a aprovação da Planta do lote e da abertura de Matrícula.
    b) Buscar auxílio profissional (Engenheiro Cartógrafo, Agrimensor, Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura ou, na impossibilidade, contratar o profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o Modelo de Termo de Referência (Anexo 2), com o objetivo de elaborar e aprovar Planta Cadastral junto à Prefeitura.
    c) Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de

[2] Processo padrão para Retificação Administrativa, independentemente da quantidade de ocupantes.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

OBSERVAÇÃO: Se a elaboração da documentação estiver sendo realizada por profissional voluntário, provavelmente a Unidade Escolar deverá conduzir a sua aprovação perante a Prefeitura. Em caso de elaboração por profissional contratado pela APMF ou empresa contratada por procedimento licitatório, o Termo de Referência prevê a condução total do processo até a aprovação na Prefeitura e posterior entrega ao estabelecimento de ensino de toda a documentação exigida pelo CRI para os demais procedimentos.

d) Após a entrega da documentação pelo profissional, a mesma deverá ser levada à Prefeitura para análise prévia, devendo incluir Plantas e Memorial Descritivo do imóvel. A Planta, além do levantamento propriamente dito, deverá conter ainda a implantação do imóvel, as medidas perimetrais, a área total, logradouros, confrontantes e coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, quadro de áreas, quadro de legendas, Planta de Situação preferencialmente em escala 1:10.000, título do projeto, declaração de responsabilidade, campo próprio com espaço para coleta das assinaturas de confrontantes e outro para assinaturas do Representante Legal do Imóvel Estadual e do responsável técnico pelo projeto, com devida identificação de Título do profissional responsável, do nº do seu Registro no Conselho e identificação de ART ou RRT correspondente.

e) Antes do recolhimento da assinatura do Representante Legal do Imóvel Estadual e dos confrontantes, ainda nesta solicitação de análise na Prefeitura, em caso de conformidade técnica, deve-se solicitar a emissão de uma Declaração de Conformidade (Anexo 3), referente à documentação apresentada (as Prefeituras Municipais

não possuem obrigatoriedade no fornecimento desta documentação, devida emissão não usual).

f) Após análise prévia da documentação pela Prefeitura, confirmar a existência das assinaturas do responsável técnico na Planta referente ao levantamento topográfico planimétrico e no Memorial Descritivo.

g) Solicitar a emissão de ART/RRT do profissional, com a respectiva assinatura.

h) Obter junto à Prefeitura as CND's de ISS e IPTU.

i) Obter junto a Prefeitura documento que comprove o valor venal do imóvel em regularização.

j) Recolher as assinaturas dos confrontantes na Planta referente ao levantamento topográfico.

I. Ressalta-se que todas as assinaturas devem possuir reconhecimento de firma em cartório de notas.

II. Em caso de confrontante que seja Inventariante, além da sua assinatura na Planta, também é necessária cópia do termo de inventariante e cópia da certidão de óbito.

III. No caso de confrontante falecido, em que não tenha sido realizado inventário, deverá ser coletada a assinatura de todos os herdeiros que constarem na certidão de óbito, bem como anexar cópia da certidão ao processo.

IV. Para o caso de confrontante que seja posseiro, deve-se solicitar uma declaração de posse com firma reconhecida, além de anexar comprovantes da posse há mais de 5 (cinco) anos (Exemplos de comprovantes: contrato de compra e venda, cadastro do IPTU junto à Prefeitura, contas de luz, água, correspondências diversas para o endereço do imóvel, etc.).

V. Para o caso de confrontante não localizado ou da recusa do mesmo para assinar a Planta, deve-se prever no Requerimento do Proprietário do Imóvel (Anexo 7) a indicação

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

para que o Cartório realize a notificação do mesmo, devendo indicar os prováveis endereços da sua localização e os meios utilizados para a notificação, conforme Art. 213, inciso II, da Lei nº. 6.015/1973.

k) Abrir protocolo digital no sistema e-protocolo, a ser encaminhado ao DPE/SEAP contendo:

1. Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.
2. Plantas, Memorial Descritivo, ART/RRT devidamente assinados.
3. Declaração de Conformidade, em caso de existência.
4. Minuta do Requerimento (Anexo 6 ou 7).

l) Após orientação do DPE quanto a aprovação do material encaminhado via protocolo digital, encaminhar fisicamente três vias, (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura) ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140) das Plantas e Memorial Descritivo devidamente assinados para coleta de assinatura física do Representante Legal do Imóvel Estadual.

m) Colhidas as assinaturas de todos os envolvidos na Planta, Memorial Descritivo e ART/RRT, deverá ser realizado o encaminhamento da documentação recebida do DPE à Prefeitura para aprovação da Planta em três vias físicas (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura).

OBSERVAÇÃO: Para o caso de imóveis localizados na Região Metropolitana de Curitiba, subordinados à COMEC, a Prefeitura fará o encaminhamento da documentação para análise dessa entidade. Após a análise da COMEC, ela encaminhará a documentação para a Prefeitura, juntamente com um documento denominado ANUÊNCIA PRÉVIA, onde a Prefeitura manterá uma cópia e entregará o original para apresentação ao CRI.

n) Após aprovação da Planta pela Prefeitura, uma via será arquivada na municipalidade e será obtida a Certidão de Aprovação de

Projeto ou o carimbo de aprovação nas Plantas. Neste momento será necessário realizar a entrega das duas vias do projeto recebido com aprovação da Prefeitura juntamente com o Requerimento firmado pelo Representante Legal do Imóvel Estadual e demais documentos ao CRI a qual está subordinada a Transcrição, solicitando a abertura de Matrícula.

o) Com a aprovação da documentação, e abertura da Matrícula, uma via será arquivada no CRI e a via recebida com ambas aprovações, municipal e cartorial, deverá ser arquivada na SEED (Núcleo ou Unidade Escolar).

p) No momento da finalização destes procedimentos, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes (Item 3.1).

2.2 IMÓVEL REGISTRADO EM MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DO ESTADO DO PARANÁ

2.2.1 Conferência de Áreas entre Matrícula e Área Levantada

1) Ao identificar que a Unidade Escolar possui como documento cartorial uma Matrícula, deverá realizar consulta prévia junto ao departamento técnico da Prefeitura, a fim de verificar se o imóvel possui Planta de cadastramento aprovada.
2) Em caso de existência, solicitar cópia da Planta aprovada e respectivo Memorial Descritivo e compará-los com a respectiva documentação cartorial, especialmente no que diz respeito à área e dimensões do imóvel.
3) **Se a área registrada na Matrícula conferir com a área da Planta aprovada, bem como com a situação real do imóvel, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes** (Item 3.1).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

2.2.2 Área registrada na Matrícula não confere com a área levantada do imóvel

1) Caso a área levantada na Planta não confira com a área registrada na Matrícula, deve-se adotar os seguintes procedimentos para Retificação Administrativa da área do imóvel:
   a) Solicitar ao CRI e Prefeitura a relação de documentos necessários para a aprovação da Planta do lote e da abertura de Matrícula.
   b) Buscar auxílio profissional (Engenheiro Cartógrafo, Agrimensor, Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura ou, na impossibilidade, contratar o profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o Modelo de Termo de Referência (Anexo 2), com o objetivo de elaborar e aprovar Planta Cadastral junto à Prefeitura.
   c) Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

   OBSERVAÇÃO: Se a elaboração da documentação estiver sendo realizada por profissional voluntário, provavelmente a Unidade Escolar deverá conduzir a sua aprovação perante a Prefeitura. Em caso de elaboração por profissional contratado pela APMF ou empresa contratada por procedimento licitatório, o Termo de Referência prevê a condução total do processo até a aprovação na Prefeitura e posterior entrega ao estabelecimento de ensino de toda a documentação exigida pelo CRI para os demais procedimentos.

2) Após a entrega da documentação pelo profissional, a mesma deverá ser levada à Prefeitura para análise prévia, devendo incluir Plantas e Memorial Descritivo do imóvel. A Planta, além do levantamento propriamente dito, deverá conter ainda a implantação do imóvel, as medidas perimetrais, a área total, logradouros, confrontantes e

coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, quadro de áreas, quadro de legendas, Planta de Situação preferencialmente em escala 1:10.000, título do projeto, declaração de responsabilidade, campo próprio com espaço para coleta das assinaturas de confrontantes e outro para assinaturas do Representante Legal do Imóvel Estadual e do responsável técnico pelo projeto, com devida identificação de Título do profissional responsável, do nº do seu Registro no Conselho e identificação de ART ou RRT correspondente.

3) Antes do recolhimento da assinatura do Representante Legal do Imóvel Estadual e dos confrontantes, ainda nesta solicitação de análise na Prefeitura, em caso de conformidade técnica, deve-se solicitar a emissão de uma Declaração de Conformidade (Anexo 3), referente à documentação apresentada (as Prefeituras Municipais não possuem obrigatoriedade no fornecimento desta documentação, devida emissão não usual).
4) Após análise prévia da documentação pela Prefeitura, confirmar a existência das assinaturas do responsável técnico na Planta referente ao levantamento topográfico planimétrico e no Memorial Descritivo.
5) Solicitar a emissão de ART/RRT do profissional, com a respectiva assinatura.
6) Obter junto à Prefeitura as CND's de ISS e IPTU.
7) Obter junto a Prefeitura documento que comprove o valor venal do imóvel em regularização.
8) Recolher as assinaturas dos confrontantes na Planta referente ao levantamento topográfico.
    a) Ressalta-se que todas as assinaturas devem possuir reconhecimento de firma em cartório de notas.
    b) Em caso de confrontante que seja Inventariante, além da sua assinatura na Planta, também é necessária cópia do termo de inventariante e cópia da certidão de óbito.
    c) No caso de confrontante falecido, em que não tenha sido realizado inventário, deverá ser coletada a assinatura de todos os herdeiros

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

que constarem na certidão de óbito, bem como anexar cópia da certidão ao processo.

d) Para o caso de confrontante que seja posseiro, deve-se solicitar uma declaração de posse com firma reconhecida, além de anexar comprovantes da posse há mais de 5 (cinco) anos (Exemplos de comprovantes: contrato de compra e venda, cadastro do IPTU junto à Prefeitura, contas de luz, água, correspondências diversas para o endereço do imóvel, etc.).

9) Para o caso de confrontante não localizado ou da recusa do mesmo para assinar a Planta, deve-se prever no Requerimento do Proprietário do Imóvel (Anexo 7) a indicação para que o Cartório realize a notificação do mesmo, devendo indicar os prováveis endereços da sua localização e os meios utilizados para a notificação, conforme Art. 213, inciso II, da Lei nº. 6.015/1973.

10) Abrir protocolo digital no sistema e-protocolo, a ser encaminhado ao DPE/SEAP contendo:
   a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.
   b) Plantas, Memorial Descritivo, ART/RRT devidamente assinados.
   c) Declaração de Conformidade, em caso de existência.
   d) Minuta do Requerimento (Anexo 6 ou 7).

11) Após orientação do DPE quanto a aprovação do material encaminhado via protocolo digital, encaminhar fisicamente três vias, (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura) ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado-Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140) das Plantas e Memorial Descritivo devidamente assinados para coleta de assinatura física do Representante Legal do Imóvel Estadual.

12) Colhidas as assinaturas de todos os envolvidos na Planta, Memorial Descritivo e ART/RRT, deverá ser realizado o encaminhamento da documentação recebida do DPE à Prefeitura para aprovação da Planta em três vias físicas (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura).

OBSERVAÇÃO: Para o caso de imóveis localizados na Região Metropolitana

de Curitiba, subordinados à COMEC, a Prefeitura fará o encaminhamento da documentação para análise dessa entidade. Após a análise da COMEC, ela encaminhará a documentação para a Prefeitura, juntamente com um documento denominado ANUÊNCIA PRÉVIA, onde a Prefeitura manterá uma cópia e entregará o original para apresentação ao CRI.

13) Após aprovação da Planta pela Prefeitura, uma via será arquivada na municipalidade e será obtida a Certidão de Aprovação de Projeto ou o carimbo de aprovação nas Plantas. Neste momento será necessário realizar a entrega das duas vias do projeto recebido com aprovação da Prefeitura juntamente com o Requerimento firmado pelo Representante Legal do Imóvel Estadual e demais documentos ao CRI a qual está subordinada a Transcrição, solicitando a abertura de Matrícula.
14) Com a aprovação da documentação, e abertura da Matrícula, uma via será arquivada no CRI e a via recebida com ambas aprovações, municipal e cartorial, deverá ser arquivada na SEED (Núcleo ou Unidade Escolar).
15) No momento da finalização destes procedimentos, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes (Item 3.1).

2.2.3 Imóveis com duas ou mais Matrículas e um ocupante

1) Constatada a existência de mais de uma Matrícula do imóvel em nome do Estado do Paraná, a regularização é efetuada mediante a unificação dos lotes.
2) Solicitar ao CRI e Prefeitura a relação de documentos necessários para a unificação dos lotes.
3) Buscar auxílio profissional (Engenheiro Cartógrafo, Agrimensor, Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura ou, na impossibilidade, contratar o profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o Modelo de Termo de Referência (Anexo 2), com o objetivo de elaborar e aprovar Planta Cadastral junto à Prefeitura.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

4) Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

5) Após a entrega da documentação pelo profissional, a mesma deverá ser levada à Prefeitura para análise prévia, devendo incluir os seguintes documentos:

   a) Minuta do Requerimento do Representante Legal do Imóvel Estadual.

   b) Matrículas atualizadas, com data anterior de no máximo 90 dias.

   c) Projeto de unificação impresso mostrando a situação atual e a situação pretendida (unificada), conforme padrões do Departamento Técnico da Prefeitura que, em geral, exige que as respectivas pranchas devam conter:

      I. Na prancha da situação atual: desenhos mostrando os lotes delimitados e os respectivos confrontantes, Memorial Descritivo sintético, quadro de legendas, quadro de estatística com as áreas atuais, Planta de Situação na escala 1:10.000, título do projeto, declaração de responsabilidade, campos para assinaturas do Representante Legal do Imóvel Estadual e do responsável técnico.

      II. Na prancha da situação unificada: o que muda para a situação anterior é o desenho mostrando o lote unificado com a nova designação do lote e a sua área total. Não há necessidade de anuência dos confrontantes, a não ser que haja aumento ou redução de área durante o processo de unificação.

         OBSERVAÇÃO: Em caso de aumento ou redução de área durante o processo de unificação, deverá ser realizada uma retificação administrativa em conjunto com a unificação. Para tanto, será necessário recolher assinaturas com reconhecimento de firma em cartório de notas que comprovem a anuência dos confrontantes do imóvel na retificação.

Deverá ser observado:

i. Em caso de confrontante que seja Inventariante, além da sua assinatura na Planta, também é necessária cópia do termo de inventariante e cópia da certidão de óbito.

ii. No caso de confrontante falecido, em que não tenha sido realizado inventário, deverá ser coletada a assinatura de todos os herdeiros que constarem na certidão de óbito, bem como anexar cópia da certidão ao processo.

iii. Para o caso de confrontante que seja posseiro, deve-se solicitar uma declaração de posse com firma reconhecida, além de anexar comprovantes da posse há mais de 5 (cinco) anos (Exemplos de comprovantes: contrato de compra e venda, cadastro do IPTU junto à Prefeitura, contas de luz, água, correspondências diversas para o endereço do imóvel, etc.).

iv. Para o caso de confrontante não localizado ou da recusa do mesmo para assinar a Planta, deve-se prever no Requerimento do Proprietário (Anexo 7) do imóvel a indicação para que o Cartório realize a notificação do mesmo, devendo indicar os prováveis endereços da sua localização e os meios utilizados para a notificação, conforme Art. 213, inciso II, da Lei nº. 6.015/1973.

d) Memoriais Descritivos Analíticos para a situação atual e para a situação unificada, assinados pelo responsável técnico e com firma reconhecida.

6) Antes do recolhimento da assinatura do Representante Legal do Imóvel Estadual e dos confrontantes, deve-se solicitar à Prefeitura a emissão de uma Declaração de Conformidade (Anexo 3), referente à documentação apresentada (as Prefeituras Municipais não possuem obrigatoriedade no fornecimento desta documentação, devida emissão não usual).

7) Após análise prévia da documentação pela Prefeitura, confirmar a existência das assinaturas do responsável técnico na Planta referente ao levantamento topográfico planimétrico e no Memorial Descritivo.

8) Solicitar a emissão de ART/RRT do profissional, com a respectiva assinatura.

9) Obter junto à Prefeitura as CND's de ISS e IPTU.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

10) Obter junto a Prefeitura documento que comprove o valor venal do imóvel em regularização.
11) Abrir protocolo digital no sistema e-protocolo, a ser encaminhado ao DPE/SEAP contendo:
    a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.
    b) Plantas, Memorial Descritivo, ART/RRT devidamente assinados.
    c) Declaração de Conformidade, em caso de existência.
    d) Minuta do Requerimento (Anexo 6 ou 7).
12) Após orientação do DPE quanto a aprovação do material encaminhado via protocolo digital, encaminhar fisicamente três vias, (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura) ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140) das Plantas e Memorial Descritivo devidamente assinados para coleta de assinatura física do Representante Legal do Imóvel Estadual.
13) Colhidas as assinaturas de todos os envolvidos na Planta, Memorial Descritivo e ART/RRT, deverá ser realizado o encaminhamento da documentação recebida do DPE à Prefeitura para aprovação da Planta em três vias físicas (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura).
    a) Ressalta-se que todas as assinaturas devem possuir reconhecimento de firma em cartório de notas.

        OBSERVAÇÃO: Para o caso de imóveis localizados na Região Metropolitana de Curitiba, subordinados à COMEC, a Prefeitura fará o encaminhamento da documentação para análise dessa entidade. Após a análise da COMEC, ela encaminhará a documentação para a Prefeitura, juntamente com um documento denominado ANUÊNCIA PRÉVIA, onde a Prefeitura manterá uma cópia e entregará o original para apresentação ao CRI.

14) Após aprovação da Planta pela Prefeitura, uma via será arquivada na municipalidade e será obtida a Certidão de Aprovação de Projeto ou o carimbo de aprovação nas Plantas. Neste momento será necessário realizar a entrega das duas vias do projeto recebidos com aprovação da Prefeitura juntamente com o Requerimento firmado pelo Representante

Legal do Imóvel Estadual e demais documentos ao CRI a qual estão subordinadas as Matrículas, solicitando a abertura de nova Matrícula.

15) Com a aprovação da documentação, e abertura da Matrícula, uma via será arquivada no CRI e a via recebida com ambas aprovações, municipal e cartorial, deverá ser arquivada na SEED (Núcleo ou Unidade Escolar).

16) No momento da finalização destes procedimentos, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes. (Item 3.1).

2.2.4 Dois ou mais órgãos instalados em terreno com uma ou mais Matrículas

1) Constatada a existência de dois ou mais órgãos (Unidades Escolares, Delegacias, Fundações etc.) instalados no mesmo terreno que, no entanto, possuam uma ou mais de uma Matrícula em nome do Estado do Paraná, a regularização será realizada da seguinte forma:
   a) Uma única Matrícula: desmembrar o lote, de maneira que cada órgão/entidade esteja em um lote independente, desde que seja de interesse do Estado do Paraná (o DPE/SEAP deverá ser consultado para tanto).
   b) Duas ou mais Matrículas: se as edificações dos órgãos estiverem locadas sobre áreas de documentos diferentes, sem sobreposição, ou seja, que não extrapolem para a área do outro documento, e não haja interesse do Estado em unificar os documentos, por se tratarem de órgãos com atividades afins, então a situação, a princípio, não requer nenhuma medida. Nesta situação, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes no Item 3.1. Por outro lado, se uma ou outra edificação se sobrepõe aos documentos, então, primeiramente, há necessidade de realizar a unificação dos mesmos. Neste caso, se houver interesse do Estado em possuir um documento para cada órgão/entidade ocupante, deverá ser promovida, simultaneamente à unificação dos lotes e o desmembramento da área unificada,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

conforme os procedimentos descritos nos subitens abaixo.

2) Solicitar ao CRI e Prefeitura a relação de documentos necessários para a unificação/desmembramento dos lotes.
3) Buscar auxílio profissional (Engenheiro Cartógrafo, Agrimensor, Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura ou, na impossibilidade, contratar o profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o Modelo de Termo de Referência (Anexo 2), com o objetivo de elaborar e aprovar Planta Cadastral junto à Prefeitura.
4) Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).
5) Após a entrega da documentação pelo profissional, a mesma deverá ser levada à Prefeitura e ao CRI para análise prévia, devendo incluir os seguintes documentos:
    a) Minuta do Requerimento do Representante Legal do Imóvel Estadual.
    b) Matrículas atualizadas, com data anterior de no máximo 90 dias.
    c) Projeto de unificação/desmembramento impresso mostrando a situação atual e a situação pretendida, conforme padrões do Departamento Técnico da Prefeitura que, em geral, exige que as pranchas devem conter:
        I. Na prancha da situação atual: desenhos mostrando os lotes delimitados e os respectivos confrontantes, Memorial Descritivo sintético, quadro de legendas, quadro de estatística com as áreas atuais, Planta de Situação preferencialmente na escala 1:10.000, título do projeto, declaração de responsabilidade, campos para assinaturas do Representante Legal do Imóvel Estadual e do responsável

técnico.

II. Na prancha da situação unificada/desmembrada: o que muda para a situação anterior é o desenho mostrando o lote unificado/desmembrado com a nova designação dos lotes e a sua área total. Não há necessidade de anuência dos confrontantes, a não ser que haja aumento ou redução de área durante o processo de unificação.

OBSERVAÇÃO: Em caso de aumento ou redução de área durante o processo de unificação/desmembramento, deverá ser realizada uma retificação administrativa em conjunto com a unificação/desmembramento. Para tanto, será necessário recolher assinaturas com reconhecimento de firma em cartório de notas que comprovem a anuência dos confrontantes do imóvel na retificação. Deverá ser observado:

i. Em caso de confrontante que seja Inventariante, além da sua assinatura na Planta, também é necessária cópia do termo de inventariante e cópia da certidão de óbito.
ii. No caso de confrontante falecido, em que não tenha sido realizado inventário, deverá ser coletada a assinatura de todos os herdeiros que constarem na certidão de óbito, bem como anexar cópia da certidão ao processo.
iii. Para o caso de confrontante que seja posseiro, deve-se solicitar uma declaração de posse com firma reconhecida, além de anexar comprovantes da posse há mais de 5 (cinco) anos (Exemplos de comprovantes: contrato de compra e venda, cadastro do IPTU junto à Prefeitura, contas de luz, água, correspondências diversas para o endereço do imóvel, etc.).
iv. Para o caso de confrontante não localizado ou da recusa do mesmo para assinar a Planta, deve-se prever no Requerimento do Proprietário do imóvel a indicação para que o Cartório realize a notificação do mesmo, devendo indicar os prováveis endereços da sua localização e os meios utilizados para a notificação, conforme Art. 213, inciso II, da Lei nº. 6.015/1973.

6) Memoriais Descritivos Analíticos para a situação atual e para a situação unificada/desmembrada, assinados pelo responsável técnico e com firma reconhecida.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

7) Antes do recolhimento da assinatura do Representante Legal do Imóvel Estadual e dos confrontantes, deve-se solicitar à Prefeitura a emissão de uma Declaração de Conformidade (Anexo 3), referente à documentação apresentada (as Prefeituras Municipais não possuem obrigatoriedade no fornecimento desta documentação, devida emissão não usual).
8) Após análise prévia da documentação pela Prefeitura e CRI, confirmar a existência das assinaturas do responsável técnico na Planta referente ao levantamento topográfico planimétrico e no Memorial Descritivo.
9) Solicitar a emissão de ART/RRT do profissional, com a respectiva assinatura.
10) Obter junto à Prefeitura as CND's de ISS e IPTU.
11) Obter junto a Prefeitura documento que comprove o valor venal do imóvel em regularização.
12) Abrir protocolo digital no sistema e-protocolo, a ser encaminhado ao DPE/SEAP contendo:
    a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.
    b) Plantas, Memorial Descritivo, ART/RRT devidamente assinados.
    c) Declaração de Conformidade, em caso de existência.
    d) Minuta do Requerimento (Anexo 6 ou 7), para coleta da assinatura do Representante Legal do Imóvel Estadual para posterior encaminhamento ao CRI.
13) Após orientação do DPE quanto a aprovação do material encaminhado via protocolo digital, encaminhar fisicamente três vias, (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura) ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140) das Plantas e Memorial Descritivo devidamente assinados para coleta de assinatura física do Representante Legal do Imóvel Estadual.
14) Colhidas as assinaturas de todos os envolvidos na Planta, Memorial Descritivo e ART/RRT, deverá ser realizado o encaminhamento da documentação recebida do DPE à Prefeitura para aprovação da Planta

em três vias físicas (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura).

a) Ressalta-se que todas as assinaturas devem possuir reconhecimento de firma em cartório de notas.

OBSERVAÇÃO: Para o caso de imóveis localizados na Região Metropolitana de Curitiba, subordinados à COMEC, a Prefeitura fará o encaminhamento da documentação para análise dessa entidade. Após a análise da COMEC, ela encaminhará a documentação para a Prefeitura, juntamente com um documento denominado ANUÊNCIA PRÉVIA, onde a Prefeitura manterá uma cópia e entregará o original para apresentação ao CRI.

15) Após aprovação da Planta pela Prefeitura, uma via será arquivada na municipalidade e será obtida a Certidão de Aprovação de Projeto ou o carimbo de aprovação nas Plantas. Neste momento será necessário realizar a entrega das duas vias do projeto recebidos com aprovação da Prefeitura juntamente com o Requerimento firmado pelo Representante Legal do Imóvel Estadual e demais documentos ao CRI a qual estão subordinadas as Matrículas, solicitando a abertura de nova Matrícula.
16) Com a aprovação da documentação, e abertura da Matrícula, uma via será arquivada no CRI e a via recebida com ambas aprovações, municipal e cartorial, deverá ser arquivada na SEED (Núcleo ou Unidade Escolar).
17) No momento da finalização destes procedimentos, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes (Item 3.1).

2.3 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR

1) Em caso de imóvel registrado no CNPJ 76.592.468/0001-84, da extinta FUNDEPAR, a averbação de transferência em nome do Estado do Paraná, CNPJ nº. 76.416.940/0001-28, será efetuada mediante Ofício (Anexo 9), prevendo a solicitação da gratuidade do serviço. Portanto, devem ser encaminhadas ao CRI os seguintes documentos:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

a) Ofício do Dirigente da Unidade, dirigido ao CRI, solicitando a averbação.

b) Cópia da legislação:

Lei nº. 15.466 de 31 de janeiro de 2007, que extingue a FUNDEPAR.

> Lei Estadual 15.466, de 31 de janeiro de 2007
> Art. 1° Ficam extintas as seguintes entidades fundacional e autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual:
> I - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR, ficando suas atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Lei nº. 15.604 de 15 de agosto de 2007 – Averbação Automática.

> Lei Estadual 15.604 de 15 de agosto de 2007
> Art. 10° Os Ofícios de Registro do Estado do Paraná deverão proceder, por força desta Lei, à averbação automática dos bens imóveis do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP ao Estado do Paraná, CNPJ nº 76.416.940/0001-08, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
> I - do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR.

Lei nº 18.886 de 13 de outubro de 2016, que altera a Lei nº 15.604/2007.

> Lei Estadual 18.886 de 13 de outubro de 2016
> Art. 1° O caput do art. 10 da Lei nº 15.604, de 15 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de § 2º e renumerado o seu atual parágrafo único como § 1º: Art. 10. Os Ofícios de Registro do Estado do Paraná deverão proceder, por força desta Lei, à averbação automática dos bens imóveis do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP ao Estado do Paraná, CNPJ nº 76.416.940/0001-28, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. (...)
> § 2º Os referidos Ofícios deverão proceder, por força desta Lei, à retificação automática do número do CNPJ do Estado do Paraná, dos bens imóveis estaduais registrados no CNPJ nº 76.416.940/0001-28, sem ônus para o Poder Executivo Estadual.

c) Cópia da Transcrição em nome da extinta FUNDEPAR.

2) Deve-se adotar as medidas para abertura de Matrícula, conforme Item 2.1.

OBSERVAÇÃO: Pode ocorrer de o CRI recusar-se a proceder a averbação na Transcrição, exigindo que, primeiramente, seja aberta a Matrícula do imóvel, para posteriormente realizar a averbação de alteração de titularidade. Neste caso, proceder de acordo com o Item 2.1.

2.4 IMÓVEL REGISTRADO EM MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR

1) Em caso de imóvel registrado no CNPJ 76.592.468/0001-84, da extinta FUNDEPAR, a averbação de transferência em nome do Estado do Paraná, CNPJ nº. 76.416.940/0001-28, será efetuada mediante Ofício (Anexo 9), prevendo a solicitação da gratuidade do serviço. Devem ser encaminhadas ao CRI os seguintes documentos:
   a) Ofício (Anexo 9) do Dirigente da Unidade, dirigido ao CRI, solicitando a averbação.
   b) Cópia da legislação:

Lei nº. 15.466 de 31 de janeiro de 2007, que extingue a FUNDEPAR.

> Lei Estadual 15.466, de 31 de janeiro de 2007
> Art. 1° Ficam extintas as seguintes entidades fundacional e autárquicas da administração indireta do Poder Executivo Estadual:
> I - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ - FUNDEPAR, ficando suas atribuições, servidores, cargos, dotações orçamentárias, créditos, receitas e patrimônio, transferidos ao âmbito administrativo da Secretaria de Estado da Educação – SEED.

Lei nº 15.604 de 15 de agosto de 2007 – Averbação Automática.

> Lei Estadual 15.604 de 15 de agosto de 2007
> Art. 10° Os Ofícios de Registro do Estado do Paraná deverão proceder, por

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

força desta Lei, à averbação automática dos bens imóveis do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP ao Estado do Paraná, CNPJ nº 76.416.940/0001-08, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
I - do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR.

Lei nº 18.886 de 13 de outubro de 2016, que altera a Lei nº 15.604/2007.

Lei Estadual 18.886 de 13 de outubro de 2016
Art. 1° O caput do art. 10 da Lei nº 15.604, de 15 de agosto de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de § 2º e renumerado o seu atual parágrafo único como § 1º: Art. 10. Os Ofícios de Registro do Estado do Paraná deverão proceder, por força desta Lei, à averbação automática dos bens imóveis do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP ao Estado do Paraná, CNPJ nº 76.416.940/0001-28, sem ônus para o Poder Executivo Estadual, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. (...)
§ 2º Os referidos Ofícios deverão proceder, por força desta Lei, à retificação automática do número do CNPJ do Estado do Paraná, dos bens imóveis estaduais registrados no CNPJ nº 76.416.940/0001-28, sem ônus para o Poder Executivo Estadual.

c) Cópia da Matrícula em nome da extinta FUNDEPAR.

2) Com a Matrícula averbada em nome do Estado do Paraná, deve-se dar encaminhamento na averbação das edificações, conforme instruções contidas no Item 3.1.

2.5 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DO ESTADO DO PARANÁ, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA TRANSCRIÇÃO

1) Ao identificar que a Unidade Escolar possui apenas uma Escritura Pública de Doação a favor do Estado do Paraná, que ainda não tenha sido levada a registro junto ao CRI. Caso o documento cartorial de origem seja uma Transcrição, ainda em nome do respectivo doador, a regularização cadastral deverá ocorrer da seguinte forma:

a) Reunir a documentação necessária para a aprovação da Planta do imóvel junto à Prefeitura e requerer abertura de Matrícula junto ao CRI, conforme descrito no Item 2.1.
b) Juntamente com o processo de abertura de Matrícula descrito no Item 2.1, iniciar, simultaneamente, o processo de averbação da doação referente a respectiva escritura pública em favor do Estado do Paraná de acordo com orientação fornecida pelo CRI correspondente.
c) Com a abertura da Matrícula registrada sob a titularidade do Estado do Paraná, deve-se adotar as providências para averbação da edificação, conforme descrito no Item 3.1.

2.6 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DO ESTADO DO PARANÁ, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA MATRÍCULA

1) Ao identificar que a Unidade Escolar possui uma Escritura Pública de Doação, a favor do Estado do Paraná, ainda não levada ao registro junto ao CRI, cujo documento cartorial de origem é uma Matrícula, ainda em nome do respectivo doador, a regularização dominial deverá ocorrer da seguinte forma:
   a) Primeiramente levar a Escritura Pública de Doação a registro no CRI da circunscrição do imóvel e solicitar a averbação da Doação na Matrícula.
   b) Feita a averbação da Doação na Matrícula, e **caso a situação real da área do terreno esteja compatível com a mesma**, então dar sequência aos procedimentos para averbação das edificações, conforme descrito no Item 3.1. Por outro lado, **se houver divergência de área**, deve-se proceder também a Retificação Administrativa do lote, conforme descrito no Item 2.2.2, juntamente com o processo de averbação das edificações, conforme descrito no Item 3.1.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

2.7 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA TRANSCRIÇÃO

1) Ao identificar que a Unidade Escolar possui uma Escritura Pública de Doação em favor da extinta FUNDEPAR, em que o documento cartorial de origem é uma Transcrição, primeiramente deverão ser adotados os procedimentos descritos no Item 2.1 para a abertura da Matrícula, juntamente com o que determina o Item 2.3, para a averbação da transferência da titularidade da FUNDEPAR para o Estado do Paraná.
2) Uma vez aberta a Matrícula do imóvel e averbada a transferência de titularidade da FUNDEPAR para o Estado do Paraná, então, o próximo passo será a averbação da edificação, segundo os procedimentos descritos no Item 3.1.

2.8 IMÓVEL COM ESCRITURA PÚBLICA DE DOAÇÃO, EM FAVOR DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPAR, NO QUAL O DOCUMENTO CARTORIAL DE ORIGEM É UMA MATRÍCULA

1) Ao identificar que a Unidade Escolar possui uma Escritura Pública de Doação em favor da extinta FUNDEPAR, em que o documento cartorial de origem é uma Matrícula, devem ser adotados um dos seguintes procedimentos:
   a) Verificar se há divergência de área entre a situação real e o documento cartorial. **Não havendo divergência**, levar a Escritura ao CRI, para a devida averbação na Matrícula, objetivando a transferência do imóvel para a titularidade do Estado do Paraná, ocasião em que deverão ser apresentados os documentos listados no item 2.4. Posteriormente, adotar os procedimentos descritos no

Item 3.1, a fim de averbar as edificações.

b) Por outro lado, **verificada a divergência de área**, também se deve proceder à Retificação Administrativa do lote, conforme os passos descritos no Item 2.2.2. Posteriormente iniciar o processo de averbação das edificações elencados no Item 3.1.

2.9 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DE AUTARQUIA ESTADUAL

1) O Dirigente da Unidade deverá abrir protocolado com Memorando direcionado à SEED, informando que a Unidade Escolar funciona em imóvel de propriedade de autarquia Estadual (fazer a qualificação completa da entidade), conforme documento cartorial (informar nº da Transcrição/Matrícula), e que para regularização cartorial se faz necessária a solicitação da doação do imóvel ao ESTADO DO PARANÁ.

   OBSERVAÇÃO: deverá ser juntado no protocolado cópia do documento cartorial atualizado, mapas e Plantas do imóvel, se houver.

2) O Titular da SEED deverá, mediante ofício, direcionar solicitação de doação do imóvel ao Titular da Pasta à qual se vincula a Autarquia que detém a propriedade do bem imóvel.
3) Havendo concordância do Secretário e da Autarquia Estadual, o processo será encaminhado à Casa Civil para encaminhamento de mensagem de lei à Assembleia Legislativa.
4) Após aprovação da Assembleia Legislativa e edição da Lei de Doação, o protocolado retornará à SEED, para o que seja providenciada a lavratura da Escritura Pública de Doação junto ao Tabelionato de Notas.
5) Após lavratura, a Escritura Pública de Doação, deverá ser enviada ao Dirigente da Unidade, para que seja apresentada ao CRI com finalidade de averbação da doação na Matrícula do Imóvel.
6) Tratando-se de Transcrição, obrigatoriamente deverão ser adotados todos os procedimentos para abertura de Matrícula dispostos no Capítulo 2.1, para posterior apresentação da Escritura Pública de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Doação junto ao CRI, a fim de que seja averbada a doação na Matrícula do imóvel.

7) Após o registro da doação na Matrícula do imóvel, deverão ser adotados os procedimentos, e levantados os documentos para averbação da edificação, dispostos no Item 3.1.

OBSERVAÇÃO: Os processos de doação/cessão somente poderão ser autorizados em anos não eleitorais, conforme estabelece a Lei Federal n° 9.504/1997.

2.10 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO

1) Constatada a existência de documento cartorial do imóvel, seja Matrícula ou Transcrição, em nome de Município, o Dirigente da Unidade deverá abrir protocolado com Memorando direcionado à SEED, informando que a Unidade Escolar funciona em imóvel de propriedade do Município (fazer a qualificação completa do município), conforme documento cartorial (informar nº da Transcrição/Matrícula), e que para regularização cartorial se faz necessário a solicitação da doação do imóvel ao ESTADO DO PARANÁ.

OBSERVAÇÃO: deverá ser juntado no protocolado cópia do documento cartorial atualizado e mapas e Plantas do imóvel, se houver.

2) O Titular da SEED deverá encaminhar a solicitação de doação do imóvel, mediante Ofício, ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
3) Havendo concordância do Prefeito do Município, este deverá encaminhar mensagem de lei à Câmara Municipal.
4) Após aprovação da Câmara Municipal e edição da Lei de Doação, o protocolado retornará à SEED, para o que seja providenciada a lavratura da Escritura Pública de Doação junto ao Tabelionato de Notas.
5) Após lavratura, a Escritura Pública de Doação, deverá ser enviada ao Dirigente da Unidade, para que seja apresentada ao CRI com a finalidade de averbação da doação na Matrícula do Imóvel.

6) Tratando-se de Transcrição, obrigatoriamente deverão ser adotados todos os procedimentos para abertura de Matrícula dispostos no Capítulo 2.1, para posterior apresentação da Escritura Pública de Doação junto ao CRI, a fim de que seja averbada a doação na Matrícula do imóvel.
7) Após o registro da doação na Matrícula do imóvel, deverão ser adotados os procedimentos, e levantados os documentos para averbação da edificação, dispostos no Item 3.1.

OBSERVAÇÃO: Os processos de doação/cessão somente poderão ser autorizados em anos não eleitorais, conforme estabelece a Lei Federal n° 9.504/1997.

2.11 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DE AUTARQUIA MUNICIPAL

1) Constatada a existência de documento cartorial do imóvel, seja Matrícula ou Transcrição, em nome de Autarquia Municipal, o Dirigente da Unidade deverá abrir protocolado com Memorando direcionado à SEED, informando que a Unidade Escolar funciona em imóvel de propriedade da Autarquia Municipal (fazer a qualificação completa da entidade), conforme documento cartorial (informar nº da Transcrição/Matrícula), e que para regularização cartorial se faz necessário a solicitação da doação do imóvel ao ESTADO DO PARANÁ.

OBSERVAÇÃO: deverá ser juntado no protocolado cópia do documento cartorial atualizado e mapas e Plantas do imóvel, se houver.

2) O Titular da SEED deverá direcionar a solicitação de doação do bem imóvel ao Chefe do Poder Executivo Municipal.
3) Havendo concordância do Município, o Prefeito encaminhará à Câmara Municipal, mensagem de lei de doação do imóvel ao Estado do Paraná.
4) Após aprovação da Câmara Municipal e edição da Lei de Doação, o protocolado retornará à SEED, para o que seja providenciada a lavratura da Escritura Pública de Doação junto ao Tabelionato de Notas.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

5) Após lavratura, a Escritura Pública de Doação, deverá ser enviada ao Dirigente da Unidade, para que seja apresentada ao CRI com a finalidade de averbação da doação na Matrícula do Imóvel.
6) Tratando-se de Transcrição, obrigatoriamente deverão ser adotados todos os procedimentos para abertura de Matrícula dispostos no Capítulo 2.1, para posterior apresentação da Escritura Pública de Doação junto ao CRI, a fim de que seja averbada a doação na Matrícula do imóvel.
7) Após o registro da doação na Matrícula do imóvel, deverão ser adotados os procedimentos, e levantados os documentos para averbação da edificação, dispostos no Item 3.1.

OBSERVAÇÃO: Os processos de doação/cessão somente poderão ser autorizados em anos não eleitorais, conforme estabelece a Lei Federal n° 9.504/1997.

2.12 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA DE PROPRIEDADE DA UNIÃO FEDERAL OU AUTARQUIA FEDERAL

1) Constatada a existência de documento cartorial do imóvel, seja Matrícula ou Transcrição, em nome da União Federal ou Autarquia Federal, deverá ser aberto protocolo digital, encaminhado ao DPE, contendo:
   a) Ofício formulado pelo Secretário de Estado da Educação e do Esporte, dirigido ao Governador do Estado, identificando a necessidade da demanda e solicitando aprovação do pleito por meio da assinatura no Projeto de Utilização do Imóvel da União (Anexo 5, Item c).
   b) Formulário para Consulta de Disponibilidade de Imóvel da União (Anexo 4).
   c) Projeto de Utilização do Imóvel da União (Anexo 5).
2) O DPE procederá o requerimento do imóvel mediante utilização do Sistema SISREI.
3) A Secretaria do Patrimônio da União - SPU poderá decidir pela viabilização do imóvel por meio de doação ou cessão de uso.

4) Após formalização do Contrato de Doação ou Contrato de Cessão de Uso, o mesmo será enviado ao Dirigente da Unidade, para que seja apresentada ao CRI com finalidade de averbação da doação/cessão no documento cartorial do imóvel (Matrícula/Transcrição).
5) **Caso o documento cartorial seja uma Matrícula** e exista Planta aprovada junto a Prefeitura, após a aprovação da doação, será necessário providenciar a averbação do Contrato de Doação na Matrícula do imóvel junto ao CRI.
6) **Tratando-se de Transcrição, ou caso não exista Planta aprovada na Prefeitura**, obrigatoriamente deverão ser adotados todos os procedimentos para abertura de Matrícula dispostos no Capítulo 2.1, para posterior apresentação do Contrato de Doação ou Contrato de Cessão de Uso junto ao CRI, a fim de que seja averbada a doação/cessão na Matrícula do imóvel.
7) Para ambas as situações relacionadas acima, após o registro da doação/cessão na Matrícula do imóvel, deverão ser adotados os procedimentos para averbação da edificação, dispostos no item 3.1.

OBSERVAÇÃO: Os processos de doação/cessão somente poderão ser autorizados em anos não eleitorais, conforme estabelece a Lei Federal n° 9.504/1997.

2.13 IMÓVEL REGISTRADO EM TRANSCRIÇÃO E/OU MATRÍCULA EM QUE PARTE OU TOTALIDADE DO IMÓVEL SEJA DE PROPRIEDADE DE PARTICULAR – PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA

1) Constatada a existência de documento cartorial do imóvel, seja Matrícula ou Transcrição, em nome de Particular, seja pessoa física ou jurídica, inicialmente deverão ser seguidos os seguintes passos: o Secretário da SEED deverá abrir protocolo eletrônico integrado identificando a demanda em sua completude, direcionado ao DPE/SEAP, solicitando orientações para fins de regularização da propriedade do imóvel, para que o referido Departamento verifique qual procedimento será adotado: se Usucapião, Doação ou Desapropriação.
2) Após a análise, o DPE definirá os procedimentos a serem adotados pelo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Dirigente da Unidade no protocolado eletrônico.

2.14 IMÓVEL SEM DOCUMENTO CARTORIAL

1) Após a realização de buscas no CRI da circunscrição sob a qual se encontra o imóvel, e nas anteriores, se constatado que o imóvel não possui documento cartorial, seja Transcrição, Matrícula ou Escritura Pública, a Matrícula do imóvel poderá ser obtida de acordo com o disposto no Art. 195-B da Lei Federal n° 6.015/1973.
2) Deverá ser realizada consulta prévia junto ao departamento técnico da Prefeitura, a fim de verificar se o imóvel possui **Planta de cadastramento aprovada**.
3) Em caso de existência, deverá ser solicitada cópia da Planta aprovada e respectivo Memorial Descritivo a fim de compará-los com a situação real do imóvel, especialmente no que diz respeito à área e dimensões.
4) Caso **não exista Planta de Cadastramento aprovada** junto à Prefeitura, ou caso a Planta exista, mas **não coincida com os dados dispostos no local**, deve-se adotar os seguintes procedimentos:
   a) Buscar auxílio profissional (Engenheiro Cartógrafo, Agrimensor, Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura ou, na impossibilidade, contratar o profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o Modelo de Termo de Referência (Anexo 2), com o objetivo de elaborar e aprovar Planta Cadastral junto à Prefeitura.
   b) Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Topográfico e/ou Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

      OBSERVAÇÃO: Se a elaboração da documentação estiver sendo

realizada por profissional voluntário, provavelmente a Unidade Escolar deverá conduzir a sua aprovação perante a Prefeitura. Em caso de elaboração por profissional contratado pela APMF ou empresa contratada por procedimento licitatório, o Termo de Referência prevê a condução total do processo até a aprovação na Prefeitura e posterior entrega ao estabelecimento de ensino de toda a documentação exigida pelo CRI para os demais procedimentos.

5) Após a entrega da documentação pelo profissional, a mesma deverá ser levada à Prefeitura para análise prévia, devendo incluir Plantas e Memorial Descritivo do imóvel. A Planta, além do levantamento propriamente dito, deverá conter ainda a implantação do imóvel, as medidas perimetrais, a área total, logradouros, confrontantes e coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, quadro de áreas, quadro de legendas, Planta de Situação preferencialmente em escala 1:10.000, título do projeto, declaração de responsabilidade, campo próprio com espaço para coleta das assinaturas de confrontantes e outro para assinaturas do Representante Legal do Imóvel Estadual e do responsável técnico pelo projeto, com devida identificação de Título do profissional responsável, do nº do seu Registro no Conselho e identificação de ART ou RRT correspondente.
6) Antes do recolhimento da assinatura do Representante Legal do Imóvel Estadual e dos confrontantes, ainda nesta solicitação de análise na Prefeitura, em caso de conformidade técnica, deve-se solicitar a emissão de uma Declaração de Conformidade (Anexo 3), referente à documentação apresentada (as Prefeituras Municipais não possuem obrigatoriedade no fornecimento desta documentação, mas especificamente neste processo, a ausência desta declaração pode impossibilitar o registro do imóvel).
7) Após análise prévia da documentação pela Prefeitura, confirmar a existência das assinaturas do responsável técnico na Planta referente ao levantamento topográfico planimétrico e no Memorial Descritivo.
8) Solicitar a emissão de ART/RRT do profissional, com a respectiva

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

assinatura.

9) Obter junto a Prefeitura documento que comprove o valor venal do imóvel em regularização.

10) Recolher as assinaturas dos confrontantes na Planta referente ao levantamento topográfico.

    a) Ressalta-se que todas as assinaturas devem possuir reconhecimento de firma em cartório de notas.

    b) Em caso de confrontante que seja Inventariante, além da sua assinatura na Planta, também é necessária cópia do termo de inventariante e cópia da certidão de óbito.

    c) No caso de confrontante falecido, em que não tenha sido realizado inventário, deverá ser coletada a assinatura de todos os herdeiros que constarem na certidão de óbito, bem como anexar cópia da certidão ao processo.

    d) Para o caso de confrontante que seja posseiro, deve-se solicitar uma declaração de posse com firma reconhecida, além de anexar comprovantes da posse há mais de 5 (cinco) anos (Exemplos de comprovantes: contrato de compra e venda, cadastro do IPTU junto à Prefeitura, contas de luz, água, correspondências diversas para o endereço do imóvel, etc.).

    e) Para o caso de confrontante não localizado ou da recusa do mesmo para assinar a Planta, deve-se prever no Requerimento do Proprietário do Imóvel (Anexo 7) a indicação para que o Cartório realize a notificação do mesmo, devendo indicar os prováveis endereços da sua localização e os meios utilizados para a notificação, conforme Art. 213, inciso II, da Lei nº. 6.015/1973.

11) Abrir protocolo digital no sistema e-protocolo, a ser encaminhado ao DPE/SEAP contendo:

    a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.

    b) Plantas, Memorial Descritivo, ART/RRT devidamente assinados.

    c) Declaração de Conformidade.

    d) Minuta do Requerimento (Anexo 6 ou 7).

12) Após orientação do DPE quanto a aprovação do material encaminhado via protocolo digital, encaminhar fisicamente três vias, (ou o quantitativo estipulado pela Prefeitura) ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140) das Plantas e Memorial Descritivo devidamente assinados para coleta de assinatura física do Representante Legal do Imóvel Estadual.
13) O DPE/SEAP irá providenciar a elaboração da minuta do Decreto de Utilidade Pública, com direcionamento a Casa Civil.
14) Uma vez aprovado o Decreto de Utilidade Pública, o documento será enviado à Unidade Escolar, juntamente com o Requerimento de solicitação de abertura de Matrícula direcionado ao CRI e Requerimento de Aprovação de Planta Cadastral assinados pelo Representante Legal do Imóvel Estadual. Estes dois documentos deverão ser juntados às Plantas, Memorial Descritivo, ART/RRT e Declaração de Conformidade para apresentação ao CRI com finalidade de solicitação de abertura da Matrícula do imóvel. Uma via física da Planta e Memorial Descritivo será arquivada em cartório.
15) Após abertura da Matrícula, deverá ser realizado o encaminhamento da Matrícula recebida ao DPE.
16) Duas vias físicas da Planta e Memorial Descritivo serão recebidas do cartório. Estas deverão ser apresentadas na Prefeitura junto a Matrícula aberta, e Requerimento de Aprovação de Planta Cadastral, e ART/RRT do profissional responsável, para aprovação do projeto. Uma via será arquivada na municipalidade e será obtida a Certidão de Aprovação de Projeto ou o carimbo de aprovação nas Plantas. A via remanescente da Planta deverá ser arquivada na SEED (Núcleo ou Unidade Escolar).

OBSERVAÇÃO: Para o caso de imóveis localizados na Região Metropolitana de Curitiba, subordinados à COMEC, a Prefeitura fará o encaminhamento da documentação para análise dessa entidade. Após a análise da COMEC, ela encaminhará a documentação para a Prefeitura, juntamente com um documento denominado ANUÊNCIA PRÉVIA, onde a Prefeitura manterá uma

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

cópia e entregará o original para apresentação ao CRI.

17) No momento da finalização destes procedimentos, deverão ser adotados os procedimentos para averbação das edificações existentes (Item 3.1).

2.15 SOMENTE PARTE DO IMÓVEL SEM DOCUMENTO CARTORIAL

1) Constatado que a Unidade Escolar está situada em terreno no qual, um ou mais de seus lotes não possua documento cartorial, será necessário efetuar a abertura da Matrícula do(s) lote(s) que não possui(em) o referido documento, conforme procedimentos descritos no Item 2.14.
2) Aberta a Matrícula de todos os lotes no qual o imóvel se situa, deverão ser adotados os procedimentos para unificação dos mesmos, conforme descrito no Item 2.2.3.
3) Obtida a Matrícula do terreno unificado, deve-se iniciar o processo de averbação das edificações existentes, conforme Item 3.1.

2.16 IMÓVEL COM PARTE DO TERRENO INVADIDA

1) Caso seja identificado que parte da propriedade do imóvel onde a Unidade Escolar está instalada esteja sendo utilizada por terceiro não autorizado, essa ocupação caracteriza-se como invasão, exigindo a tomada de providências para a retirada do invasor.
2) Neste caso, primeiramente, deverão ser obtidos os seguintes documentos/informações:
    a) Boletim de ocorrência policial.
    b) Endereço completo do imóvel invadido.
    c) Relatório da quantidade de pessoas ocupantes do imóvel.
    d) Nome(s), RG e/ou CPF do(s) invasor(es).
    e) Material fotográfico.
    f) Contas de energia elétrica e/ou água.
    g) A data de início da ocupação.

3) Tais informações são indispensáveis à abertura do respectivo processo pelo qual o DPE, no caso de imóveis sob titularidade do Estado, ou a Entidade, no caso das autarquias e fundações, emitirá a(s) Notificação(ões) Extrajudicial(ais) para desocupação de Imóvel, com prazo estipulado para a saída do(s) invasor(es).

4) Decorrido o prazo e constatada a manutenção da ocupação, o DPE ou a Entidade, encaminhará o processo à Procuradoria Geral do Estado, para os fins judiciais de reintegração do Estado na posse do bem.

OBSERVAÇÃO: Conforme orientação da Procuradoria Geral do Estado, se a ocupação, comprovadamente, estiver ocorrendo há menos de 365 dias, a desocupação poderá ser obtida com simples liminar, sob processo específico, reduzindo significativamente o tempo regular do processo de reintegração de posse. Imprescindível, para tanto, contudo, é a comprovação da data de início da ocupação e da robustez da documentação constante do processo.

5) Após realizada a reintegração de posse, verifica-se a situação da documentação cartorial, e a situação cadastral do imóvel junto à Prefeitura, para dar sequência na regularização documental do imóvel, sendo necessário o novo enquadramento do imóvel em alguma possibilidade de situação descrita no Item 2.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

3 PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

3.1 AVERBAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Após regularização cartorial do terreno, resultante da abertura da Matrícula, deve-se dar início ao processo de averbação da(s) edificação(ões) existente(s) no imóvel, da seguinte forma:

1) Deverá ser investigado, na Unidade Escolar, na SEED, no FUNDEPAR, na Paraná Edificações – PRED e na Prefeitura Municipal a existência de:
   a) Projeto arquitetônico atualizado da(s) edificação(ões).
   b) ART/RRT do Projeto Arquitetônico e de Execução da Obra.
   c) Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal.
   d) Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (Habite-se) - CVCO emitido pela Prefeitura.

Em um processo padrão de averbação de edificações, normalmente estes itens são obtidos de maneira sequencial. Assim, a existência de algumas destas informações indicará a sequência de documentos ainda necessários ao processo.

As Unidades Escolares, em sua maioria, passam por constantes processos de reforma, ampliação, demolição e modificações contínuas. Desta forma, podem existir informações sobre Projeto Arquitetônico desatualizadas, bem como Alvará de Construção e CVCO de apenas parte da edificação construída, ou mesmo de edificações demolidas.

Assim, localizando-se alguns destes documentos, haverá necessidade de comparar as informações presentes nos mesmos com a situação real do imóvel. Com este objetivo, o Dirigente da Unidade **deverá buscar auxílio da equipe técnica de setor competente da Prefeitura municipal responsável por controle de edificações para identificação de procedimentos necessários a continuidade da averbação**.

3.1.1 Em caso de existência do Projeto Arquitetônico aprovado na Prefeitura

Municipal compatível com a situação real do imóvel

1) Constatada a existência de projeto arquitetônico e que o mesmo confere com as edificações existentes e também possui aprovação perante a Prefeitura Municipal, **deverá ser verificada a existência de alvará de construção e CVCO**.
2) **Havendo Alvará de Construção e CVCO emitidos,** deverá ser aberto protocolado eletrônico, dirigido ao DPE, com a finalidade de obtenção da CND do INSS[3], obtida junto à Receita Federal e de Requerimento do Proprietário do Imóvel para averbação, contendo:
   a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.
   a) Matrícula atualizada do imóvel (com prazo de validade inferior a 90 dias).
   b) Projeto arquitetônico aprovado na Prefeitura Municipal

   OBSERVAÇÃO: Em caso de impossibilidade de escaneamento desse arquivo, o Dirigente da Unidade deverá encaminhar fisicamente uma via do Projeto ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140).

   c) ART/RRT do Projeto Arquitetônico.
   d) Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal.
   e) Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (Habite-se) - CVCO emitido pela Prefeitura.

   Após a emissão da CND do INSS, e recebimento do Requerimento assinado pelo Responsável Legal do Imóvel Estadual, o Dirigente da Unidade deverá apresentar toda a documentação no CRI para averbação das edificações.
3) **Não havendo Alvará de Construção e CVCO emitidos,** o Dirigente da Unidade deverá identificar a presença de ART/RRT de Projeto

[3] Para a obtenção da CND do INSS junto à receita Federal devem ser cumpridos quatro passos: Cadastramento da Obra no CNO (Cadastro Nacional de Obras), preenchimento e envio da DISO (Declaração de Informações Sobre a Obra), emissão da ARO (Aviso de Regularização de Obra) e a emissão da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS). A sistemática completa para a realização dos procedimentos acima está descrita nos Itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Arquitetônico e de Execução da Obra compatível com a metragem das edificações da Unidade Escolar. **Havendo ART/RRT do Projeto Arquitetônico e de Execução de Obra**, poderá ser solicitada a Prefeitura municipal a expedição de Alvará de Construção e CVCO. **Não havendo ART/RRT do Projeto Arquitetônico e de Execução da Obra**, deverá ser buscado auxílio profissional (Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura ou, na impossibilidade, verificar a possibilidade de contratação de profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o conteúdo do Anexo 8 - Especificações Mínimas para Contratação de Projeto Arquitetônico. Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

4) Independente do profissional que realize o trabalho, o objetivo deste será a verificação do Projeto Arquitetônico existente e o recolhimento da **ART/RRT do Projeto Arquitetônico e ART/RRT de As Built, que substituiu a antiga ART/RRT de Regularização de Obra Concluída, no Sistema do CREA, ou ART/RRT de Execução de Obra, que poderá ser exigida por algumas Prefeituras Municipais.**

5) Após o recolhimento da ART, deverá ser aberto protocolado eletrônico dirigido ao DPE, com a finalidade de obtenção da CND do INSS[4], obtida junto à Receita Federal e de Requerimento do Proprietário do Imóvel para averbação, contendo:

   a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.

   b) Matrícula atualizada do imóvel (com prazo de validade inferior a 90 dias).

[4] Para a obtenção da CND do INSS junto à receita Federal devem ser cumpridos quatro passos: Cadastramento da Obra no CNO (Cadastro Nacional de Obras), preenchimento e envio da DISO (Declaração de Informações Sobre a Obra), emissão da ARO (Aviso de Regularização de Obra) e a emissão da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS). A sistemática completa para a realização dos procedimentos acima está descrita nos Itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.

b) Projeto Arquitetônico.

OBSERVAÇÃO: Em caso de impossibilidade de escaneamento desse arquivo, o Dirigente da Unidade deverá encaminhar fisicamente uma via do Projeto ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140).

c) ART/RRT do Projeto Arquitetônico e de Execução da Obra ou de As Built.

d) Modelo de Requerimento de Aprovação de Projeto Arquitetônico (oferecido pelas Prefeituras Municipais).

6) Após aprovação da documentação pelo DPE e retorno do protocolado eletrônico à Unidade Escolar, juntamente com as vias físicas das Plantas assinadas pelo Responsável Legal do Imóvel, deverá ser solicitada a aprovação do Projeto Arquitetônico na Prefeitura Municipal, bem como a emissão do Alvará de Construção e do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra – CVCO (Habite-se).

7) O Dirigente da Unidade deverá, por meio do mesmo protocolado eletrônico, encaminhar ao DPE:

a) Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal.

b) Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (Habite-se) - CVCO emitido pela Prefeitura.

Após a emissão da CND do INSS, e recebimento do Requerimento assinado pelo Proprietário do Imóvel e procuração que comprove seus poderes para tanto, o Dirigente da Unidade deverá apresentar toda a documentação no CRI para averbação das edificações.

3.1.2 Em caso de existência de Projeto Arquitetônico, mas inexistência de sua aprovação na Prefeitura Municipal

1) Constatada a existência de projeto arquitetônico, mas a inexistência de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

sua aprovação na Prefeitura Municipal, deverá ser buscado auxílio profissional (Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura. Em ausência de profissional voluntário, verificar a possibilidade de contratação de profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o conteúdo do Anexo 8 - Especificações Mínimas para Contratação de Projeto Arquitetônico. Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

2) Independente do profissional que realize o trabalho, o objetivo deste será a verificação do Projeto Arquitetônico existente e o recolhimento da **ART/RRT do Projeto Arquitetônico e ART/RRT de As Built, que substituiu a antiga ART/RRT de Regularização de Obra Concluída, no Sistema do CREA, ou ART/RRT de Execução de Obra, que poderá ser exigida por algumas Prefeituras Municipais.**

3) Após o recolhimento da ART, deverá ser aberto protocolado eletrônico dirigido ao DPE, com finalidade de obtenção da CND do INSS[5], obtida junto à Receita Federal e de Requerimento do Proprietário do Imóvel para averbação, contendo:

   a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.

   c) Matrícula atualizada do imóvel (com prazo de validade inferior a 90 dias).

   b) Projeto Arquitetônico.

OBSERVAÇÃO: Em caso de impossibilidade de escaneamento desse arquivo, o Dirigente da Unidade deverá encaminhar fisicamente uma via do Projeto ao DPE/SEAP

[5] Para a obtenção da CND do INSS junto à receita Federal devem ser cumpridos quatro passos: Cadastramento da Obra no CNO (Cadastro Nacional de Obras), preenchimento e envio da DISO (Declaração de Informações Sobre a Obra), emissão da ARO (Aviso de Regularização de Obra) e a emissão da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS). A sistemática completa para a realização dos procedimentos acima está descrita nos Itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.

(Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140).

c) ART/RRT do Projeto Arquitetônico e de Execução da Obra ou de As Built.

d) Modelo de Requerimento de Aprovação de Projeto Arquitetônico (oferecido pelas Prefeituras Municipais).

4) Após aprovação da documentação pelo DPE e retorno do protocolado eletrônico à Unidade Escolar, juntamente com as vias físicas das Plantas assinadas pelo Responsável Legal do Imóvel, deverá ser solicitada a aprovação do Projeto Arquitetônico na Prefeitura Municipal, bem como a emissão do Alvará de Construção e do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra – CVCO (Habite-se).

5) O Dirigente da Unidade deverá, por meio do mesmo protocolado eletrônico, encaminhar ao DPE:

a) Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal.

b) Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (Habite-se) - CVCO emitido pela Prefeitura.

Após a emissão da CND do INSS, e recebimento do Requerimento assinado pelo Proprietário do Imóvel e procuração que comprove seus poderes para tanto, o Dirigente da Unidade deverá apresentar toda a documentação no CRI para averbação das edificações.

3.1.3 Em caso de inexistência do Projeto Arquitetônico

1) Constatada a inexistência de projeto arquitetônico, deverá ser buscado auxílio profissional (Engenheiro Civil ou Arquiteto) voluntário junto à comunidade ou à própria Prefeitura. Em ausência de profissional voluntário, verificar a possibilidade de contratação de profissional com recursos da APMF, situação em que poderá ser aproveitado o conteúdo do Anexo 8 - Especificações Mínimas para Contratação de Projeto Arquitetônico. Na impossibilidade de apoio de profissional voluntário ou de contratação com recursos da APMF, o processo de contratação de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

empresa especializada para desenvolvimento dos trabalhos técnicos (Levantamento Arquitetônico) será conduzido pela SEED após a compilação dos dados presentes no Checklist Online para Regularização de Unidades Escolares (Anexo 1).

2) Independente do profissional que realize o trabalho, o objetivo deste será a elaboração de Projeto Arquitetônico e o recolhimento da **ART/RRT do Projeto Arquitetônico e ART/RRT de As Built, que substituiu a antiga ART/RRT de Regularização de Obra Concluída, no Sistema do CREA, ou ART/RRT de Execução de Obra, que poderá ser exigida por algumas Prefeituras Municipais.**

3) Após o recolhimento da ART, deverá ser aberto protocolado eletrônico dirigido ao DPE, com a finalidade de obtenção da CND do INSS[6], obtida junto à Receita Federal e de Requerimento do Proprietário do Imóvel para averbação, contendo:

   a) Ofício do Dirigente da Unidade identificando a demanda.

   d) Matrícula atualizada do imóvel (com prazo de validade inferior a 90 dias).

   b) Projeto Arquitetônico.

   OBSERVAÇÃO: Em caso de impossibilidade de escaneamento desse arquivo, o Dirigente da Unidade deverá encaminhar fisicamente uma via do Projeto ao DPE/SEAP (Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140).

   c) ART/RRT desse Projeto Arquitetônico.

   d) ART/RRT de Execução da Obra ou de As Built.

   e) Modelo de Requerimento de Aprovação de Projeto Arquitetônico (oferecido pelas Prefeituras Municipais).

4) Após aprovação da documentação pelo DPE e retorno do protocolado eletrônico à Unidade Escolar, juntamente com as vias físicas das Plantas

[6] Para a obtenção da CND do INSS junto à receita Federal devem ser cumpridos quatro passos: Cadastramento da Obra no CNO (Cadastro Nacional de Obras), preenchimento e envio da DISO (Declaração de Informações Sobre a Obra), emissão da ARO (Aviso de Regularização de Obra) e a emissão da GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS). A sistemática completa para a realização dos procedimentos acima está descrita nos Itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.

assinadas pelo Responsável Legal do Imóvel, deverá ser solicitada a aprovação do Projeto Arquitetônico na Prefeitura Municipal, bem como a emissão do Alvará de Construção e do Certificado de Vistoria e Conclusão de Obra – CVCO (Habite-se).

5) O Dirigente da Unidade deverá, por meio do mesmo protocolado eletrônico, encaminhar ao DPE:
   a) Alvará de Construção, expedido pela Prefeitura Municipal.
   b) Certificado de Vistoria e Conclusão de Obras (Habite-se) - CVCO emitido pela Prefeitura.

Após a emissão da CND do INSS, e recebimento do Requerimento assinado pelo Proprietário do Imóvel e procuração que comprove seus poderes para tanto, o Dirigente da Unidade deverá apresentar toda a documentação no CRI para averbação das edificações.

3.2 CADASTRAMENTO DA OBRA NO CNO

1) Acessar o site da Receita Federal: *https://receita.economia.gov.br/.*
2) Inserir o Token na porta USB; na aba que será aberta, digitar a senha do mesmo.

OSERVAÇÃO: Atualmente apenas existe Token pertencente ao Chefe da Casa Civil com vinculação à Receita Federal para o CNPJ 76.416.940/0001-28. A posse deste Token está destinada ao financeiro da Casa Civil. Para contornar esta limitação, consultamos a Receita Federal que orienta o descrito no Item 3.3 - Liberação de Acesso para o e-CAC.

3) Acessar o portal e-CAC e Clicar na opção Certificado Digital.
4) Abertura da tela do e-CAC.
5) Aba Obras > se for obra nova ou regularização de obra antiga, escolher a opção “inscrever ou alterar obra”.
6) Aba Alvará > alterar o titular e inserir o CNPJ 76.416.940/0001-28 > clicar em próximo passo.
7) Aba Responsáveis > responder à pergunta “A responsabilidade desta obra será de uma pessoa jurídica?”, responder “Não”; na opção **Vínculo**,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

escolher “Proprietário do Imóvel” > clicar em próximo passo.

8) Aba Informações da Obra > No nome do responsável pela obra, inserir o nome do Secretário da SEAP, que é o responsável pelo CNPJ 76.416.940/0001-28; **início da obra** > tomar cuidado com este campo, pois se estiver regularizando uma obra já existente e quiser reivindicar o Período Decadencial, a fim de evitar a multa do INSS, então deverá, antes de iniciar o cadastramento da CNO, providenciar a documentação informada na Seção VI, da Instrução Normativa RFB nº. 971/2009. A data de início não poderá ser posterior à data de término e esta última deverá ser maior do que 05 (cinco) anos; **CNAE** (4399103 ou 4299599) > código da localização > acessar o site *https://plus.codes/map/* > digitar o endereço e obter o código a esquerda da tela (Ex.: 5867FC56+3V > código para o endereço da Rua Quintino Bocaiúva, 499, Centro - Foz do Iguaçu - PR); **unidade de medida da obra** e **medida** > devem corresponder com a medida dos projetos e Alvarás da Prefeitura; **observações** > preencher somente se a obra tiver mais de um endereço > clicar em próximo passo.
9) Aba Contratantes > esta aba só ficará disponível quando o vínculo de responsabilidade for Construtora, Consórcio ou Líder de Consórcio.
10) Aba Categoria > preencher de acordo com a categoria. Se marcar a opção Existente, terá que marcar também uma das opções complementares (acréscimo, reforma ou demolição) > clicar em próximo passo.
11) Aba Destinação > de acordo com o Art. 346, da Instrução Normativa RFB Nº. 971/2009 – RF > clicar em próximo passo.
12) Aba Tipo de Obra > conforme o tipo de construção definido em projeto e alvarás => clicar em próximo passo.
13) Aba Metragem > área da construção > clicar em próximo passo.
14) Resumo > verificar se está tudo Ok e clicar em finalizar.

OBSERVAÇÃO: Maiores dúvidas quanto ao Cadastramento da Obra no CNO, podem ser esclarecidas pelo Manual do Usuário de Cadastro Nacional de Obras – CNO, elaborado pela Coordenação – Geral de Gestão de Cadastros – Cocad da Receita

Federal, datado de fevereiro de 2019.
Link *http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastros-nacional-de-obras-cno/manual-cno-ecac.pdf*

3.3 LIBERAÇÃO DE ACESSO PARA O e-CAC

1) O certificado digital para fins de acesso ao CNO no e-Cac e da assinatura eletrônica da Diso a ser enviada relativamente à obra deve ser de **titularidade da secretaria responsável pela obra** (que contratou a realização da obra). Essa secretaria é quem deverá constar como responsável pela obra perante o CNO, mediante identificação por meio do respectivo CNPJ. Se a obra é do Estado do Paraná (CNPJ nº 76.416.940/0001-28), o CNO da obra deve ficar vinculado ao CNPJ do Estado do PR.
2) Se o acesso ao e-Cac for com o certificado emitido para CNPJ da Secretaria, não precisará ser alterado perfil. Basta acessar o CNO (no botão Cadastros) e cadastrar o CNO para a obra (vinculada ao mesmo CNPJ titular do certificado).
3) O servidor que tiver sido autorizado pela secretaria mediante procuração eletrônica cadastrada no e-Cac (atendimento virtual no site da RFB) para atuar nos serviços disponíveis no e-Cac em nome da Secretaria, deve acessar o e-Cac com seu certificado (emitido para seu CPF). Lá então deverá alterar o perfil para Procurador. Assim poderá realizar os serviços autorizados na Procuração Eletrônica no e-Cac em nome da secretaria.
4) Se o responsável legal (exemplo: o secretário de Estado) acessar o e-Cac com o certificado emitido para o seu CPF, para que possa atuar no e-Cac em nome da secretaria que representa deve alterar o perfil para Responsável Legal. Assim poderá realizar serviços no e-Cac em nome da Secretaria (desde que seu CPF esteja como responsável no cadastro CNPJ).
5) Um CNPJ poderá atuar como Procurador no e-Cac em nome de outro CNPJ, desde que seja cadastrada no e-Cac a Procuração Eletrônica (exemplo: O Estado do PR outorga procuração eletrônica para a

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Secretaria de Estado X, para que a Secretaria X cadastre obras em nome do Estado do PR, isto é, que estejam sob responsabilidade do CNPJ do Estado do PR). Nesse caso aplica-se a Alteração de Perfil mencionada no Subitem 3, acima.

3.4 PREENCHIMENTO E ENVIO DA DISO E EMISSÃO DA ARO

1) Não cadastrar a DISO nos primeiros três dias do mês, pois a Receita Federal atualizará o CUB (Custo Unitário Básico da Construção Civil).
2) Acessar o site da Receita Federal: *https://receita.economia.gov.br/interface/servicos* > acessar Aba Serviços > Declarações e Demonstrativos > acessar Obras – Declaração, Aferição, Alvarás e Habite-se > acessar DISO > Atendimento pela Internet.

   OBSERVAÇÃO: Consultar a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 para maiores esclarecimentos.

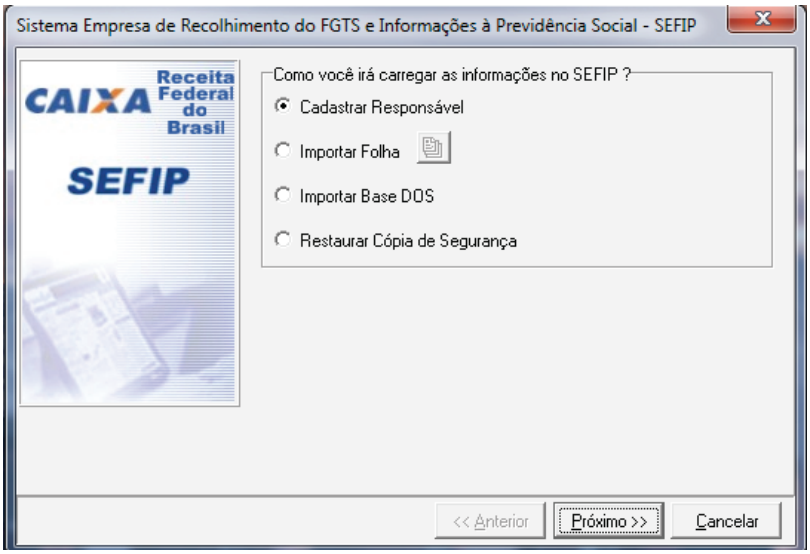
3) Acessar Atendimento pela Internet > irá para a página da DISO > digitar o CNPJ do Estado (76.416.940/0001-28) ou o CNPJ que foi aberta a CNO, e a senha de cadastramento da DISO (senha para a DPE: 201709 – não é a senha do Token).
4) Na próxima tela, no menu acima, escolher DISO > Cadastrar.
5) Dados do proprietário > já estarão preenchidos, pois serão obtidos com os dados informados na CNO.
6) Dados da Obra > Informar o nome da obra, o endereço, o número do Lote, o número da Quadra, e os Números do Alvará e do Habite-se, assim como as datas dos mesmos; Data de Início e Data de Término (da obra) > aqui estão as informações mais importantes para o caso de reivindicação do período decadencial, a fim de não pagar a multa do INSS. A data de término deverá ser maior do que 05 (cinco) anos, e a data de início deverá ser a mesma informada na CNO; Tipo de obra > Normal.
7) Dados da Obra: Informações de Enquadramento > o tipo da obra (se é

de alvenaria, mista, madeira, etc.); no campo destinação do imóvel, consultar a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009; quanto ao Número de unidade e Pavimentos, informar de acordo com o projeto e alvarás.

8) Áreas da Obra: Informações de Enquadramento > informar a área da obra de acordo com projetos e alvarás.
9) Representante Legal > preencher com o nome do representante legal e sua qualificação (chefe da casa civil ou Secretário de Estado) e o CPF dele.
10) Emitir o Aviso de Regularização de Obra – ARO, no mesmo endereço eletrônico, ao final das declarações efetuadas.
11) Assinar a DISO.

3.5 EMISSÃO DA GFIP SEM MOVIMENTO

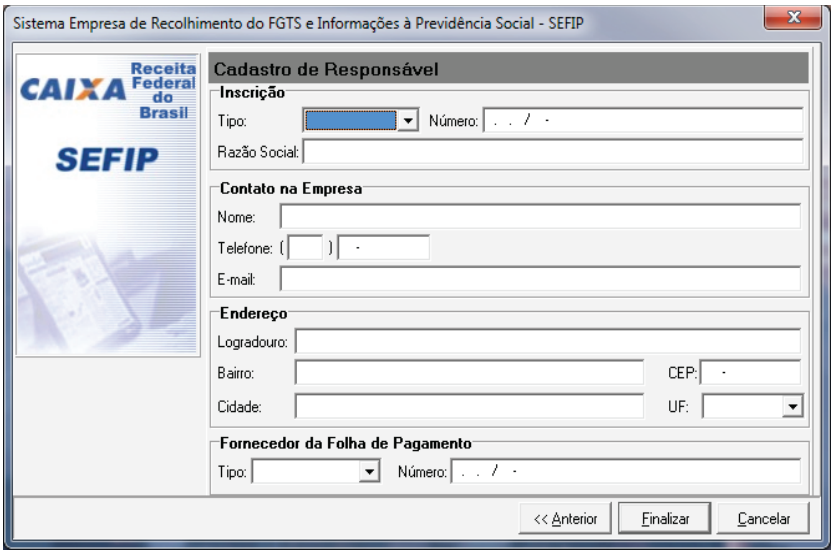
1) A GFIP sem Movimento (zerada) deverá ser emitida através do aplicativo SEFIP, obtido no site da Receita Federal, para o mês subsequente ao informado na CNO e na DISO como início da obra. Como a mesma é sem movimento, não há necessidade de emitir para os demais meses.
2) Tela inicial, quando se inicia o aplicativo da SEFIP para um primeiro cadastramento:



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

3) Selecionar CADASTRAR RESPONSÁVEL e clicar em PRÓXIMO.

4) Cadastrar os dados do Responsável.

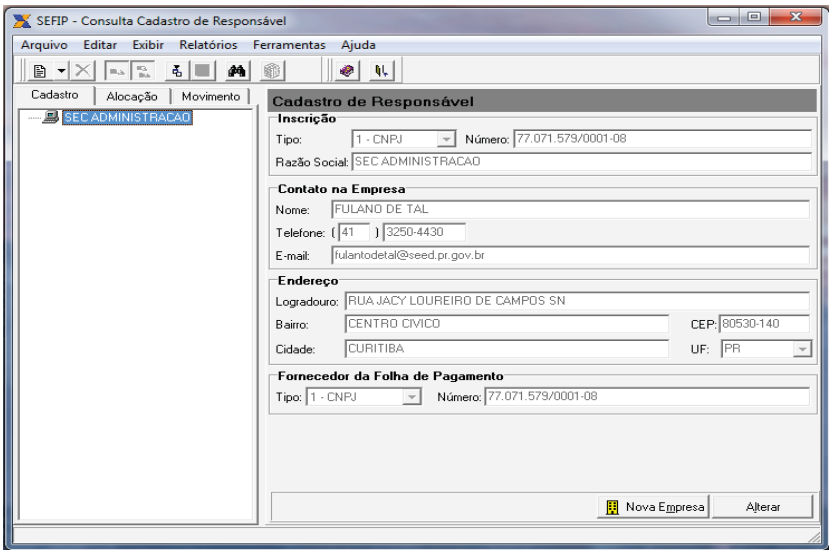


5) No campo Inscrição, selecionar em Tipo: 1 – CNPJ, Número: CNPJ da SEAP, Razão Social: SEC ADMINSTRACAO (sem ponto, sem acentuação e sem cê cedilha). No campo Contato na Empresa, melhor colocar os dados de quem tem Procuração de Substabelecimento para representar a Secretaria perante a Receita Federal). No campo Endereço: preencher com o endereço da Secretaria, tomando o cuidado de não colocar caracteres especiais, ponto, vírgula, barra, traço, cê cedilha, etc.). No campo Fornecedor da folha de Pagamento: preencher em Tipo: 1 –CNPJ, Número: CNPJ da SEAP, e clicar em Finalizar.

OBSERVAÇÃO: Não há problema em entrar com o CNPJ de outra Secretaria para regularizar as GFIP's faltantes, pois o que vale é o CNO/CEI da Obra, que será informada no Item 4.



6) Na próxima tela, selecionar o cursor em SEC ADMINISTRAÇÃO, do lado esquerdo e clicar, no fim do quadro em Nova Empresa.

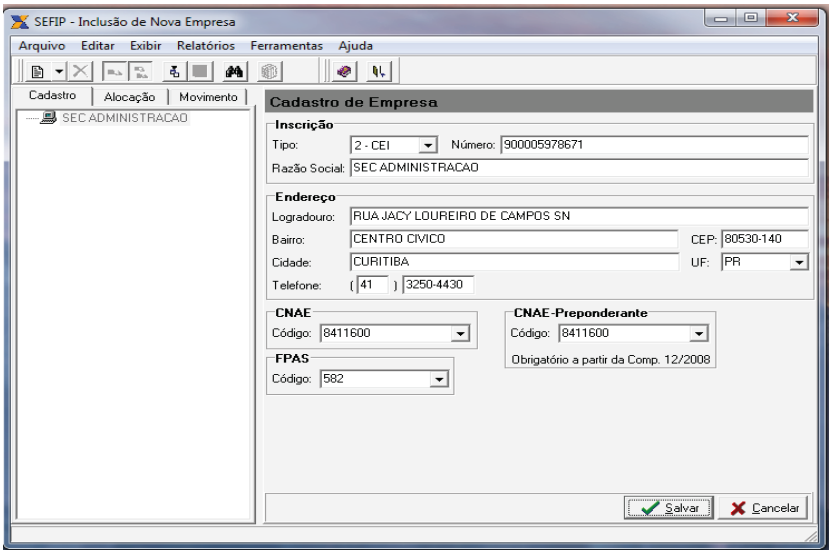


7) Na próxima página, SEFIP – INCLUSÃO DE NOVA EMPRESA, no campo Inscrição, selecionar em Tipo: 1 – CEI, Número: número da Matrícula CEI sem traço e sem ponto, Razão Social: SEC ADMINSTRACAO (sem ponto, sem acentuação e sem cê cedilha).

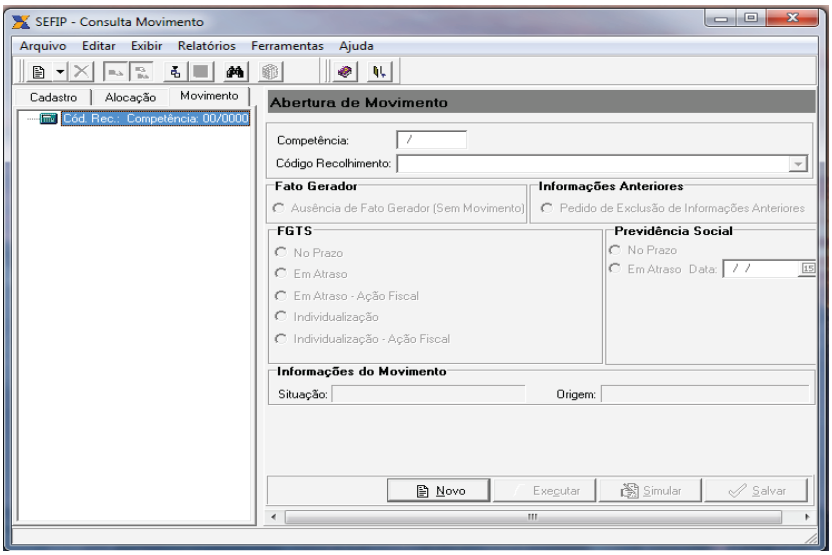
8) No campo Endereço: preencher com o endereço da Secretaria, tomando o cuidado de não colocar caracteres especiais (ponto, vírgula, barra, traço, cê cedilha, etc.).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

9) No campo CNAE, inserir o código 8411600, no campo FPAS, inserir o código 582, no campo CNAE-Preponderante, inserir o código 8411600, e clicar em Salvar.

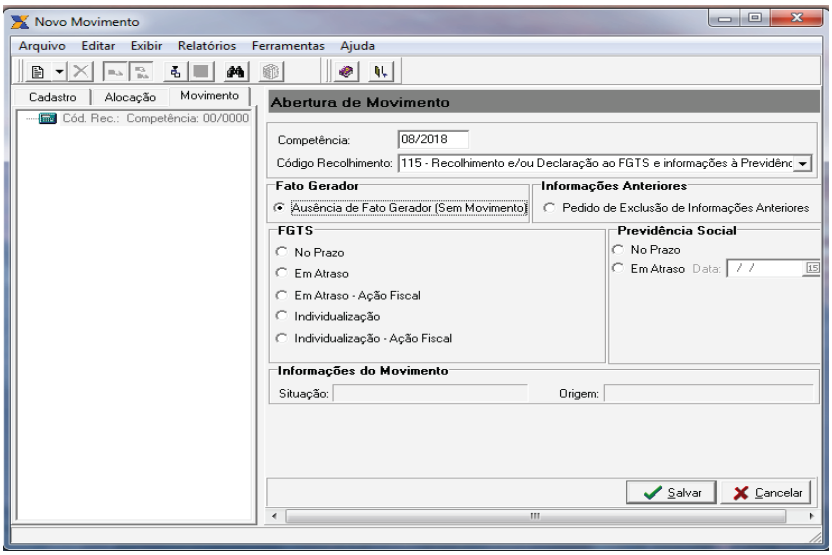


10) Na próxima tela, selecionar do lado esquerdo a aba Movimento. Não preenche nada, por enquanto. Apenas clicar em Novo, a fim de abrir o movimento da competência desejada.

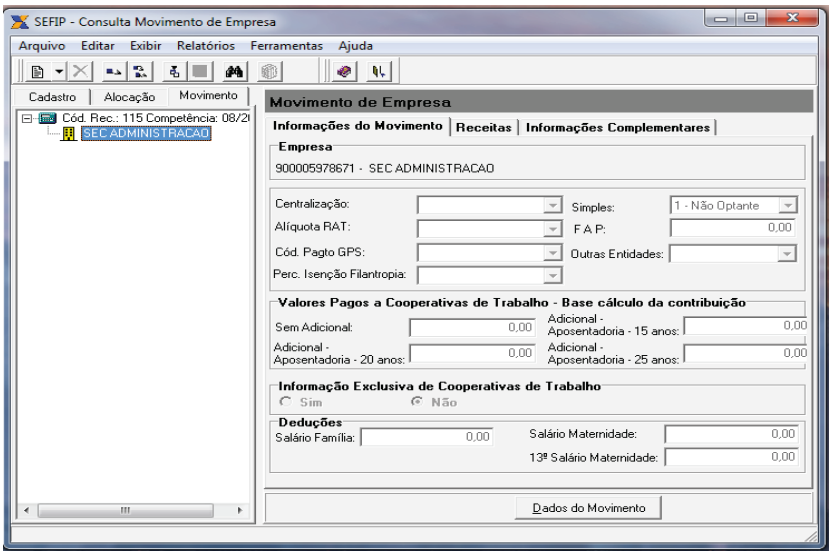


11) Na tela que abre, conforme a imagem abaixo, no campo Competência, digitar o mês e o ano da competência da GFIP faltante, no campo Código

do Recolhimento, escolher a opção 115, no campo Fato Gerador, marcar a opção Ausência de Fato Gerador (Sem Movimento), e clicar em Salvar.



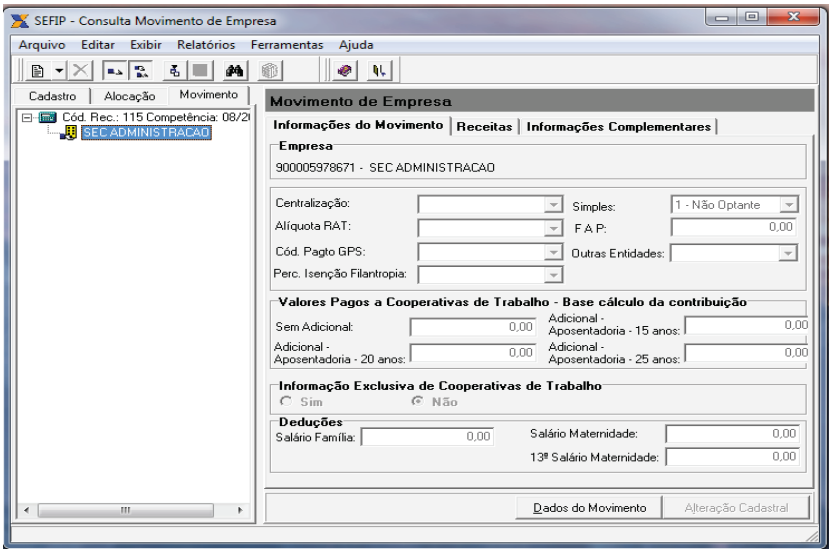
12) Na tela SEFIP – Consulta Movimento de Empresa, clicar no lado esquerdo da tela na opção que tem a imagem de um prédio com o nome da Secretaria. Também, deve-se clicar no menu acima no ícone de uma mãozinha, para a empresa participar do movimento.



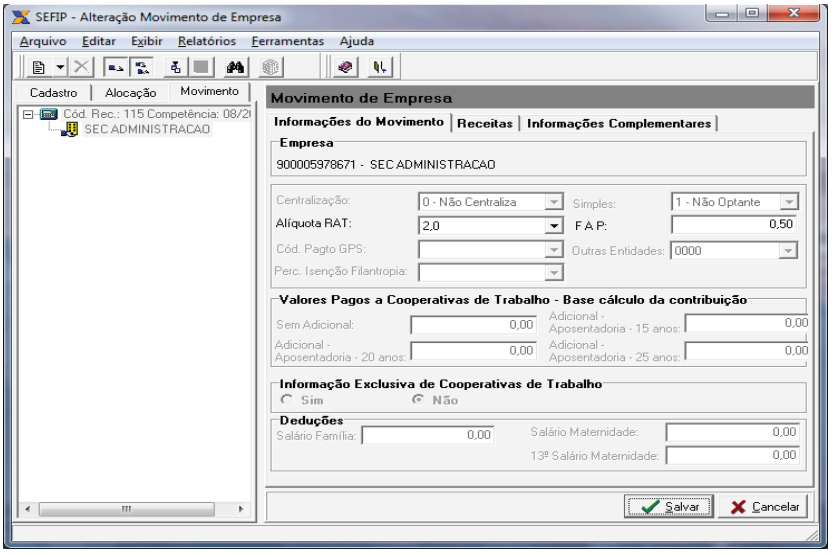
13) Depois que estiver aparecendo o símbolo de uma mãozinha sob a figura

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

do prédio, então clicar em Dados do Movimento.

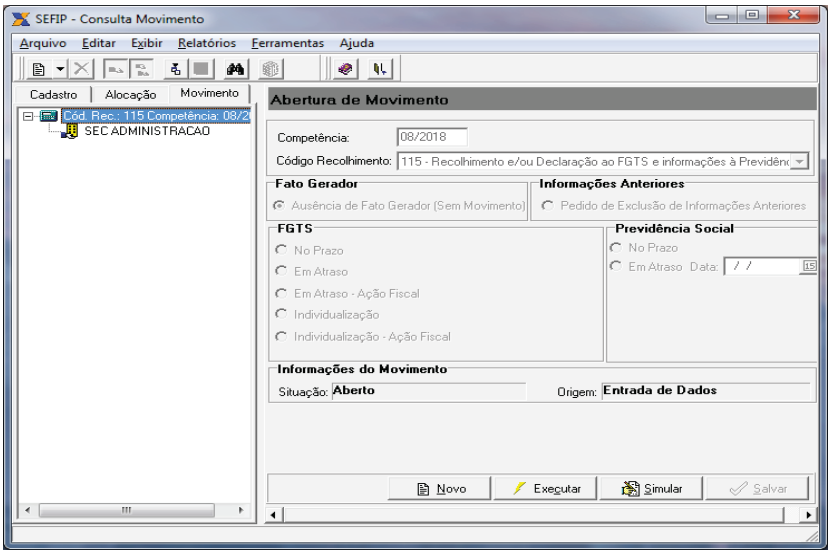


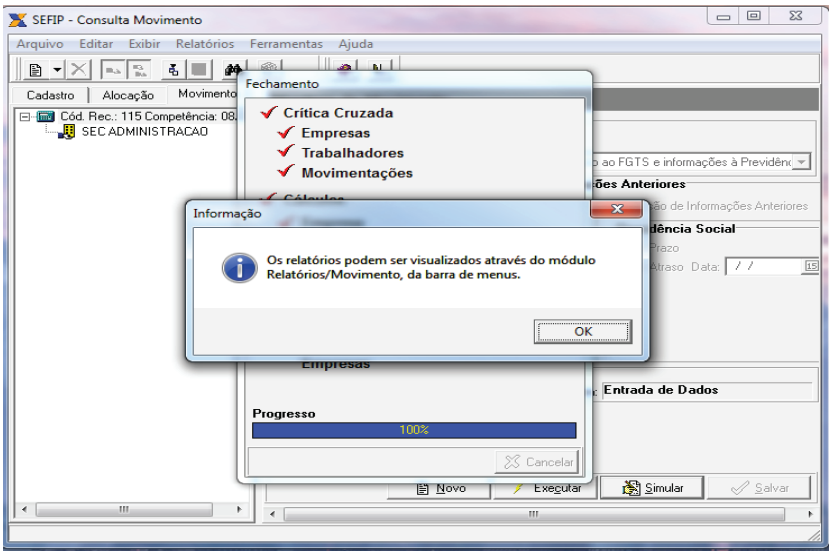
14) Na tela Alteração Movimento de Empresa, no campo Alíquota RAT, preencher com 2,0 e, no campo FAP, com a alíquota de 0,5, e clicar em Salvar.



15) Na próxima tela, SEFIP – Consulta Movimento de Empresa, clicar do lado esquerdo na pastinha com a opção Cód. Rec.: 115 Competência:

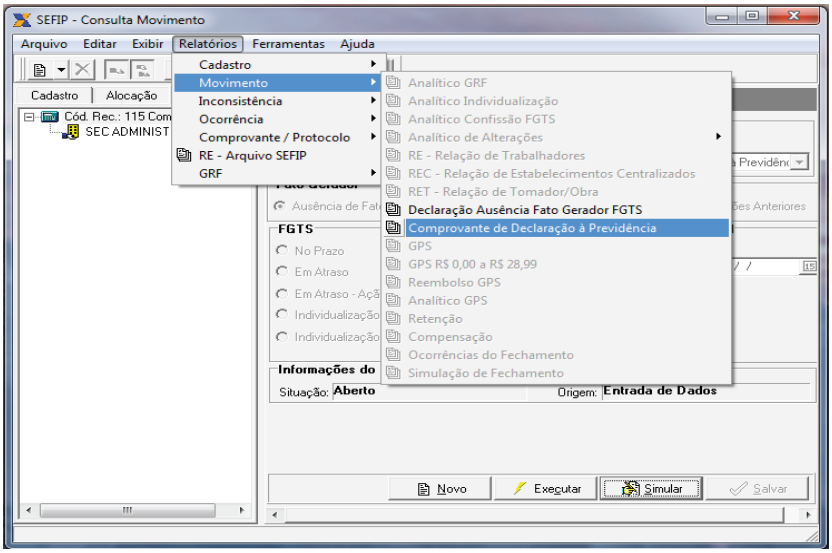
08/2018 e, do outro lado, embaixo, clicar em Simular.

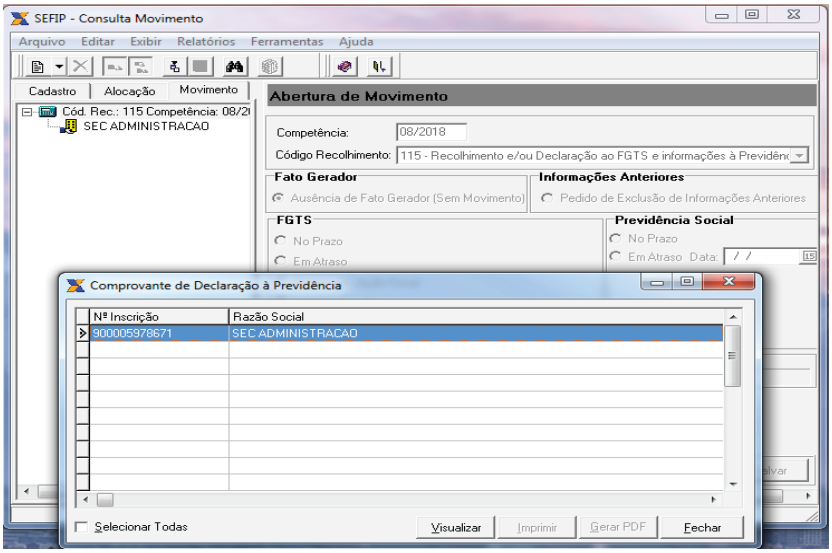




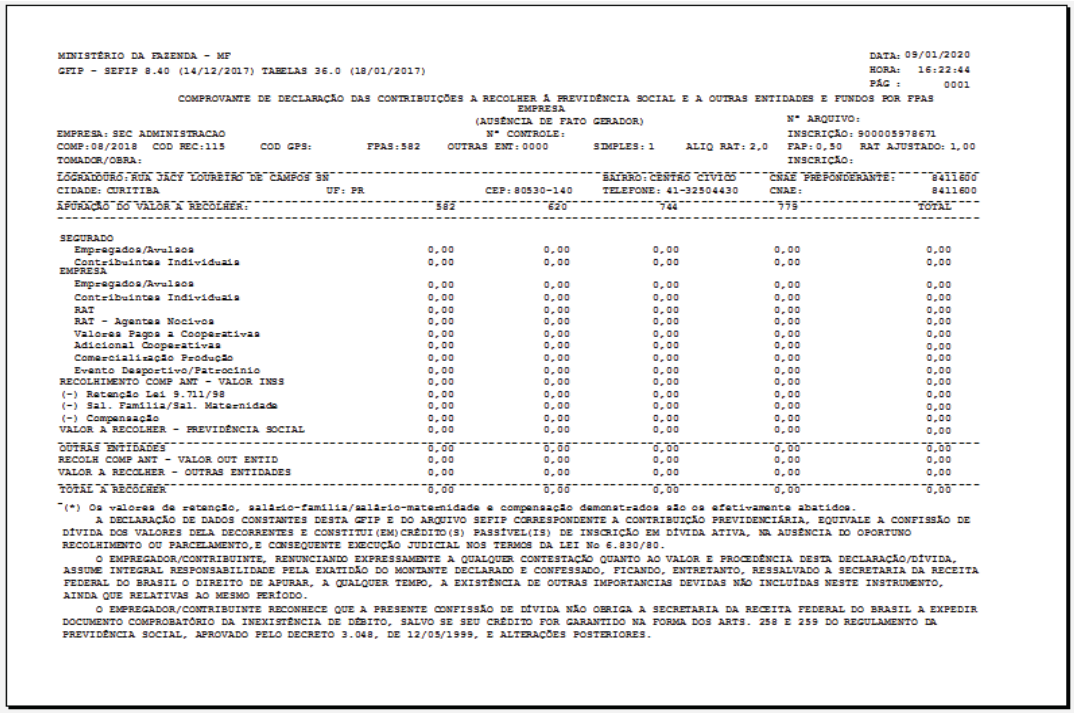
16) Na próxima tela, clicar no menu Relatórios, bem acima na tela; na tela suspensa que abrir, clicar em Movimento e em Comprovante de Declaração à Previdência. Visualizar este Comprovante, a fim de verificar o movimento, se os dados estão em branco (zerados) e se há a informação ausência de fato gerador.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site





17) Se o Comprovante estiver sem valores e com a informação de ausência de fato gerador, o procedimento está correto; fechar a tela.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
GFIP - SEFIP 8.40 (14/12/2017) TABELAS 36.0 (18/01/2017)

DATA: 09/01/2020
HORA: 16:22:44
PÁG : 0001

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS

EMPRESA
(AUSÊNCIA DE FATO GERADOR)

Nº ARQUIVO:
EMPRESA: SEC ADMINISTRACAO — Nº CONTROLE: — INSCRIÇÃO: 900005978671
COMP:08/2018 COD REC:115 COD GPS: FPAS:582 OUTRAS ENT:0000 SIMPLES:1 ALIQ RAT:2,0 FAP:0,50 RAT AJUSTADO:1,00
TOMADOR/OBRA: — INSCRIÇÃO:
LOGRADOURO:RUA JACY LOUREIRO DE CAMPOS SN — BAIRRO:CENTRO CIVICO — CNAE PREPONDERANTE: 8411600
CIDADE: CURITIBA UF: PR CEP:80530-140 TELEFONE: 41-32504430 CNAE: 8411600

APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	582	620	744	779	TOTAL
SEGURADO					
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESA					
Empregados/Avulsos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuintes Individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RAT - Agentes Nocivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocinio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Sal. Familia/Sal. Maternidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Compensação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL A RECOLHER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

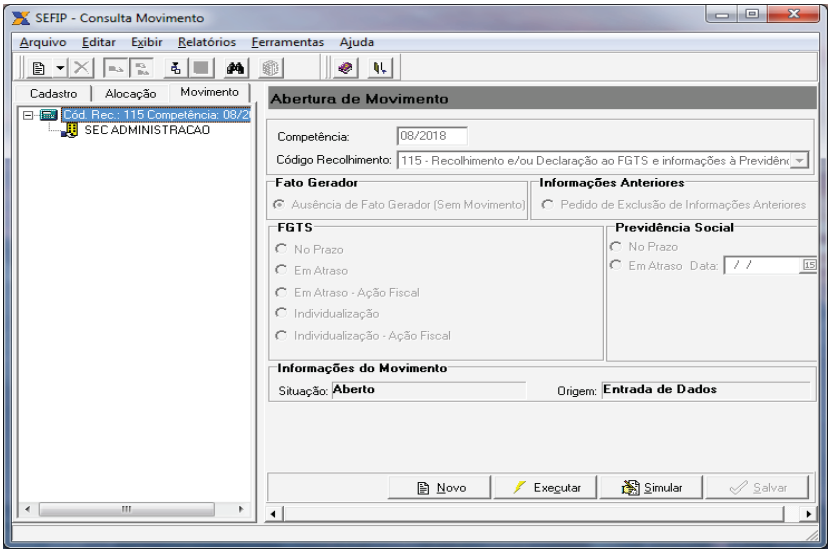
(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTANCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

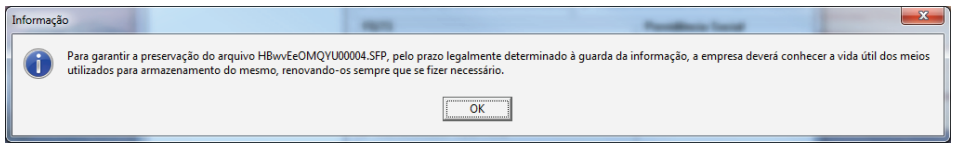
O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

18) Clicar ao pé da tela na opção “Executar”;

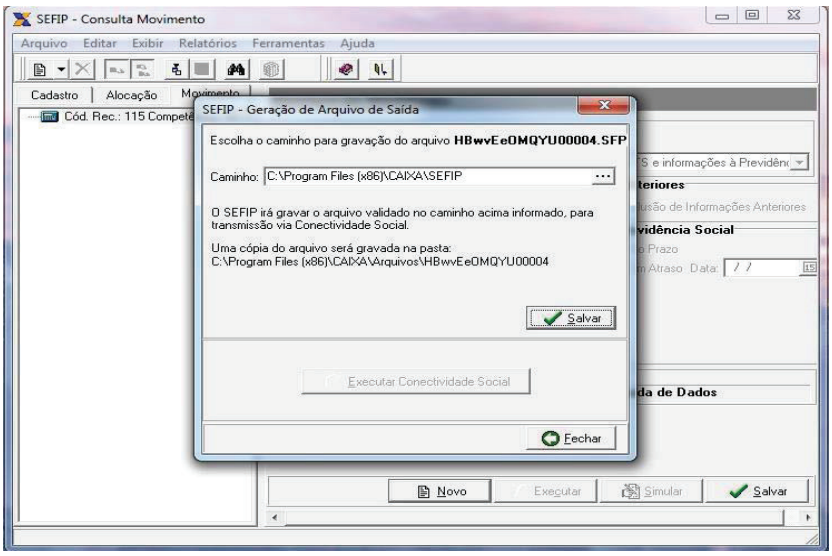


Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

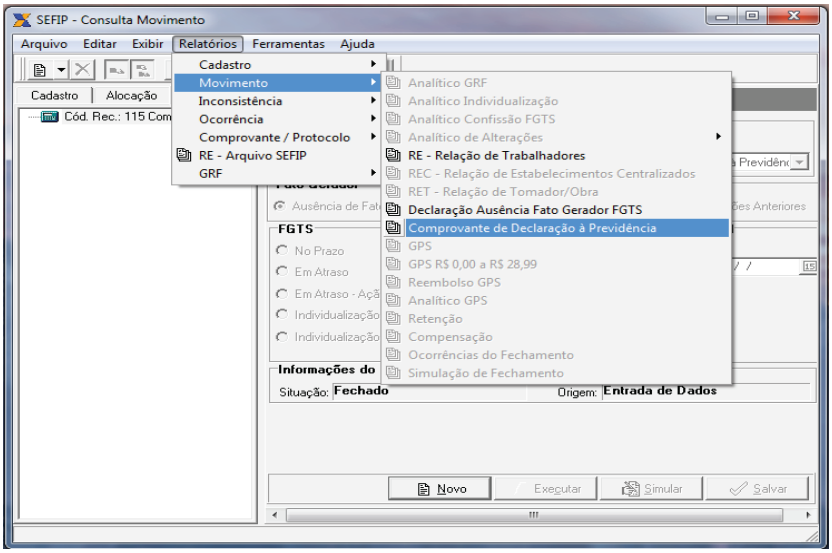
19) Na sequência, aparece uma mensagem com o nome do arquivo (HBwvEeOMQYU00004.SFP). Anotar este nome de arquivo que será encaminhado pelo site da Conectividade Social ICP. Clicar em OK.



20) Aparece outra tela onde vai dar a opção de escolher o caminho de salvamento do arquivo. Neste caso do exemplo, está salvando em C:\Program Files (x86)\CAIXA\SEFIP. Clicar em SALVAR.

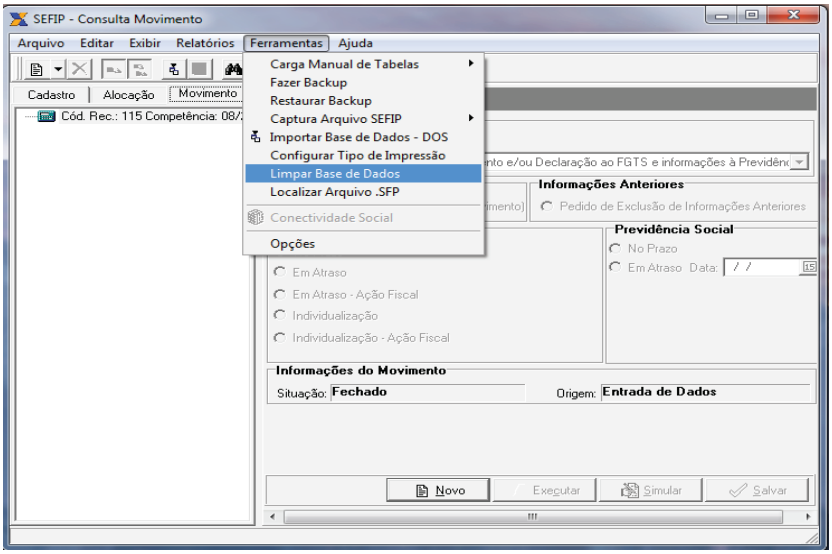


21) Na mesma tela, clicar no menu, na parte superior, na opção Relatórios > Movimento > Comprovante de Declaração à Previdência. Visualizar e imprimir. Sair da SEFIP.



22) Abrir a pasta C:\Program Files (x86)\CAIXA\Arquivos, e criar uma cópia no Diretório “G” e outra no Diretório “Público”, por segurança, a fim de que o financeiro do GOFS faça o envio pela Conectividade Social ICP.

23) Quando da transmissão do arquivo pelo GOFS, solicitar a impressão do protocolo de envio de arquivos.



24) Quando for fazer uma nova GFIP, entrar em Ferramentas, no menu no alto da tela e Limpar Base de Dados.

3.6 AGENDAMENTO PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

1) Agendar a entrega da documentação no próprio site da Receita Federal;

OBSERVAÇÃO: Para a entrega da documentação na Receita Federal, deverá ser apresentada, além dos documentos fornecidos pela Prefeitura (Alvarás, CVCO, etc.); também deverá ser apresentado documento de identificação do responsável pela obra, que é a procuração pública do representante legal com firma reconhecida (aquele que o governador ou o Chefe da Casa Civil delegou poderes para representá-lo nas questões referentes ao patrimônio imobiliário), e cópia da procuração de Substabelecimento do Representante Legal com firma reconhecida para o profissional que for dar entrada da documentação na Receita. Não há necessidade de entregar as vias dos projetos, mas devem ser guardados para uma eventual “malha fina”. Ou seja, a DISO funcionará da mesma forma que o Imposto de Renda, ou seja, a documentação é enviada e, se tudo estiver correto, emite-se a CND em até 72 horas. Caso seja detectada alguma inconsistência, a qualquer tempo, poderá ser chamado para dar explicações. Cabe salientar que não há mais análise para Pessoa Jurídica da documentação durante o atendimento no balcão/mesa. Será aberto um Dossiê, onde serão anexados os documentos para análise posterior. De posse do número do Dossiê, consultar no site da Receita Federal o andamento do processo através do acesso no sistema e-CAC. Se tudo estiver correto, a CND poderá ser emitida no próprio corpo do Dossiê, ou no campo específico no site da Receita.

OBSERVAÇÃO: Quando de eventual consulta da DISO, para o caso de alteração de dados da mesma, pode ocorrer a seguinte mensagem: “A Matrícula CEI informada não pertence a este usuário” (segundo a RF, trata-se de congestionamento do site. Procurar consultá-la em horários de menor tráfego da rede).

4 IMPOSTOS E CUSTOS

4.1 ISENÇÃO DE IMPOSTOS

O Estado do Paraná, enquanto Ente Federativo é isento das taxas de ITBI, FUNREJUS e ITCMD.

4.1.1 Isenção de ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis)

O Estado é isento do imposto em questão conforme alínea “a”, inciso VI, art. 150 da Constituição Federal de 1988.

> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
> Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
> VI - instituir impostos sobre: patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

4.1.2 Isenção do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário – FUNREJUS

Conforme a Lei Estadual nº 12.216/1998, art. 3º, VII, “b”, 19, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais não estão sujeitos ao pagamento das custas referente ao FUNREJUS.

> Lei Estadual nº 12.216/1998, Art. 3º, VII
> b) não estão sujeitos ao pagamento:
> 10. os órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

4.1.3 Isenção de ITCMD (Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação)

A isenção do referido imposto fundamenta-se no art. 6º da Resolução SEFA nº 1.527/2015, publicada no DOE nº 9.609/2016, e deverá ser solicitada por meio de ofício, justificando que se trata de regularização de edificação pertencente ao Patrimônio do Estado e junto com ele, deve ser anexada a cópia da solicitação do cartório.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Resolução SEFA nº 1.527/2015
Capítulo II, Art. 6.° São imunes as transmissões em que os adquirentes sejam:
I - as pessoas de Direito Público Interno;
IV - as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio vinculado às suas finalidades essenciais ou as delas decorrentes.

4.2 CUSTOS

Para os processos que demandem custos (contratação de profissionais, emolumentos cartoriais ou custos e taxas da Prefeitura Municipal) e que não exista possibilidade de pagamento pela APMF, o Dirigente da Unidade deverá abrir Protocolado Eletrônico via Sistema e-Protocolo, solicitando o pagamento do custo, contendo:

1) Ofício do Dirigente identificando toda a necessidade da demanda;
2) Dados do contratado ou recebedor do pagamento:
    a) Razão Social;
    b) CNPJ;
    c) Endereço;
    d) Telefone para contato;
    e) E-mail para contato;
    f) Pessoa para contato;
    g) Dados da Conta Bancária;
    h) Valores parciais e totais do serviço, emolumento, custo ou taxa.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

5 CANAIS DE ATENDIMENTO

Em caso de dúvidas quanto os procedimentos descritos neste Manual, poderá ser realizado contato via WhatsApp com a SEED no número de telefone (41) 9 9285-5546, específico para atendimentos voltados a este assunto.

Ainda poderá ser realizado contato com o Departamento de Patrimônio do Estado da SEAP para questionamentos técnicos via atendimento telefônico pelo número (41) 3313-6097, por e-mail no endereço eletrônico *patrimoniocpe@seap.pr.gov.br* ou via atendimento presencial, previamente agendado, no endereço Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - 3º Andar, Ala B, Departamento de Patrimônio do Estado- Palácio das Araucárias - Curitiba-PR - CEP 80530-140.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXOS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 1: CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNDADES ESCOLARES

CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

CHECKLIST PARA REGULARIZAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES

Formulário de informações de imóveis Estaduais ocupados por Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino em processo de Regularização Cartorial.
*Obrigatório

1. Email address *

DADOS DA UNIDADE ESCOLAR

2. Qual o nome da Unidade Escolar? *

3. Qual o Município da Unidade Escolar? *

Marcar apenas uma oval.

- Abatiá
- Adrianópolis

4. Qual o endereço da Unidade Escolar? *

5. Qual o nome do Diretor da Unidade Escolar? *

6. Qual o telefone para contato com o Diretor da Unidade Escolar? *

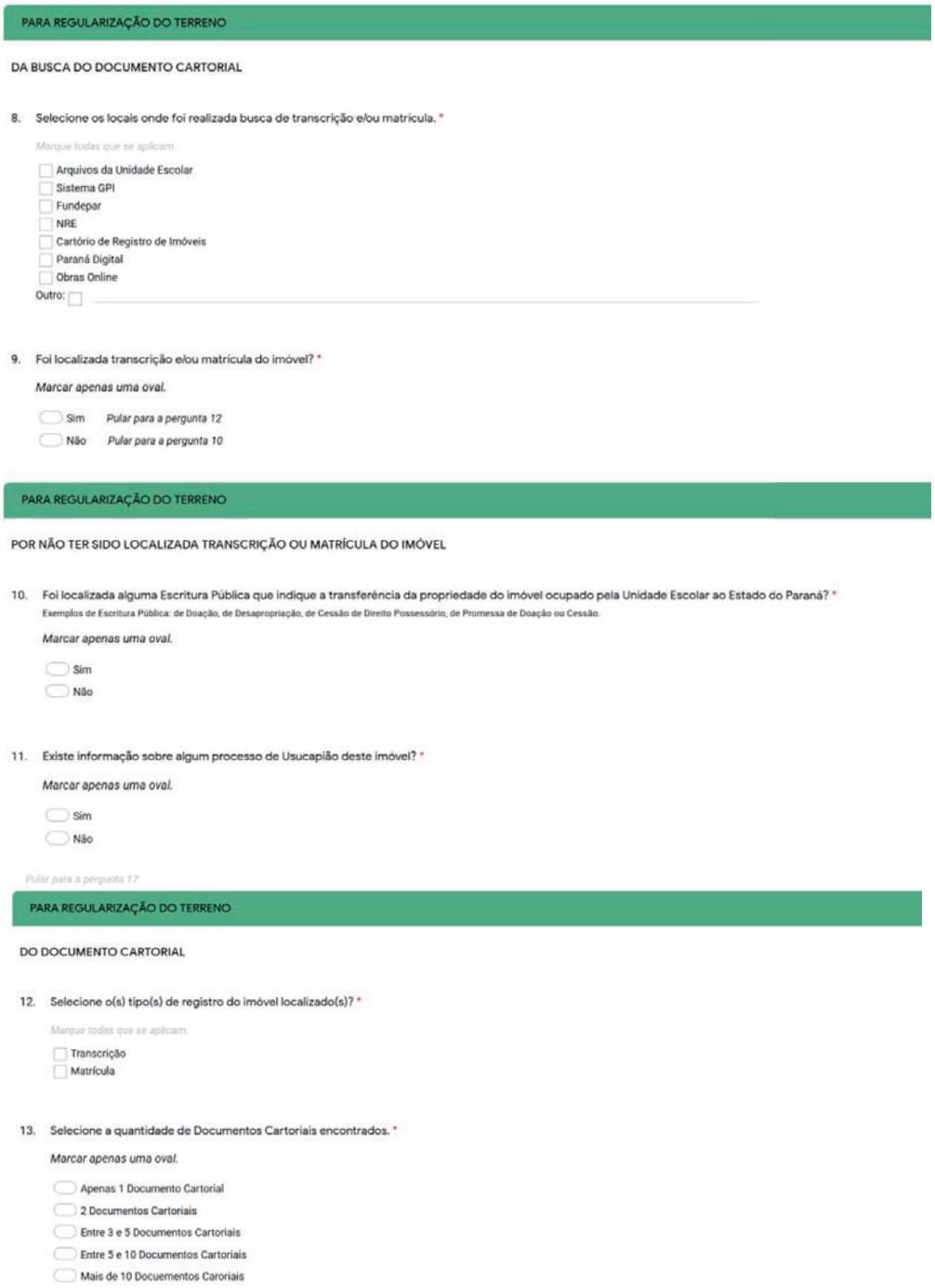
7. Selecione o NRE responsável pela Unidade Escolar. *

Marcar apenas uma oval.

- Apucarana
- Área Metropolitana Norte
- Área Metropolitana Sul
- Assis Chateaubriand
- Campo Mourão
- Cascavel
- Cianorte
- Cornélio Procópio
- Curitiba
- Dois Vizinhos
- Foz do Iguaçu
- Francisco Beltrão
- Goioerê
- Guarapuava
- Ibaiti
- Irati
- Ivaiporã
- Jacarezinho
- Laranjeiras do Sul
- Loanda
- Londrina
- Maringá
- Paranaguá
- Paranavaí
- Ponta Grossa
- Telemaco
- Toledo
- Umuarama
- União da Vitória
- Wenceslau Braz

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 1: CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNDADES ESCOLARES



PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

DA BUSCA DO DOCUMENTO CARTORIAL

8. Selecione os locais onde foi realizada busca de transcrição e/ou matrícula. *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Arquivos da Unidade Escolar
- [ ] Sistema GPI
- [ ] Fundepar
- [ ] NRE
- [ ] Cartório de Registro de Imóveis
- [ ] Paraná Digital
- [ ] Obras Online

Outro: [ ] _____

9. Foi localizada transcrição e/ou matrícula do imóvel? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim *Pular para a pergunta 12*
- ( ) Não *Pular para a pergunta 10*

PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

POR NÃO TER SIDO LOCALIZADA TRANSCRIÇÃO OU MATRÍCULA DO IMÓVEL

10. Foi localizada alguma Escritura Pública que indique a transferência da propriedade do imóvel ocupado pela Unidade Escolar ao Estado do Paraná? *

Exemplos de Escritura Pública: de Doação, de Desapropriação, de Cessão de Direito Possessório, de Promessa de Doação ou Cessão.

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não

11. Existe informação sobre algum processo de Usucapião deste imóvel? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não

Pular para a pergunta 17

PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

DO DOCUMENTO CARTORIAL

12. Selecione o(s) tipo(s) de registro do imóvel localizado(s)? *

Marque todas que se aplicam.

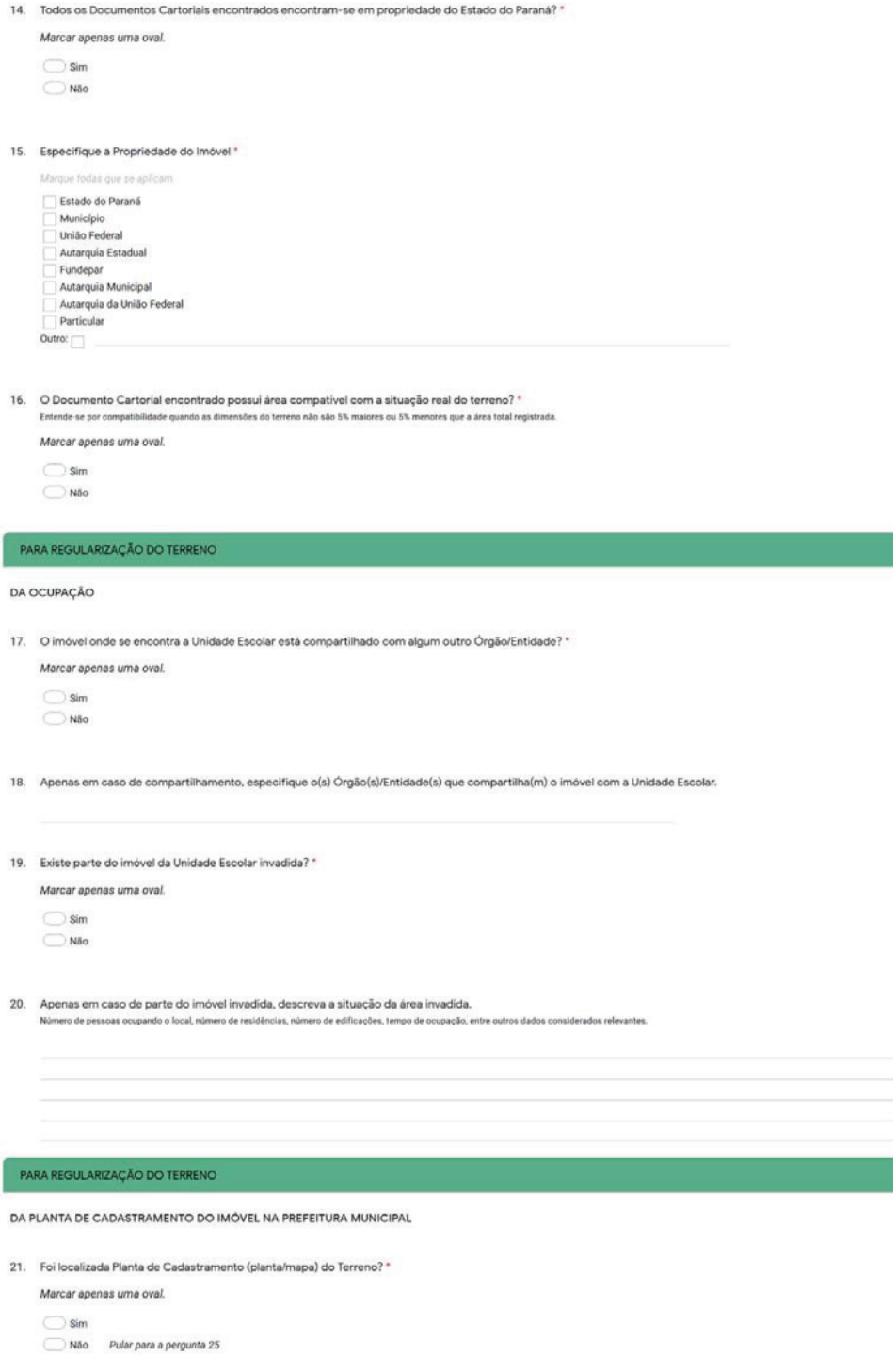
- [ ] Transcrição
- [ ] Matrícula

13. Selecione a quantidade de Documentos Cartoriais encontrados. *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Apenas 1 Documento Cartorial
- ( ) 2 Documentos Cartoriais
- ( ) Entre 3 e 5 Documentos Cartoriais
- ( ) Entre 5 e 10 Documentos Cartoriais
- ( ) Mais de 10 Docuementos Caroriais

ANEXO 1: CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNDADES ESCOLARES



14. Todos os Documentos Cartoriais encontrados encontram-se em propriedade do Estado do Paraná? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. Especifique a Propriedade do Imóvel *

Marque todas que se aplicam.

- Estado do Paraná
- Município
- União Federal
- Autarquia Estadual
- Fundepar
- Autarquia Municipal
- Autarquia da União Federal
- Particular

Outro:

16. O Documento Cartorial encontrado possui área compatível com a situação real do terreno? *

Entende-se por compatibilidade quando as dimensões do terreno não são 5% maiores ou 5% menores que a área total registrada.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

DA OCUPAÇÃO

17. O imóvel onde se encontra a Unidade Escolar está compartilhado com algum outro Órgão/Entidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

18. Apenas em caso de compartilhamento, especifique o(s) Órgão(s)/Entidade(s) que compartilha(m) o imóvel com a Unidade Escolar.

19. Existe parte do imóvel da Unidade Escolar invadida? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

20. Apenas em caso de parte do imóvel invadida, descreva a situação da área invadida.

Número de pessoas ocupando o local, número de residências, número de edificações, tempo de ocupação, entre outros dados considerados relevantes.

PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

DA PLANTA DE CADASTRAMENTO DO IMÓVEL NA PREFEITURA MUNICIPAL

21. Foi localizada Planta de Cadastramento (planta/mapa) do Terreno? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não *Pular para a pergunta 25*

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 1: CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNDADES ESCOLARES

22. Em caso de localização da Planta de Cadastramento em formato digital, encaminhe o arquivo.
Em caso de inexistência deste arquivo, não será necessário realizar o seu upload neste momento.
Arquivos enviados:

PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

DA PLANTA DE CADASTRAMENTO DO IMÓVEL NA PREFEITURA MUNICIPAL

23. Existe carimbo de aprovação da prefeitura nesta planta? *
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não

24. Existe cópia da Planta de Cadastramento aprovada na Prefeitura Municipal? *
Marcar apenas uma oval.
- Sim *Pular para a pergunta 28*
- Não

PARA REGULARIZAÇÃO DO TERRENO

POR NÃO EXISTIR PLANTA DE CADASTRAMENTO APROVADA NA PREFEITURA MUNICIPAL

25. Foi localizado profissional voluntário que se disponha a aprovar Projeto de Cadastramento junto a Prefeitura Municipal? *
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não

26. Existe recurso da APMF disponível para contratação de profissional que aprove Planta de Cadastramento junto a Prefeitura Municipal? *
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não

27. Será necessário processo licitatório para contratação de projeto para aprovação de Planta Cadastramento na Prefeitura Municipal?
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não

PARA REGULARIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO IMÓVEL

28. Selecione os locais onde foi realizada busca do Projeto Arquitetônico. *
Marque todas que se aplicam.
- [ ] Arquivos da Unidade Escolar
- [ ] Prefeitura Municipal
- [ ] Sistema GPI
- [ ] Fundepar
- [ ] NRE
- [ ] Cartório de Registro de Imóveis
- [ ] Paraná Digital
- [ ] Obras Online

29. Foi localizado Projeto Arquitetônico do Imóvel? *
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não *Pular para a pergunta 33*

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 1: CONTEÚDO DO CHECKLIST ONLINE PARA REGULARIZAÇÃO DE UNDADES ESCOLARES

PARA REGULARIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

DO PROJETO ARQUITETÔNICO DO IMÓVEL

30. O Projeto Arquitetônico possui carimbo de aprovação da Prefeitura Municipal? *

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

31. Foi localizada ART/RRT do PROJETO ARQUITETÔNICO? *

ART = Anotação de Responsabilidade Técnica (Emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) / RRT = Registro de Responsabilidade Técnica (Emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

32. O Projeto Arquitetônico é compatível com a situação real do imóvel?

Neste item, considere compatível quando todas as edificações existentes no local constarem no projeto, externamente, sem considerar layouts internos.

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

PARA REGULARIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

DA CONSTRUÇÃO DA EDIFICAÇÃO

33. Foi localizada ART/RRT de EXECUÇÃO DA OBRA da Unidade Escolar? *

ART = Anotação de Responsabilidade Técnica (Emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) / RRT = Registro de Responsabilidade Técnica (Emitido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo).

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

34. Foi localizado Alvará de Construção do Imóvel, expedido pela Prefeitura Municipal? *

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não *Pular para a pergunta 36*

35. Foi localizado Certificado de Vistoria de Conclusão da Obra - CVCO (Habite-se)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

PARA REGULARIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

POR NÃO HAVER ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

36. Foi localizado profissional voluntário que se disponha a elaborar material técnico com finalidade de averbar as edificações? *

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

37. Existe recurso da APMF disponível contratar profissional que elabore material técnico com finalidade de averbar as edificações? *

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

38. Será necessário processo licitatório para contratação da elaboração de material técnico com finalidade de averbar as edificações? *

Marcar apenas uma oval.

Sim
Não

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

PROTOCOLO: 00.000.000-0

ORGÃO: SEED – Secretaria de Estado da Educação

OBJETO: Contratação de Levantamento Topográfico Planimétrico para o imóvel objeto da Transcrição/Matrícula nº. 00.000, de propriedade do Estado do Paraná

LOCAL: Rua, nº, bairro, cidade e Estado.

DATA: XX/XX/201X

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

SEED - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

OBJETO: Contratação de Levantamento Topográfico Planimétrico e projeto de subdivisão/unificação da área e aprovação do projeto perante a Prefeitura municipal, para o imóvel objeto da Transcrição/Matrícula nº. 00.000, de propriedade do Estado do Paraná.

LOCAL: Rua, nº, bairro, cidade e Estado.

Aprovação do Termo de Referência:

_____

XXXXXXXXXXXXXXX

Diretor da Escola/Colégio

DOCUMENTO DE REFERÊNCIA:

CADERNO 02 – TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

Coletânea Cadernos Orientadores Contratação de Obras e Serviços de Engenharia – Edificações

SEIL – PGE – CURITIBA – 2012

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

SUMÁRIO

1. OBJETO XX
2. JUSTIFICATIVA XX
3. LOCALIZAÇÃO XX
4. IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE - ELABORAÇÃO DO TR XX
4.1. Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP/DPE XX
4.2. Paraná Edificações – PRED/GPR XX
5. APRESENTAÇÃO FINAL DOS SERVIÇOS XX
6. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS XX
7. PREÇO MÁXIMO DE PROJETO XX
8. MODALIDADE E TIPO DA LICITAÇÃO XX
9. LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA XX
10. SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS XX
10.1. Levantamento Topográfico Planimétrico: XX
10.2. Observações Gerais: XX
11. COMPOSIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA XX
12. AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA XX
13. FISCALIZAÇÃO XX
14. APOIO À FISCALIZAÇÃO XX
15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS XX
16. RESCISÃO XX
17. ANEXOS XX
Anexo I – Custo Máximo Estimado dos Serviços XX
Anexo II – Cronogramas Físico-Financeiro XX
Anexo III – Croqui de localização do Imóvel XX
Anexo IV – Matrícula do Imóvel XX
Anexo V – Registro Anterior do Imóvel XX
Anexo VI – Matrícula do Imóvel Doado à COHAB – CT XX
Anexo VII – Referência de Nível Oficial do Lote XX
Anexo VIII – Planta do Loteamento – PMC XX
Anexo IX – Guia de Consulta Para Fins de Construção XX
Anexo X – Croqui da Proposta de Subdivisão do Imóvel XX
Anexo XI – Projetos de Rua das Imediações do Imóvel XX

1 OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos de engenharia, referentes a Levantamento Topográfico Planimétrico, bem como o

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

respectivo Projeto de Subdivisão/Unificação da área e sua aprovação perante o Município de xxxxxxxxx, para o imóvel objeto da Transcrição/Matrícula nº. 00.000 de propriedade do Estado do Paraná, situado à Rua, nº, bairro, cidade e Estado.

O objeto a ser licitado é considerado como Serviço de Engenharia, conforme a **Resolução Nº 25/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, que dispõe sobre os conceitos de obra e de serviço de engenharia e dá outras providências, tendo como Anexo I a **Orientação Técnica do IBRAOP OT – IBR 002/2009** em seu item 6.3.

Também é considerado como Serviço Comum, pois o serviço de engenharia de Levantamento Topográfico Planimétrico e projeto de subdivisão obedece a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital e pelo termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado, não permitindo variações de execução relevantes entre as empresas do ramo.

2 JUSTIFICATIVA

O Levantamento Topográfico Planimétrico a ser entregue pela empresa contratada será utilizado como elemento técnico para a regularização (retificação administrativa e subdivisão/unificação da área e sua destinação) do imóvel objeto da Transcrição/Matrícula nº. 00.000, de propriedade do Estado do Paraná, localizado no bairro e cidade.

Cabe salientar que a proposição para a contratação deste trabalho pela Escola/Colégio xxxxx xxxxx, visa, além de atender às legislações municipal na obtenção de aprovações de projetos e obras, alvará para intervenções construtivas e, consequentemente, o licenciamento da atividade de uso dessas obras, também com a finalidade de acesso a recursos junto às entidades financeiras nacional e internacionais para construção, ampliação, melhorias, reparos, demolições e reformas em virtude da deficiência de documentação dominial dos imóveis.

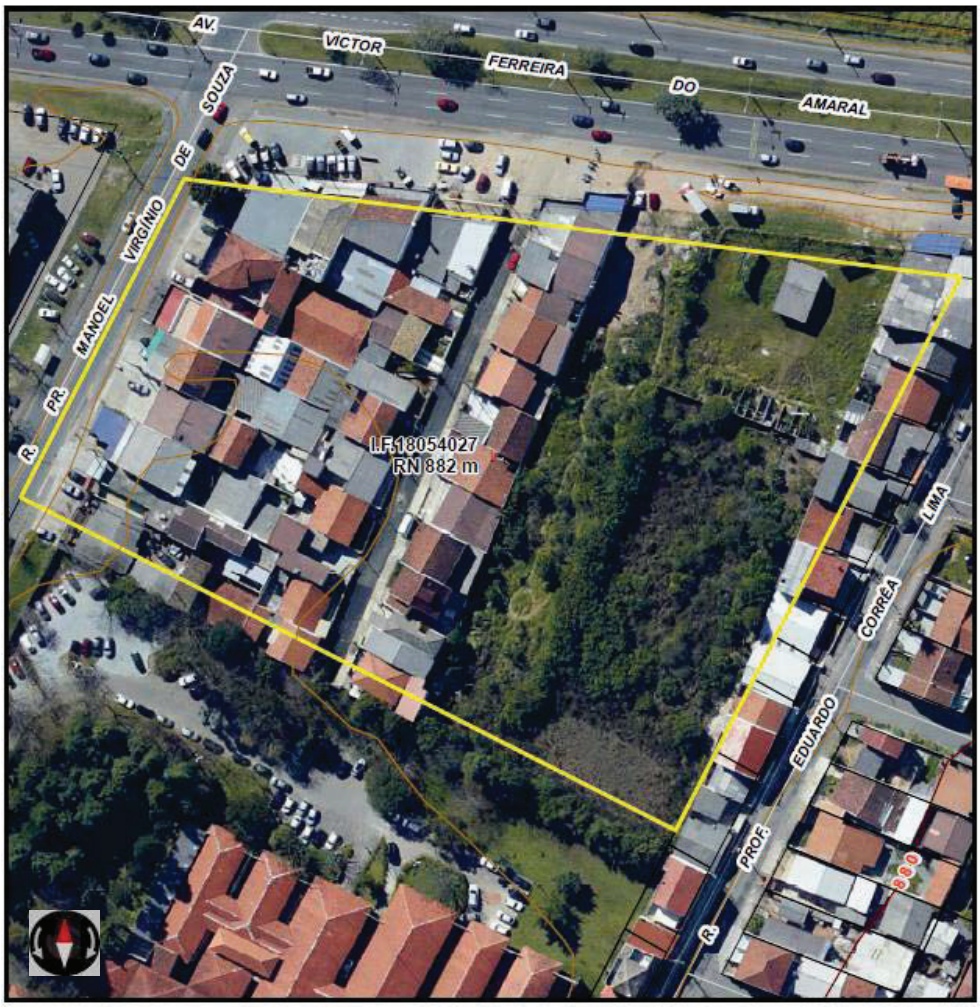
3 LOCALIZAÇÃO

O imóvel objeto do Levantamento Topográfico Planimétrico está localizado na Rua, nº, bairro, cidade e Estado, cujo lote de terreno é denominado “A”, com área total de 00.000,0m². O seu referenciamento geográfico é Latitude 00°00'00,00"S e

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

Longitude 00°00'00,00"W.



4 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE - ELABORAÇÃO DO TR

4.1 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEED

MODELO

Diretora – Setor de Patrimônio/SEED
Nome:
Cargo: Diretora do Patrimônio
Fone:
E-mail:

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

Ciente:

Carimbo e Assinatura

Nome:
Cargo:
CREA/CAU:
Fone:
E-mail:

Ciente:

Carimbo e Assinatura

4.2 PARANÁ EDIFICAÇÕES – PRED/GPR

Gerente de Projetos
Nome:
CREA/CAU:
Fone:
E-mail:

Ciente:

Carimbo e Assinatura

Nome:
Cargo:
CREA/CAU:
Fone:
E-mail:

Ciente:

Carimbo e Assinatura

5 APRESENTAÇÃO FINAL DOS SERVIÇOS

Os arquivos de desenho deverão ser apresentados em DWG (AutoCAD 2013 ou similar), DXF e PDF, memoriais em processadores de texto tipo Word (ou compatível), planilhas eletrônicas tipo Excel (ou compatível), através de mídia eletrônica (CD ou DVD).

Todos os projetos e demais serviços de Arquitetura e Engenharia contratados deverão estar em conformidade com as normativas da PRED. A representação gráfica de todos os projetos obedecerá à NBR-5984 e ao Manual de Apresentação de

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

Projetos - PRED (anexo em mídia eletrônica CD), sempre que possível, em formato único de prancha.

O Manual de Apresentação de Projetos - PRED, além de anexo a este Termo de Referência, também poderá ser baixado no site: http://www.paranaedificacoes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17.

A contratada deverá fornecer um jogo de cópias impressas em papel sulfite, para a consulta e análise prévia da Unidade Escolar, respeitando as datas determinadas.

Após análise e aceite da Unidade Escolar, a contratada deverá fornecer 2 (duas) cópias em papel sulfite dos projetos, memoriais, planilhas e relatórios de atividades devidamente assinadas pelo responsável técnico, para arquivo próprio e da DPE/SEAP.

Os documentos legais de apresentação e aprovação de projetos, quer sejam de retificação administrativa e / ou desmembramento / unificação, para encaminhamento ao de Registro de Imóveis para abertura / regularização de Matrícula, etc., deverão estar enquadrados (formatados), organizados, encadernados e identificados adequadamente à finalidade acima.

Os projetos, memoriais, planilhas e relatórios de atividades deverão, também, ser apresentados em meio magnético, preferencialmente em meio de gravação ótica (CD- ROM), devendo a entrega ocorrer em pacote único.

Os documentos de aprovação do projeto de abertura de Matrícula /desmembramento / unificação junto à Prefeitura municipal de xxxxxxx, bem como aqueles destinados à solicitação de Retificação Administrativa e abertura de Matrícula / desmembramento / unificação do Lote junto ao Cartório de Registro de Imóveis de xxxxxxx deverão ser entregues em pasta física separados da seguinte forma:

Documentos para Retificação Administrativa / Abertura de Matrícula:

1) Projeto de retificação de área / abertura de Matrícula (Planta) aprovado pela Prefeitura, com firma reconhecida dos confrontantes, bem como do proprietário do imóvel e do responsável técnico pelo projeto;
2) Memorial Descritivo da área retificada assinado pelo Engenheiro e com

firma reconhecida, e com aprovação da Prefeitura;

3) ART/CREA ou RRT/CAU quitado, com as respectivas assinaturas do proprietário do imóvel e do responsável técnico, todos com firma reconhecida (constar no campo observações da ART/RRT que a mesma abrange tanto o serviço de Retificação Administrativa como para Abertura de Matrícula / Subdivisão / Unificação do Lote).

Documentos para Subdivisão / Unificação do Lote:

1) Certidão de aprovação da subdivisão / unificação emitido pela Prefeitura (via original);
2) Projeto de subdivisão / unificação do lote (Planta) aprovado pela Prefeitura com firma reconhecida dos confrontantes, bem como do proprietário do imóvel e do responsável técnico pelo projeto (Obs.: nesta Planta deverá constar em campo específico a seguinte declaração: "DECLARAMOS QUE TEMOS CONHECIMENTO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 14, DO ARTIGO 213, DA LEI Nº. 6.015/1973.";
3) Memorial Descritivo da situação desmembrada / unificada assinado pelo Engenheiro e com firma reconhecida, e com aprovação da Prefeitura;
4) ART/CREA ou RRT/CAU quitado, com as respectivas assinaturas do proprietário do imóvel e do responsável técnico, todos com firma reconhecida (cópia autenticada).

OBSERVAÇÃO: Independente dos documentos acima elencados, a empresa deverá verificar junto ao CRI de xxxxxx a relação completa da documentação.

As mídias eletrônicas deverão ser devidamente identificadas com rótulo na capa (CD- ROM), onde deverá constar:

1) Identificação da empresa CONTRATADA;
2) Data da gravação;
3) Identificação da unidade a que se refere o trabalho;
4) Identificação do serviço a que se refere à Mídia;
5) Indicação dos arquivos que contém a gravação.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

OBSERVAÇÃO: Se houver necessidade de prorrogação de prazo, a contratada deverá solicitar 30 (trinta) dias antes do término do prazo de execução do contrato, com as devidas justificativas.

6 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo global máximo para execução e entrega dos serviços será de **150 (cento e cinquenta) dias corridos**. Sendo:

1) **30 dias –** apresentação do Levantamento Planimétrico Topográfico;
2) **05 dias -** análise e aprovação pela Unidade Escolar;
3) **05 dias –** apresentação da revisão do objeto contratado após análise da Unidade Escolar;
4) **05 dias -** análise e aprovação da revisão pela Unidade Escolar;
5) **105 dias –** tramitação e aprovação do projeto de subdivisão / unificação da área junto à Prefeitura municipal de xxxxxxx, e a consequente entrega à Unidade Escolar e SEED/Setor de Patrimônio da documentação exigida pela Lei nº. 6.015/1973, Art. 213, inciso II e §14, bem como das exigências do Cartório de Registro de Imóveis de xxxxxxx, a fim de possibilitar, posteriormente, pela Unidade Escolar a Retificação Administrativa / Abertura de Matrícula / Subdivisão / Unificação da Área.

7 PREÇO MÁXIMO DE PROJETO

No preço máximo para a elaboração dos serviços objeto deste Edital, deverá ser incluído o fornecimento de materiais e mão-de-obra necessários, bem como todos os demais encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prêmios de seguro, cópias, plotagens, CD/s, lucro, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, de administração, serviços e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do serviço;

Serão encargos da CONTRATADA todas as despesas com o CREA/CAU e taxas de aprovação e consulta junto a órgãos, entidades e outras empresas, bem como qualquer despesa que se fizer necessária para o bom andamento e

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

desenvolvimento do objeto especificado por este Termo de Referência;

O preço cotado deverá ser fixo e irreajustável;

O preço máximo dos serviços está definido pela tabela abaixo, obtido através da Resolução Conjunta SEIL/DER nº. 003/2012:

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO	VALOR	PERCENTUAL
Imóvel Matrícula/Transcrição nº. 00.000 – Área =00.000,0m²	R$ 0.000,00	00,00%
Alocação de equipes de topografia / dia	R$0,00	00,00%
Projeto de Retificação / Subdivisão / Unificação / Abertura de Matrícula de Área e Aprovação	R$ 0.000,00	00,00%
Subtotal	**R$ 00.000,00**	100,00%
BDI (30%)	R$ 0.000,00	
TOTAL COM BDI DE 30%	**R$ 00.000,00**	

Preço Máximo Estimado dos Serviços: R$ 00.000,00 (xxxxxxxxxxxxxxx reais e xxxxxxxxxxxx centavos).

Os pagamentos dos serviços previstos no presente Termo de Referência serão autorizados nas seguintes condições, conforme o Anexo II – Cronogramas Físico-Financeiro:

49% após a entrega dos serviços à Unidade Escolar e SEED/Departamento de Patrimônio, com protocolo de aprovação;

51% após aprovação da retificação/subdivisão/unificação da área na Prefeitura Municipal de xxxxxxxx;

A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, e nenhum pagamento deverá ser efetuado à contratada que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa. O órgão responsável pelo pagamento pode descontar da caução, caso exista, ou das faturas ou de saldo restante a pagar referente a quaisquer débitos da contratada.

8 MODALIDADE E TIPO DA LICITAÇÃO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

O processo licitatório se dará na modalidade de Dispensa de Licitação, conforme definido no Art. 34, da Lei Estadual nº 15.608/07 c/c o Art. 24, II, da Lei nº. 8.666/1993.8.2;

O julgamento das propostas obedecerá ao critério do menor preço, conforme disposto no artigo 80, I, da Lei Estadual nº 15.608/07 c/c o artigo 45, §1º, I da Lei no 8.666/1993.

9 LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Fica sob responsabilidade da CONTRATADA a obediência às normas técnicas da ABNT, bem como das normas dos órgãos e empresas pertinentes ao tipo de projeto a ser desenvolvido, conforme a legislação vigente no município de xxxxxxxxxx;

De uma maneira geral, os principais documentos legais a serem observados serão:

Normas Técnicas Brasileira;

Parâmetros e diretrizes para projetos de desmembramento de lotes e aprovação junto à Prefeitura Municipal de xxxxxxxxxxx;

Observância da Lei nº. 6.015/1973, Art. 213, inciso II e §14, na preparação dos documentos finais para posterior aprovação pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Não poderá haver por parte da CONTRATADA qualquer alegação de desconhecimento de legislação vigente que impeça a aprovação do projeto nos órgãos e empresas pertinentes, quando exigido em legislação específica.

10 SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

10.1 LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO

1) Levantamento topográfico planimétrico de área urbana, executado no mínimo como classe II PAC (NBR 13.133/1994), compreendendo o detalhamento de divisas do lote principal, sistema viário existente

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

e projetado, conforme definido pela Prefeitura Municipal de xxxxxxxxxxx, quadras, áreas livres e institucionais, lotes, edificações, postes de rede pública de eletrificação, tampões com as respectivas identificações, guias, sarjetas, muros de arrimo, taludes, árvores existentes, área de preservação permanente, corpos d'água e nascentes e seus respectivos atingimentos dentro da área levantada ou próximos, conforme Código Florestal Brasileiro – Lei 12.651/12, Cap. II, Seção I;

2) Levantamento compreendendo o detalhamento dos sublotes, conforme croqui de Proposta de Retificação/Subdivisão/unificação do Lote em anexo; a responsabilidade técnica e administrativa da aprovação da Retificação/Subdivisão/unificação para registro das novas Matrículas é da contratante, inclusive taxas e emolumentos de trâmite;
3) Não se inclui a responsabilidade do trâmite notarial para a Matrícula, porém a contratada estará responsável por eventuais ajustes e complementações requisitados pelo cartório, dentro do escopo do contrato, e dentro do prazo de vigência do mesmo;
4) Desenho na escala variando de 1:1000 a 1:100, cálculo analítico (ângulos, distâncias e áreas) dos lotes, quadras, sistema viário, áreas verdes e institucionais e terreno principal, Memorial Descritivo sintético e analítico, inclusive três pontos não alinhados da aresta do terreno a serem coletados com GPS;
5) Indicação do Norte Verdadeiro, data, perímetro do terreno com a medida dos lados da poligonal, ângulos internos, deflexões e áreas, cota dos vértices da poligonal e outros pontos de interesse, Referência de nível (RN) devidamente caracterizada e de fácil localização e identificação, tomando como base a RN oficial do IPPUC (Anexo VI);
6) Ruas principal e adjacentes com nomes, dimensões (cotas transversais), inclusive dos passeios, tipo de pavimentação existente e arborização existente, códigos das ruas, conforme guia para Consulta Para Fins de Construção (Guia Amarela - Anexo VIII);
7) Redes de força e luz, água, esgoto, águas pluviais, telefone, etc.;
8) Localização de árvores, construções, muros, cercas, etc.;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

9) Adutoras, emissários, redes de alta tensão etc., indicando largura ou seção;
10) Planta de localização do terreno na cidade ou localidade, com citação dos dados de registro no cadastro municipal, indicação das vias de acesso e das distâncias aproximadas ao centro;
11) Quando a área a ser levantada não for delimitada por elementos precisos e permanentes, deverão ser utilizados marco de concreto cravados, facilmente identificáveis e que ofereçam condições de permanecer inalterados ao longo do tempo;
12) Relatório Fotográfico do terreno, com fotos datadas da realização do levantamento, conforme modelo da Paraná Edificações;
13) ART dos respectivos serviços (levantamento topográfico e Memorial Descritivo), quitada, com comprovante de pagamento.

10.2 OBSERVAÇÕES GERAIS

1) Para o desenvolvimento dos trabalhos, será disponibilizado pela Unidade Escolar/SEED-Departamento de Patrimônio do Estado à empresa contratada, em mídia eletrônica (CD), um croqui de localização do terreno, a Transcrição/Matrícula do referido terreno e o registro anterior, a Planta do loteamento da Prefeitura Municipal de xxxxxxxx, os projetos de ruas das imediações do terreno, Guia de Consulta para Fins de Construção e croqui com a Proposta de Retificação/Subdivisão/Unificação do Lote, a ser ratificada após o levantamento do terreno;
2) Para o desenvolvimento dos projetos/serviços, previamente deverão ser analisadas as condicionantes locais para que se obtenham todas as informações preliminares necessárias;
3) Os projetos/serviços contratados deverão conter todos os elementos necessários para sua correta compreensão e consequente execução das obras;
4) A empresa contratada deverá obter as informações técnicas para

desenvolvimento dos projetos/serviços junto à fiscalização Unidade Escolar e SEED-Departamento de Patrimônio;

5) Durante a execução do serviço, caso surjam dúvidas, inconsistências ou problemas, os responsáveis técnicos deverão sanar/corrigir, sem ônus e com a maior brevidade possível, a fim de não acarretar atrasos e/ou prejuízos na conclusão dos seus trabalhos;
6) O objeto só será considerado concluído, para efeito de Recebimento Definitivo, após terem sido satisfeitas as seguintes condições:
7) Recebimento dos originais e cópias dos projetos/serviços de forma a permitir a execução de cada projeto, conforme descritivo dos serviços elencados; Recebimento de cópias de Anotação de Responsabilidade Técnica e/ ou Registro de Responsabilidade Técnica emitida junto ao CREA/CAU da região onde o autor do projeto estiver registrado e, se necessário, com visto do CREA/CAU.
8) Todos os projetos/serviços contratados devem vir acompanhados dos seus respectivos memoriais descritivos, e memoriais de cálculo;
9) A fiscalização dos projetos reserva ao direito de recusar ou solicitar o refazimento de serviços que considere inadequados e/ou abaixo dos padrões de qualidade pretendidos.

11 COMPOSIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica mínima deverá ser composta pelos seguintes profissionais:

01 (um) Engenheiro Cartógrafo, ou Agrimensor, ou Engenheiro Civil, ou Arquiteto, ou outro profissional que possua atribuição técnica para a elaboração do levantamento planimétrico, projeto de desmembramento e sua aprovação na Prefeitura Municipal de XXXXXXXX.

Será aceita uma equipe de profissionais onde um realize o levantamento, memorial e desenho e outro o projeto de desmembramento com todos os seus elementos, onde um deles é o responsável legal pelo contrato.

12 AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE TÉCNICA

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

12.1 DOS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA:

Os respectivos membros da equipe técnica de engenharia devem apresentar Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA, CAU ou outro, comprovando atuação em Projetos de Obras e Serviços Similares ao Objeto da Licitação em suas especialidades. O acervo técnico especificado em cada projeto deverá ser do profissional titular que prestará o serviço de elaboração de projeto e não da empresa.

As exigências de qualificação técnica serão baseadas na comprovação da execução de projetos semelhantes ao objeto a ser licitado.

As expertises exigidas não são restritivas, pois existem diversas empresas, sediadas no Paraná e no Brasil, com o acervo exigido que podem participar do certame licitatório;

12.2 DO LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIMÉTRICO

Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e respectivo Atestado de Capacidade Técnica fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado comprovando que realizou Projeto Planimétrico ou Topográfico, em ao menos 01 (um) terreno, com área igual ou superior 1.000,00m² (um mil metros quadrados), acervados.

12.3 DA APROVAÇÃO DE PROJETO DE SUBDIVISÃO/UNIFICAÇÃO

Atestado fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado comprovando a aprovação de projeto de desmembramento/unificação em ao menos 01 (um) terreno, com área igual ou superior X.000,00m² (X mil metros quadrados).

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

13 FISCALIZAÇÃO

Nome: xxxxxxxxx
Cargo: xxxxxxxxxxx
CREA/CAU: xxxxxxxxx
Fone: (XX) 0000-0000
E-mail: xxxxxxxxx

Ciente:

Carimbo e Assinatura

Nome: xxxxxxxxx
Cargo: xxxxxxxxxxx
CREA/CAU: xxxxxxxxx
Fone: (XX) 0000-0000
E-mail: xxxxxxxxx

Ciente:

Carimbo e Assinatura

14 APOIO À FISCALIZAÇÃO

Diretora – Departamento de Patrimônio/SEED
Nome: xxxxxxxxx
Cargo: xxxxxxxxxxx
CREA/CAU: xxxxxxxxx
Fone: (XX) 0000-0000
E-mail: xxxxxxxxx

Ciente:

Carimbo e Assinatura

Nome: xxxxxxxxx
Cargo: xxxxxxxxxxx
CREA/CAU: xxxxxxxxx
Fone: (XX) 0000-0000
E-mail: xxxxxxxxx

Ciente:

Carimbo e Assinatura

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Contratada ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas no artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e nas Condições Gerais de Contratos (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011).

16 RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na legislação vigente, nas Condições Gerais de Contratos e nas demais normas do Órgão Licitante;

Poderão ser motivos de rescisão contratual as hipóteses elencadas no artigo 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e nas Condições Gerais de Contratos (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8.572 de 19 de outubro de 2011);

A rescisão poderá ser de forma unilateral, amigável ou judicial nos termos e condições previstas no artigo 130 da Lei Estadual nº 15.608/2007 e na CGC nº 15, seus itens e subitens das Condições Gerais de Contratos (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8.572 de 19 de outubro de 2011).

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE RECEBIMENTO:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	**xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**

ANEXOS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

Anexo I – Custo Máximo Estimado dos Serviços

Anexo II – Cronogramas Físico-Financeiro

Anexo III – Croqui de localização do Imóvel

Anexo IV – Matrícula do Imóvel

Anexo V – Registro Anterior do Imóvel

Anexo VI – Matrícula do Imóvel Doado à COHAB – CT

Anexo VII – Referência de Nível Oficial do Lote

Anexo VIII – Planta do Loteamento – PMC

Anexo IX – Guia de Consulta Para Fins de Construção

Anexo X – Croqui da Proposta de Subdivisão do Imóvel

Anexo XI – Projetos de Rua das Imediações do Imóvel

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

ANEXO I - CUSTO MÁXIMO ESTIMADO DOS SERVIÇOS

Informamos que o referencial de custos de honorários se baseia nas tabelas de Custos de Projetos de Edificações SEIL/DER, Resolução Conjunta SEIL/DER 003/2012.

Se forem necessários ajustes a SEED/Departamento de Patrimônio do Estado e a Gerência de Projetos da Paraná Edificações deverão ser consultadas, para verificação do trâmite, escopo de serviços e valores máximos de custo de projetos.

A responsabilidade técnica e administrativa da aprovação da subdivisão para registro das novas Matrículas é da contratada, inclusive taxas e emolumentos de trâmite.

IMÓVEL DA MATRÍCULA XXXXXXXXXX – BAIRRO XXXXX – CIDADE de XXXXX

Levantamento Topográfico Planimétrico - Área: XX.XXX,XX m²

- Levantamento Planimétrico Cadastral Utilizando Metodologia II PAC - R$X.XXX,XX/ha
  - ✓ X,XXXXX ha X R$X.XXX,XX = R$X.XXX,XX
- Alocação de equipes de topografia – R$XXXX,XX / dia
  - ✓ X dia x R$XXX,XX = R$XXX,XX
- Projeto e Aprovação de Subdivisão da Área Original – conforme croquis
  - ✓ Horas técnicas X x R$ XXX,XX = R$X.XXX,XX

Total dos itens referentes ao Levantamento Topográfico Planimétrico: R$X.XXX,XX

Levantamento Topográfico Planimétrico	Valor	Percentual
Imóvel Transcrição/Matrícula nº. 00.000 – Área=XX.XXX,XXm²	R$ X.XXX,XX	X,XX%
Alocação de equipes de topografia / dia	R$ X.XXX,XX	X,XX%
Projeto de Retificação / Subdivisão / Unificação / Abertura de Matrícula de Área e Aprovação	R$ X.XXX,XX	X,XX%

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

Subtotal	**R$ X.XXX,XX**	100,00%
BDI (30%)	R$ X.XXX,XX	
TOTAL COM BDI DE 30%	**R$ X.XXX,XX**	

Preço Máximo Estimado dos Serviços:
R$ XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

MODELO

Diário Oficial Certificado DigitalImente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

ANEXO II – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO DO ESTADO - DPE

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

PRÓPRIO:	Imóvel Matrícula nº. 44.981
MUNICÍPIO:	Curitiba
ORGÃO PROP.:	SEAP

DATA:	20/10/2019
TIPO DE OBRA:	Levantam. Topográfico Planimétrico
PROTOCOLO:	15.859.705-5

		BDI:	30,0000%	DESCONTO:									
ITEM	SERVIÇOS	ÍNDICE	R$ c/ BDI e DESC.	45 dias	% NO PERÍODO	60 dias	% NO PERÍODO	60 dias	% NO PERÍODO	106 dias	% NO PERÍODO		
	LEVANTAMENTO												
01	Alocação de equipe de topografia/dia	*11,513%*	*1.286,19*	1.286,19	100,00%								
02	Levantamento topográfico planimpétrico	*53,553%*	*5.982,76*	4.187,93	70,00%					1.794,83	30,00%		
03	Projeto de subdivisão de área e aprovação PMC	*34,934%*	*3.902,73*							3.902,73	100,00%		
TOTAL DA PARCELA CONSIDERANDO O BDI		*100,00%*	*11.171,68*	**5.474,12**	**49,00%**					**5.697,56**	**51,00%**	-	
TOTAL ACUMULADO		*100,00%*	***11.171,68***	5.474,12	49,00%	5.474,12	49,00%	5.474,12	49,00%	11.171,68	100,00%		

MODELO

Diário OFICIAL Paraná
108 | 2ª feira | 21/Set/2020 - Edição nº 10774

ANEXO III – CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL



MODELO

Diário OFICIAL Paraná
2ª feira | 21/Set/2020 - Edição nº 10774 | 109

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

ANEXO IV – MATRÍCULA DO IMÓVEL

3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DE CURITIBA

Thaís Helena Oliveira Carvajal Mendes - Oficial Registradora
Rua Emiliano Perneta, 297, 11º andar - Centro
CEP: 80.010-050 - Fone: (41) 3233-0815

CERTIDÃO

REGISTRO DE IMÓVEIS
3.º CIRCUNSCRIÇÃO - CURITIBA - PARANÁ
Rua Emiliano Perneta, 297/303 - 11.º Andar
Metropolitan Building
OFICIAL VITALÍCIA
Dra. LEILA DE RIBEIRO URBAN
CPF 429.054.069-53

REGISTRO GERAL | FICHA 01

MATRÍCULA N.º 44.981 | RUBRICA

Imóvel: Lote de terreno denominado "A", resultante da unificação e subdivisão das quadras 131, 132A, 132B, 133A, 133B, 134A, 134B, 135A, 135B, 136A e 137B, sendo as sete primeiras da gleba 8-D e as quatro restantes da gleba 8-F, ambas da planta III da Vila Cajuru, nesta cidade, medindo 169,93 metros de frente para a Avenida Victor Ferreira do Amaral; por 87,43 metros do lado direito, de quem da Avenida olha, e faz testada para a rua Pastor Manoel Virginio de Souza; do lado esquerdo de quem da Avenida olha mede 144,87 metros e faz testada para a rua denominada E-531; fechando na linha de fundo na extensão de 160,00 metros, onde confronta com o lote B; com a área de 18.582,43m². Indicação fiscal 18.054.027.000.
Proprietário: Instituto de Ação Social do Parana -IASP, com sede na Rua Hermes Fontes, nº 315, nesta cidade, inscrito no CNPJ nº 80.269.889/0001-46.
Registro anterior: Transcrição nº 32.747 do livro 3M (25/01/1966), deste ofício. Curitiba, 25 de janeiro de 2008.

registradora

R. 1 - **44.981** (Protocolo 147.173 de 22/01/2008).
Transferência. Título: Nos termos do requerimento datado de 21 de janeiro de 2008 que fica arquivado, e em face a lei estadual nº 15.604/2007, que extinguiu o Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, o imóvel objeto desta matrícula foi transferido ao **Estado do Paraná**, com sede na Praça Nossa de Salete, nesta cidade, inscrito no CNPJ nº 76.416.940/0001-28. Valor: Não consta. Condição: Não há. ITBI e Funrejus: não incidem. Dou fé. Curitiba, 25 de janeiro de 2008. Custas: Nihil.

registradora

R. 2 - **44.981** (Protocolo 158.026 de 25/11/2009).
Arresto. Título: Mandado expedido em 07 de janeiro de 2009 nos **autos 79.280/2008** de Execução Fiscal do Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública desta comarca, que fica arquivado. Requerente: Município de Curitiba. Requerido: Instituto de Ação Social do Parana -IASP. Valor: R$ 454.221,62. Observação: O valor devido ao Funrejus deverá ser incluído na conta final do processo e comprovado nos autos, nos termos do item 16.5.5 do Código de Normas da Corregedoria de Justiça. Dou fé. Curitiba, 25 de novembro de 2009. Custas nihil.

registradora

CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel da matrícula nº 44981. Curitiba, 27 de maio de 2019 15:13:49 .

Nanci Terezinha Ferreira da Silva - Escrevente Autorizada

CUSTAS: ISENTAS

MATRÍCULA Nº 44.981

SEGUE NO VERSO

Protocolo: 212.793 APS Página 1

ANEXO V – REGISTRO ANTERIOR DO IMÓVEL

MODELO

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DE CURITIBA

Thais Helena Oliveira Carvajal Mendes - Oficial Registradora
Rua Emiliano Perneta, 297, 11º andar - Centro
CEP: 80.010-050 - Fone: (41) 3233-0815

CERTIDÃO

CERTIFICO a pedido de parte interessada que revendo neste Cartório o livro 3-M de transcrição das transmissões, nele sob número de ordem **32.747** e com data de 25 de janeiro de 1966, encontrei a transcrição do teor seguinte: **CIRCUNSCRIÇÃO**: Curitiba. **SITUAÇÃO**: Cajurú.- **CARACTERÍSTICOS**: Imóvel localizado nesta cidade, com a área de 109.000m² (cento e nove mil metros quadrados), constituindo as quadras nºs 131 - cento e trinta e um -; 132/A - cento e trinta e dois A -; 132/B - cento e trinta e dois B -; 133/A - cento e trinta e três A -; 133/B - cento e trinta e três B -; 134/A - cento e trinta e quatro A -; 134/B - cento e trinta e quatro B -; 135/A - cento e trinta e cinco A -; 135/B - cento e trinta e cinco B -; 136/A - cento e trinta e seis A - e 137/B - cento e trinta e sete B -, sendo as sete primeiras da Gleba 8/D e as quatro restantes da Gleba 8/F, da planta III - terceira- do loteamento da Cia. Territorial Cajurú, confrontando, ao Norte, com a estrada do Encanamento; a Leste Oeste e Sul, com terras de propriedade de Frederico Julio Reginato; imóvel esse havido em maior parte, pela transcrição nº 22.221, no livro 3-H, desta Circunscrição Imobiliária. **ADQUIRENTE**: INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR, autarquia estadual, com sede a Rua Hermes Fontes, s/nº, no bairro Batel, desta Capital, no ato representado pelo seu Presidente do Conselho de Administração, Dr. Felipe Aristides Simão e por seu Diretor Dr. Luciano C. Benradt, brasileiros, aqui residentes, presente, ao ato, o Sr. Governador do Estado, Dr. Algadir Guimarães.- **TRANSMITENTES**: BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A., estabelecimento de crédito, com sede nesta praça.- **TÍTULO**: Venda e compra.- Escritura pública de compra e venda com financiamento e pacto adjeto de hipoteca, lavrada em 24 de janeiro de 1966, nas notas do 7º Tabelionato desta comarca.- **VALOR**: Cr.$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de cruzeiros).- **CONDIÇÕES**: Não há. **T.I.M.**: Ofício nº 04/66.- isento.- 10.1.66.- **AVERBAÇÃO**: Datada de 14 de janeiro se 1988: Em conformidade com a petição datada de 03.12.87, cópia da Lei Estadual nº 8.485 de 03.06.1987, cujos documentos ficam arquivados neste Cartório, averba-se que o proprietário do imóvel objeto desta transcrição -32.747- Instituto de Assistência Do Menor -IAM- foi extinto, substituindo-o foi criado a FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ passando o imóvel da presente transcrição para o patrimônio de dita fundação (art. 108, 1 e 114, IV da lei supra citada). Dita Fundação de Ação Social do Paraná -FASPAR-, acha-se inscrita no CGC/MF sob nº 80.269.889/0001-46. 2ª Datada de 28 de julho se 1989: Nos termos da Escritura pública de Re-ratificação, lavrada no 3º Tabelionato desta cidade, fls 023 e 024 do livro 548, em 27 de julho de 1.989, averba-se que o título que gerou a presente transcrição -32.747- teve por objeto a venda da totalidade das quadras nºs 131, 132/A, 132/B, 133/A, 133/B, 134/A, 134/B, 135/A, 135/B, 136/A e 137/B, sendo as sete primeiras da gleba 8-D e as quatro restantes da gleba 8-F, da planta III do loteamento da Cia. Territorial Cajuru, com a área global de 147.290,00m² e não como constou-se. 3ª Datada de 18 de setembro se 1989: Nos termos do requerimento e planta aprovada pela Municipalidade, cujos documentos ficam arquivados, averba-se que o terreno objeto desta transcrição -32.747- com a área global de

Protocolo: 212.793 **Data do Pedido: 27/05/2019** **MLP** **Página 1**

Continua na página 02

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

147.290,00m², constituído pelas quadras 134-B, 134-A, 133-B, 133-A, 132--B, 132-A, 131, 136-A, 135-B, 135-A e 137-B, da planta III Cajuru, foi subdividido em lotes, na seguinte forma: Lote A, com 18.582,43m²; Lote B, com 44.847,78m²; Lote C, com 12.598,74m²; Lote D, com 10.798,42m²; Lote E. com 53.352,10m² e mais a área de 7.110,53m², atingida por ruas que confronta com os imóveis, com as medidas e confrontantes perimetrais constantes da planta. 4ª Datada de 26 de fevereiro se 1998: Na conformidade da petição de parte interessada e do documento comprobatório que fica arquivado neste Cartório, averba-se que o proprietário do imóvel objeto desta transcrição -32.747- foi transformada em entidade autarquica pela Lei nº 9.663 de 16 de julho de 1.991 e passou a denominar-se INSTITUTO DE AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ -IASP-.**CERTIFICO mais** que desta transcrição-32.747-, diversos imóveis foram transmitidos a terceiros, segundo registros nos livros deste Cartório.. Dou fé.

Curitiba, 27 de maio de 2019 16:21:48 .

Nanci Terezinha Ferreira da Silva - Escrevente Autorizada

CUSTAS: Isentas

Protocolo: 212.793 **Data do Pedido: 27/05/2019** **MLP** **Página 2**

ANEXO VI – MATRÍCULA DO IMÓVEL DOADO À COHAB – CT

MODELO

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

3º SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
DE CURITIBA

Thaís Helena Oliveira Carvajal Mendes - Oficial Registradora
Rua Emiliano Perneta, 297, 11º andar - Centro
CEP: 80.010-050 - Fone: (41) 3233-0815

CERTIDÃO

REGISTRO DE IMÓVEIS
3.ª CIRCUNSCRIÇÃO - CURITIBA - PARANÁ
Rua Emiliano Perneta, 297/303 - 10.º Andar
Conj. 102/104 - Edifício Metropolitan Building
OFICIAL VITALÍCIA
Dra. LEILA DE RIBEIRO URBAN
CPF 429.054.669-53

REGISTRO GERAL | FICHA 1

MATRÍCULA N.º 40.217 | RUBRICA

Imóvel: Terreno resultante do estreitamento da caixa da rua Professor Eduardo Correa Lima (E-529-C) da Gleba **Cajuru**, nesta cidade, medindo 10,62 metros de frente para a Avenida Victor Ferreira do Amaral (E430); do lado direito de quem da referida Avenida olha o imóvel mede 369,21 metros onde confronta com os lotes fiscais 18.054.027.000 e 18.054.028.000; do lado esquerdo mede 372,80 metros, onde confronta com a rua Professor Eduardo Correa Lima (E529C), tendo na linha de fundo 10,00 metros, onde confronta com o lote fiscal 18.054.029.000, fechando o perímetro, com a área de 3.710,50m²; sem edificação; de forma irregular, do lado par da rua. Indicação fiscal 18.054.034.000.
Proprietário: Município de Curitiba, com sede na Avenida Cândido de Abreu, 817, nesta cidade, CNPJ. nº. 76.417.005/0001-86.
Registro anterior: não tem, imóvel suprimido, desafetado e incorporado aos bens dominicais e autorizado a ser doado conforme Lei Municipal 10.221 de 2.7.2001.
Curitiba, 9 de abril de 2002.

registradora

R.1 – **40.217** – (Protocolo 119.931 de 5.4.2002).
Doação. Título: Escritura pública de doação, lavrada no Nono serviço de notas, desta cidade, em 6 de fevereiro de 2.002, fls. 96/98, livro 553-N. Adquirente: **Companhia de Habitação Popular de Curitiba – Cohab-CT**, com sede na rua Capitão Souza Franco, 13, nesta cidade, inscrita no CNPJ. sob nº. 76.495.696/0001-36. Transmitente: Município de Curitiba, já qualificado. Valor: estimado R$18.553,00. Condição: não há. As certidões do Inss nº 254232001-14001010, da Secretaria da Receita Federal nº 5.710.365, e da dívida ativa da União de 4.2.2002, foram apresentadas a notária conforme consta no traslado apresentado. ITBI e Funrejus não incidem . Dou fé. Curitiba, 9 de abril de 2002. Custas: 4312 VRC – R$323,40.

registradora

Av-2 – **40.217**. (Protocolo 124.806 de 11.3.2003)
Subdivisão. Nos termos do requerimento e planta aprovada pela Municipalidade, que ficam arquivados, averba-se que o imóvel desta matrícula foi subdividido em lotes assim discriminados: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24, os quais tem as descrições constantes da planta. Dou fé. Curitiba, 11 de março de 2.003. Custas: 60 VRC - R$ 6,30.

registradora

Observação: o lote 11 foi vendido para Daniel Bregolin, conforme escritura registrada sob nº 1 na matrícula 42.209, deste serviço. Curitiba, 18 de maio de 2004.

Observação: o lote 09 foi vendido para Maria Pereira da Silva, conforme escritura registrada sob nº 1 na matrícula 42.284. Dou fé. Curitiba, 18 de junho de 2004.

Observação: o lote 12 foi transferido para a matrícula 42.345, sendo que 50,349% dele foi objeto de promessa de venda a Josué da Silva Prado, conforme contrato registrado sob nº 1, naquela matrícula. Curitiba, 12 de julho de 2004.

MATRÍCULA Nº 40.217

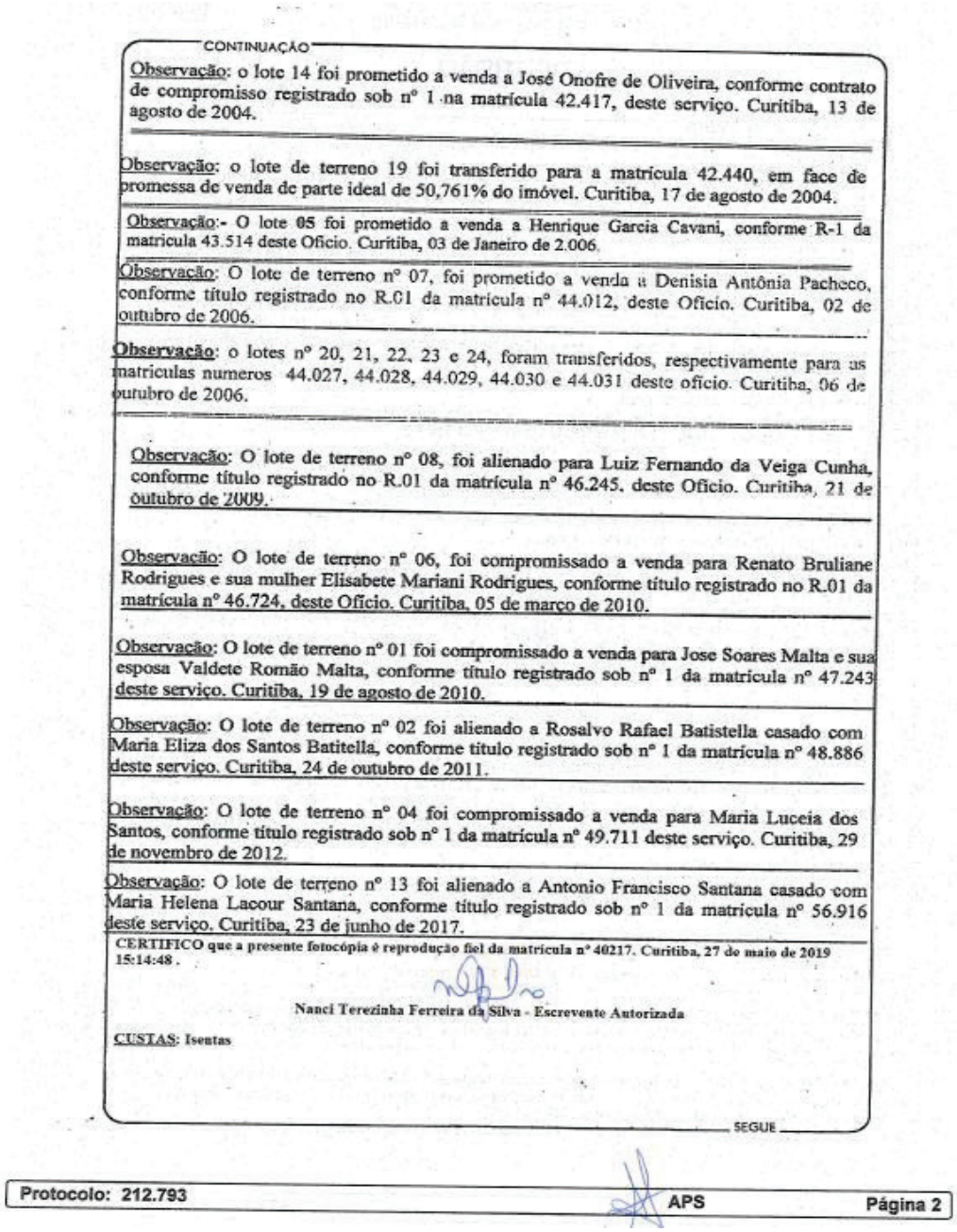
SEGUE NO VERSO

Protocolo: 212.793 | APS | Página 1
Continua na página 02

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO



CONTINUAÇÃO

Observação: o lote 14 foi prometido a venda a José Onofre de Oliveira, conforme contrato de compromisso registrado sob nº 1 na matrícula 42.417, deste serviço. Curitiba, 13 de agosto de 2004.

Observação: o lote de terreno 19 foi transferido para a matrícula 42.440, em face de promessa de venda de parte ideal de 50,761% do imóvel. Curitiba, 17 de agosto de 2004.

Observação:- O lote 05 foi prometido a venda a Henrique Garcia Cavani, conforme R-1 da matricula 43.514 deste Oficio. Curitiba, 03 de Janeiro de 2.006.

Observação: O lote de terreno nº 07, foi prometido a venda a Denisia Antônia Pacheco, conforme título registrado no R.01 da matrícula nº 44.012, deste Ofício. Curitiba, 02 de outubro de 2006.

Observação: o lotes nº 20, 21, 22, 23 e 24, foram transferidos, respectivamente para as matriculas numeros 44.027, 44.028, 44.029, 44.030 e 44.031 deste ofício. Curitiba, 06 de ourubro de 2006.

Observação: O lote de terreno nº 08, foi alienado para Luiz Fernando da Veiga Cunha, conforme título registrado no R.01 da matrícula nº 46.245, deste Ofício. Curitiba, 21 de outubro de 2009.

Observação: O lote de terreno nº 06, foi compromissado a venda para Renato Bruliane Rodrigues e sua mulher Elisabete Mariani Rodrigues, conforme título registrado no R.01 da matrícula nº 46.724, deste Ofício. Curitiba, 05 de março de 2010.

Observação: O lote de terreno nº 01 foi compromissado a venda para Jose Soares Malta e sua esposa Valdete Romão Malta, conforme título registrado sob nº 1 da matrícula nº 47.243 deste serviço. Curitiba, 19 de agosto de 2010.

Observação: O lote de terreno nº 02 foi alienado a Rosalvo Rafael Batistella casado com Maria Eliza dos Santos Batitella, conforme título registrado sob nº 1 da matrícula nº 48.886 deste serviço. Curitiba, 24 de outubro de 2011.

Observação: O lote de terreno nº 04 foi compromissado a venda para Maria Luceia dos Santos, conforme título registrado sob nº 1 da matrícula nº 49.711 deste serviço. Curitiba, 29 de novembro de 2012.

Observação: O lote de terreno nº 13 foi alienado a Antonio Francisco Santana casado com Maria Helena Lacour Santana, conforme título registrado sob nº 1 da matrícula nº 56.916 deste serviço. Curitiba, 23 de junho de 2017.

CERTIFICO que a presente fotocópia é reprodução fiel da matrícula nº 40217. Curitiba, 27 de maio de 2019 15:14:48 .

Nanci Terezinha Ferreira da Silva - Escrevente Autorizada

CUSTAS: Isentas

SEGUE

Protocolo: 212.793 APS Página 2

MODELO

ANEXO VII – REFERÊNCIA DE NÍVEL OFICIAL DO LOTE

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

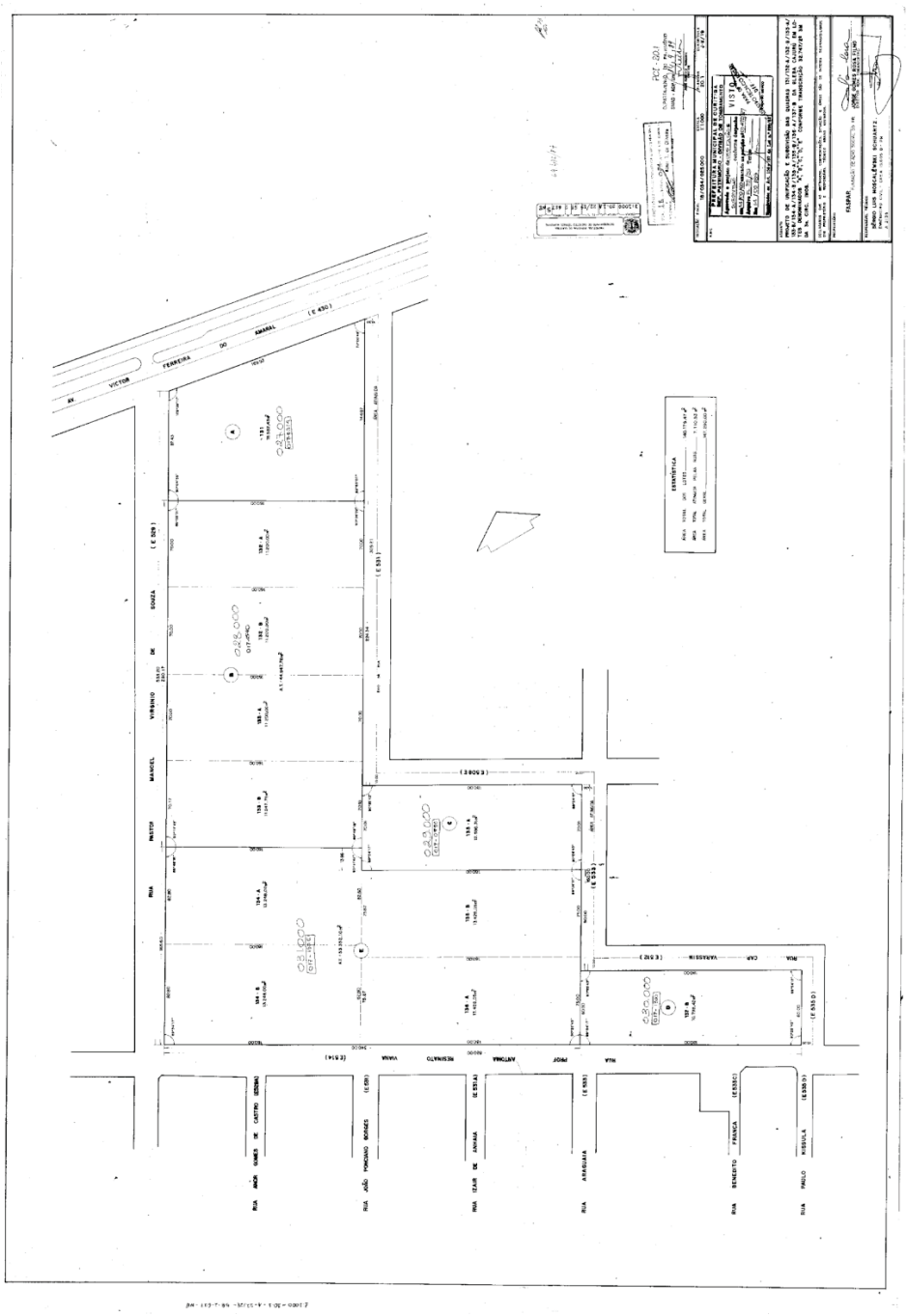


ANEXO VIII – PLANTA DO LOTEAMENTO – PMC

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO



ANEXO IX – GUIA DE CONSULTA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO

MODELO

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal do Urbanismo

CONSULTA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO

Inscrição Imobiliária	Sublote	Indicação Fiscal	Nº da Consulta / Ano
20.1.0017.0170.00-0	**-**	**18.054.027**	**312407/2019**

Bairro: CAPÃO DA IMBUIA — Rua da Cidadania: Cajuru
Quadrícula: J-19
Bairro Referência:

Informações da SMU - Secretaria Municipal do Urbanismo

Testadas do Lote

Posição do Lote: **Esquina**

1- Denominação: **R. PASTOR MANOEL VIRGÍNIO DE SOUZA** Sistema Viário: **COLETORA 1**
Cód. do Logradouro:E529 Tipo: Principal Nº Predial: 1450 Testada (m): 87,40
Dados de Projeto de Rua (UUS-5.1): OBEDECER O ALINHAMENTO CONFORME O PROJETO APROVADO DA RUA

2- Denominação: **AV. VICTOR FERREIRA DO AMARAL** Sistema Viário: **SETORIAL**
Cód. do Logradouro:E430 Tipo: Secundária Nº Predial: 3360 Testada (m): 169,90
Dados de Projeto de Rua (UUS-5.1): OBEDECER O ALINHAMENTO CONFORME O PROJETO APROVADO DA RUA

Cone da Aeronáutica: 977,00m em relação a Referência de Nível (RN) Oficial

Parâmetros da Lei de Zoneamento

Zoneamento: **ZED-LV.ZONA ESPECIAL DESPORTIVA - LINHA VERDE - S. CENTRAL-AIB2**
Sistema Viário: **COLETORA 1/SETORIAL**

* Observar que na Lei 13.909/2011 e Lei 14.773/2015 art.7º §4º, para os Setores Especiais das Vias Setoriais, Vias Coletoras 1 e Vias Coletoras 2 que atravessam a Zona de Transição da Linha Verde (ZT-LV), a Zona Residencial 4 (ZR4-LV) e a Zona Especial Desportiva (ZED-LV), na área contida na delimitação da OUC-LV, poderão ser autorizados o aumento do porte comercial e os usos definidos no Anexo VI, mediante a aquisição de CEPACs.

* Em caso de dúvidas ou divergências nas informações impressas, vale a Legislação Vigente.

Classificação dos Usos

Usos Permitidos Habitacionais
****

Usos Permitidos Comerciais
COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL, DE BAIRRO E SETORIAL COM ÁREA MÁXIMA CONSTRUÍDA DE 400,00 m² (OBS. para construção 1)
COMUNITÁRIO 1, 2 E 3
USOS VINCULADOS ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS
HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 1 E 2
PARA O USO ACIMA LISTADO VERIFICAR OBS. para construção 6
Usos permitidos com compra de CEPACs, verificar o Anexo VI da Lei 13909/2011 e Lei 14773/2015 (OBS para construção 7).

Usos Tolerados
UMA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR POR LOTE.

Usos Permissíveis
****

Usos Proibidos
****

Parâmetros da Construção

Versão: 3.0.0.158 Para maiores informações acesse: **www.curitiba.pr.gov.br** 010247-6 310654-0

Página 1 de 5

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal do Urbanismo

CONSULTA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO

Inscrição Imobiliária	Sublote	Indicação Fiscal	Nº da Consulta / Ano
20.1.0017.0170.00-0	-	**18.054.027**	**312407/2019**

Coeficiente de Aproveitamento
1,0 - PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR
0,5 - PARA OS DEMAIS USOS

Taxa de Ocupação
30% PARA OS USOS VINCULADOS ÀS ATIVIDADES DESPORTIVAS INCLUSIVE SUBSOLO (OBS. 3)
50% PARA OS DEMAIS USOS INCLUSIVE SUBSOLO (OBS. para construção 3)
Taxa de ocupação do subsolo deverá ser igual a do pavimento situado acima, podendo ser ampliada de acordo cor disposto no inciso II do artigo 8º da lei 13909/2011 e Lei 14773/2015.

Taxa de Permeabilidade
****
Ver OBS. para construção 4 e 5

Densidade máxima
****

Altura Máxima
2 PAVIMENTOS PARA RESIDENCIA UNIFAMILIAR
2 PAVIMENTOS PARA COMERCIO VICINAL, DE BAIRRO E SETORIAL
4 PAVIMENTOS PARA HABITAÇÃO TRANSITÓRIA 1 E 2, COMUNITÁRIO 1, 2 E 3 E USOS VINCULADOS AS ATIVIDADES DESPORTIVAS
ATENDIDO O CONE DE APROXIMAÇÃO DE VÔO DA AERONÁUTICA

Recuo Frontal
10,00 M.

Afastamento das Divisas
ATÉ 2 PAVIMENTOS - FACULTADO
ACIMA DE 2 PAVIMENTOS - H/6 ATENDIDO O MÍNIMO DE 2,50M

Estacionamento
OBEDECER O CONTIDO NO DECRETO 1021/2013 E REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES DA SMU.

Recreação
OBEDECER O CONTIDO NO REGULAMENTO DE EDIFICAÇÕES DA SMU.

Observações Para Construção

1 - Independente do porte comercial estabelecido deverá ser obedecido o coeficiente de aproveitamento máximo de 0,5

2 - Possibilidade de modificação de parâmetros urbanísticos, de forma onerosa, com compra de CEPACs, de acordo co o definido no Anexo V da Lei 13909/2011 e Lei 14773/2015:
- Usos: Habitação Transitória 1 e 2, Comércio e Serviço Vicinal, de Bairro e Setorial, Comunitário 1, 2 e 3 e Usos vinculados às atividades desportivas.
- Coeficiente de aproveitamento máximo para Habitação Transitória 1 e 2: 2,5
- Coeficiente de aproveitamento máximo para Comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial e Comunitário 1, 2 e 3 e Us vinculados às atividades desportivas: 1,0 (obedecido o porte comercial de 400 m² para Comércio e serviço vicinal, de ba e setorial)
- O acréscimo de coeficiente de aproveitamento dá o direito ao acréscimo de altura das edificações, na proporção de 1 (um) pavimento para cada fração de 0,5 acrescida no coeficiente de aproveitamento básico do lote, respeitada a altura máxima de 8 pavimentos.
- Para os lotes com testada para a Rua Dino Bertoldi e os lotes inseridos no perímetro delimitado pela Av. Victor Ferreir do Amaral e pelas Ruas Eng. Farid Surugi, Suécia, Victório Vizinoni e Armando Prince, fica estabelecida a altura livre.

3 - Incentivos construtivos admitidos onde houver aquisição de no mínimo 80% da ACA, conforme art. 8º da Lei 13909/2011 e Lei 14773/2015:
- A área de construção destinada a estacionamento localizadas no térreo e demais pavimentos sobre o solo, desde que vedadas frontalmente e dotadas de tratamento paisagístico conforme artigo 3º do Decreto 001/2016, não serão computadas no cálculo do coeficiente de aproveitamento sendo consideradas no número de pavimentos;
- ampliação da taxa de ocupação do subsolo de 50% para 75% e de 30% para 50%;

Versão: 3.0.0.158 Para maiores informações acesse: www.curitiba.pr.gov.br 020247-6 310654-2

Página 2 de 5

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal do Urbanismo

CONSULTA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO

Inscrição Imobiliária	Sublote	Indicação Fiscal	Nº da Consulta / Ano
20.1.0017.0170.00-0	**-**	**18.054.027**	**312407/2019**

- altura máxima de 8 pavimentos para os usos de Habitação Transitória 1 e 2, Comércio e serviço vicinal, de bairro e setorial, Comunitário 1, 2 e 3 e Usos vinculados às atividades desportivas.
- Para os lotes com testada para a Rua Dino Bertoldi e os lotes inseridos no perímetro delimitado pela Av. Victor Ferreira do Amaral e pelas Ruas Eng. Farid Surugi, Suécia, Victório Vizinoni e Armando Prince, fica estabelecida a altura livre.

4 - Conforme o artigo 4º do decreto 001/2016, para as áreas livres dotadas de ajardinamento, paisagismo, arborização e permeabilidade será concedido acréscimo de 2 (duas) vezes as áreas livres do terreno, excetuando-se as áreas de recu frontal. (A concessão desse incentivo não se aplica para os usos de habitações unifamiliares e habitações unifamiliares em série).

5 - Obrigatória a implantação de mecanismos de contenção de cheias independente da área impermeabilizada nos term do disposto em legislação especifica (exceto para residências unifamiliares até o limite de 3 unidades, as quais deverão atender permeabilidade mínima de 25%). O reservatório quando fechado deverá estar localizado preferencialmente sob edificação e inserido na área de projeção desta.

6 - Conforme o art. 13, parágrafo 5º da Lei 13.909/2011, entende-se por Uso Residencial as edificações destinadas à Habitação Unifamiliar, Habitação Unifamiliar em Série e Habitação Coletiva. Todos os demais usos se enquadram como Uso Não Residencial, inclusive as edificações destinadas à Habitação de Uso Institucional e Habitação Transitória 1, 2 e 3.

7 - Usos permitidos com compra de CEPACs, conforme Anexo VI da Lei 13909/2011 e Lei 14773/2015:
COMÉRCIO E SERVIÇO VICINAL, DE BAIRRO E SETORIAL COM ÁREA MÁXIMA DE 5000,00 m²
SUPERMERCADO E CENTRO COMERCIAL, COM ÁREA MÁXIMA DE 5000,00 m²
Atendidas as seguintes condições:
a) Coeficiente de Aproveitamento 0,5 (meio).
b) Para usos contemplados no Anexo V, o cálculo de aquisição de CEPACs deverá obedecer a proporção de 1 m² para cada 8 m² de área total construída que exceder ao porte comercial básico previsto no anexo V, aplicando-se os fatores equivalência contidos na tabela II, do artigo 14 da Lei 13909/2011.
c) Para usos não contemplados no Anexo V, mas previstos no Anexo VI, o cálculo de aquisição de CEPACs deverá obedecer a proporção de 1 m² para cada 8 m² de área total construída, aplicando-se os fatores de equivalência contido na tabela II, do artigo 14 da Lei 13909/2011.
d) Profundidade máxima até a metade da quadra limitada a 60,00m contados a partir do alinhamento predial.

8 - Mediante elaboração de Estudo de Impacto para empreendimentos com área superior a 5000,00m2.

Informações Complementares

Unidade Emissora	Código	Observações
	8	2791/05 NRUCJ NOT-21415 (22/12/04) COMERCIO IRREGULAR APRESENTAR O DEVIDO ALVARA PARA OS RAMOS DE COM. VAREJ. DE MAT. ELETRICOS PARA CONSTRUÇÃO, COM. VAREJ. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO, OBRAS EM ALVENARIA E REBOCO
	9	PROC 47550/91 PROVIDO P/CTZ LIBERACAO P/ CONSTRUCAO NES T/ INDICACAO FISCAL ATENDER PARAMETROS DA CON- SULTA AMARELA PROCESSO 55414/90 PROVIDO - PELA CSU LIBERACAO DA CONS- TRUCAO PARA CRECHE RESOLU - CAO 414/90 109118/98 NEG CMU R 061081 061345 3850/2000 NEG CMU R 061003 INFORMATIVO CMU 00684/2000 Processo 01-112933/2016 parametros construtivos, decisão Interlocutório para ciência e/ou esclarecimentos
	217	AIFU/APOIO - PROCESSO 34-005038/2015 Notificação nº 94390 de 08/10/2015, para apresentar o alvará comercial pa

Versão: 3.0.0.158 Para maiores informações acesse: www.curitiba.pr.gov.br

030247-6 | 310654-1

Página 3 de 5

MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal do Urbanismo

CONSULTA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO

Inscrição Imobiliária	Sublote	Indicação Fiscal	Nº da Consulta / Ano
20.1.0017.0170.00-0	**-**	**18.054.027**	**312407/2019**

Unidade Emissora	Código	Observações
		os ramos de Bar, Lanchonete e Música ao vivo (Art. 32 da Lei 11095/2004) Comércio Noturno Irregular.
	292	RESTRIÇÃO QUANTO À RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO FACE ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO SEM CVCO - REGULARIZAR EDIFICAÇÃO.
	344	*** PROIBIDA A LIBERAÇÃO AUTOMATICA DE CONSULTA COMERCIAL PARA QUALQUER ATIVIDADE E QUALQUER TIPO DE INSTALAÇÃO NO LOCAL ****
	345	Alerta inserido em razÆo da ausˆncia de informa‡äes relacionadas ...s instala‡äes hidrossanit rias do im¢vel. Para regulariza‡Æo procurar a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Departamento de Recursos H¡dricos e Saneamento munido de documentos que comprovem a correta destina‡Æo dos efluentes gerados na edifica‡Æ Para maiores informa‡äes acessar o site da prefeitura municipal de Curitiba http://www.curitiba.pr.gov.br - Acesso r pido: Secretaria e ärgÆos - Meio Ambiente - conte£do esgoto.

Bloqueios

*****

Alvarás de Construção

*****

Informações de Plantas de Loteamentos (UCT 6)

Sublote	Situação de Foro	Nº Documento Foro
0000	Não foreiro	

Dados Sobre Planta de Loteamento

Planta/Croqui	Nº Quadra	Nº Lote	Protocolo
A.00022-		A	01-003565/2002

Nome da Planta: PLANTA CAJURU

Situação: Lote dentro do perímetro de Planta/Croquis aprovada

Informações do IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

*****

Informações da SMOP - Secretaria Municipal de Obras Públicas

Faixa não Edificável de Drenagem

Situação	Faixa	Sujeito à Inundação	Diâmetro da Tubulação	Água Corrente
Lote não Atingido		SIM		NÃO

Características: A P.M.C. se isenta da falta de informações.
Área sujeita a inundação, consultar SABH!

Versão: 3.0.0.158 Para maiores informações acesse: www.curitiba.pr.gov.br

040247-6 | 310654-0

Página 4 de 5

MODELO

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Secretaria Municipal do Urbanismo

CONSULTA PARA FINS DE CONSTRUÇÃO

Inscrição Imobiliária	Sublote	Indicação Fiscal	Nº da Consulta / Ano
20.1.0017.0170.00-0	-	**18.054.027**	**312407/2019**

Informações da SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

** Existindo árvores no imóvel é obrigatória a consulta à MAPM.**

Informações da SMF - Secretaria Municipal de Finanças

Espécie: Normal
Área do Terreno: 18.582,00 m² Área Total Construída: 0,00 m² Qtde. de Sublotes: 1

Dados dos Sublotes

Sublote	Utilização	Ano Construção	Área Construída
0000	Vago	0	0,00 m²

Infraestrutura Básica

Cód. Logradouro	Planta	Pavimentação	Esgoto	Iluminação Pública	Coleta de Lixo
E430	G	ASFALTO	NAO EXISTE	Sim	Sim
E529	D	ASFALTO	NAO EXISTE	Sim	Sim

Bacia(s) Hidrográfica(s)

BACIA ATUBA Principal

Observações Gerais

1 - Considerando a necessidade de adequar e organizar os espaços destinados a circulação de pedestres, a construção ou reconstrução de passeios deverá obedecer os padrões definidos pelo Decreto 1.066/2006
2 - A altura da edificação deverá obedecer as restrições do Ministério da Aeronaútica, referentes ao plano da zona de proteção dos aeródromos e as restrições da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, referentes ao plano de canais de microondas de telecomunicações do Paraná.
3 - Todo o esgotamento sanitário (banheiro, lavanderias e cozinhas) deverá obrigatoriamente ser conectado a rede coletora de esgoto existente na via pública. No caso de cozinhas deverá ser prevista a caixa de gordura antes da referida rede.
4 - Na ausência de rede coletora será tolerada a utilização de sistema de tratamento composto por fossas, filtros e sumidouros (ver Termo de Referência no site da PMC www.curitiba.pr.gov.br) prevendo-se futura ligação com a r coletora de esgoto.
5 - As águas pluviais devem ser direcionadas obrigatoriamente a galeria de água pluvial existente na via pública.
6 - Para qualquer tipo de construção, reforma ou ampliação, consultar a Sanepar quanto a ligação domiciliar de esgo

***** Prazo de validade da consulta - 180 dias *****

Responsável pela Emissão	Data
85320 [UCT7] - DIVISAO DE CONTROLE	**19/08/2019**

ATENÇÃO

» Formulário informativo para elaboração de projeto. Não dá direito a construir.
» Inicio da obra somente após a expedição do Alvará de Construção.
» Em caso de dúvidas ou divergência nas informações impressas valem as informações atualizadas do Lote, bem como a Legislação vigente.

Versão: 3.0.0.158 Para maiores informações acesse: **www.curitiba.pr.gov.br**

050247-6 | 310654-9

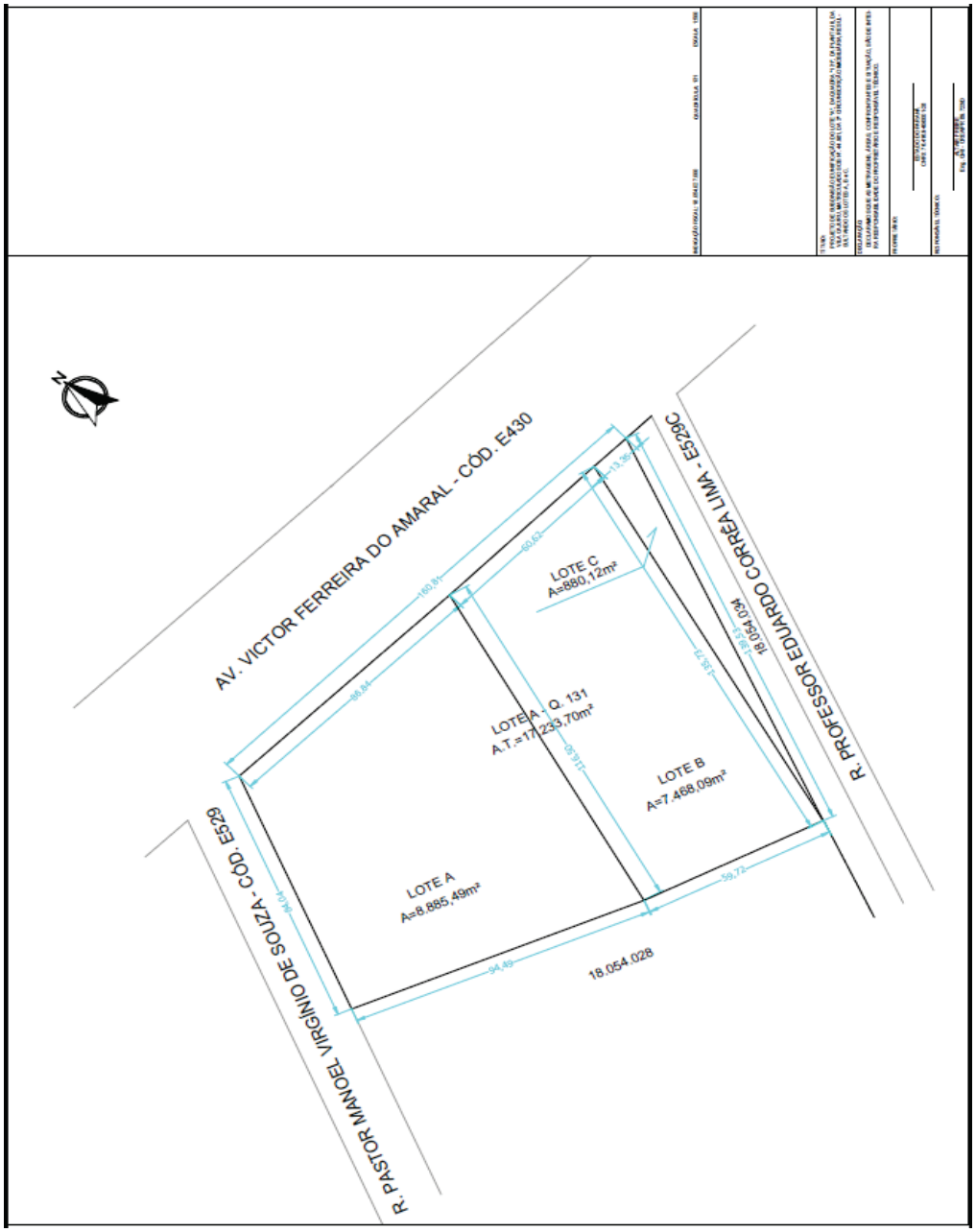
Página 5 de 5

MODELO

ANEXO X – CROQUI DA PROPOSTA DE SUBDIVISÃO DO IMÓVEL

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO

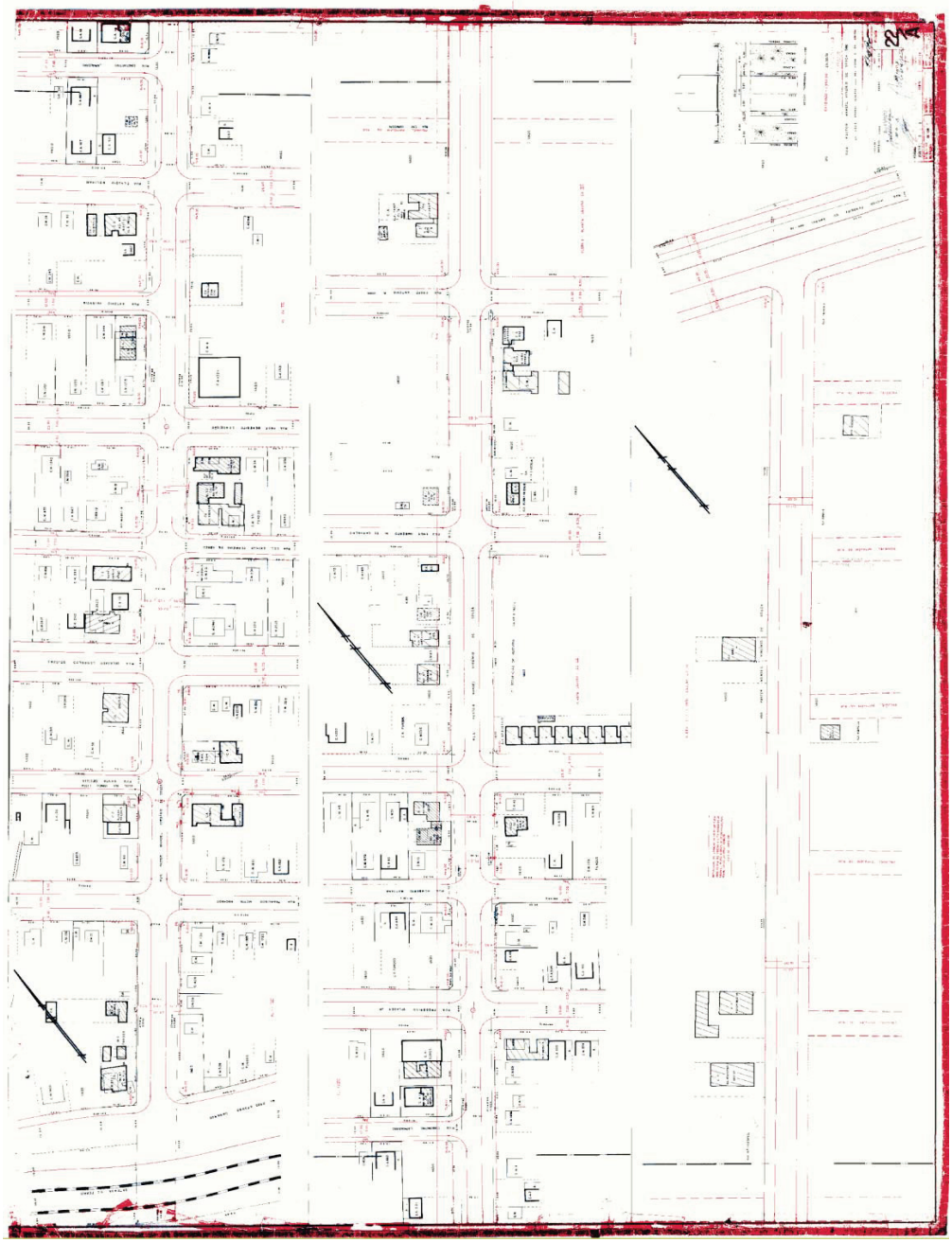


MODELO

ANEXO XI – PROJETOS DE RUA DAS IMEDIAÇÕES DO IMÓVEL

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

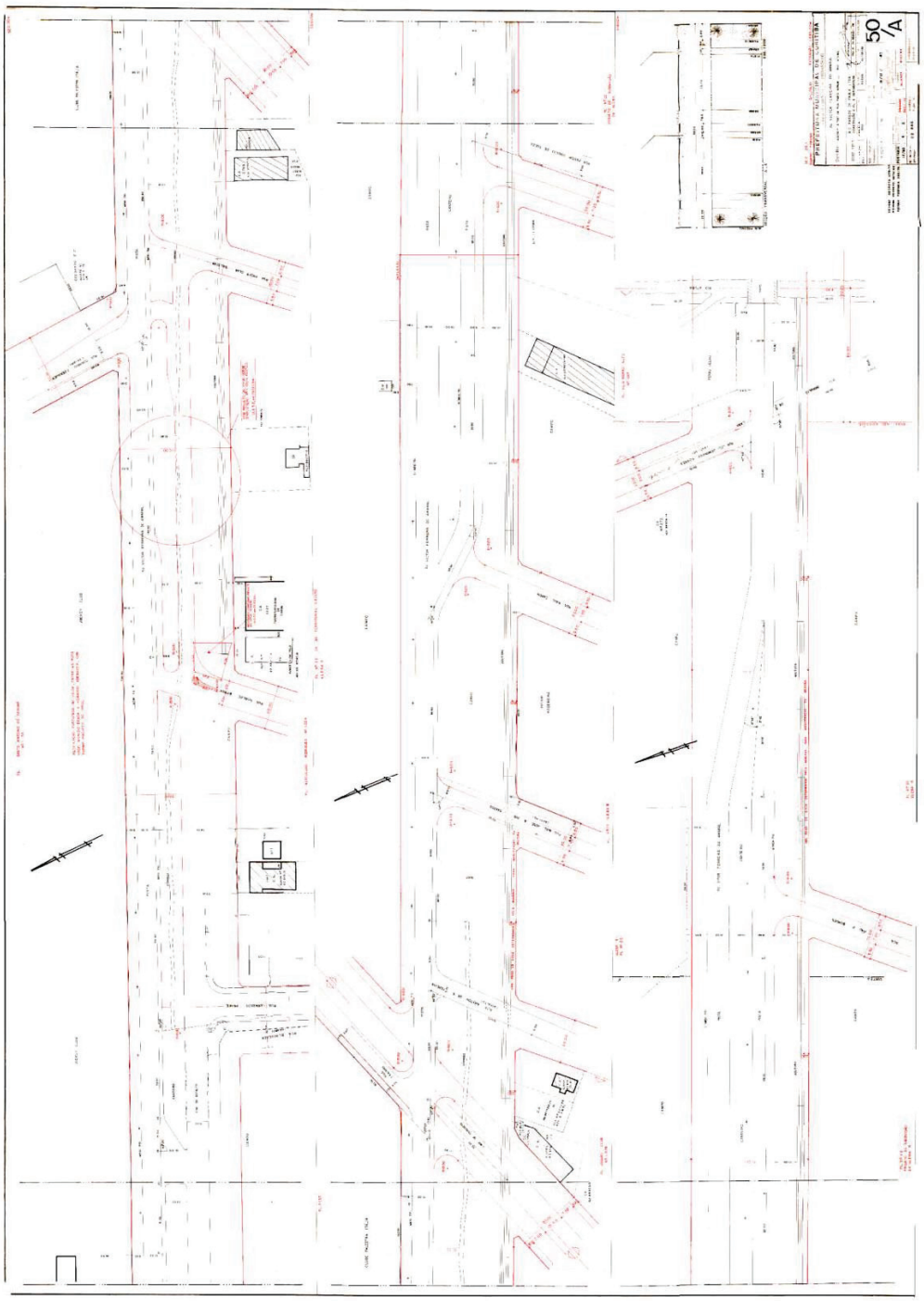
ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO



MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 2: TERMO DE REFERÊNCIA DE PROJETO



MODELO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 3: DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE TÉCNICA

DECLARAMOS, para que produza todos os efeitos legais, de conformidade com o despacho do Departamento Técnico[7] da Prefeitura de (nome do município), no protocolo nº XXXXXXXXXX, de que é interessado o ESTADO DO PARANÁ, que esta Secretaria não levanta óbices quanto à documentação para aprovação da Planta referente ao imóvel ocupado pelo Estado do Paraná, no local denominado XXXXXXXXXXXXXX (endereço), em (nome do município), no lote XXX, conforme os levantamentos topográficos assinados pelo (Título do profissional) (nome do Profissional), com registro Profissional (CREA ou CAU) XXXXXX, sob a (ART ou RRT) nº XXXXXXXXXX.

Cidade, XX de XXXX de XXXX.

_____

NOME
CARGO

[7] Departamento da Prefeitura responsável pelo regulamento das edificações.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 4: FORMULÁRIO PARA CONSULTA DE DISPONIBILIDADE DE IMÓVEL DA UNIÃO



FORMULÁRIO PARA CONSULTA DE DISPONIBILIDADE DE IMÓVEL DA UNIÃO

Dados da consulta

Finalidade

Tema: (marcar apenas uma opção)

( ) Administração Pública
( ) Agricultura, Pecuária e Abastecimento
( ) Assistência social
( ) Cultura
( ) Educação
( ) Energia
( ) Esporte e Lazer
( ) Habitação
( ) Indústria e Comércio

Infraestrutura Urbana
( ) Equipamentos Urbanos
( ) Resíduos Sólidos
( ) Saneamento Básico
( ) Transporte coletivo
( ) Meio Ambiente

( ) Saúde
( ) Segurança pública

Transportes
( ) Aeroportuário
( ) Aquaviário
( ) Ferroviário
( ) Rodoviário

( ) Uso Militar

Uso: (marcar apenas uma opção)

( ) Aeródromos
( ) Armazém
( ) Aterros sanitários e outras instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana
( ) Biblioteca
( ) Centro de Reciclagem
( ) Escola
( ) Estação/subestação de tratamento
( ) Estádio/Centro Esportivo
( ) Estaleiro
( ) Hospital/Posto de saúde
( ) Instituto Técnico
( ) Laboratório
( ) Usinas
( ) Vias
( ) Outro
( ) Linhas de transmissão
( ) Logradouro Público (Praça, rua, parque urbano, estacionamento)
( ) Museu/Centro Cultural
( ) Posto policial/Delegacia
( ) Presídio
( ) Provisão habitacional
( ) Regularização fundiária
( ) Residência
( ) Sede/unidade administrativa
( ) Teatro/Cinema
( ) Terminal/estação
( ) Unidades de conservação
( ) Universidade/Faculdade

ANEXO 4: FORMULÁRIO PARA CONSULTA DE DISPONIBILIDADE DE IMÓVEL DA UNIÃO

Política/programa governamental	
Incluso? ( ) Sim Obs: Se for SIM, obrigatoriamente é necessário apontar um item da coluna da direita. ( ) Não	( ) Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ( ) Programa de Aceleração do Crescimento - PAC ( ) Programa de Regularização Fundiária de Imóveis da União ( ) Programa Terra Legal ( ) Outro
Recurso assegurado para execução projeto? ( ) Sim Obs: Se for SIM, obrigatoriamente é necessário apontar a Fonte/ação orçamentária ( ) Não	Fonte/ação orçamentária: _____

Características do imóvel desejado	
Município	
Tipo de Imóvel	( ) Prédio ( ) Terreno ( ) Galpão ( ) Sala
Zona	( ) Urbana ( ) Rural
Área do Terreno	_____ até _____
Área Construída	_____ até _____
CEP	
Localização	
Observações/necessidades especiais	
Há imóvel locado para este fim atualmente?	( ) Sim ( ) Não
Nº de servidores	

Justificativa/fundamentação
Descrição do uso proposto (até 1000 caracteres)
Justificativa (até 1000 caracteres)

Informações complementares
Observações (até 1000 caracteres)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 5: PROJETO DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEL DA UNIÃO

PROJETO DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVE DA UNIÃO

DADOS INICIAIS

Nome do órgão/entidade requerente:	
CNPJ órgão/entidade requerente:	
Nome do responsável legal:	
Nº Consulta Prévia/ SISREI:	
Denominação do projeto de utilização	

1. CONTEXTUALIZAÇÃO/JUSTIFICATIVA

Este item deverá responder o quê será desenvolvido e por quê existe a necessidade do projeto na entidade e na comunidade. Deve explicar a relevância do projeto, para os usuários, instituição e políticas públicas para qual sua atuação está voltada.
Caso a finalidade seja a imPlantação de sede/unidade administrativa, necessário informar, dentre outros: (i) a denominação e competências da unidade; (ii) a situação atual da sede/unidade administrativa no que se refere à localização, proprietário, custos e espaço físico; (iii) o indicador atual de área (m²) por servidor.
Sugestão: até 50 linhas.

2. OBJETIVOS

Este item deve responder para que vai ser realizado o projeto. Pode conter apenas o objetivo geral, ou objetivo geral e objetivos específicos, sempre relacionados com os resultados que se pretende alcançar com o projeto. Descrever com clareza e concisão, em até 20 linhas.

3. ESPECIFICAÇÃO DO USO/OCUPAÇÃO

Descrever o uso específico a ser dado ao imóvel, com indicação: (i) das áreas (m²) construídas e de terreno a serem efetivamente aproveitadas/utilizadas; (ii) do indicador de área (m²) por servidor, quando destinado ao funcionamento de sede/unidade administrativa;
(iii) das áreas de uso comum, de apoio ou de uso passível de compartilhamento (ex.: de estacionamento, auditório, restaurante, vestiário, posto bancário etc.).

4. ETAPAS E AÇÕES

Descrever com clareza e concisão (cerca de 20 linhas) as etapas necessárias, e quais as atividades serão desenvolvidas para atingir os objetivos propostos, possibilitando o entendimento da execução do projeto de uso/ocupação do imóvel requerido pelo órgão/entidade. Por exemplo, em caso de imPlantação de uma sede administrativa em imóvel já construído, as etapas devem prever: adequação do espaço físico, instalação de equipamentos, transferência dos servidores etc.

5. IMPACTO

Este item refere-se a quais são os resultados esperados e a repercussão do projeto para o público a que se destina, mantendo coerência com os objetivos e a justificativa.

6. RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS E AMBIENTAIS

Indicar, com base na legislação local, os parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do imóvel (caso envolva construção ou ampliação de área construída), assim como eventuais limitações/condicionantes ambientais para imPlantação do projeto.

7. RECURSOS

Especificar a fonte/origem dos recursos necessários para imPlantação do projeto (construção, reforma etc.), bem como para manutenção do imóvel (condomínio, seguro, proteção/segurança, taxa de iluminação etc.).

8. PRAZOS

ANEXO 5: PROJETO DE UTILIZAÇÃO DE IMÓVEL DA UNIÃO

Especificar os prazos (em dias): (i) de imPlantação do projeto de uso/ocupação, caso necessário intervenção prévia no bem (construção, reforma etc.); e (ii) de início de uso/ocupação efetivo.

9. RISCOS E MEDIDAS PREVENTIVAS

Especificar ocorrências que podem comprometer a imPlantação do projeto ou efeitos indesejáveis do mesmo, tais como:

(i) não obtenção dos recursos financeiros previstos;
(ii) não aprovação do projeto pelo respectivo Município;
(iii) invasão do imóvel;
(iv) desmoronamento ou alagamento;
(v) imprevistos durante a execução da obra ou reforma;
(vi) resistência da população.

Além de prever os riscos, necessário indicar as medidas preventivas que serão adotadas no sentido de evitar ou atenuá-los.

10. PARCERIAS E INTERFACES

Este item deve identificar os apoios externos com quem será executado o projeto de utilização do imóvel da União. Por interfaces entende-se órgãos/entidades da esfera pública (federal, estadual ou municipal) que poderão estar cedendo ao projeto suas estruturas técnicas, humanas, administrativas, financeiras e de materiais. Por parceria entende-se empresas e /ou entidades e/ou organizações da comunidade que possam apoiar o projeto.

RESPONSÁVEL PELA DEMANDA

Local, data.

[Nome e assinatura do Diretor da Unidade Escolar]

RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO DA DEMANDA

Local, data.

[Nome e assinatura do Secretário de Estado da Educação e do Esporte]

[Nome e assinatura do Governador do Estado do Paraná]

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 6: MODELO DE REQUERIMENTO PARA RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

REQUERIMENTO DE RETIFCAÇÃO ADMINISTRATIVA

O **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.416.940/0001-28, com sede na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico – Palácio Iguaçu - Curitiba – PR, CEP 80.530-909, representado por seu procurador **MARCEL HENRIQUE MICHELETTO**, brasileiro, casado, gestor imobiliário, titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, portador da cédula de identidade sob RG nº. 1.694.730 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. 004.420.109-46, requer de Vossa Senhoria a **RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA** do imóvel objeto da **Transcrição/Matrícula nº. X.XXX**, localizado no Município de XXXXXXXXX – PR, sob jurisdição deste Serviço de Registro de Imóveis de XXXXXXXXX – PR, tendo como base o Artigo 213, inciso II, da Lei 6.015/1973, bem como declara que tem conhecimento do disposto no §14, do mesmo artigo e da mesma Lei. Informa, para efeito de cálculos dos Emolumentos, que o valor venal do imóvel obtido junto à Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXX é de R$XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

Nestes termos,
Pede deferimento

Curitiba – PR, XX de XXXXXX de 202X.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

ANEXO 7: MODELO DE REQUERIMENTO PARA RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA COM SOLICITAÇÃO DE INTIMAÇÃO

REQUERIMENTO DE RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA COM SOLICITAÇÃO DE INTIMAÇÃO

O **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 76.416.940/0001-28, com sede na Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Centro Cívico – Palácio Iguaçu - Curitiba – PR, CEP 80.530-909, representado por seu procurador **MARCEL HENRIQUE MICHELETTO**, brasileiro, casado, gestor imobiliário, titular da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, portador da cédula de identidade sob RG nº. 1.694.730 SSP/PR, e inscrito no CPF/MF sob nº. 004.420.109-46, requer de Vossa Senhoria a **RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA** do imóvel objeto da **Transcrição/Matrícula nº. X.XXX**, localizado no Município de XXXXXXXXX – PR, sob jurisdição deste Serviço de Registro de Imóveis de XXXXXXXXX – PR, tendo como base o Artigo 213, inciso II, da Lei 6.015/1973, bem como declara que tem conhecimento do disposto no §14, do mesmo artigo e da mesma Lei. Informa, para efeito de cálculos dos Emolumentos, que o valor venal do imóvel obtido junto à Prefeitura Municipal de Quitandinha é de R$XXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX). Em relação à ausência das assinaturas de um confrontante nas Plantas de retificação e de subdivisão, conforme determina o §2º, Artigo 213, da Lei 6.015/1973, solicita desta Serventia que proceda a intimação do Senhor XXXXXXXXXXXXX, CPF XXX.XXX.XXX.XX, responsável pelo Lote XX (IF XX.XX.XXX.XXXX.XXXX.XXX), por intermédio de correspondência com Aviso de Recebimento - AR, para os prováveis endereços a seguir:

- **Rua XXXXXXX, nº XXX – Bairro XXXXXX - XXXXX – PR – CEP XXXXXXXX;**
- **Rua XXXXXXX, nº XXX – Bairro XXXXXX - XXXXX – PR – CEP XXXXXXXX;**
- **Rua XXXXXXX, nº XXX – Bairro XXXXXX - XXXXX – PR – CEP XXXXXXXX.**

Nestes termos,

Pede deferimento

Curitiba – PR, XX de XXXXXX de 202X.

Marcel Henrique Micheletto
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 8: ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO

ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO

A. Projeto Arquitetônico

I. Abrange as soluções de arranjo funcional e plástico dos espaços internos, externos, bem como da volumetria da edificação para atendimento do programa de necessidades. Inclui projeto de acessibilidade, projeto de paisagismo básico, projeto de pavimentação, layout de mobiliário, paginação de pisos interno e externo, muros, calçadas e acessos, incluindo Memorial Descritivo, caderno de especificações, relação de materiais, detalhamentos, compatibilização e coordenação de todos os projetos.

II. **Levantamento "AS BUILT" das edificações existentes** contendo:

a) Planta de Implantação (mesmo perímetro do levantamento topográfico) abrangendo todas as edificações existentes (perímetro das paredes de alvenaria de cada edificação), acessos, calçadas, muros, cercas, lixeiras, quiosques e demais elementos construtivos existentes.

b) Planta Baixa de cada edificação existente contendo: cotas de todos os ambientes, nomenclatura dos ambientes, áreas dos ambientes, descrição de revestimentos existentes de piso/parede/teto, indicação dos níveis de cada piso e rampas, indicações de subida das escadas e numeração dos degraus, quadro das esquadrias e simbologia indicada em Planta, indicação em Planta das linhas de corte e elevações.

c) Cortes de cada edificação existente contendo: um corte longitudinal, um corte transversal, com cotas de nível, nome dos ambientes, cotas das alturas totais e parciais dos elementos (portas/janelas/corrimão, etc.), especificações dos materiais existentes.

d) Planta de Cobertura de cada edificação existente contendo: Planta com indicação dos elementos de cobertura (telhas, caimentos, calhas e rufos), cotas dos beirais e cotas totais.

e) Elevações de cada edificação existente contendo: apresentar uma elevação de cada fachada.

f) Relatório Fotográfico com a demarcação das fotos conforme orientação e

modelo da PRED, composto por: capa, fotos internas (indicar em Planta com indicação dos ângulos das fotos), fotos externas (indicar em Plantas de situação, implantação e/ou foto aérea), no máximo 6 fotos por folha no relatório (com indicação do número da foto e nome do ambiente).

III. O **Projeto Arquitetônico** será dividido conforme abaixo:

a) Estudo Preliminar (EP): consiste na definição gráfica da implantação e do partido arquitetônico através de Plantas, cortes e fachadas em escala livre, compreendendo:

a.1) A implantação da edificação ou conjunto de edificações e seu relacionamento com o local escolhido, acessos, estacionamentos e outros, inclusive expansões possíveis;

a.2) A explicitação do sistema construtivo e dos materiais empregados;

a.3) Os esquemas de zoneamento do conjunto de atividades, as circulações e organização volumétrica;

a.4) O número de edificações, suas destinações e locações aproximadas;

a.5) O número de pavimentos e suas respectivas Plantas;

a.6) Os esquemas de infraestrutura de serviços;

a.7) O atendimento à normas e condições da legislação e dos índices de ocupação do solo;

a.8) Apresentar: implantação geral, Plantas dos pavimentos, cortes (mínimo 02), elevações (mínimo 02) e imagem 3D com volumetria – escala 1:500 (implantação) e 1:200 ou 1:100 (Plantas, cortes e elevações). Memorial Descritivo da solução proposta e quadro sucinto de áreas e coeficientes;

a.9) O conceito será desenvolvido a partir da análise e consolidação do Programa de Necessidades e deverá caracterizar o organograma de espaços, atividades e fluxograma operacional;

a.10) O EP deverá apresentar esquema das estruturas portantes. O projeto estará sempre guiado por conceitos de flexibilidade, durabilidade, sustentabilidade e racionalidade, e adequação ao uso;

a.11) Apresentar imagem 3D com volumetria escala 1:500 (implantação) e 1:200 ou 1:100 (Plantas, cortes e elevações).

b) Anteprojeto (AP): consiste na elaboração e representação técnica da

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

solução apresentada e aprovada no Estudo Preliminar. Apresentará a concepção da estrutura, das instalações em geral, e de todos os componentes do projeto arquitetônico, compreendendo:

b.1) discriminação em Plantas, cortes e fachadas, em escalas não menores que 1:100, de todos os pavimentos da edificação e seus espaços, com indicação dos materiais de construção, acabamentos e dimensões, principalmente de escadas, sanitários e locais especiais;

b.2) locação da edificação ou conjunto de edificações e seus acessos de pedestres e veículos;

b.3) definição de todo o espaço externo e seu tratamento: muros, rampas, escadas, estacionamentos, calçadas e outros, sempre com as dimensões e locações relativas;

b.4) indicação do movimento de terra, com demonstração de áreas de corte e aterro;

b.5) demonstrativo de compatibilidade dos Projetos Complementares, dos quais ele será a base;

b.6) Apresentar: Plantas de situação (1:500 – 1:1000), implantação e cobertura (1:200), Plantas dos pavimentos, cortes (mínimo 02), elevações (todas) (1:100), inclusive áreas e instalações auxiliares como reservatórios de água, lixo, GLP, estacionamentos, áreas verdes.

b.7) Deverá apresentar soluções claras de ocupação dos ambientes (layout), vãos e aberturas e dimensionamento básico de estruturas, com marcação clara dos eixos de referência/modulação.

c) Projeto Legal (PL): de Aprovação na Prefeitura Municipal de Curitiba, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Licenciamento Ambiental e demais órgãos públicos competentes que sejam necessários. Sugerimos que a contratada proceda verificações prévias de compatibilidade com legislação e posturas, nas etapas anteriores.

d) Projeto Executivo: consiste na representação completa do projeto de Arquitetura, que deverá conter, de forma clara e precisa, todos os detalhes construtivos e indicações necessárias à perfeita interpretação dos elementos para a execução dos serviços e obras, incluindo o orçamento detalhado, fundamentado em

quantitativos de serviços e fornecimentos perfeitamente especificados, e indicações necessárias à fixação dos prazos de execução. O Projeto Executivo deve ser representado graficamente por desenhos de Plantas, cortes, fachadas e ampliações de áreas molhadas ou especiais, em escala conveniente, e em tamanho de papel que permita fácil manuseio na obra. Os detalhes de elementos da edificação e de seus componentes construtivos poderão ser apresentados em cadernos anexos, constando sua representação gráfica, de conformidade com a Norma NBR 6492 - Representação de Projetos de Arquitetura, especificações, critérios de execução, recebimento e medição, podendo ser padrões. Devem constar no mínimo os seguintes itens e estar graficamente representados:

d.1) A implantação do edifício, onde constem:

- A orientação da Planta com a indicação do Norte verdadeiro ou magnético e as geratrizes da implantação;

- A representação do terreno, com as características planialtimétricas, compreendendo medidas e ângulos dos lados e curvas de nível, e localização de árvores, postes, hidrantes e outros elementos construídos, existentes;

- As áreas de corte e aterro, com a localização e indicação da inclinação de taludes e arrimos;

- Os RN do levantamento topográfico;

- Os eixos das paredes externas das edificações, cotados em relação a referência preestabelecida e bem identificada;

- As cotas de nível do terrapleno das edificações e dos pontos significativos das áreas externas (calçadas, acessos, patamares, rampas e outros);

- A localização dos elementos externos, construídos, como estacionamentos, construções auxiliares e outros.

d.2) o edifício (representados um a um), compreendendo:

- Plantas de todos os pavimentos, com destino e medidas internas de todos os compartimentos, espessura de paredes, material e tipo de acabamento, e indicações de cortes, elevações, ampliações e detalhes;

- Dimensões e cotas relativas de todas as aberturas, vãos de portas e janelas, altura dos peitorais e sentido de abertura;

- Escoamento das águas, a posição das calhas, condutores e beirais,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

reservatórios, “domos”, rufos e demais e elementos, inclusive tipo de impermeabilização, juntas de dilatação, aberturas e equipamentos, sempre com indicação de material e demais informações necessárias;

- Todas as elevações indicando aberturas e materiais de acabamento;

- Cortes das edificações onde fique demonstrado o pé direito dos compartimentos, alturas das paredes e barras impermeáveis, altura de platibandas, cotas de nível de escadas e patamares, cotas de piso acabado, tudo sempre com indicação clara dos respectivos materiais de execução e acabamento;

- Impermeabilização de paredes e outros elementos de proteção contra a umidade;

- Ampliações, se for o caso, de áreas molhadas ou especiais, com indicação de equipamentos e aparelhos hidráulico-sanitários, indicando seu tipo e detalhes necessários;

- Esquadrias, o material componente, o tipo de vidro, fechaduras, fechos, dobradiças, o acabamento e o movimento das peças, sejam horizontais ou verticais;

- Todos os detalhes que se fizerem necessários para a perfeita compreensão da obra a executar, como coberturas, peças de concreto aparente, escadas, bancadas, balcões e outros planos de trabalho, armários, divisórias, equipamentos de segurança e todos os arremates necessários.

d.3) 04 (quatro) perspectivas imagens foto realísticas.

IV. **Projeto Layout de Mobiliário:** layout básico com indicação de mobiliário, equipamentos e elementos auxiliares.

V. **Projeto de Comunicação Visual:** conjunto de elementos gráficos que visa organizar e disciplinar a execução de sistemas de comunicação visual, de modo a orientar o usuário no espaço arquitetônico da edificação ou conjunto de edificações. Deverão ser observadas as seguintes condições específicas:

a) Sinalização Externa:

a.1) identificar os edifícios e seus acessos:

a.2) identificar cada edifício e o conjunto de edifícios;

a.3) identificar os acessos de pedestres e de veículos;

a.4) identificar as entradas de serviço;

a.5) identificar os acessos públicos e privativos de funcionários.

ANEXO 8: ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO

a.6) regulamentar a circulação de veículos;

a.7) verificar que as condições de leitura e visibilidade de textos e símbolos atendam às necessidades de pedestres e veículos;

a.8) considerar a necessidade de iluminação artificial para os elementos externos de sinalização de pedestres no caso de utilização noturna;

a.9) para sinalização de veículos utilizar preferencialmente material reflexivo.

a.10) levar em consideração na escolha dos materiais a ser utilizados:

- Técnica construtiva adequada à indústria, materiais e mão-de-obra locais;
- Aproveitamento dos materiais em suas dimensões de fabricação;
- Resistência dos materiais em função de sua exposição às intempéries;
- Facilidade de conservação, manutenção e reposição em função dos materiais escolhidos;
- Custo;
- Aspecto visual final (estética).

b) Sinalização interna:

b.1) fornecer elementos para orientação do usuário no edifício, de modo a:

- Verificar a necessidade de quadro geral de informações que identifique andares, departamentos, salas e outros (mapas-índice);
- Orientar o usuário no percurso, desde a entrada do edifício até o local desejado;
- Sinalizar, através de signos direcionais, os pontos de decisão do usuário (cruzamentos de corredores, outros)
- Identificar cada ponto de interesse no edifício;
- Verificar a necessidade de numeração de pavimentos e de salas, identificação de equipamentos de segurança, saídas de emergência e outros;
- Fazer com que as condições de leitura e visibilidade das mensagens sejam facilitadas pelo correto posicionamento e dimensionamento de textos e símbolos, verificando também se a iluminação normal do edifício atende às necessidades dos elementos de sinalização.

b.2) a escolha de materiais a serem utilizados deverá levar em consideração os mesmos critérios enunciados para sinalização externa;

b.3) é conveniente que tanto o sistema de informação como o material

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

utilizado em seus elementos sejam flexíveis e estudados de modo a permitir modificações e ampliações em função de normais mudanças de setores, remanejamentos de salas e outros.

c) O Projeto Executivo de Comunicação Visual deverá conter no mínimo:

c.1) Plantas de implantação em escala 1:500 para um conjunto de edifícios, a escala 1:200 para um edifício, com a locação e identificação final dos elementos externos de sinalização;

c.2) Planta do pavimento com locação exata dos elementos de sinalização, escala 1:100 ou1:50;

c.3) elevações indicando a altura dos elementos;

c.4) desenho detalhado de cada elemento indicando, se for o caso, o modo de fixação, em escalas convenientes, assim como as relações com elementos elétricos ou de outros sistemas, se houver;

c.5) desenho do alfabeto a ser utilizado, indicando com clareza suas características gráficas e critérios de alinhamento e espaçamento de letras 1:1;

c.6) desenho de todos os símbolos, pictogramas e signos direcionais utilizados, em escala 1:1;

c.7) desenhos contendo a diagramação de associações de mensagens, escritas com signos direcionais, mensagens escritas com pictogramas, pictogramas com signos direcionais, e outras;

c.8) Memorial Descritivo, especificações e relatório técnico, que inclua o manual de utilização do sistema proposto;

c.9) as planilhas de quantificação;

VI. **Projeto de Impermeabilização:** de acordo com a norma NBR 9575:2003, o projeto de impermeabilização compõe-se de um conjunto de informações gráficas e descritivas que definem integralmente as características de todos os sistemas de impermeabilização empregados em uma dada construção, de forma a orientar sua execução. Em compatibilidade e complementação ao Projeto Arquitetônico, deve apresentar as Plantas de localização e identificação das impermeabilizações, bem como dos locais de detalhamento construtivo com a representação dos detalhes genéricos e específicos que descrevam graficamente todas as soluções de impermeabilização projetadas para as cisternas, caixas d'água, muros de arrimo, lajes

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

impermeabilizadas, canteiros, banheiros, baldrames, juntas de dilatação, etc., que sejam necessários para a perfeita execução destas. Também deve apresentar o Memorial Descritivo dos materiais e procedimentos de execução.

VII. Os projetos devem vir acompanhados de:

a) Memorial Descritivo;

b) Caderno de Especificações;

c) Relação quantitativa de materiais e serviços;

d) Cálculos (conforme o caso);

e) Declaração de Liberação do Direito Autoral (conforme modelo disposto na Instrução Normativa nº 001 de 04 de julho de 2013);

f) RRT e/ou ART dos respectivos serviços, quitada, com comprovante de pagamento;

g) A aprovação dos projetos e obtenções de licenças é de responsabilidade da contratada;

OBS.: Mesmo que o encaminhamento para aprovação formal nas diversas instituições de fiscalização e controle não seja realizado diretamente pelo autor do projeto, serão de sua responsabilidade as eventuais modificações necessárias à sua aprovação. Também deverá contemplar possíveis alterações na arquitetura e toda e qualquer solicitação oriunda por parte dos órgãos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site

ANEXO 9: MODELO DE ÓFICIO – SOLICITAÇÃO DE AVERBAÇÃO

MODELO DE ÓFICIO – SOLICITAÇÃO DE AVERBAÇÃO

Ofício n° XXX/XXXX
Curitiba, X de XXXXXXX de XXXX

Senhor Titular.

Vimos solicitar de Vossa Senhoria a especial gentileza de averbar, em nome do **ESTADO DO PARANÁ** a Transcrição/Matrícula nº XXXX (em anexo) que está em nome da Fundação Educacional do Estado do Paraná – FUNDEPAR.

A Lei nº 9.663/91 transformou em Autarquias as Fundações Estaduais. O Decreto nº 1.776/92 transformou a Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR em Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná – FUNDEPAR. As Leis 15.466/07 e 15.604/07 constam que com a **extinção** da **FUNDEPAR** os imóveis passarão automaticamente para o **ESTADO DO PARANÁ**

Solicito o envio das cópias atualizadas com o Estado do Paraná como proprietário para o necessário cadastramento no sistema imobiliário estadual.

Se for de sua preferência, a cópia poderá ser enviada por e-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Antecipando-lhe nosso agradecimento pela atenção que puder dispensar ao exposto, apresentamos a Vossa Senhoria, na oportunidade, nossos cordiais cumprimentos.

Nome do Dirigente da Unidade
Cargo

Ilustríssimo Senhor
XXXXXXXXXXXXXXX
Titular do Ofício de Registro de Imóveis
Endereço
CEP
Município - PR

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 6.015/73, de 31 de dezembro de 1973. **Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm>, Acesso em 04 Dez. 2019.

BRASIL. Lei n° 6.216/75, de 30 de junho de 1975. **Introduz algumas alterações na Lei dos Registros Públicos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6216.htm>, Acesso em 04 Dez. 2019.

BRASIL. Lei n° 6.688/79, de 17 de setembro de 1979. **Introduz alterações na Lei dos Registros Públicos, quanto às escrituras e partilhas, lavradas ou homologadas na vigência do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6688.htm>, Acesso em 04 Dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. **Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6170.htm>, Acesso em 04 Dez. 2019.

CURITIBA. Lei nº 11.095, de 08 de julho 2004. **Dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, manutenção e conservação de obras no município, e dá outras providências.** Disponível em: <http://mid.curitiba.pr.gov.br/2010/00084620.pdf>. Acesso em 04 Dez. 2019.

PARANÁ. Decreto nº 481, de 12 de fevereiro de 2015. **Estabelece obrigações aos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional relativamente à averbação de alterações registrais de imóveis do Estado do Paraná.** Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=136311> . Acesso em 04 Dez. 2019.

PARANÁ. Decreto nº 8.561, de 20 de dezembro de 2017. **Confere os incisos V, VI, XVIII e § único, todos do art. 87 da Constituição Estadual.** Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=188266&codItemAto=1176956>. Acesso em 04 Dez. 2019.

OLIANI, L. O. **Noções de Cadastro Territorial Multifinalitário – CTM**. CREA-PR, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ. **Código de Normas Corregedoria-Geral da Justiça - Foro Extrajudicial - Instituído pelo Provimento nº 249/2013, Alterado e atualizado até o Provimento nº 286/2018**. Paraná, 2018.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **172,** DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 16.781.942-7, resolve: autorizar a servidora Rosangela de Mello Santos, da Prefeitura Municipal de Curiúva, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Ibaiti. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **210,** DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 16.809.349-7, resolve: autorizar a funcionária Tatiane Lodi, do Sindicato Rural de Toledo, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Toledo. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **Otamir Cesar Martins**, Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **211,** DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 16.874.512-5, resolve: autorizar o servidor Jocemir Simioni, da Prefeitura Municipal de Mariópolis, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Clevelândia. Fica revogada a Portaria nº 169, de 13 de maio de 2013. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. **Otamir Cesar Martins,** Diretor Presidente.

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **216,** DE 16 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições e considerando o disposto no protocolado nº 16.893.652-4, resolve: autorizar o funcionário Anderson Marcelo Possamai, do Sindicato Rural de Francisco Beltrão, a emitir Guias de Trânsito Animal - GTA, boletos de taxas da ADAPAR e efetuar lançamentos de comprovantes de vacinação no banco de dados da Adapar, sob a fiscalização do médico veterinário da ULSA de Francisco Beltrão. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se. Publique-se. Otamir Cesar Martins, Diretor Presidente.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ - ADAPAR
EXTRATO DE CONVÊNIOS – NOVO TERMO DE COOPERAÇÃO 013/2020

PARTES: Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR e Prefeitura Municipal de Planalto - PR.
OBJETO: Disposição funcional de servidor municipal para prestar serviços junto a ADAPAR.
VIGÊNCIA: 21//09/2020 A 20/09/2021
Otamir Cesar Martins
DIRETOR PRESIDENTE DA ADAPAR

84780/2020

AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ – ADAPAR
PORTARIA Nº **217,** DE 17 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18, inciso VIII, do anexo a que se refere o Decreto n° 4.377, de 24 de abril de 2012, e em conformidade ao art. 11, da Lei Est. n° 17.026, de 20 de dezembro de 2011, resolve: Designar o servidor FDA **MANOEL LUIZ DE AZEVEDO,** RG nº 5.430.288-6 SSP/PR, para responder pelas atividades relativas à Presidência da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, no período de 07/10/2020 à 18/10/2020, por motivo de férias do titular. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Publique-se. Otamir Cesar Martins, Diretor Presidente.

85071/2020

Superintendência Geral de Tecnologia e Ensino Superior

PORTARIA N.º 175/2020 - SETI

O Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispositivos da Lei Federal n.º 9.394 de 20/12/96, e nos termos da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, e do Decreto Estadual nº 1419, de 23 de maio de 2019, modificado pelo Decreto nº 4245, de 17 de março de 2020, e considerando os dispostos nos Artigos 55 a 56 da Deliberação n.º 001/2017-CEE/PR, do Conselho Estadual de Educação.

RESOLVE

Art. 1º - Constituir Comissão Verificadora composta por **AMAURI APARECIDO BASSOLI DE OLIVEIRA**, Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Professor Aposentado do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como Avaliador, para proceder verificação *in loco*, e **MÁRIO CÂNDIDO DE ATHAYDE JÚNIOR,** Chefe da Divisão de Regulação e Avaliação – CES/SETI, para acompanhamento técnico do protocolado, com vistas ao Reconhecimento do Curso de Graduação em Educação Física - Licenciatura, modalidade Educação a Distância, ofertado no *Campus* de Irati pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

§ 1º - Na execução de seu trabalho avaliativo, a Comissão levará em conta o contido no Protocolado nº 16.667.994-0, de 17/06/2020, bem como no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação específico aprovado pela Resolução nº 123/17-SETI, com procedimentos autorizados, em caráter excepcional, pelo disposto no Parecer CEE/CES nº 125/20, de 04/08/20.

§ 2º - O Avaliador apresentará seu relatório, bem como manifestação formal quanto as alterações/ajustes ocorridos ao longo do processo de avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

§ 3º - A Divisão de Regulação e Avaliação – CES/SETI terá prazo de 30 dias, a contar da data de entrega do relatório, para elaborar a instrução e orientação técnica do expediente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 14 de setembro de 2020

Aldo Nelson Bona
SUPERINTENDENTE GERAL
DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

85003/2020

Universidade Estadual de Ponta Grossa

PORTARIA R. - Nº 2020.478

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, *considerando* o Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria R. nº 2020.278, alterada pela Portaria R. nº 2020.423; e, *considerando mais*, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no *Processo nº 20.000011691-5 e apenso,*
R E S O L V E:

Art. 1º Acatar a conclusão da Comissão de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria R. nº 2020.278, alterada pela Portaria R. nº 2020.423, na conformidade do Relatório Final emitido pela referida Comissão, que decidiu pelo arquivamento do Processo nº 20.000011691-5 e apenso.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 17 de setembro de 2020.
Miguel Sanches Neto,
Reitor.

85086/2020

Universidade Estadual do Paraná

PORTARIA Nº 16/2020-DIREÇÃO GERAL - *A Diretora Geral do Campus de Curitiba II/Unespar, Professora Salete Paulina Machado Sirino, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 307, da lei 6.174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Paraná) e Artigo 2º do Decreto Estadual 5.792/2012 e considerando o E-Protocolo nº* **16.335.542-6***; Considerando, ainda, a impossibilidade de participação na Comissão de Sindicância das Professoras Denise Xavier Messias e Rosemari Magdalena Brack;* R E S O L V E: **Art. 1º -** *RENOMEAR a Comissão de Sindicância Administrativa para apurar os valores e as eventuais responsabilidades dos gestores e fiscais quanto aos créditos trabalhistas que serão pagos pela Unespar/ Campus de Curitiba II, em razão da inadimplência das empresas contratadas ELAINE KOSSAR PIMENTEL ME-EKP e HPL COMUNICAÇÃO E CULTURA LTDA, ambas representadas pelo Sr. HÉLCIO LUIZ DOS SANTOS PIMENTEL, conforme documentos anexos ao E-Protocolo nº* **16.335.542-6**. **Art. 2º** *- Para cumprimento ao objeto disposto no artigo anterior, a* **COMISSÃO SINDICANTE** *será composta, sob a presidência da primeira, pelos docentes abaixo relacionados: CLARA MARCIA DE FREITAS PIAZZETTA, RG nº 3.368.706-0, ANA MARIA RUFINO GILLIES, RG nº 6.276.577-1 e LUIZ ERMINDO CAVALLET, RG nº 3.279.912-4.* **Art. 3º** *- Para bem cumprir as suas atribuições, a COMISSÃO indicada no artigo 2º, poderá produzir prova documental, tendo acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, prova oral, podendo para tanto colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender convenientes.* **Art. 4º** *A COMISSÃO, ora constituída, terá o prazo de três (03) dias após a publicação desta Portaria na imprensa oficial para dar início a Sindicância, e o prazo de quinze (15) dias úteis, contados do início da mesma, para a conclusão dos trabalhos, emissão do respectivo parecer técnico e encaminhamento do relatório circunstanciado à Direção Geral do Campus de Curitiba II, conforme Art. 4º do Decreto nº 5.792/12.* **Art. 5º** *Esta Portaria entra em vigor nesta data, revoga a Portaria nº 06/2020-Direção Geral e as demais disposições em contrário, bem como não produz efeitos financeiros.* **Art. 6º** *Publique-se no Diário Oficial e no site oficial da Unespar/Campus de Curitiba II. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Curitiba II, 17 de setembro de 2020. Profa. Salete Paulina Machado Sirino – Portaria nº 752/2019-Reitoria/Unespar.*

84965/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas

Paraná Edificações - PRED

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU
PARANÁ EDIFICAÇÕES

PORTARIA Nº 131/2020

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, LUCAS GRUBBA PIGATTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados, para atenderem ao contido na Instrução Normativa nº 130/2017, do Tribunal de Contas do Paraná, ficando responsáveis pelas manutenções dos dados, junto ao Sistema SEI-CED, nos prazos estabelecidos na referida Instrução.

AURO JOSEPHAT DALMOLIN, RG nº 16629316- dados da área de licitações;

SILVIA ROSA ROLIM DE MOURA JANUARIO- dados referentes ao Controle Interno.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Lucas Grubba Pigatto

Diretor Geral da Paraná Edificações

84736/2020

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS – SEDU
PARANÁ EDIFICAÇÕES
PORTARIA Nº 132/2020

O DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES, autarquia vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas, LUCAS GRUBBA PIGATTO, portador do RG nº 6.324.770-7 - SSP/PR e do CPF nº 044.875.639-09, no uso de suas atribuições legais, e, considerando a Lei Estadual nº 17.431, de 20 de dezembro de 2012; inciso XI do Art. 15 do Decreto Estadual nº 7.842, de 25 de março de 2013,

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão Processante para Apuração de Responsabilidade – PAAR, com a finalidade de verificar as irregularidades apontadas pelo Fiscal do Contrato

Administrativo nº 2472/2016-GMS, firmado com a Empresa CONSTRUTORA CAMOZZATO QUEIROZ-EPP LTDA. - EPP, cujo objeto se refere a " reparos na 11ª Delegacia Regional da Receita Estadual, situada à Av. Paraná, n° 3.787, no município de Umuarama" conforme apontamentos constantes no Protocolo Digital nº 15.794.452-5.

Art. 2º A comissão será composta por servidores do Quadro de Pessoal da Paraná Edificações, sendo o primeiro nominado Presidente e os demais Membros, conforme segue:

• ENZO BENARDES RIZZO RG nº 9.656.401-5
• GUSTAVO VIDOR GODOI RG nº 14.750.463-2
• SUELY XAVIER LISBOA, RG nº 14.051.158-7

Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º O prazo para que a Comissão conclua seus trabalhos e apresente o relatório final é de 60 dias, a contar da data da publicação deste Ato.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Lucas Grubba Pigatto

Diretor Geral da Paraná Edificações

84734/2020

Secretaria da Educação e do Esporte

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

Protocolo n.º 16.900.188-0

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 07 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral; e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, autorizo o afastamento da servidora Eliane Patriota Vidal, RG n.º 12.951.269-5, Agente Educacional II, do Quadro de Funcionários da Educação Básica, para exercer suas funções na 1.ª Zona Eleitoral de Curitiba, pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, em atendimento à solicitação emitida pelo Ofício n.º 137/2020.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Gláucio Dias
Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

84745/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
DESPACHO SECRETARIAL
Protocolo n.º 16.720.264-0

1. INDEFIRO, com fundamento nas Deliberações n.º 03/2013 e 05/2013, e no Parecer n.º 11/2020 – CEE/CP, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, o Recurso interposto por Ana Glauce Castelo Branco Pereira Barbosa, RG n.º 3.245.004-0, SSP/PR, CPF n.º 457.519.359-34, e por Proensino Castelo Educacional Ltda., CNPJ n.º 12.760.356/0001-02, mantenedora do Centro de Educação Profissional Pró-Ensino, situado na Rua General Carlos Cavalcanti, 2.492, Município de Ponta Grossa.
2. RATIFICO o contido no Voto do Parecer CEE/CEMEP n.º 119/20, de 14/04/2020, favorável à cessação compulsória e definitiva das atividades escolares do Centro de Educação Profissional Pró-Ensino, à sanção prevista no art. 75, II, alínea "a" à sua Representante Legal e ao indeferimento e arquivamento dos protocolados n.º 14.727.525-0, n.º 14.727.553-6, n.º 15.073.981-0 e n.º 15.073.950-0.
3. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à origem para as providências cabíveis.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Renato Feder
Secretário de Estado da Educação e do Esporte

84840/2020

6ª (SEXTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO
11 DE SETEMBRO DE 2020
EMENTÁRIO

PARECER CEE/CP N º 15/2020
APROVADO EM 11/09/2020
e-Prot.: 16.721.666-8
Int.: Escolas Públicas do Estado do Paraná- FEPAMEF-PR
Mun.: Curitiba
Ass.: Revisão da Deliberação nº 01/2020 – CEE/PR.
Rel.: Décio Sperandio
DEC.: Aprovado o Parecer por unanimidade, com indeferimento da solicitação de revisão proposta pelo Instituto Monitor, de Curitiba, e consequentemente reiteramos o contido no § 2º, artigo 9º, da Deliberação nº 01/2020 – CEE/PR.

Maria das Graças Figueiredo Saad
Presidente do CEE/PR
Decreto nº 793/2019

84624/2020

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3014, de 10 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 10.750/2020, de 14 de agosto de 2020**.**
Protocolado nº 15.862.634-9
Autos n.º 31/2020

I N T I M A Ç Ã O

Daniele Silva Ramos**,** Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Resolução em epígrafe, **INTIMA a Sra. MARIA ALDA DOS SANTOS SILVA**, RG nº 6.722.560-0/PR, que foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios de irregularidades atribuídas a sua pessoa por, enquanto suprida na escola para o exercício de suas funções, supostamente de forma injustificada, deixou de comparecer ao trabalho, à partir de 21 de março de 2019; deixando de cumprir com seus deveres de Assiduidade; Lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir; Observância das normas legais o regulamentares; ensejando, suposto, abandono de cargo por haver registro de ausência em serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos, nos termos da Resolução nº 3014/2020 (cópia anexa). Assim agindo, em tese infringiu o Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná - **Lei 6174/70, Art. 279, incisos I, V, VI** e **XVII,** procedeu ao que é expressamente proibido no **Art. 285, inciso XV**, transgrediu o **Art. 293, inciso V, alínea "b", § 1º**. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeita a uma das sanções administrativas previstas no **Art. 291, inciso VI, c/c o Art. 293, inciso V, alínea "b" da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público**. Desta forma, fica Vossa Senhoria ciente de que o procedimento obedecerá ao previsto no artigo 314 e seguintes da Lei nº 6174/70, observando o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e do **prazo de 5 (cinco) dias, contados desta intimação**, para querendo, **apresentar defesa prévia**, ocasião em que poderá, acompanhar todas os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, extrair cópia integral dos autos, arrolar testemunhas, apresentar os documentos que entender pertinentes a sua defesa, requerer diligências e produção de provas e o mais que julgar necessário a sua ampla defesa; que os prazos serão contados de acordo com o previsto no artigo 357 da Lei nº 6174/70; que lhe é facultada vista dos autos, de forma digital, haja vista tratar-se de processo eletrônico. Para constar, aos 18 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, eu Daniele Silva Ramos, lavrei a presente intimação que vai assinada pela Comissão Processante.

Daniele Silva Ramos
Presidente

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3023, de 10 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 10.750/2020, de 14 de agosto de 2020**.**
Protocolado nº 16.184.327-0
Autos n.º 32/2020

I N T I M A Ç Ã O

Daniele Silva Ramos**,** Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pela Resolução em epígrafe, **INTIMA a Sra. FERNANDA MAZALOTTI DANGUI DOS SANTOS**, RG nº 6.784.267-7/PR, com residência na Rua Machado de Assis, 52, Caixa Postal 224, Chácara Morada do Sol, São José, CEP 85.555-000 município de Londrina - Paraná, da instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios de irregularidades atribuídas a sua pessoa por, supostamente, enquanto suprida na escola para o exercício de suas funções, supostamente de forma injustificada, deixou de comparecer ao trabalho, desde o dia 03 de agosto de 2019, deixando de cumprir com seus deveres de Assiduidade; Lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir; Observância das normas legais o regulamentares; ensejando, suposto, abandono de cargo por haver registro de ausência em serviço, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos, nos termos da Resolução nº 3023/2020 (cópia anexa). Assim agindo, em tese infringiu o Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná - **Lei 6174/70, Art. 279, incisos I, V, VI** e **XVII,** procedeu ao que é expressamente proibido no **Art. 285, inciso XV**, transgrediu o **Art. 293, inciso V, alínea "b", § 1º**. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeita a uma das sanções administrativas previstas no **Art. 291, inciso VI, c/c o Art. 293, inciso V, alínea "b" da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público**. Desta forma, fica Vossa Senhoria ciente de que o procedimento obedecerá ao previsto no artigo 314 e seguintes da Lei nº 6174/70, observando o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e do **prazo de 5 (cinco) dias, contados desta intimação**, para querendo, **apresentar defesa prévia**, ocasião em que poderá, acompanhar todas os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, extrair cópia integral dos autos, arrolar testemunhas, apresentar os documentos que entender pertinentes a sua defesa, requerer diligências e produção de provas e o mais que julgar necessário a sua ampla defesa; que os prazos serão contados de acordo com o previsto no artigo 357 da Lei nº 6174/70; que lhe é facultada vista dos autos, de forma digital, haja vista tratar-se de processo eletrônico. Para constar, aos 18 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, eu Daniele Silva Ramos, lavrei a presente intimação que vai assinada pela Comissão Processante.

Daniele Silva Ramos
Presidente - CPAD

77149/2020

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3135/2020, de 12 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10754 em 20 de agosto de 2020.
Protocolado nº 16.386.712-5
Autos nº 37/2020

INTIMAÇÃO

PAULO FERREIRA DE SOUZA, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, INTIMA a servidora **ROSELINDA APARECIDA DALPRA**, RG nº 3.873.918-2/PR, Agente Educacional I do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, LF 01, com lotação no Município de Paranaguá e exercício no Colégio Estadual 29 de Abril, no município Guaratuba, do Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, da instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios de irregularidades atribuídas a sua pessoa por, supostamente, faltar com os deveres e infringir proibições tipificadas **na Lei nº 6176/70, Art. 279, incisos I, XVI e XVII, Art. 285, inciso XV e Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º ,** as quais remetem falta de **assiduidade** ao se ausentar consecutivamente do trabalho; por deixar de **frequentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento ou especialização** quando das ausências injustificadas ao trabalho; e por não **comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocada, executando os serviços que lhe competirem**; por **deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada** e por **abandonar o cargo** deixando de comparecer ao trabalho por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeita a uma das sanções administrativas previstas no Estatuto do Servidor Público, nos Art. 279, incisos i, XVI e XVII; Art. 285, inciso XV; Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º. Se assim ficar configurado, estará sujeita a uma das sanções previstas no artigo 291, incisos II a VI, combinado com o artigo 293, incisos II a V, da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público. Desta forma, fica Vossa Senhoria ciente de que o procedimento obedecerá ao previsto no artigo 314 e seguintes da Lei nº 6174/70, observando o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e do **prazo de 5 (cinco) dias, contados desta intimação**, conforme artigo 15 do Decreto nº 5792/2012, para querendo, **apresentar defesa prévia,** ocasião em que poderá, acompanhar todos os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, extrair cópia integral dos autos, arrolar testemunhas, apresentar os documentos que entender pertinentes a sua defesa, requerer diligências e produção de provas e o mais que julgar necessário a sua ampla defesa; que os prazos serão contados de acordo com o previsto no artigo 357 da Lei nº 6174/70; que lhe é facultada vista dos autos, das 08h00min às 17h00min, na sala 103 da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, situada na Av. Água Verde, nº 2140, Vila Izabel, Curitiba, Paraná. E para constar, eu Paulo Ferreira de Souza, digitei esta Intimação aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano dois mil e vinte, lavrou-se o presente termo que vai assinado.

PAULO FEREIRA DE SOUZA
Presidente da CPAD

77563/2020

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3132/2020, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10754 em 20 de agosto de 2020.
Protocolado nº 16.087.751-0
Autos nº 34/2020

INTIMAÇÃO

PAULO FERREIRA DE SOUZA, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, INTIMA a servidora **EDICLER WOLF DE SOUZA**, RG nº 10.193.478-0/PR, Professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, com lotação e exercício no Colégio Estadual Padre Claudio Morelli, no município e Núcleo Regional de Educação de Curitiba, da instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios de irregularidades atribuídas a sua pessoa por, supostamente, faltar com os deveres e infringir proibições tipificadas **na Lei nº 6176/70, Art. 279, incisos I, XVI e XVII, Art. 285, inciso XV e Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º,** as quais remetem falta de **assiduidade** ao se ausentar consecutivamente do trabalho; por deixar de **frequentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento ou especialização** quando das ausências injustificadas ao trabalho; e por não **comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocada, executando os serviços que lhe competirem**; por **deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada** e por **abandonar o cargo** deixando de comparecer ao trabalho por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeita a uma das sanções administrativas previstas no Estatuto do Servidor Público, nos Art. 279, incisos i, XVI e XVII; Art. 285, inciso XV; Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º. Se assim ficar configurado, estará sujeita a uma das sanções previstas no artigo 291, incisos II a VI, combinado com o artigo 293, incisos II a V, da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público. Desta forma, fica Vossa Senhoria ciente de que o procedimento obedecerá ao previsto no artigo 314 e seguintes da Lei nº 6174/70, observando o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e do **prazo de 5 (cinco) dias, contados desta intimação**, conforme artigo 15 do Decreto nº 5792/2012, para querendo, **apresentar defesa prévia,** ocasião em que poderá, acompanhar todos os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, extrair cópia integral dos autos, arrolar testemunhas, apresentar os documentos que entender pertinentes a sua defesa, requerer diligências e produção de provas e o mais que julgar necessário a sua ampla defesa; que os prazos serão contados de acordo com o previsto no artigo 357 da Lei nº 6174/70; que lhe é facultada vista dos autos, das 08h00min às 17h00min, na sala 103 da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, situada na Av. Água Verde, nº 2140, Vila Izabel, Curitiba, Paraná. E para constar, eu Paulo Ferreira de Souza, digitei esta Intimação aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, lavrou-se o presente termo que vai assinado.

PAULO FEREIRA DE SOUZA
Presidente da CPAD

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3134/2020, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10754 em 20 de agosto de 2020.

Protocolado nº 16.300.037-7
Autos nº 36/2020

INTIMAÇÃO

PAULO FERREIRA DE SOUZA, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, INTIMA a servidora **ROBERTA DE ALMEIDA**, RG nº 6.167.567-1/PR, Agente Educacional I do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, LF 01, com lotação e exercício no Colégio Estadual Emílio de Menezes, no município e Núcleo Regional de Educação de Curitiba, da instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios de irregularidades atribuídas a sua pessoa por, supostamente, faltar com os deveres e infringir proibições tipificadas **na Lei nº 6176/70, Art. 279, incisos I, XVI e XVII, Art. 285, inciso XV e Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º,** as quais remetem falta de **assiduidade** ao se ausentar consecutivamente do trabalho; por deixar de **frequentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento ou especialização** quando das ausências injustificadas ao trabalho; e por não **comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocada, executando os serviços que lhe competirem**; por **deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada** e por **abandonar o cargo** deixando de comparecer ao trabalho por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeito a uma das sanções administrativas previstas no Estatuto do Servidor Público, nos Art. 279, incisos i, XVI e XVII; Art. 285, inciso XV; Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º. Se assim ficar configurado, estará sujeita a uma das sanções previstas no artigo 291, incisos II a VI, combinado com o artigo 293, incisos II a V, da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público. Desta forma, fica Vossa Senhoria ciente de que o procedimento obedecerá ao previsto no artigo 314 e seguintes da Lei nº 6174/70, observando o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e do **prazo de 5 (cinco) dias, contados desta intimação**, conforme artigo 15 do Decreto nº 5792/2012, para querendo, **apresentar defesa prévia,** ocasião em que poderá, acompanhar todos os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, extrair cópia integral dos autos, arrolar testemunhas, apresentar os documentos que entender pertinentes a sua defesa, requerer diligências e produção de provas e o mais que julgar necessário a sua ampla defesa; que os prazos serão contados de acordo com

o previsto no artigo 357 da Lei nº 6174/70; que lhe é facultada vista dos autos, das 08h00min às 17h00min, na sala 103 da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, situada na Av. Água Verde, nº 2140, Vila Izabel, Curitiba, Paraná. E para constar, eu Paulo Ferreira de Souza, digitei esta Intimação aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, lavrou-se o presente termo que vai assinado.

PAULO FEREIRA DE SOUZA
Presidente da CPAD

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, designada pela Resolução nº 3133/2020, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10754 em 20 de agosto de 2020.

Protocolado nº 16.134.262-9
Autos nº 35/2020

INTIMAÇÃO

PAULO FERREIRA DE SOUZA, Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Resolução em epígrafe, INTIMA o servidor **UBIRAJARA SOUZA LIMA JUNIOR**, RG nº 6.830.140-8/PR, Agente Educacional I do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB, LF 01, com lotação e exercício no Colégio Estadual Milton Carneiro, no município e Núcleo Regional de Educação de Curitiba, da instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar indícios de irregularidades atribuídas a sua pessoa por, supostamente, faltar com os deveres e infringir proibições tipificadas **na Lei nº 6176/70, Art. 279, incisos I, XVI e XVII, Art. 285, inciso XV e Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º,** as quais remetem falta de **assiduidade** ao se ausentar consecutivamente do trabalho; por deixar de **frequentar cursos legalmente instituídos para aperfeiçoamento ou especialização** quando das ausências injustificadas ao trabalho; e por não **comparecer à repartição às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado, executando os serviços que lhe competirem**; por **deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada** e por **abandonar o cargo** deixando de comparecer ao trabalho por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. Estando, portanto, se assim ficar configurado, sujeito a uma das sanções administrativas previstas no Estatuto do Servidor Público, nos Art. 279, incisos I, XVI e XVII; Art. 285, inciso XV; Art. 293, inciso V, alínea "b" e § 1º. Se assim ficar configurado, estará sujeito a uma das sanções previstas no artigo 291, incisos II a VI, combinado com o artigo 293, incisos II a V, da Lei nº 6174/70 – Estatuto do Servidor Público. Desta forma, fica Vossa Senhoria ciente de que o procedimento obedecerá ao previsto no artigo 314 e seguintes da Lei nº 6174/70, observando o disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal de 1988; e do **prazo de 5 (cinco) dias, contados desta intimação**, conforme artigo 15 do Decreto nº 5792/2012, para querendo, **apresentar defesa prévia,** ocasião em que poderá, acompanhar todos os atos processuais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, extrair cópia integral dos autos, arrolar testemunhas, apresentar os documentos que entender pertinentes a sua defesa, requerer diligências e produção de provas e o mais que julgar necessário a sua ampla defesa; que os prazos serão contados de acordo com o previsto no artigo 357 da Lei nº 6174/70; que lhe é facultada vista dos autos, das 08h00min às 17h00min, na sala 103 da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, situada na Av. Água Verde, nº 2140, Vila Izabel, Curitiba, Paraná. E para constar, eu Paulo Ferreira de Souza, digitei esta Intimação aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte, lavrou-se o presente termo que vai assinado.

PAULO FEREIRA DE SOUZA
Presidente da CPAD

82787/2020

PORTARIA Nº 03/2020 – NRE/FOZ DO IGUAÇU

A CHEFIA DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 6.174/70, art. 307 e considerando o contido no Protocolado nº 15.749.248-9,

RESOLVE

Art. 1º. Designar **Lucia Montini Domingues,** RG. 1.865.667-1, **Liliane Prestes de Oliveira**, RG 93797035 e **Jair Alves da Silva** RG.37256900, todos em exercício no NRE de Foz do Iguaçu, para, sob a presidência da primeira nominada, promover **SINDICÂNCIA** no Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto, município de Foz do Iguaçu, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Foz do Iguaçu, em 16 de SETEMBRO de 2020.
Silvana Garcia André
Chefe do Núcleo Regional da Educação de Foz do Iguaçu

83730/2020

PORTARIA Nº 04/2020 – NRE/FOZ DO IGUAÇU

A CHEFIA DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 6.174/70, art. 307 e considerando o contido no Protocolado nº 15.798.174-9,

RESOLVE

Art. 1º. Designar **Sandro Márcio Tonhato**, RG. 5.903.431-6, **Cleia Rose de Lima**, RG 6.292.205-2 e **Maria dos Anjos Antunes da Cruz Nazare**, RG 7.172.349-6, todos em exercício no NRE de Foz do Iguaçu, para, sob a presidência do primeiro nominado, promover **SINDICÂNCIA** no Colégio Estadual Ayrton Senna da Silva, município de Foz do Iguaçu, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Foz do Iguaçu, em 15 de Setembro de 2020.
Silvana Garcia André
Chefe do Núcleo Regional da Educação de Foz do Iguaçu

84367/2020

PORTARIA N.º 05/2020

A CHEFIA DO NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE GUARAPUAVA, no uso das suas atribuições conferidas pela Lei n.º 6.174/70, art. 307, e artigo 17 da Lei Complementar 108/2005 e considerando o contido no Protocolado **n.º 16.761.715-8**

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores: **CARLOS EDUARDO LAURENTINO BRANCHER, R.G. nº 9.935.746-0,** Professor QPM; **MARY ROSE MATOS PRATES, RG nº 4.659.825-3,** Professora QPM; e **RONALD BOCHNIA STADLER, RG nº 8.827.094-0,** Professor QPM, todos em exercício no Núcleo Regional da Educação de Guarapuava, para, sob a presidência do primeiro nominado, proceder SINDICÂNCIA com finalidade de apurar denúncia de irregularidade, supostamente praticada pelo professor **JOÃO RODRIGUES DA SILVA FILHO, RG nº 8.934.546-4** no desempenho de suas funções como professor, em exercício no Colégio Estadual do Campo Benedito de Paula Louro; no Colégio Estadual do Campo Dom Pedro I; e no Colégio Estadual do Campo de Palmeirinha, todos no município de Guarapuava – Pr, Núcleo Regional de Educação de Guarapuava por, no ano de 2019, em tese, deixar de comparecer ao trabalho sem causa justificada, descumprindo supostamente os deveres de assiduidade e observância das normas legais e regulamentares, agindo assim, supostamente descumpriu deveres previstos no artigo 279 incisos I e VI ambos da Lei 6174/1970 e o disposto no seu Contrato de Trabalho, Cláusula Sétima, incisos I e VI, estando sujeito a rescisão contratual, conforme estabelecido na Cláusula Nona, do seu Contrato de Trabalho e às sanções previstas no artigo 17 da Lei Complementar 108/2005.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, **em 17 de setembro de 2020.**
Edil Aparecida Espínola Amaral
Chefe do NRE de Guarapuava
Dec. 1734 – DOE 25/06/2019

84450/2020

RESOLUÇÃO Nº 3188/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 260/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Guabiroba – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada no Bairro Guabiroba, do Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.

§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 7091/2012, de 26/11/2012 e Parecer nº 4165/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 248/2018, de 17/01/2018 e Parecer nº 101/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.

Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.

§ 1º A Resolução nº 771/2008, de 28/02/2008 e o Parecer nº 501/2008 – CEF/SEED autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.

§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 248/2018, de 17/01/2018 e Parecer nº 101/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.

§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.

§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3189/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 260/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Rural Municipal Irineu Humberto Giacom

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

– Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Ponte Nova, do Município de Siqueira Campos, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3949/2013, de 29/08/2013 e Parecer nº 1752/2013 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 245/2018, de 17/01/2018 e Parecer nº 98/2018 - CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 771/2008, de 28/02/2008 e o Parecer nº 501/2008 – CEF/SEED autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 245/2018, de 17/01/2018 e Parecer nº 98/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3190/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013, 02/2014 e o Parecer nº 292/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 04 (quatro) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Dona Zezé, situado na Rua Dr. Martins de Camargo, 595, do Município de Conselheiro Mairinck, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 384/2012, de 20/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 604/2017, de 01/03/2017 e Parecer nº 563/2017 – CEF/SEED, com vigência até 24/02/2025.
§ 2º A Resolução nº 3511/2002, de 22/08/2002 e o Parecer nº 2466/2002 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 4034/2015, de 11/12/2015 e Parecer nº 2166/2015 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3191/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013, 02/2014 e o Parecer nº 284/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil São José, situado na Rua Principal, s/n, do Município de Tomazina, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3603/2011, de 18/08/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2482/2016, de 21/06/2016 e Parecer nº 1327/2016 – CEF/SEED, com vigência até 17/10/2026.
§ 2º A Resolução nº 3603/2011, de 18/08/2011 autorizou o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 240/2018, de 17/01/2018 e Parecer nº 93/2018 – CEF/SEED, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos, com vigência até 31/12/2019.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3192/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 265/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Malfina Cândido de Lima – Ensino Fundamental, situada no Distrito do Sapé, do Município de Tomazina, NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4107/2012, de 03/07/2012 e Parecer nº 2636/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4723/2017, de 19/09/2017 e Parecer nº 2879/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 764/2008, de 27/02/2008 e o Parecer nº 411/2008 – CEF/SEED autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 4723/2017, de 19/09/2017 e Parecer nº 2879/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3193/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 262/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal do Campo Manoel Ribas – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Patrimônio do Café, do Município e NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4033/2011, de 14/09/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4721/2017, de 19/09/2017 e Parecer nº 2877/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 770/2008, de 28/02/2008 e o Parecer nº 496/2008 – CEF/SEED autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 4721/2017, de 19/09/2017 e Parecer nº 2877/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3194/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013, 02/2014 e o Parecer nº 262/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal do Campo Manoel Ribas – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Localidade Patrimônio do Café, do Município e NRE de Ibaiti.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4033/2011, de 14/09/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3193/2020, de 17/08/2020 e Parecer nº 262/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2024.
§ 2º A Resolução nº 4152/2015, de 18/12/2015 e o Parecer nº 2245/2015 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos, com vigência até 23/12/2020.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 23/12/2023.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3195/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1728/2020, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Arte de Crescer, situado na Avenida Clodoaldo de Oliveira, 1817, do Município de Ubiratã, NRE de Goioerê.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 937/2013, de 27/02/2013 e Parecer nº 638/2013 – CEF/SEED, com vigência até 20/03/2018.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 20/03/2023.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2020

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3196/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2014, ambas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1729/2020, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil João Paulo II, situado na Rua Maria Osório, 654, do Município de São Pedro do Ivaí, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada no Sistema Estadual de Ensino para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1757/2014, de 02/04/2014 e Parecer nº 395/2014 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 936/2019, de 12/03/2019 e Parecer nº 1021/2019 – CEF/SEED, com vigência até 14/05/2024.
§ 2º A Resolução nº 6723/1993, de 14/12/1993, autorizou o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 1989/2018, de 08/05/2018 e Parecer nº 1282/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3197/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/1998, 03/2013 e 02/2014, todas do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1730/2020, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Credenciar, para a oferta da Educação Básica, até o final do ano de 2023, o Centro Municipal de Educação Infantil do Campo Idalina Pessuti, situado na Rua Santa Catarina, s/n, do Município de Jardim Alegre, NRE de Ivaiporã, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi criada pelo Decreto Municipal nº 198/2019, de 03/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
Art. 2º Autorizar o funcionamento da Educação Infantil, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 1º A autorização concedida para a oferta da Educação Infantil, para atendimento de crianças de 00 (zero) a 5 (cinco) anos, até o final do ano de 2023, a partir da data da publicação da presente Resolução.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar a renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 1º, do art. 2º.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Regularizar, excepcionalmente, diante do disposto no § 2º do Art. 1º e Art. 18 da Deliberação nº 02/2014-CP/CEE/PR, o período ausente de autorização para funcionamento da Educação Infantil, desde 01/01/2020.
Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

84842/2020

RESOLUÇÃO Nº 3198/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2014, ambas do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO e o Parecer nº 1731/2020, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Freire, situado na Avenida São Paulo, 122, do Município e NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada no Sistema Estadual de Ensino para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5092/2012, de 20/08/2012 e Parecer nº 3052/2012 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 2190/2020, de 16/06/2020 e Parecer nº 1493/2020 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2022.
§ 2º A Resolução nº 307/2011, de 17/01/2011 e o Parecer nº 167/2011 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 05 (cinco) anos.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3571/2016, de 29/08/2016 e Parecer nº 1928/2016 – CEF/SEED, vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 3199/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1732/2020, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Professor Antonio Carlos Costa, situado na Avenida Aparício Cardoso Bittencourt, 50, do Município e NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada no Sistema Estadual de Ensino para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4434/2013, de 27/09/2013 e Parecer nº 1941/2013 – CEF/SEED e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 934/2019, de 12/03/2019 e Parecer nº 1019/2019 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3200/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019 e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, do Conselho Estadual de Educação e o Parecer nº 1773/2020, da COORDENAÇÃO DE ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, até o final do ano de 2023, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Luiz Real – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Guerino Volpato, 75, do Município de Rolândia, NRE de Londrina.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 355/2015, de 19/12/2015, com vigência até 05/03/2020.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
§ 3º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3201/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO e o Parecer nº 430/2020, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Centro de Atendimento Especializado, Ensino Fundamental (anos finais), área da surdocegueira, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Colégio Estadual José de Mattos Leão – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Osmario Coutinho de Castro, 803, do Município de São João do Ivaí, NRE de Ivaiporã
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 7029/2012, de 23/11/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4216/2017, de 04/09/2017 e Parecer nº 2502/2017 – CEF/SEED, com vigência até 10/12/2022.
§ 2º A Resolução nº 2881/2011, de 07/07/2011 e Parecer nº 1861/2011 CEF/SEED, autorizaram o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3039/2016, de 04/08/2016 e Parecer nº 972/2015 – DEE/SEED, com vigência até 23/09/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 23/09/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3202/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013 e 02/2016, ambas do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO e o Parecer nº 389/2020, do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento de 01 (uma) Classe Especial, área da deficiência intelectual, na Escola Municipal Maria José Andrade de Moura – Ensino Fundamental, situada na Rua Nossa Senhora Aparecida, 185, do Município de Lidianópolis, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5230/2011, de 22/11/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 576/2017, de 23/02/2017 e Parecer nº 533/2017 – CEF/SEED, com vigência até 06/01/2027.
§ 2º A Resolução nº 1474/1995, de 17/04/1995, autorizou o funcionamento da modalidade de atendimento citada no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5183/2016, de 21/11/2016 e Parecer nº 192/2016 – DEE/SEED, com vigência até 31/12/2020.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3203/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, e o Parecer nº 276/2020-CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Rural Municipal Rui Barbosa – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Minas Gerais, s/n, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3772/2011, de 26/08/2011, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4890/2017, de 25/09/2017 e Parecer nº 2982/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3204/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2013, 02/2014, e o Parecer nº 259/2020-CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo Mágico, situado na Rua 9 de Julho, 88, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 835/2012, de 02/02/2012, e

obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5685/2017, de 30/10/2017 e Parecer nº 3493/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 1038/2003, de 03/04/2003 e o Parecer nº 1035/2003 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 03 (três) anos.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3418/2016, de 24/08/2016 e Parecer nº 1790/2016 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3205/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, e o Parecer nº 271/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Estadual São Francisco – Ensino Fundamental, situada na Rua Minas Gerais, 283, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná, e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 6128/2012, de 09/10/2012, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5023/2017, de 28/09/2017 e Parecer nº 3067/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 07 (sete) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2026.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3206/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 261/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 10 (dez) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Santos Dumont – Ensino Fundamental, situada na Rua Pará, 813, do Município de Nova Aurora, NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 5971/2011, de 20/12/2011, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1059/2018, de 14/03/2018 e Parecer nº 747/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2029.
Art. 2º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 889/2008, de 07/03/2008 e o Parecer nº 878/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 1059/2018, de 14/03/2018 e Parecer nº 747/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3207/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, e o Parecer nº 276/2020 – CEIF, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Dr. Luiz Osíris – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Carlos Gomes, 221, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3775/2011, de 26/08/2011, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4900/2017, de 25/09/2017 e Parecer nº 2990/2017– CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

84846/2020

RESOLUÇÃO Nº 3208/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, e o Parecer nº 276/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Heitor de Alencar Furtado – Educação Infantil e Ensino Fundamental, situada na Rua Leopoldina, 400, do Município e NRE de Assis Chateaubriand.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 3774/2011, de 26/08/2011, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 4365/2017, de 05/09/2017 e Parecer nº 2592/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3209/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013, e o Parecer nº 272/2020– CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo da autorização para funcionamento da Educação Infantil, do Centro Municipal de Educação Infantil João Gimeni, situado na Rua Boa Vista, 259, do Município de Califórnia, NRE de Apucarana.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1014/2012, de 10/02/2012, e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 629/2017, de 02/03/2017 e Parecer nº 604/2017 – CEF/SEED, com vigência até 09/03/2027.
§ 2º A Resolução nº 182/2003, de 11/02/2003 e o Parecer nº 508/2003 – CEF/

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º, para o atendimento de crianças de 00 (zero) a 06 (seis) anos.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 947/2016, de 10/03/2016 e Parecer nº 493/2016 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 4º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
§ 5º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3210/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 206/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 07 (sete) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal João Batista de Siqueira – Ensino Fundamental, situada na Rua Pedro Teixeira Alves, s/n, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 334/2012, de 19/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2025.
Art. 2º Renovar, pelo prazo de 04 (quatro) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 2821/2008, de 30/06/2008 e Parecer nº 2191/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3211/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013, e o Parecer nº 160/2020 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento para a oferta da Educação Básica, do Colégio Estadual Dom João Bosco – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Justiniano Alves de Souza, 170, do Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1040/2012, de 13/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 1156/2018, de 19/03/2018 e Parecer nº 833/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A renovação do credenciamento é concedida pelo prazo de 10 (dez) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2029.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido no § 2º.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3212/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, a Deliberação nº 03/2013 e o Parecer nº 210/2020 – CEMEP, ambos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o reconhecimento do Ensino Médio, do Colégio Estadual Dom João Bosco – Ensino Fundamental e Médio, situado na Rua Justiniano Alves de Souza, 170, do Município de Colombo, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pelo Governo do Estado do Paraná e foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 1040/2012, de 13/02/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 3211/2020, de 18/08/2020 e Parecer nº 160/2020 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2029.
§ 2º A Resolução nº 3731/2007, de 29/08/2007 e Parecer nº 2142/2007 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino e a Resolução nº 2336/2010, de 25/05/2010 e Parecer nº 421/2010 – CEE/PR, reconheceram o ensino citado no caput do art. 1º.
§ 3º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 3781/2018, de 09/08/2018 e Parecer nº 245/2018 – CEE/PR, com vigência até 31/12/2019.
§ 4º A renovação do reconhecimento é concedida pelo prazo de 05 (cinco) anos, no período de 01/01/2020 a 31/12/2024.
§ 5º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do reconhecimento à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de terminar o prazo concedido.
§ 6º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3213/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 218/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Professora Clair do Rocio Sandri – Ensino Fundamental, situada na Rua Roberto Dreschler, 300, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 556/2012, de 23/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
Art. 2º Renovar, pelo prazo de 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 2821/2008, de 30/06/2008 e Parecer nº 2191/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2021.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3214/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 218/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal José Antoniacomi – Ensino Fundamental, situada na Rua Carlos Manfron, s/n, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 554/2012, de 23/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
Art. 2º Renovar, pelo prazo de 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 2821/2008, de 30/06/2008 e Parecer nº 2191/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2021.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3215/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 218/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Prefeito Eurípedes de Siqueira – Ensino Fundamental, situada na Rua Leonardo Muraski, 238, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 326/2012, de 19/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
Art. 2º Renovar, pelo prazo de 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 2821/2008, de 30/06/2008 e Parecer nº 2191/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2021.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3216/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006, 03/2013 e o Parecer nº 218/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Municipal Jardim Roma – Ensino Fundamental, situada na Rua Campo Largo, 1031, do Município de Almirante Tamandaré, NRE da Área Metropolitana Norte.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 439/2012, de 23/01/2012 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2023.
Art. 2º Renovar, pelo prazo de 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º Resolução nº 2821/2008, de 30/06/2008 e Parecer nº 2191/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 5525/2017, de 23/10/2017 e Parecer nº 3385/2017 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2018.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2021.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

RESOLUÇÃO Nº 3217/2020 – SEED

A Chefia do DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução nº 28/2019 – GS/SEED, de 28 de janeiro de 2019, e considerando: a Lei nº 9394/1996, as Deliberações nº 03/2006 e 03/2013, e o Parecer nº 265/2020 – CEIF, todos do CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, por mais 05 (cinco) anos, o prazo do credenciamento para a oferta da Educação Básica, da Escola Rural Municipal Pedro Viriato Parigot de Souza – Ensino Fundamental, situada na Rua Brasil, s/n, no Município de Arapuã, NRE de Ivaiporã.
§ 1º A instituição de ensino é mantida pela Prefeitura Municipal, foi credenciada para a oferta da Educação Básica pela Resolução nº 4665/2011, de 28/10/2011 e obteve a última renovação do credenciamento pela Resolução nº 627/2018, de 20/02/2018 e Parecer nº 459/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 2º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação do credenciamento, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2024.
Art. 2º Renovar, por mais 03 (três) anos, o prazo da autorização para funcionamento do Ensino Fundamental (anos iniciais), na instituição citada no art. 1º.
§ 1º A Resolução nº 749/2008, de 27/02/2008 e Parecer nº 188/2008 – CEF/SEED, autorizaram o funcionamento do referido ensino, na instituição de ensino citada no caput do art. 1º.
§ 2º O último prazo foi concedido pela Resolução nº 627/2018, de 20/02/2018 e Parecer nº 459/2018 – CEF/SEED, com vigência até 31/12/2019.
§ 3º A direção da instituição de ensino deverá solicitar nova renovação da autorização para funcionamento do ensino à SEED/CEF, 180 (cento e oitenta) dias antes de 31/12/2022.
§ 4º Quando ocorrer a cessação da oferta ou da instituição de ensino, a direção deverá oficializar à SEED/CEF, a fim de formalizá-la legalmente.
Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2020.

Maria Goreti Arantes Soares
Departamento de Legislação Escolar

84847/2020

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

RESOLUÇÃO N.º 3.554/2020 – GS/SEED

Súmula: Dispõe sobre a indicação de Coordenador e Suplente responsáveis por acompanhar a situação de regularidade da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Estadual n.º 19.848, de 3 de maio de 2019, e pela Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED, de 22 de janeiro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar **Odile Schauffert Garcia**, RG 5.958.558-4, Assistente Técnica do Grupo Orçamentário e Financeiro Setorial – GOFS/SEED, para atuar como Coordenadora responsável por acompanhar a situação de regularidade da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, tendo em vista o disposto no Decreto Estadual n.º 36, de 01/01/2015, adotando todas as medidas necessárias perante as áreas competentes, com a finalidade de manter as informações atualizadas para garantir as respectivas regularidades jurídica, fiscal e econômico-financeira, e, como sua Suplente, a servidora **Sônia Cristina Tomaz Vieira**, RG n.º RG n.º 4.467.890-0, Assistente do GOFS/SEED.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução n.º 3.819/2017 – GS/SEED, de 16 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial do Estado, Edição n.º 10.011, em 18 de agosto de 2017.

Curitiba, 14 de setembro de 2020.

Gláucio Dias
Resolução n.º 286/2020 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

84951/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

0 O DIRETOR GERAL DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O ARTIGO 1°, INCISO II, ALÍNEA D, C/C O INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL N° 64, DE 18/5/1990 E A LEI FEDERAL N° 9504, DE 30/09/1997, RESOLVE CONCEDER AO(s) SERVIDOR(es) ABAIXO RELACIONADO(s), O AFASTAMENTO DE SUAS FUNÇÕES, PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO, SEM PREJUÍZO DOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS:

PORTARIA N. 950 DE 16/09/2020

ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

NOME	RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	INICIO	FIM	DIAS
ELISIANA PAES LEITE	67528077	1	PF	168105622	15/08/2020	15/11/2020	93

84264/2020

Relação de Registro de DIPLOMAS Nº 5277, 5278 E 5279 – 18/09/2020
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: Curitiba
Código do Estabelecimento: 14534
Nome do Estabelecimento: CEP DEMOCRATA
Nome do Curso: Curso: TEC.EM TRANSACOES IMOB-SUBS ET - 978

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
MARLON RAFAEL DE MIRANDA	98981560PR	5277	06901453D011	55	17/9/2020	2017
MARCIO GERY KAMIENSKI	2736623SC	5278	06901453D011	56	17/9/2020	2020
MARCO ANTONIO MARQUES E MARQUES	51374177PR	5279	06901453D011	56	17/9/2020	2020

Curitiba 18 de setembro de 2020.

Nome do(a) Secretário(a): HOMERO QUADROS FILHO
Nº Ato do(a) Secretário(a):006/2013-7/11/2013

Nome do(a) Diretor(a): KAROLYNE ROSARIO GOLAZ
Nº Ato do(a) Diretor(a): 014/2014 - 14/10/2014

84971/2020

Relação de Registro de DIPLOMAS TRANSCRIÇÃO Nº 2038 – 18/09/2020
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 430
Nome do Município: Campo Mourão
Código do Estabelecimento: 20
Nome do Estabelecimento: RONDON, C E MAL-EF M PROFIS
Nome do Curso: Curso: TEC EM ENFERMAGEM-SUBS ET AS - 1230

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
CLECI SIMOES RODRIGUES	445491RO	2038	04300002D004	7	6/2/2020	2019

Campo Mourão 18 de setembro de 2020.

Nome do(a) Secretário(a):GISELI GREGORIO RIBEIRO
Nº Ato do(a) Secretário(a): 01924/17–3/5/2017

Nome do(a) Diretor(a):RITA DE CASSIA CARTELLI DE OLIVEIRA
Nº Ato do(a) Diretor(a): 741/2016–4/3/2016

84972/2020

Relação de Registro de DIPLOMAS TRANSCRIÇÃO Nº 7796 – 18/09/2020
Em atendimento ao contido na Resolução Nº 1860/2002
Código do Município: 690
Nome do Município: Curitiba
Código do Estabelecimento: 13635
Nome do Estabelecimento: CENTRO EDUC PROFIS EXITUM
Nome do Curso: Curso: TEC.EM TRANS.IMOBIL-DIST - 550

Nome do Aluno	RG	No.Reg.	Livro	Folha	Dt.Registro	Conclusão
CESAR AUGUSTO SZINKE DOS SANTOS	85710214PR	7796	06901363D016	60	13/8/2018	2013

Curitiba 18 de setembro de 2020.

Nome do(a) Secretário(a): ELAINE SCOMAÇÃO
Nº Ato do(a) Secretário(a):001/2017-12/12/2017

Nome do(a) Diretor(a): LUIS ALBERTO GALAN NUNEZ FILHO
Nº Ato do(a) Diretor(a): 002/2017 - 8/1/2018

85070/2020

FUNDEPAR

RETIFICAÇÃO

Retificamos a **Portaria n° 234/2020 -** FUNDEPAR, publicado no DIOE nº 10761 de 31/08/2020. Onde se lê: "ficando revogada a Portaria n° 0226/2020. "; Leia-se: "ficando revogada a Portaria n° 423/2019. "

84696/2020

Secretaria da Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO

NATUREZA:	Contrato de Financiamento Mediante abertura de crédito.
PARTES:	Estado do Paraná, Sindicato Bancário entre o Banco do Brasil (sendo este o líder) e a Caixa Econômica Federal.
OBJETO:	Financiamento de despesas de capital constantes no plano plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA 2020) e dos exercícios subsequentes.
LEI AUTORIZATIVA:	Lei Estadual n° 20.010, de 13 de novembro de 2019
VALOR:	R$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais)
GARANTIA:	Operação com garantia da União
AMORTIZAÇÃO:	168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 10 (dez) de outubro de 2020.
PRAZO TOTAL:	180 (cento e oitenta) meses
VIGÊNCIA:	10/09/2035
TAXA DE JUROS:	122% (cento e vinte dois pontos percentuais) CDI
DATA DA ASSINATURA:	09 de setembro de 2019.

De acordo para publicação em 11 de setembro de 2020.

RENÊ GARCIA JUNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

84843/2020

PORTARIA Nº 231 DTE/SEFA, de 18 de setembro de 2020.

O DIRETOR DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 06 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Ajustar as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado para a execução da despesa do mês de setembro de 2020, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, de acordo com os Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 18 de setembro de 2020.

ROBERTO GOMIDES DE BARROS FILHO
Diretor do Tesouro Estadual

Página 1 de 3

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA — ANEXO I — Nº controle: 20001957
DIRETORIA DO TESOURO DO ESTADO - DTE — ANEXO À PORTARIA Nº 231

Estabelece Cota

ÓRGÃO
UNIDADE CONTÁBIL 03900 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA E ADMINISTRACAO PENITENCIARIA

FONTE	PESSOAL	ODC ESPECIAL AUXÍLIOS E TC	ODC ESPECIAL SERVIÇOS	DEMAIS ESPÉCIES	RESTOS A PAGAR	TOTAL	Nº DO PROCESSO
100				328.446,68		328.446,68	20002355
113			276.125,62			276.125,62	20002355
147				2.711.867,83		2.711.867,83	20002355
						3.316.440,13	

ÓRGÃO
UNIDADE CONTÁBIL 05100 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICACAO SOCIAL E DA CULTURA

FONTE	PESSOAL	ODC ESPECIAL AUXÍLIOS E TC	ODC ESPECIAL SERVIÇOS	DEMAIS ESPÉCIES	RESTOS A PAGAR	TOTAL	Nº DO PROCESSO
147				566.277,16		566.277,16	20002355
						566.277,16	

ÓRGÃO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

UNIDADE CONTÁBIL 05134 RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA

FONTE	PESSOAL	ODC ESPECIAL AUXÍLIOS E TC	ODC ESPECIAL SERVIÇOS	DEMAIS ESPÉCIES	RESTOS A PAGAR	TOTAL	Nº DO PROCESSO
147				120.155,34		120.155,34	20002355
						120.155,34	

ÓRGÃO

UNIDADE CONTÁBIL 06530 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PR IAPAR.EMATER

FONTE	PESSOAL	ODC ESPECIAL AUXÍLIOS E TC	ODC ESPECIAL SERVIÇOS	DEMAIS ESPÉCIES	RESTOS A PAGAR	TOTAL	Nº DO PROCESSO
101			350.000,00			350.000,00	20002355
						350.000,00	
						4.352.872,63	

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA ANEXO II Nº controle: 20001957
DIRETORIA DO TESOURO DO ESTADO - DTE ANEXO À PORTARIA Nº 231

Cancela Cota

ÓRGÃO

UNIDADE CONTÁBIL 04100 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

FONTE	PESSOAL	ODC ESPECIAL AUXÍLIOS E TC	ODC ESPECIAL SERVIÇOS	DEMAIS ESPÉCIES	RESTOS A PAGAR	TOTAL	Nº DO PROCESSO
100				2.000.000,00		2.000.000,00	20002355
						2.000.000,00	

ÓRGÃO

UNIDADE CONTÁBIL 07700 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

FONTE	PESSOAL	ODC ESPECIAL AUXÍLIOS E TC	ODC ESPECIAL SERVIÇOS	DEMAIS ESPÉCIES	RESTOS A PAGAR	TOTAL	Nº DO PROCESSO
147				2.076.747,00		2.076.747,00	20002355
						2.076.747,00	
						4.076.747,00	

85059/2020

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

ARCIA JAGELSKI DE ARAUJO ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ: 621.113/0001-44 torna público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia para icitar a Copel a liberação da instalação do Padrão de energia elétrica para que a presa possa exercer a atividade de Fabricação de Esquadrias de Metal alumínio e vidros a ser implantada R. Ney José de O. Machado, 520, Parq . Buena Vista, Londrina PR. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

444/2016

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

PONT DO BRASIL S.A. - DIVISÃO PIONEER SEMENTES CNPJ 064.929/0086-68, torna público que recebeu do IAP, a Licença de Operação ação do Centro de pesquisa para desenvolvimento de variedades de soja milho, instalada na rodovia PR 540, KM 11, Distrito de Entre Rios, nava-PR.

Salto do Lontra, Santa Amélia, Santa Cecilia do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fe, Santa Helena, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Lucia, Santa Maria do Oeste, Santa Mariana, Santa Monica, Santa Tereza D'oeste, Santa Terezinha de Itaipu, Santana do Itararé, Santo Antonio da Platina, Santo Antonio do Caiuá, Santo Antonio do Paraiso, Santo Antonio do Sudoeste, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jeronimo da Serra, São Joao, São Joao do Caiua, São Joao do Ivaí, São Joao do Triunfo, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Jorge D'oeste, São Jose da Boa Vista, São Jose Das Palmeiras, São Jose dos Pinhais, São Manoel do Paraná, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro Sapopema, Sar Iguaçu, Ser Tamb

PDF

ENVIE SUA PUBLICAÇÃO EM FORMATO PDF

Arquivos neste formato possuem uma melhor compactação.

São preservadas todas as formatações aplicadas ao texto.

Garantia de integridade, pois impede qualquer tipo de alteração no arquivo original.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO | Imprensa Oficial

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SESA Nº 1122/2020

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, referente ao Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária, para o exercício de 2020, habilitados por meio da Resolução SESA Nº 646/2020.

O Secretário de Estado da Saúde, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º da lei nº 19.848, de 3 de maio de 2019, a Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado e considerando:

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- a Lei Estadual nº 152 de 10 de Dezembro de 2012 que instituiu o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril 2013, com a finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde" cuja gestão compete ao Secretario de Estado da Saúde, devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2.000 em seu art. 25 "Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferência voluntaria a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde;

- a Resolução SESA n° 765/2019, que dispõe sobre o **Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária**, na modalidade fundo a fundo;

- a Resolução SESA nº 074/2019, que dispõe sobre a transferência regular e automática na modalidade fundo a fundo;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no **valor total** de **R$ 5.005.744,75 (Cinco milhões e cinco mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos),** conforme Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, referente ao **Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária**, na modalidade "Fundo a Fundo".

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema DIGISUS sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação "in loco".

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias a área da saúde.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde do exercício de 2020, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde Inovadora para um Paraná Inovador.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – referente ao **Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária**, na modalidade "Fundo a Fundo".
II - Elemento de Despesa 4441.4203
III - Fonte Tesouro

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1122/2020

MUNICÍPIOS HABILITADOS II – RESOLUÇÃO SESA Nº 646/2020 – OBRAS
BANCO: CEF

CÓD. CREDOR	MUNICIPIO	AG	C/C	VLR TOTAL	PROTOCOLO
131959	CORONEL DOMINGOS SOARES	1319	160-7	250.000,00	16.412.847-4
131959	CORONEL DOMINGOS SOARES	1319	160-7	150.000,00	16.412.808-3
132150	CRUZ MACHADO	0407	455-5	650.000,00	16.585.947-8
132263	CURITIBA	1369	240-9	150.000,00	16.171.632-4
131946	FLORESTA	3213	121-6	650.000,00	16.588.709-3
132090	GOIORE	0966	250-1	150.000,00	16.143.005-6
131911	MARIALVA	1267	158-3	650.000,00	16.585.254-4
132023	MARILENA	1982	255-2	150.000,00	16.142.975-9
132075	MAUÁ DA SERRA	3636	144-4	22.109,96	16.134.537-7
132056	SARANDI	2919	220-9	200.000,00	16.164.005-0
132056	SARANDI	2919	220-9	150.000,00	16.142.803-5
132056	SARANDI	2919	220-9	150.000,00	16.164.005-0

85062/2020

RESOLUÇÃO SESA Nº 1123/2020

Retifica a Resolução nº 596/2020 – Transporte Sanitário, excluindo o Município de Santana de Itararé.

O Secretário de Estado da Saúde, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná,

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

no uso de suas atribuições legais que lhe confere que lhe confere do art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e considerando,

- na Resolução SESA Nº 596/2020 que trata da adesão dos Municípios aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde para o exercício de 2020, quando na emissão desta Resolução, houve um lapso de digitação, ao invés do Município de Santana do Itararé o correto é o Município de Salto do Itararé, portanto passa a viger com a seguinte redação:

RESOLVE:

Art. 1º Onde se LÊ Santana do Itararé LEIA-SE Salto do Itararé – Processo nº 16.154.649-6 – Transporte Sanitário – Veículo Básico – valor R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

Art. 2º Fica habilitado e autorizado o pagamento ao Credor: 132252 – Fundo Municipal de Salto do Itararé, conforme dados bancários:

I - Caixa Econômica – Agência: 1949 – C/C: 220-0

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar o seguinte:

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – Incentivo Financeiro de Investimento – Transporte Sanitário.
II - Iniciativa: 6030 – Gestão da Atenção Primaria em Saúde
III - Elemento de Despesa: Investimento - 4441.4203
IV - Fonte: 100 – Tesouro do Estado

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

85064/2020

RESOLUÇÃO SESA Nº 1124/2020

Autoriza o repasse do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, referente ao Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária, para o exercício de 2020, habilitados por meio da Resolução SESA Nº 869/2020.

O Secretário de Estado da Saúde, Gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere do art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei nº 19.848, de 03 de maio de 2.019, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e considerando,

- a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro;

- o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- a Lei Estadual nº 152 de 10 de Dezembro de 2012 que instituiu o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE, regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril 2013, com a finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde" cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde, devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- a Lei Complementar 101, de 04 de maio 2.000 em seu art. 25 "Para efeito desta Lei Complementar entende-se por transferência voluntaria a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde;

- a Resolução SESA n° 765/2019, que dispõe sobre o **Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária**, na modalidade fundo a fundo;

- a Resolução SESA nº 074/2019, que dispõe sobre a transferência regular e automática na modalidade fundo a fundo;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o repasse financeiro no **valor total** de **R$ 10.198.117,17 (Dez milhões, cento e noventa e oito mil e cento e dezessete reais e dezessete centavos),** conforme Anexo I desta Resolução, do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde do Estado do Paraná, de forma regular e automática, na modalidade fundo a fundo, referente ao **Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária**, na modalidade "Fundo a Fundo".

Art. 2º A utilização dos recursos financeiros deverá atender as exigências legais concernentes à licitação a que estão sujeitas todas as despesas da Administração Pública.

Parágrafo Único. A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

Art. 3º Os recursos transferidos serão movimentados sob a fiscalização do respectivo Conselho de Saúde, sem prejuízo da fiscalização exercida pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo.

Art. 4º As ações e serviços públicos de saúde a serem executadas pelos municípios deverão estar em consonância com todos os instrumentos de planejamento, (Plano Plurianual – PPA, Plano Municipal de Saúde, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Programação Anual de Saúde), assim como o demonstrativo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, a serem apresentados aos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, conforme os prazos previstos na Lei Complementar nº 141/2012, de 13 de Janeiro de 2012.

Art. 5º A comprovação da aplicação dos recursos transferidos será analisada com base no Relatório de Gestão. Os Municípios deverão comprovar a observância do envio do Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo no Sistema DIGISUS sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas na Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 6º Poderá a qualquer momento a Secretaria de Estado da Saúde por meio do Controle Interno em parceria com o Fundo Estadual de Saúde, Gestor dos recursos financeiros destinados a ações e serviços públicos de saúde, fazer a verificação "in loco".

Caso haja comprovado quaisquer irregularidades estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992 – Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 7º As transferências de que trata esta Resolução serão suspensas aos municípios habilitados quando:

I - Constatado pagamento de despesas alheias a área da saúde.

Art. 8º Os recursos orçamentários objeto desta Resolução correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde do exercício de 2020, devendo onerar os seguintes Programas: Saúde Inovadora para um Paraná Inovador.

I - Ação: Transferência Fundo a Fundo a Municípios – referente ao **Incentivo Financeiro de Investimento em reforma, ampliação e construção de Unidades Básica de Saúde – UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária**, na modalidade "Fundo a Fundo".
II - Elemento de Despesa 4441.4203
II - Fonte Tesouro

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1124/2020

MUNICÍPIOS HABILITADOS I EXECUÇÃO DE OBRAS, HABILITADOS CONFORME RESOLUÇÃO SESA Nº 869/2020

				CEF	
CREDOR	MUNICÍPIO	VALOR	PROTOCOLO	AG	C/C
132088	ALTO PIQUIRI	150.000,00	16.127.102-0	0570	536-2

139830	ALTÔNIA	200.000,00	16.132.619+4	3327	79-0
132094	BARBOSA FERRAZ	150.000,00	16.240.674-4	3734	84-0
132146	BITURUNA	150.000,00	16.139.287-1	0407	462-8
132146	BITURUNA	150.000,00	16.735.091-7	0407	462-8
132116	BOA VISTA DA APARECIDA	50.000,00	16.191.579-3	3844	95-3
132116	BOA VISTA DA APARECIDA	50.000,00	16.730.101-0	3844	95-3
132243	BRAGANEY	150.000,00	16.148.420-2	1261	332-0
132138	CAFEZAL DO SUL	200.000,00	16.132.608-9	0723	233-0
132138	CAFEZAL DO SUL	150.000,00	16.763.586-5	0723	233-0
131935	CALIFÓRNIA	100.000,00	16.163.841-2	3627	100-3
139919	CAMPO LARGO	150.000,00	16.116.837-8	0385	151-5
139922	CAMPO MAGRO	150.000,00	16.749.143-0	4538	300-5
132227	CARLÓPOLIS	69.200,00	16.161.433-5	0402	276-8
131983	CASCAVEL	200.000,00	16.191.643-9	0568	420-9
131983	CASCAVEL	150.000,00	16.191.657-9	0568	420-9
132066	CÉU AZUL	200.000,00	16.175.732-2	1552	113-2
139968	COLOMBO	150.000,00	16.150.125-5	2122	63-7
132153	CORUMBATAÍ DO SUL	50.300,00	16.163.560-0	0386	658-0
132263	CURITIBA	150.000,00	16.127.810.6	0369	240-9
140016	DOIS VIZINHOS	150.000,00	16.151.034-3	0931	457-0
140016	DOIS VIZINHOS	150.000,00	16.678.701-7	0931	457-0
140016	DOIS VIZINHOS	200.000,00	16.151.064-5	0931	457-0
112576	GUAÍRA	700.000,00	16.142.976-7	0722	235-0
132046	IVATÉ	250.000,00	16.763.148-7	3868	34-2
132046	IVATÉ	150.000,00	16.762.728-5	3868	34-2
131932	MANDAGUAÇU	100.000,00	16.163.989-3	3753	29-0
132234	MANDIRITUBA	150.000,00	16.075.745-0	4546	37-9
131949	MARIA HELENA	200.000,00	16.132.606-2	3868	32-6
131911	MARIALVA	100.000,00	16.163.799-8	1267	158-3
131911	MARIALVA	150.000,00	16.136.272-7	1267	158-3
132107	MARILÂNDIA DO SUL	100.000,00	16.163.522-7	3627	99-6
140260	MARINGÁ	200.000,00	16.164.064-6	1546	219-5
132075	MAUÁ DA SERRA	68.617,17	16.134.538-5	3636	144-4
131989	PAIÇANDU	100.000,00	16.163.963-0	3362	145-3
131989	PAIÇANDU	150.000,00	16.136.360-0	3362	145-3
131910	PARANAVAÍ	150.000,00	16.124.873-8	2957	159-5
131910	PARANAVAÍ	200.000,00	16.766.975-1	2957	159-5
132048	PINHÃO	50.000,00	16.206.921-7	0389	541-5
132048	PINHÃO	60.000,00	16.206.936-5	0389	541-5
131987	QUATRO PONTES	150.000,00	16.149.552-2	0968	579-0
132190	RIBEIRÃO DO PINHAL	150.000,00	16.135.426-0	0405	321-3
132186	SABÁUDIA	200.000,00	16.240.704-0	0380	286-7
131879	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	200.000,00	16.132.616-0	3327	81-2
132038	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	200.000,00	16.128.008-9	3363	256-0
132038	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	150.000,00	16.128.019-4	3363	256-0
132038	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	750.000,00	16.674.382-6	3363	256-0
132038	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	750.000,00	16.674.483-0	3363	256-0
132145	SÃO MATEUS DO SUL	650.000,00	16.735.251-0	2152	144-0
132201	TIJUCAS DO SUL	650.000,00	16.128.627-3	3371	60-0
131984	TUNEIRAS DO OESTE	200.000,00	16.132.643-7	4394	19-5

85066/2020

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 14.763.113-8

1. AUTORIZO, com fulcro no Inciso XV, Art. 4º da Lei Estadual nº 19.848, de 03 de maio de 2019, Art. 8º, Inciso VII, do anexo113060_30131 do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, parágrafo 3º, Art.1º, do Decreto Estadual nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Resolução PGE nº 203/2020 PGE, de 14 de setembro de 2020, publicado no Diário Oficial nº 10.771 em 16 de setembro 2020, celebrar o Termo de Rescisão ao Contrato nº 0306.1132/2018 ora firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o HOSPITAL ANGELINA CARON / SOCIEDADE HOSPITALAR ANGELINA CARON, inscrito no CNPJ sob o nº 07.088.017/0001-91, CNES nº 0013633 com sede à Rodovia do Caqui, nº 1150, Araçatuba, município de Campina Grande do Sul.

2. O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato nº 0306.1132/2018, como faculta o Art. 130, inciso II da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, dando reciprocamente aos signatários de forma irrevogável e irretratável ampla e geral quitação das obrigações assumidas entre as partes em razão do contrato rescindido, a partir da data de assinatura do distrato.

3. A celebração do Termo de Rescisão ao Contrato se justifica pelo fato de o estabelecimento ampliar sua oferta de atendimento conforme descrito no documento às folhas 899 – 901 e no contido no protocolo nº 16.690.604-0, caracterizando a impossibilidade de realização de termo aditivo ao contrato existente, conforme preconizado no Inciso II, parágrafo 1º, Art. 112, da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007.

4. Por oportuno, o Hospital será concomitantemente recontratado, conforme instrução do protocolo nº 16.690.604-0.

5. Publique-se e encaminhe-se a Diretoria de Gestão em Saúde - DGS para as providências.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

84639/2020

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 14.771.339-8

1. AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, e Informação nº327/2020-PRC/PGE às fls. 264-269 firmar o Termo de Rescisão ao Contrato nº 0306.1093/2017 ora celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e o Hospital e Maternidade Ivatuba inscrito no CNPJ sob o nº 76.285.337/0001-54, CNES nº 2733277 do município de Ivatuba para realização de prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares para os usuários do Sistema Único de Saúde.

2. A presente rescisão amigável do Contrato rege-se pelo Art. 130, III da Lei Estadual 15.608/2007, dando reciprocamente aos signatários de forma irrevogável e irretratável ampla e geral quitação das obrigações assumidas entre as partes em razão do contrato rescindido, a partir da data de assinatura do distrato.

3. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

84733/2020

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 16.890.335-9

1. AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 464/2020 AJU/SESA, Memo nº 219/2020 D.L formalizar a relação entre Gestor Estadual e a Associação Beneficente São Francisco de Assis, na cidade de Umuarama, inscrito no CNPJ sob o nº 06.019.11/0001-81, CNES nº 2679736, através de repasse de recursos financeiros na modalidade Fundo a Fundo, objetivando o atendimento de usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus – COVID-19, no Estado do Paraná.

2. RECONHEÇO, a situação administrativa ensejada de Dispensa de Licitação, embasada no Art. 34, inciso IV da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, em face a situação de emergência de saúde pública, conforme disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e no Decreto Estadual nº 4.230, de 16 de março de 2020.

3. O prazo de vigência dos repasses será concomitante à vigência da Resolução SESA nº 864/2020, cujos efeitos financeiros ocorrerão a partir da assinatura do Termo de Adesão e mediante comprovação do início de funcionamento dos leitos.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4. O valor mensal estimado para o repasse na modalidade Fundo a Fundo importa em R$ 496.000,00 (quatrocentos e noventa e seis mil reais) referente às diárias de leitos de UTI e de R$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) referente às diárias de Leitos de Retaguarda Clínica, perfazendo-se o valor mensal estimado de R$ 589.000,00 (quinhentos e oitenta e nove mil reais).

5. Os recursos financeiros são provenientes do Tesouro do Estado – Fonte 100.

6. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Estadual nº 15.608/2007, em cumprimento ao Art. 1º, § 3º do Decreto nº 4.189 de 25/05/2016, Decreto nº 8.622 de julho de 2013, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

84641/2020

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 16.835.942-0

1. AUTORIZO, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Contratualizar, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a SRA CLINICA DE DIAGNOSTICO/ SRA CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, na cidade de Apucarana, inscrito no CNPJ sob o nº 10.304.593/0001-33, CNES nº 6234879, através de Contrato para Prestação de Serviços Ambulatoriais de Atenção à Saúde dos usuários do SUS através do Chamamento Público nº 13/2015.

2. O presente Contrato tem por objeto formalizar a relação entre o Gestor Estadual e o prestador de serviços de saúde, cadastrado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, para realização de ressonância magnética com o paciente sob sedação aos usuários do Sistema Único de Saúde, conforme meta física e financeira programadas.

3. O presente Contrato vigerá pelo prazo de 60 (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura, cuja eficácia financeira dar-se-á a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Paraná.

4. O valor mensal estimado do Teto Físico-Financeiro Programado para a execução do presente CONTRATO importa em até R$ 5.484,25 (cinco mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), totalizando o valor máximo anual de R$ 65.811,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e onze reais), perfazendo-se o valor total de R$ 329.055,00 (trezentos e vinte e nove mil e cinquenta e cinco reais).

5. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Estadual nº 15.608/2007, Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

6. Publique-se e encaminhe-se a DGS para as providências.

Curitiba, 18 de setembro de 2020.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

85035/2020

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 64
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

RESOLVE

CONCEDER PENSÃO MENSAL NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI N° 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, EM FAVOR DE:

RG	NOME	PROTOCOLO
7.552.716-0	MARCIANO ROSA DE BORBA	16.503.929-7

CURITIBA, 10/09/2020

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

MARCEL MICHELETTO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 65
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

RESOLVE

CONCEDER PENSÃO MENSAL NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI N° 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, EM FAVOR DE:

RG	NOME	PROTOCOLO
3.386.311-0	ORONIL BARBOSA DA SILVA	16.170.186-6

CURITIBA, 10/09/2020

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

MARCEL MICHELETTO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

RESOLUÇÃO CONJUNTA DE PENSÃO ESPECIAL N. 66

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE E O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N° 2491, DE 23 DE JANEIRO DE 1984,

RESOLVE

TRANSFERIR A PENSÃO MENSAL CONCEDIDA EM FAVOR DE LUIZ CHAMBERG, RG N° 4.719.789-9, PARA CECILIA NIEDZIELSKI CHAMBERG, RG N° 1.916.518-3, CPF N° 039.768.399-57, BENEFICIARIO, EM RAZÃO DE FALECIMENTO DO TITULAR, NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO, DE ACORDO COM A LEI N° 8.246, DE 13 DE JANEIRO DE 1986, COM NOVA REDAÇÃO DA LEI N° 9.064, DE 04 DE SETEMBRO DE 1989.

<NULL>

CURITIBA, 11/09/2020

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

MARCEL MICHELETTO
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E
DA PREVIDÊNCIA

84530/2020

Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho

RESOLUÇÃO nº 280/2020 - SEJUF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 da Lei Estadual nº 19.848 de 3 de maio de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 1416 de 23 de maio de 2019 e nomeado pelo Decreto Estadual nº 5653, de 14 de setembro de 2020, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Instaurar Sindicância, com base nos artigos 306 e artigo 307 da Lei Estadual n° 6.174/70, para apurar possíveis irregularidades administrativas noticiadas no Protocolado nº **16.202.096-0.**

Art. 2º. - **Designar** os servidores **Gustavo Pereira Pinho**, RG nº 6.851.947-0, **William Pereira dos Santos**, RG nº 9.571.758-6 e **Bruno Garbelini** RG nº 10.063.061-3, para, sob a presidência do servidor Gustavo Pereira Pinho, comporem Comissão de Sindicância a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Art. 3º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Ney Leprevost
Deputado Federal
Secretario de Estado da Justiça, Família e Trabalho.

84872/2020

RESOLUÇÃO nº 281/2020 - SEJUF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 da Lei Estadual nº 19.848 de 3 de maio de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 1416 de 23 de maio de 2019 e nomeado pelo Decreto Estadual nº 5653, de 14 de setembro de 2020, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Instaurar Sindicância, com base nos artigos 306 e artigo 307 da Lei Estadual n° 6.174/70, para apurar possíveis irregularidades administrativas noticiadas no Protocolado nº **16.853.802-2.**

Art. 2º. - **Designar** os servidores **Gustavo Pereira Pinho**, RG nº 6.851.947-0, **William Pereira dos Santos**, RG nº 9.571.758-6 e **Bruno Garbelini** RG nº 10.063.061-3, para, sob a presidência do servidor Gustavo Pereira Pinho, comporem Comissão de Sindicância a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Art. 3º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Ney Leprevost
Deputado Federal
Secretario de Estado da Justiça, Família e Trabalho.

84873/2020

Secretaria da Segurança Pública

RESOLUÇÃO Nº 347/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da delegação de competência conferida pelo art. 90 da Constituição Estadual, e considerando o art. 4º da Lei Estadual nº 19.848 de 20 de maio 2019, o Decreto Estadual nº 5887 de 20 de Dezembro de 2005, o Decreto Estadual nº 1533 de 31 de maio de 2019, o contido no protocolo 16.530.535-3, e conforme solicitação da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP,

RESOLVE:

Declarar a estabilidade do servidor NANTION DE OLIVEIRA SOUZA, RG. 9.183.041-8, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, que cumpriu o prazo legal vigente e obteve aproveitamento positivo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

nas avaliações do estágio probatório, realizadas no período de 13/07/2017 a 07/08/2020, por comissão instituída para tal finalidade no âmbito de cada uma das Unidades Penais do Departamento de Execução Penal – DEPEN, conforme disposto na Resolução nº 209 de 02 de setembro de 2019, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública.

84943/2020

RESOLUÇÃO Nº 348/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da delegação de competência conferida pelo art. 90 da Constituição Estadual, e considerando o art. 4º da Lei Estadual nº 19.848 de 20 de maio 2019, o Decreto Estadual nº 5887 de 20 de Dezembro de 2005, o Decreto Estadual nº 1533 de 31 de maio de 2019, o contido no protocolo 15.280.684-1, e conforme solicitação da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP,

RESOLVE:

Declarar a estabilidade do servidor ANDRE BORGES DA SILVA, RG. 10.674.354-1, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, que cumpriu o prazo legal vigente e obteve aproveitamento positivo nas avaliações do estágio probatório, realizadas no período de 14/07/2017 a 17/08/2020, por comissão instituída para tal finalidade no âmbito de cada uma das Unidades Penais do Departamento de Execução Penal – DEPEN, conforme disposto na Resolução nº 209 de 02 de setembro de 2019, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública.

84952/2020

RESOLUÇÃO Nº 349/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da delegação de competência conferida pelo art. 90 da Constituição Estadual, e considerando o art. 4º da Lei Estadual nº 19.848 de 20 de maio 2019, o Decreto Estadual nº 5887 de 20 de Dezembro de 2005, o Decreto Estadual nº 1533 de 31 de maio de 2019, o contido no protocolo 15.280.706-6, e conforme solicitação da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP,

RESOLVE:

Declarar a estabilidade do servidor JHONE GASQUES COELHO, RG. 9.820.261-7, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, que cumpriu o prazo legal vigente e obteve aproveitamento positivo nas avaliações do estágio probatório, realizadas no período de 14/07/2017 a 11/08/2020, por comissão instituída para tal finalidade no âmbito de cada uma das Unidades Penais do Departamento de Execução Penal – DEPEN, conforme disposto na Resolução nº 209 de 02 de setembro de 2019, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública.

84960/2020

RESOLUÇÃO Nº 350/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da delegação de competência conferida pelo art. 90 da Constituição Estadual, e considerando o art. 4º da Lei Estadual nº 19.848 de 20 de maio 2019, o Decreto Estadual nº 5887 de 20 de Dezembro de 2005, o Decreto Estadual nº 1533 de 31 de maio de 2019, o contido no protocolo 15.281.180-2, e conforme solicitação da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP,

RESOLVE:

Declarar a estabilidade do servidor PAULO JEHAN GONÇALVES FREITAS, RG. 9.195.746-9, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, que cumpriu o prazo legal vigente e obteve aproveitamento positivo nas avaliações do estágio probatório, realizadas no período de 17/07/2017 a 17/08/2020, por comissão instituída para tal finalidade no âmbito de cada uma das Unidades Penais do Departamento de Execução Penal – DEPEN, conforme disposto na Resolução nº 209 de 02 de setembro de 2019, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública.

84948/2020

RESOLUÇÃO Nº 351/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da delegação de competência conferida pelo art. 90 da Constituição Estadual, e considerando o art. 4º da Lei Estadual nº 19.848 de 20 de maio 2019, o Decreto Estadual nº 5887 de 20 de Dezembro de 2005, o Decreto Estadual nº 1533 de 31 de maio de 2019, o contido no protocolo 15.281.211-6, e conforme solicitação da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho para Estágio Probatório – AEDEP,

RESOLVE:

Declarar a estabilidade do servidor RODRIGO ARAUJO PINA, RG. 9.457.858-2, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, que cumpriu o prazo legal vigente e obteve aproveitamento positivo nas avaliações do estágio probatório, realizadas no período de 17/07/2017 a 11/08/2020, por comissão instituída para tal finalidade no âmbito de cada uma das Unidades Penais do Departamento de Execução Penal – DEPEN, conforme disposto na Resolução nº 209 de 02 de setembro de 2019, emitida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública.

84935/2020

RESOLUÇÃO N.° 352/2020-SESP

Designa servidora para prestar assessoramento direto ao Diretor-Geral da SESP.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 90 da Constituição Estadual, artigo 4º da Lei Estadual 19.848, de 03 de maio de 2019, Decreto Estadual n.º 5.887, de 20 de dezembro de 2005 e Decreto Estadual n.º 1.533, de 31 de maio de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora EDIMARA CORTES GONÇALVES FRESCURA, RG. 14.667.755-0, para prestar assessoramento direto ao Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sem prejuízo de suas atuais funções junto ao Controle Interno da Pasta.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares,
Secretário de Estado da Segurança Pública.

85228/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA N° 161/2020

A CORREGEDORA GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10 e 18 § 1º do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº. 234 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c.c. artigo 10º, I do Regimento Interno do Departamento Penitenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução n.º 233 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis, **SÉRGIO VICENTE DA SILVA**, RG.: 10.436.954-5, lotado na Penitenciária Industrial de Cascavel/PIC, ocupante do cargo e função agente de penitenciário, **ANDERSON ABATTI**, RG.: 6.045.291-1, ocupante do cargo e função agente de penitenciário, e **ERONI MACHADO DO BONFIM POZZOBON**, RG.: 5.022.818-5, ocupante do cargo de agente execução e função técnico administrativo, ambos lotados na Penitenciária Estadual de Cascavel/PEC, para, sob a presidência do primeiro nominado, constituírem **Comissão de Sindicância,** destinada a apurar possível autoria e existência de irregularidade nos fatos descritos no protocolo sob o nº. **16.387.200-5.**

Art. 2º. Os dispostos na Instrução Normativa n.º 01/2018-Corregedoria, que regulamenta adoção de webconferência e gravação de áudio e vídeo das audiências, poderão ser adotados na instrução de processos e procedimentos disciplinares da Corregedoria Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 3º. O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da Lei 6.174/70.

Curitiba, 13 de agosto de 2020.

Lúcia Maria Beloni Corrêa Dias
Corregedora Geral do DEPEN

84992/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO

PORTARIA N° 191/2020

A CORREGEDORA GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10 e 18 § 1º do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº. 234 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c.c. artigo 10º, I do Regimento Interno do Departamento Penitenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução n.º 233 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis, **EDISON VANDER CAMPOS**, portador do RG 6.687.448-6, Agente Penitenciário lotado na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PEPG-US, **KASSIA DE QUADROS**, portadora do RG 7.741.095-3, Agente Penitenciário, lotada na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PEPG-US e **INDIANARA BARBOSA DA LUZ**, portadora do RG 5.729.200-8, Agente Penitenciário, lotada na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PEPG-US, para, sob a presidência do primeiro nominado, constituírem a Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos, descrito no Protocolado nº **16.237.570-9**.

Art. 2º. Os dispostos na Instrução Normativa n.º 01/2018-Corregedoria, que regulamenta adoção de webconferência e gravação de áudio e vídeo das audiências, poderão ser adotados na instrução de processos e procedimentos disciplinares da Corregedoria Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 3º. O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da Lei 6.174/70.

Curitiba, 27 de agosto de 2020.

Lúcia Maria Beloni Corrêa Dias
Corregedora Geral do DEPEN

78349/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DO DEPEN

PORTARIA N° 206/2020

A CORREGEDORA GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10 e 18 § 1º do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº. 234 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c.c. artigo 10º, I do Regimento Interno do Departamento Penitenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução n.º 233 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016;

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis, **PEDRO COSTA DE ARAÚJO**, RG 3.532.873-4, **EDMIR CARDOSO DA SILVA**, RG 3.546.245-7 e **DIEGO DA SILVA PIMENTEL**, RG 8.578.314-9, para, sob a presidência do primeiro nominado, constituírem Comissão de Sindicância, destinada a apurar possível autoria e existência de irregularidade nos fatos descritos no protocolo sob o nº **16.869.422-9**.

Art. 2º. Os dispostos na Instrução Normativa n.º 01/2018-Corregedoria, que regulamenta adoção de webconferência e gravação de áudio e vídeo das audiências, poderão ser adotados na instrução de processos e procedimentos disciplinares da Corregedoria Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 3º. O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da Lei 6.174/70.

Curitiba, 10 de agosto de 2020.

Lúcia Maria Beloni Corrêa Dias
Corregedora Geral do DEPEN

81671/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DO DEPEN

PORTARIA Nº. 203/2020 - SINDICÂNCIA

A CORREGEDORA GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10 e 18 § 1º do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº. 234 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c.c. artigo 10º, I do Regimento Interno do Departamento Penitenciário - DEPEN, aprovado pela Resolução n.º 233 de 12 de Agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016;

RESOLVE

Art. 1º. REVOGAR a portaria n.º 157/2020, publicada na edição de n.º 10721, do Diário Oficial do Estado, de 06/07/2020.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores estáveis **DANIEL LIMA PEREIRA**, RG nº 10.245.113-9-PR, ocupante do cargo / função de agente penitenciário, **LEANDRO DIAS OCCASO**, RG nº 008.613.817-4-PR, ocupante do cargo / função de agente penitenciário e **ANDERSON THIAGO BARBOSA**, RG nº 10.348.309-3-PR, ocupante do cargo / função de agente penitenciário, para sob a presidência do primeiro nominado, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos descritos no protocolo nº **16.423.617-0**.

Art. 3º. Os dispostos na Instrução Normativa n.º 01/2018, que regulamenta adoção de webconferência, poderão ser adotados na instrução de processos e procedimentos disciplinares da Corregedoria Geral do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 4º. O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da Lei n.º 6.174/70.

Curitiba, 03 de setembro de 2020.

LÚCIA MARIA BELONI CORRÊA DIAS
Corregedora Geral do Departamento Penitenciário

80883/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II

PORTARIA N° 218/2020

O Diretor da Penitenciária Estadual de Londrina - II, **Emerson das Chagas**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores **GUSTAVO VIDEIRA TACCA**, RG nº 10.351.448-7, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário; **ALLAN WAGNER PENA DA CUNHA**, RG nº 7.319.715-5, ocupante do cargo de Agente de Execução e função de Técnico Administrativo e **EVERTON MARCELO RAMOS,** RG nº 7.323.633-9, ocupante do cargo de Agente Penitenciário, sob a presidência do primeiro nominado, constituir Comissão de Sindicância destinada a apurar a existência de irregularidades, em tese, diante dos fatos descritos no protocolo nº **16.898.952-0**.

Art. 2º O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da lei 6.174/70.

Londrina, 17 de setembro de 2020.

Emerson das Chagas
Diretor da PEL II

84361/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 315 – GARH, 24 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.797.765-0,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Dorival Lucas da Silva	5.953.362-2	Penitenciária Estadual de Londrina	Penitenciária Estadual de Londrina II
Pedro Batista de Oliveira Junior	6.477.850-1	Penitenciária Estadual de Londrina	Penitenciária Estadual de Londrina II

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data**,** ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84697/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 317 – GARH, 24 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.827.828-4,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Adilson Oliveira Da Costa	6.293.838-2	Penitenciária Estadual de Piraquara	Penitenciária Central do Estado – Unidade de Progressão
Edson Luiz Jankovski	4.764.172-1	Casa de Custódia de Curitiba	Casa de Custódia de São José dos Pinhais
Gerson Belao	5.717.850-7	Penitenciária Estadual de Piraquara	Penitenciária Central do Estado – Unidade de Progressão
Natael Firmo De Oliveira Filho	4.383.127-5	Penitenciária Estadual de Piraquara	Casa de Custódia de Curitiba

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data**,** ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84699/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 316 – GARH, 24 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.813.422-3,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração penitenciária e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Rafael Domingues Navas, RG 6.617.645-2, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Penitenciária Estadual de Londrina II para a Cadeia Pública de Arapongas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos à 12 de agosto do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84698/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 318 – GARH, 24 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.820.641-0,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração penitenciária e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Luiz Henrique Romão, RG 8.754.445-1, ocupante da função guarda temporário prisional, da Cadeia Pública de Santo Antônio da Platina para a Cadeia Pública de Cambará.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos à 14 de agosto do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário

84700/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 319 – GARH, 25 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.774.895-3,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, a pedido e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Ademar Pessi Vargas, RG 12.430.124-6, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Penitenciária Estadual de Piraquara II para o Centro de Reintegração Social de Londrina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84702/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 320 – GARH, 27 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Robson Reginato Costa e Silva, RG 12.436.020-0, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Casa de Custódia de São José dos Pinhais para o Departamento Penitenciário, temporariamente, até ulterior deliberação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário

84703/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 321 – GARH, 27 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.839.264-8,

RESOLVE:

Art.1º. Realocar, por interesse da administração penitenciária e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Silvano Marsal Fabrício, RG 6.048.717-0, ocupante do cargo e função agente penitenciário, do Patronato Penitenciário de Cascavel para o Patronato Penitenciário de Toledo, criado pelo Decreto 5462 de 18 de agosto de 2020, publicado no DIOE, Edição 10.752.

Art. 2º. Designar o supracitado servidor para responder pelas funções de Diretor de Estabelecimento Penal do Patronato Penitenciário de Toledo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84705/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 322 – GARH, 28 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por permuta e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores Ironi Junior Rodrigues de Lima, RG 8.862.329-0 e Jurandir Carvalho Junior, RG 9.240.148-0, ocupantes da função guarda temporário prisional, lotados na Cadeia Pública de Campo Mourão e na Cadeia Pública de Umuarama, respectivamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84707/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 323 – GARH, 28 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por permuta e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores Paulo Cesar Andrade de Mattos, RG 7.967.856-2 e Paulo Adriano Cervejeira, RG 8.102.329-8, ocupantes da função guarda temporário prisional, lotados na Cadeia Pública de Umuarama e na Cadeia Pública de Guaíra, respectivamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84708/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 324 – GARH, 31 DE AGOSTO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.849.772-5,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Ébio Gonçalves da Silva	6.934.190-0	Penitenciária Estadual de Piraquara	Casa de Custódia de São José dos Pinhais
Kleber Luiz Lorencetti	12.453.136-5	Casa de Custódia de São José dos Pinhais	Penitenciária Estadual de Piraquara

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data**,** ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84710/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 325 – GARH, 11 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Josecy Mendes dos Santos, RG 4.449.910-0, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste para a Penitenciária Estadual de Londrina.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84711/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 326 – GARH, 02 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Wlademir Alves da Veiga, RG 5.645.223-0, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Casa de Custódia de São José dos Pinhais para o Departamento Penitenciário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 03 de setembro do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84712/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PORTARIA Nº 327 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.808.309-2,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Eder Aparecido dos Santos, RG 12.528.116-8, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Cadeia Pública de Toledo para o SECAT da Delegacia de Assis Chateaubriand.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84713/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 328 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.750.963-0,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Dejair Dionísio	3.523.995-2	Cadeia Pública de Cornélio Procópio	Casa de Custódia de Londrina
Ricardo dos Santos	4.226.265-8	Cadeia Pública de Andirá	Casa de Custódia de Londrina

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos à 22 de julho do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84714/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 329 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.750.963-0,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração penitenciária e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor José Luciano Silva Santos, RG 648.311-6, ocupante da função guarda temporário prisional, da Casa de Custódia de Londrina para a Cadeia Pública de Andirá.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos à 24 de julho do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84715/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 330 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.814.470-9,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração penitenciária e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, o servidor Adrialdo Framartino, RG 6.857.683-0, ocupante da função guarda temporário prisional, do SECAT da Delegacia de Barbosa Ferraz para a Casa de Custódia de Maringá.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, com efeitos retroativos à 15 de agosto do corrente, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84716/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 331 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.858.185-8,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Esmar Julião do Nascimento	500.699-2	Cadeia Pública de Cascavel	Penitenciária Estadual de Cascavel
Ridelcio Ferreira	606.841-4	Penitenciária Estadual de Cascavel	SECAT da Delegacia de Leônidas Marques

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84717/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 333 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.837.776-2,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por interesse da administração e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, a servidora Solange Cristina Sallet, RG 10.122.511-9, ocupante do cargo e função agente penitenciário, da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu para a Cadeia Pública Laudemir Neves.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84719/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 334 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de

agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.843.761-7,

RESOLVE:

Art. 1º. Realocar, por permuta e "ad referendum" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, as servidoras Izabel Dias Moreira, RG 14.577.718-5 e Luiza Mudrek, RG 9.761.340-0, ocupantes do cargo e função agente penitenciário, lotadas na Casa de Custódia de São José dos Pinhais e Penitenciária Feminina do Paraná, respectivamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84720/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 332 – GARH, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.871.529-3,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Wellington Reinaldo da Silva	10.068.614-7	Penitenciária Estadual de Londrina II	Centro de Reintegração Social de Londrina
Wesley Vicentino	4.461.501-0	Penitenciária Estadual de Londrina II	Centro de Reintegração Social de Londrina
Anderson Campos	6.282.692-4	Penitenciária Estadual de Londrina II	Centro de Reintegração Social de Londrina
Ronaldo Cavinato Porto	4.262.990-1	Penitenciária Estadual de Londrina II	Centro de Reintegração Social de Londrina
Antonio Marcos de Campos	5.228.004-4	Penitenciária Estadual de Londrina II	Centro de Reintegração Social de Londrina
Thiago Rodrigo de Lima	12.454.144-1	Penitenciária Estadual de Londrina II	Cadeia Pública Masculina de Londrina
Rodrigo Pereira	10.427.127-8	Cadeia Pública Masculina de Londrina	Penitenciária Estadual de Londrina
Djalma Fidelis da Silva	4.939.968-5	Penitenciária Estadual de Londrina	Centro de Reintegração Social de Londrina
Talita Diniz Pereira	9.247.161-6	Casa de Custódia de Londrina	Penitenciária Estadual de Londrina II
Wagner Fernandes da Cruz	12.434.871-4	Penitenciária Estadual de Londrina II	Casa de Custódia de Londrina
Cristiano Ivano	4.701.925-7	Casa de Custódia de Londrina	Centro de Reintegração Social de Londrina
Fabio Aparecido de Oliveira	10.156.266-2	Penitenciária Estadual de Londrina II	Penitenciária Estadual de Londrina

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84718/2020

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO
GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 335 – GARH, 04 DE SETEMBRO DE 2020.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016 da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando o contido no protocolo 16.840.100-0,

RESOLVE:

Art. 1º. **Realocar,** por interesse da administração penitenciária e "*ad referendum*" do Conselho Superior Disciplinar e Administrativo do Departamento Penitenciário – DEPEN, os servidores abaixo relacionados:

NOME	RG	UNIDADE DE ORIGEM	UNIDADE DE DESTINO
Wescley Ricardo Teixeira	10.472.409-4	Penitenciária Industrial de Cascavel	Penitenciária Estadual de Cascavel
José Marcos da Silva	5.235.743-3	Penitenciária Estadual de Cascavel	Central de Transportes 8ª Região - CTR-8

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Francisco Caricati,
Diretor do Departamento Penitenciário.

84721/2020

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA – SESP
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO – DEPEN
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II - PEFII

PORTARIA Nº 217/2020

O DIRETOR DA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II/PEFII, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria Disciplinar n.º 01/2015/DEPEN, **Resolve:**

Art. 1.º DESIGNAR os servidores **JOSÉ CARLOS DOS SANTOS**, RG: 6.261.469-2, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II, **FÁBIO JOÃO BINO BURIGO**, RG: 5.838.277-9, ocupante do cargo e função de Agente Penitenciário, lotado na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II e **JACQUES ADRIANO CAIMI**, RG 4.460.773-5, ocupante do cargo de Agente Execução, função Administrativo, lotada na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu I, para sobre a presidência do primeiro nominado, constituírem Comissão de Sindicância destinada a apurar a possível autoria e existência de irregularidades, em tese, descrita no protocolo **16.883.685-6**.

Art. 2.º O presente procedimento de Sindicância deverá ser iniciado no prazo de 03 (três) dias, e concluído no prazo de 15 (quinze) dias, com validade a partir da publicação na imprensa oficial, consoante o disposto do artigo 310, da lei 6.174/1970.

Foz do Iguaçu, 17 de setembro de 2.020.

Marcos Alexandre de Jesus
Diretor da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II

84322/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.354.556-0

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 35, *caput* , da Lei Estadual nº 15.608/2007, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e nos termos da Informação nº 1557/2020-AT/SESP, a contratação direta da empresa **BIG BAND BANDEIRAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 81.229.858/0001-24, **no valor de R$ R$ 7.560,00 (sete mil quinhentos e sessenta reais),** mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 34, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e no art. 24, inciso II, da Lei

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Federal nº 8.666/1993, tendo por objeto a aquisição de bandeiras do Brasil, do Estado do Paraná e da Polícia civil, em prol da demanda do Departamento da Polícia Civil – DPC, conforme Termo de Referência (fls. 68 à 71) e Minuta do Contrato (fls. 131 à 139).
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84623/2020

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº. 16.483.774-2

I. TORNO SEM EFEITO o despacho de fls. 203, publicado no DIOE nº 10767, na data de 10/09/2020;

II. AUTORIZO, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº15.608/2007, e com base na Informação nº 1648/2020–AT/SESP, RATIFICADA pela Cota Administrativa nº 2209/2020 a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, visando a execução do **Convênio Federal nº 774508/2012**, que tem como objeto execução da Ampliação do PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes no Estado do Paraná, em atendimento às necessidades do Departamento Penitenciário, no valor total máximo de R$ 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais), conforme Termo de Referência de fls. 85/94 e Minuta de Edital de fls. 157/191
III. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.
IV. PUBLIQUE-SE.
V. ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências.

Curitiba, 18 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

85050/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.556.536-3

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 112, §1º, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 1494/2020-AT/SESP, a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0302/2019, oriundo do PE nº 647/2018-SEAP/DEAM, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, e a sociedade empresária **TECPRINTERS TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.809.489/0001-47**, cujo objeto é a contratação de serviços continuados de locação de equipamentos multifuncionais (monocromáticas e policromáticas) e serviços de cópias, de digitalização, de softwares que compõe a solução, incluindo o fornecimento dos equipamentos (novos, sem uso e em linha de fabricação), bem como a instalação, configuração e gestão dos equipamentos e softwares, conjuntamente com a manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo, necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel, instalação de softwares, necessários para o Departamento Penitenciário, **visando o acréscimo quantitativo de 17,88% (dezessete inteiros e oitenta e oito centésimos por cento)** ao contrato, passando o valor mensal do contrato de **R$ 6.171,86 (seis mil, cento e setenta e um reais e oitenta e seis centavos)** para **R$ 7.714,81 (sete mil, setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos)** o que somado ao valor já acordado resulta em um montante global aditado de **R$ 349.223,90 (trezentos e quarenta e nove mil duzentos e vinte e três reais e noventa centavos),** conforme minuta de Termo Aditivo (fls. 132/134);
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária.
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 18 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

85067/2020

GABINETE DO DIRETOR GERAL

Protocolo nº 16.627.064-2

I. HOMOLOGO, com base no artigo 90, inciso I e parágrafo único, da Lei Estadual nº. 15.608/2007, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no Ato de Homologação 069/2020, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, autuado sob o nº 622/2020, tipo menor preço, visando à Contratação de empresa para prestação de serviços de serralheria, para adequação da unidade penal Centro de Integração Social de Piraquara, para atender a demando do Departamento Penitenciário do Paraná, no qual se sagrou vencedora do *Lote Único* a empresa **VRS SERVIÇOS EIRELI, CNPJ 24.350.525/0001-15**, apresentou o valor total de R$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), totalizando o processo **R$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais)**.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.
III. PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Setor de Licitações para as providências legais.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84634/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.681.010-8

I. INDENIZO o débito no valor de **R$ 12.446,76 (doze mil quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)** em favor da empresa **PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.533.312/0001-58, em decorrência da diferença não paga acerca da prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação correspondente ao mês de Maio de 2020, pelas obrigações assumidas no Contrato Administrativo nº 154/2019, estabelecido entre a mesma fornecedora e o Estado do Paraná, através desta Secretaria, conforme o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 1812/2020-AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016.
II. PUBLIQUE-SE.
III. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba, 16 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84616/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 16.697.486-0

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 1724/2020–AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, visando a execução do Convênio Federal nº 822249/2015, que tem como objeto a aquisição de equipamentos para a oficina de marcenaria do Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes do PROCAP - Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes no Estado do Paraná, em atendimento às necessidades do Departamento Penitenciário, no valor total máximo de **R$ 26.074,12 (vinte e seis mil setenta e quatro reais e doze centavos)**, conforme Termo de Referência de fls. 83/92 e Minuta de

Edital de fls.129/159.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.
III. PUBLIQUE-SE.
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências.
Curitiba, 17 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,
Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR
Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84637/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 16.728.226-1

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº. 15.608/2007, e com base na Informação nº. 1805/2020 – AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo menor preço, visando a aquisição de gêneros alimentícios, objetivando atender as necessidades do Corpo de Bombeiros do município de Fazenda Rio Grande/PR, no valor total máximo de **R$ 90.115,80 (noventa mil cento e quinze reais e oitenta centavos)** conforme Termo de Referência (fls.13/28) e Minuta de Edital (fls. 72/115).
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;
III. PUBLIQUE-SE;
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências.
Curitiba, 16 de Setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,
Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR
Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84614/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.733.177-7

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 112, §1º, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, tendo como base a Informação nº 1473/2020-AT/SESP, o aditamento do Contrato Administrativo nº 0726/2019, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria, e a empresa **RENAULT DO BRASIL S.A**, inscrita no CNPJ sob n.º 00.913.443/0001-73, visando efetuar o acréscimo do objeto pactuado em 11,1532% (onze inteiros e mil, quinhentos e trinta e dois décimos de milésimos por cento) sobre o valor inicial, **aditivo correspondente a R$ 112.997,50 (cento e doze mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)**, referente à aquisição de 2 (dois) veículos automotores, modelo "Duster", para suprir as necessidades do Departamento de Polícia Civil, conforme minuta aposta às fls. 54 e 55.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária.
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.
Curitiba, 16 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.
Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR
Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84629/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 16.735.875-6

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 40, inciso I, alínea "j", da Lei Estadual nº 15.608/2007, e com base na Informação nº 1727/2020–AT/SESP, a instauração de procedimento licitatório, na modalidade pregão, forma eletrônica, tipo menor preço, objetivando a aquisição de equipamentos e materiais de limpeza e higiene, para execução do Convênio Federal nº 822249/201, que tem como objeto execução da Ampliação do PROCAP – Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes no Estado do Paraná, em atendimento às necessidades do Departamento Penitenciário – DEPEN, no valor total máximo de **R$ 5.519,27 (cinco mil, quinhentos e dezenove reais e vinte e sete centavos)**,conforme Termo de Referência de fls. 39/47 e Minuta de Edital de fls. 126/155.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante.
III. PUBLIQUE-SE.
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Licitações para providências.
Curitiba, 17 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,
Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR
Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84646/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.787.159-3

I. INDENIZO o débito decorrente da locação do imóvel que abriga a Delegacia de Polícia de Alto Maracanã, com endereço à Rua Casemiro de Abreu, nº 241 e 261, Bairro Jardim Eucaliptos, Colombo – PR, em favor da empresa **MALUMAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.573.429/0001-97, no valor total de **R$ 1.927,93 (um mil, novecentos e vinte e sete reais e noventa e três centavos),** visando atender as necessidades do Departamento de Polícia Civil – DPC, referente a 6 (seis) dias do mês de julho de 2020, conforme o contido no protocolo em referência e com base na Informação nº 1781/2020 – AT/SESP, no artigo 90, parágrafo único, da Constituição do Estado do Paraná e no art. 6º, parágrafo único, da Lei Estadual nº 19.848/2019, c/c o art. 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016.
II. Considerando que a instrução do processo visando a nova locação, tramitando sob protocolo n° 16.347.940-0, que já se encontra finalizado, sendo que o contrato já foi assinado pelas partes e publicado em diário oficial, não há justa causa para apuração de responsabilidade funcional sobre a causa.
III. PUBLIQUE-SE.
IV. ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.
Curitiba, 17 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,
Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR
Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84748/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.850.281-8

I. AUTORIZO, nos termos do art. 1º, §3º, do Decreto Estadual nº 4189/2016, e, ainda, com fulcro no art. 103, inciso II, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e no art. 57 do Decreto Estadual nº 4.507/2009, tendo como base a Informação nº 1848/2020-AT/SESP, o aditamento do Contrato nº 0734/2017, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a sociedade empresária **TAMAR BALBINA LOPES MOURA – EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 76.416.932/0001-81, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção e suporte aos sistemas de investigação e monitoramento centralizado, visando atender as unidades do Departamento da Polícia Civil – DPC, visando **prorrogar, para mais 12 (doze) meses**, o negócio jurídico, mantendo-se o valor total de **R$ 140.736,00 (cento e quarenta mil, setecentos e trinta e seis reais)**, nos termos da minuta aposta às fls. 92/93.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade beneficiária.
III. PUBLIQUE-SE.
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.
Curitiba, 18 de setembro de 2020.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

85073/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.870.731-2

I. INDEFIRO, com base nos fatos e fundamentos contidos na Informação nº 2196/2020-AT/SESP, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou reajuste do Contrato Administrativo nº 0329/2020 firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária, e a empresa **TRENTO CONFECÇÕES LTDA** cujo objeto é a aquisição de tecidos, para atender a demanda Departamento Penitenciário do Paraná – DEPEN.
II. PUBLIQUE-SE no prazo legal.
III. ENCAMINHE-SE ao Gestor do Contrato para providências.

Curitiba, 16 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84620/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

PROTOCOLO nº. 16.871.904-3

I. AUTORIZO, com fundamento no artigo 103, inciso II, da Lei Estadual nº. 15.608/2007 e nos termos da Informação nº.1850/2020-AT/SESP, a realização da despesa decorrente da formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº.756/2019, visando a prorrogação do prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, firmado entre o Estado do Paraná , por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a sociedade empresária **BABYCARE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA CNPJ: 05.503.803/0001-82** cujo objeto é a prestação de serviços Médicos, de enfermagem, fisioterápicos, nutricionais, fonoaudiólogos e de terapia ocupacional, medicamentos, materiais e equipamentos na modalidade de atendimento domiciliar aos Militares Estaduais vítimas de acidente em serviço, nos_termos dos lotes A, B, C, D e E do Credenciamento nº 002/2019, para atender as necessidades do Hospital da Polícia Militar, estimando-se o valor total de **R$ 1.577.165,00 (um milhão quinhentos e setenta e sete mil cento e sessenta e cinco reais)** para a prorrogação contratual, conforme às fls.40/41.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. Salienta-se que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante;
III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Setor de Contratos para providências legais.

Curitiba,17 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

85060/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.872.706-2

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 104, inciso II, da Lei Estadual nº. 15.608/2007 e com base na Informação nº. 1810/2020 – AT/SESP, a formalização de Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 1071/2019, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL – LTDA**, inscrita no CNPJ nº 16.701.716/0035-03, cujo objeto é a aquisição de 02 (dois) veículos tipo Van, a fim de atender as necessidades Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, visando a prorrogação do prazo de entrega por mais 30 (trinta) dias a partir de 06/09/2020 até 05/10/2020, conforme a minuta de fls. 99/100.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84640/2020

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº. 16.872.918-9

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 104, inciso II, da Lei Estadual nº. 15.608/2007 e com base na Informação nº. 1815/2020 – AT/SESP, a formalização de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2020, firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública e a empresa **REYCOMEX NEGÓCIOS E EMPREENDIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 24.925.416/0001-89**, cujo objeto é a aquisição de 03 (três) barcos de alumínio com motor e reboque rodoviário, a fim de atender as necessidades do Batalhão de Polícia Ambiental – Força Verde, visando à prorrogação do prazo de entrega em 60 (sessenta) dias a contar do dia 21/08/2020 até 19/10/2020, em decorrência das medidas para enfrentamento da pandeia do COVID-19, conforme a minuta de fls. 103/104.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;
IV. ENCAMINHE-SE ao Setor de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 16 de setembro de 2020.

João Alfredo Zampieri – Cel.,

Diretor-Geral, em exercício – SESP/PR

Resolução nº 305/2020-SESP / Resolução nº 065/2018-SESP

84746/2020

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 16.801.495-3

I. AUTORIZO, nos termos do artigo art. 1º, §§ 1º, inciso II, e 5º, c/c o art. 2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 3.168/2019, e na conformidade da Informação nº 1832/2020 –AT/SESP, convalidando o uso de placas particulares dos veículos indicados às fls. 17,do referido protocolo, no serviço reservado de polícia judiciária, devidamente cadastrados na frota do Departamento de Polícia Civil – DPC e alocados na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos.
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações.
III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal.
IV. ENCAMINHE-SE ao Departamento de Trânsito do Paraná para as demais providências, especialmente aquelas previstas no art. 2º, §4º, do Decreto Estadual nº3.168/2019.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública

84917/2020

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº. 16.826.821-1

I. AUTORIZO, nos termos do artigo art. 1º, §§ 1º, inciso I, e 5º, c/c o art.2º, § 3º, do Decreto Estadual nº 3.168/2019, e na conformidade da Informação nº 1760/2020 – AT/SESP, convalidando o uso de placas particulares dos veículos indicados às fls. 05/06, do referido protocolo, na Atividade de Inteligência da PMPR, devidamente cadastrados na frota da Polícia Militar do Paraná – PMPR, para viatura pertencente à 2a Seção do EM/PMPR;
II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;
III. PUBLIQUE-SE, no prazo legal;
IV. ENCAMINHE-SE o feito ao DETRAN/PR para as medidas administrativas decorrentes, conforme estabelece o art. 2º, § 4º, do Decreto Estadual nº 3.168/2019.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2020.

Cel. Romulo MARINHO Soares
Secretário de Estado da Segurança Pública

84910/2020

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 326 DE 17/09/2020
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
GLAUCIO RENE HECKE				90	21/12/2012	20/12/2017	28/09/2020	26/12/2020
19842002	1	NAI	168983999					

84645/2020

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 327 DE 17/09/2020
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
GRACIELE CRISTINA ZAWADZKI PEREIRA				90	10/12/2014	09/12/2019	01/10/2020	29/12/2020
79726036	1	NAIII	168172621					

84644/2020

Secretaria de Infraestrutura e Logística

Departamento de Estradas de Rodagem - DER

DESPACHO: 2533/2020-DG
PROTOCOLO: 15.704.949-6 e anexos

1. HOMOLOGO, cumpridas as formalidades legais, com fundamento na Lei nº 15.608/2007, no Decreto nº 4189/2016 e nos termos do Parecer nº 79/2020-PJ/SRNOROESTE, o procedimento licitatório realizado na modalidade de Carta Convite nº 003/2019-DER/DT/SRNOROESTE e ADJUDICO à empresa LL ZOCCO ENGENHARIA E PROJETOS, a elaboração de Projeto Executivo de Engenharia para a Recuperação Estrutural da Ponte sobre o Rio Ivaí, na Rodovia PR-323, trecho Entr. PR-554 (p/ São Jorge do Ivaí) – Entr. PR-558 (p/ Malu), km 183+260m, inclusive orçamento conforme normas do DER/PR, no importe de R$ 97.500,00.
2. Publique-se.
3. À Diretoria Técnica para as demais providências.

Em, 17 de setembro de 2020.

Fernando Furiatti Saboia
Diretor-Geral

85033/2020

PORTARIA Nº 321/2020-DER

O Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, usando das atribuições que são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX do Decreto nº 2.458, de 14 de agosto de 2000, RESOLVE:

TIPO DE ALTERAÇÃO	NOME/RG / CARGO	BASE LEGAL	REGIME JURÍDICO	DE:	PARA	A PARTIR DE:
REMOVER	Francisco Noel de Oliveira Araujo, RG. 3.108.457-1.	16.862.063-2	Estatutário	DAF/CRH	DG/Auditoria Interna	21/09/2020

Curitiba, 10 de setembro de 2020.
Fernando Furiatti Saboia,
Diretor-Geral do DER/PR.

85007/2020

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

Instituto Água e Terra

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 271, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

O Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto nº 3.820, de 10 de janeiro de 2020, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992 e alterações posteriores, Lei Estadual 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual n.º 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 4.696, de 27 de julho de 2016.
- Considerando o inciso IV do artigo 137, da Lei Estadual nº 15608 de 16 de agosto de 2007;
- Considerando o Convênio nº 89/2018, celebrado entre o Instituto Água e Terra e a Prefeitura Municipal de Campo Mourão - PR, o qual tem por objeto o auxílio na recuperação de área em degradação no Jardim Topázio, por meio de obra de contenção, junto ao sistema de macrodrenagem já existente,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor João Alfredo Costa Neto, RG n.° 1.635.898-3, em substituição ao servidor Carlos Alberto Galerani, RG n.º 797.821-9, para o acompanhamento e a fiscalização do Convênio nº 89/2019 e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto citado do referido convênio.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor Presidente do Instituto Água e Terra

84749/2020

Autarquias

Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER

PORTARIA Nº 171/2020

Dispõe sobre a designação de empregados públicos para comporem Comissão de Averiguação quanto a possível envolvimento de empregados públicos do IDR-Paraná no desvio e adulteração de cargas de farelo de soja

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, em atenção ao descrito na operação da Polícia Civil do Estado do Paraná quanto ao desvio e adulteração de cargas de farelo de soja, ***RESOLVE:***

Art. 1º **DESIGNAR** os empregados públicos abaixo relacionados para constituirem COMISSÃO SINDICANTE para apurar o envolvimento de dois empregados públicos do IDR-Paraná em fraude de desvio e adulteração de cargas de farelo de soja, conforme operação desencadeada pela Polícia Civil do Estado do Paraná, Inquérito Policial n.º 155112/2020 e Autos n.º 0016749-77.2020.8.16.0129 – 2.ª Vara Criminal de Paranaguá, documentada no processo nº 16.904.458-9:
- FRANCISCO CARLOS ALVES, RG 2247078, CPF 457.481.109-97 (Presidente da Comissão)
- CESAR ELIAS SIMÃO, RG 17884301, CPF 337.857.329-53
- LUIZ FELIPE GLOCK, RG 30271467, CPF 595.103.239-34

Art. 2º **ESTABELECER** que a referida Comissão de Sindicância terá o prazo de dez (10) dias úteis, após a publicação desta Portaria, para apresentar o seu Relatório Final, podendo o referido prazo ser prorrogado por igual período, por requerimento do Presidente da Comissão dirigido ao Diretor-Presidente do IDR-Paraná, apresentando justificativa para a prorrogação.
Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 15 de setembro de 2020.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

84979/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Sociedades de Economia Mista

Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS

Portaria Número: 016/2020
Data: 10/09/2020
ASSUNTO: EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO NA FUNÇÃO DE ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL I – MARIANA DE PADUA TOMASI KEPPEN

O Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, no uso de suas atribuições estatutárias,

Resolve:

Tornar pública a exoneração, a partir desta data, da Sra. Mariana de Padua Tomasi Keppen, RG 90886606, ocupante de cargo em comissão na função de Assessor Especial Nível I, conforme deliberação da 762ª Reunião da Diretoria Executiva, de 01/04/2019.

Curitiba, 10 de setembro de 2020.

Rafael Lamastra Junior
Diretor-Presidente

84973/2020

Portaria Número: 017/2020
Data: 11/09/2020
ASSUNTO: NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO NA FUNÇÃO DE ASSESSOR ESPECIAL NÍVEL I

O Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, no uso de suas atribuições estatutárias:

Resolve:

Tornar pública a nomeação, a partir de 11/09/2020, da Srta. Vanessa Marister de Angelo Santin, RG 6274759-5, para ocupar o cargo em comissão na função de Assessor Especial Nível I, com o salário de R$ 10.596,72, conforme deliberado na 848ª Reunião da Diretoria Executiva, de 09/09/2020.

Curitiba, 11 de setembro de 2020.

Rafael Lamastra Junior
Diretor-Presidente

8497342020

Defensoria Pública do Estado

RESOLUÇÃO DPG Nº 193, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020

Designa supervisor de serviço voluntário.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 18, XII, e art. 48, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual 136/2011, considerando o Art. 8º, I, da Deliberação CSDP 18, de 20 de novembro de 2015, e considerando o procedimento administrativo sob nº 16.902.780-3;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o defensor público Juliano Marold para supervisionar o serviço voluntário do(a) prestador(a) Samuel Reuel Ricardo Brandão, conforme o termo de adesão n°035/2020, devendo acompanhar as atividades realizadas, efetuando o controle e avaliação do(a) prestador(a) de serviço.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor da data de sua publicação.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

84678/2020

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Extrato do Termo de Adesão ao Serviço Voluntário – N°035/2020

Partes: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, sede Curitiba e **Samuel Reuel Ricardo Brandão**.
Objeto: O termo de adesão ao serviço voluntário firmado entre a Defensoria Pública do Estado do Paraná, sede Curitiba, e **Samuel Reuel Ricardo Brandão**, visa à prestação de atividade não remunerada, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária, tributária ou afim. O voluntário prestará os serviços de segunda a sexta-feira, das 13h00 às 17h00, sob a supervisão do defensor público Juliano Marold.
Vigência: A partir da publicação do respectivo extrato em Diário Oficial do Estado do Paraná, perdurando pelo prazo de um ano.

Curitiba, 21 de setembro de 2020.

Maurício Neves Maurício
Departamento de Recursos Humanos
Defensoria Pública do Estado do Paraná

84680/2020

PORTARIA 133/2020/DPG/DPPR

Concede licença por doença em pessoa da família à servidora da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, **considerando** o artigo 18, XII e o artigo 169, da Lei Complementar Estadual nº 136/2011, **considerando** o Laudo Médico CSO nº 045, de 31 de agosto de 2020,

CONCEDE

Art. 1º. Licença por doença em pessoa da família à servidora abaixo relacionada:

Nome	Cargo	RG	Dias	Período	
Iara Biassio Telles Bauer	Agente Profissional	91419866	05	31/08/2020	04/09/2020

Curitiba, 17 de setembro de 2020.

EDUARDO PIÃO ORTIZ ABRAÃO
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

84652/2020

PORTARIA Nº 21/2020 *FRUIÇÃO DE SALDO DE FÉRIAS*

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

A Coordenadora Elis Nobre Souto, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Resolução DPG nº 084/2017, com fundamento na LCE nº 136/2011 e na Deliberação CSDP nº 04/2015, resolve **CONCEDER FRUIÇÃO DE SALDO DE FÉRIAS** ao servidor infracitado conforme especificado abaixo:

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS A FRUIR	PERÍODO DE FRUIÇÃO
PATRICIA VICENTE DUTRA	AGENTE PROFISSIONAL	01/01/2019 A 31/12/2019	15	21/09/2020 A 05/10/2020

Foz do Iguaçu, 03 de setembro de 2020.

Elis Nobre Souto
COORDENADORA
Sede de Foz do Iguaçu

84969/2020

Tabela 1.3 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Defensoria Pública

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Setembro/2019 a Agosto/2020

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	03/2020	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.701.337,19	4.427.778,92	4.739.905,36	3.957.857,58	5.700.872,90	5.307.335,87	5.212.955,79	5.316.911,64	5.376.222,41	5.332.457,43	5.345.862,69	5.371.829,75	**59.791.327,53**		**59.791.327,53**
Pessoal Ativo	3.701.337,19	4.427.778,92	4.739.905,36	3.957.857,58	5.700.872,90	5.307.335,87	5.124.452,52	5.228.408,38	5.287.719,14	5.243.954,16	5.257.359,42	5.283.326,48	**59.260.307,92**		**59.260.307,92**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	3.267.589,90	3.901.433,30	3.833.895,73	3.468.031,67	5.116.689,83	4.729.788,29	4.544.495,96	4.460.405,84	4.546.962,04	4.488.284,83	4.483.610,74	4.503.106,14	**51.344.294,27**		**51.344.294,27**
Obrigações Patronais	433.747,29	526.345,62	906.009,63	489.825,91	584.183,07	577.547,58	579.956,56	768.002,54	740.757,10	755.669,33	773.748,68	780.220,34	**7.916.013,65**		**7.916.013,65**
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas							88.503,27	88.503,26	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	531.019,61		**531.019,61**
Aposentadorias, Reserva e Reformas							88.503,27	88.503,26	88.503,27	88.503,27	88.503,27	88.503,27	531.019,61		**531.019,61**
Pensões															
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	64.429,42	0,00	5.031,60	0,00	29.419,48	16.852,07	43.443,56	77.430,98	88.877,94	52.654,20	80.760,91	94.059,55	**552.959,71**		**552.959,71**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	64.429,42	0,00	5.031,60	0,00	29.419,48	16.141,78	2.398,63	0,00	36.223,74	0,00	8.125,44	16.628,57	**178.398,66**		**178.398,66**
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	710,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	**710,29**		**710,29**
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados							41.044,93	77.430,98	52.654,20	52.654,20	72.635,47	77.430,98	**373.850,76**		**373.850,76**
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**3.636.907,77**	**4.427.778,92**	**4.734.873,76**	**3.957.857,58**	**5.671.453,42**	**5.290.483,80**	**5.169.512,23**	**5.239.480,66**	**5.287.344,47**	**5.279.803,23**	**5.265.101,78**	**5.277.770,20**	**59.238.367,82**	**0,00**	**59.238.367,82**

FONTE: SEFA/CTE - Sistema NOVO SIAF

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
2. Não existiu em 2019 Restos a Pagar não Processados referente à Despesa com Pessoal.
3. Despesas com Pessoal Inativo e Pensionaistas referem-se ao valor dos Inativos e Pensionistas repassado à Paranaprevidência a partir de março/20, conf. Decreto Estadual n° 7.555/2013, que regulamentou a Lei Estadual n° 17.435/2012, devida a alteração do procedimento por parte do Poder Executivo através da SEFA a partir de mar/20.
4. Em Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária estão considerados as indenizações com exonerações a pedido e de ofício.

Curitiba, 09 de setembro de 2020.

Elisangela Mann
Departamento Financeiro

Juliana Bitencourt Fernandes dos Santos
Controle Interno

Eduardo Pião Ortiz Abraão
Defensor Público-Geral do Estado do Paraná

81101/2020

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Ministério Público do Estado do Paraná

PORTARIA SUBADM Nº 315/2020

A 1ª COORDENADORA EXECUTIVA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria n.º 220, de 11 de maio de 2020, e tendo em vista o contido no protocolo nº 22266/2019, resolve

D E S I G N A R

os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Aceite do Pregão Eletrônico nº 05/2020 (Filmadoras digitais tipo camcorder)

SERGIO CHIQUITO LEAL; como Presidente;
BRUNO SHIGUEU SASAKI;
FABIANO SALDANHA SALES DA SILVA; como membros.

Curitiba, 11 de setembro de 2020

MARIA PRISCILA MAZAROTTO THOMÉ
1ª Coordenadora Executiva da SUBADM

Luiz Carlos Mantovanelli
Diretor do DGP/SUBADM

PORTARIA SUBADM Nº 317/2020

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, em face da Resolução PGJ nº 2155, de 06 de maio de 2020, no uso das atribuições que lhe são delegadas pela Portaria nº 250, de 1º de junho de 2020, e tendo em vista o contido no protocolo nº 9943/2020, resolve

D E S I G N A R

os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Inservibilidade, bem como para avaliação, com lavratura do termo de declaração dos bens relacionados no referido protocolo:

ALEXANDRE GOMES DE LIMA SILVA; como Presidente;
ROBSON LUIZ FEYH;
RODNEY CORDEIRO E SILVA, como membros.

Curitiba, 12 de setembro de 2020

CARLA MUNHOZ GONÇALVES VENÂNCIO
Promotora Adjunta da SUBADM

Luiz Carlos Mantovanelli
Diretor do DGP/SUBADM

84862/2020

